

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

ARMANDO LIRIO DE SOUZA

**TRABALHO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA AMAZÔNIA
ORIENTAL:
A EXPERIÊNCIA DA REDE DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO BAIXO
TOCANTINS (PA)**

**Porto Alegre
2011**

ARMANDO LIRIO DE SOUZA

**TRABALHO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA AMAZÔNIA
ORIENTAL:
A EXPERIÊNCIA DA REDE DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO BAIXO
TOCANTINS (PA)**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof^o Dr. Eduardo Ernesto Filippi.

**Porto Alegre
2011**

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

S729t Souza, Armando Lirio de
Trabalho e desenvolvimento territorial na Amazônia oriental : a experiência da
rede de desenvolvimento rural do baixo Tocantins (PA) / Armando Lirio de
Souza. – Porto Alegre, 2011.
220 f. : il.

Orientador: Eduardo Ernesto Filippi.

(Série PGDR – Tese, n. 42).

Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação
em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2011.

1. Desenvolvimento territorial. 2. Desenvolvimento rural. 3. Movimento
social: Trabalhadores rurais. 4. Agricultura familiar. I. Filippi, Eduardo Ernesto.
II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências
Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. III. Título.

IV. Série.

CDU 631.11

ARMANDO LIRIO DE SOUZA

**TRABALHO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA AMAZÔNIA
ORIENTAL:
A EXPERIÊNCIA DA REDE DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO BAIXO
TOCANTINS (PA)**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 29 de agosto de 2011.

Profº Dr. Eduardo Ernesto Filippi – orientador UFRGS

ProfªDrªRumi Regina Kubo - UFRGS

Profº. Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra - UFPA

Profº Dr. William Santos de Assis - UFPA

Profº Dr. Carlos Alberto Ferreira Lima - UNB

Aos trabalhadores e trabalhadoras do campo do Baixo Tocantins, exemplo de dedicação e perseverança contra as adversidades e a capacidade de enfrentar os desafios por uma vida melhor e digna.

Às Minhas Mulheres Maravilhosas, Adrea, Yolandinha e Gabriela com carinho e muito amor e minha mãe, Joana (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Um momento difícil e ao mesmo tempo gratificante, pois se trata de um trabalho resultante de uma construção social, portanto, as manifestações de apoio, gratidão e companheirismo foram fundamentais para seguir em frente e enfrentar os desafios da vida, por isso o importante é viver e ser feliz.

À Universidade pública brasileira por ser um bom exemplo de instituição de fomento ao desenvolvimento e permitir, pelo seu caráter universal, a constituição de perspectivas inovadoras, ou seja, tornar possível um espaço de libertação e criação.

Aos amigos, vários ao longo dos anos, mas nos últimos anos aqueles que consolidaram laços de fraternidade, compromisso e companheirismo.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em particular ao meu orientador Prof. Eduardo Ernesto Filippi e ao Prof. Lovoír de Andrade Miguel, pela dedicação, compromisso e contribuição na formação acadêmica de pessoas em um país tão desigual como o Brasil, no Cone Sul e além mar.

Ao Prof. Pedro Fonseca do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, um exemplo de genialidade acadêmica, obrigado pela oportunidade de conhecê-lo e compreender a importância das interpretações sobre o Brasil.

Ao corpo técnico do PGDR-UFRGS, em nome da Eliane Sanguiné, saúdo a todos pelo profissionalismo e dedicação.

À Faculdade de Ciências Econômicas da UFPA pelo apoio e incentivo.

Aos trabalhadores e lideranças do movimento social do campo do Baixo Tocantins pela confiança, e disposição em contribuir e pelas maravilhosas conversas e momentos de aprendizagem em especial ao Raimundo Brito, a Adalgisa Silva, ao Claudio Brito, ao Claudio Souza, ao Vanildo Quaresma, ao Jonatas Costa, ao Dário Jr, ao Dário, Elias Kampner, ao Isaac Araújo, ao Bartolomeu, ao Raimundo (Didi), D. Raimunda Almeida, Nelson e Sr. Manoel Luís (*in memoriam*).

A todos aqueles que participaram das entrevistas e forneceram informações importantes para a construção dessas reflexões sobre o Baixo Tocantins.

Ao amigo-irmão Paulo Pinto e seus familiares, em especial D. Rosalina, pelos momentos de convivência prazerosa e pelo apoio na fase final deste trabalho.

À amiga-irmã Maria José Barbosa pelo apoio e incentivo.

À maravilhosa amiga Maria do Carmo Dias pelo incentivo, tão gratificante convivência e exemplo de força, bondade e amizade.

Ao querido amigo Lenivaldo Manoel de Melo pelo apoio e amizade. Saudade de nossa convivência em família na cidade de Porto Alegre.

Um agradecimento especial à turma 2007 do PGDR e todos aqueles que se envolveram com o entusiasmo e fôlego dessa turma, aos quais saúdo em nome do magnífico e solícito Prof. Egon Roque Frohlich, pelos momentos de alegria, felicidade, fraternidade, juventude e pela oportunidade de compartilhar esta fase de formação acadêmica e profissional.

Enfim, o mais sincero agradecimento a todos e todas que participaram de alguma maneira com apoio, incentivo e contribuição para esta produção acadêmica.

Canções de Alinhavo

[...]

Chove nos campos de Cachoeira
e Dalcídio Jurandir já morreu.

Chove sobre a campa de Dalcídio Jurandir
e sobre qualquer outra campa, indiferentemente.

A chuva não é um epílogo,
tampouco significa sentença ou esquecimento.

[...]

Sobre todos os mortos cai a chuva
com esse jeito cinzento de cair.

Confesso que a chuva me dói: ferida,
lei injusta que me atinge a liberdade.

[...]

Carlos Drummond de Andrade

Poema quem sabe um dia

[...]

Sentir primeiro, pensar depois

Perdoar primeiro, julgar depois

Amar primeiro, educar depois

Esquecer primeiro, aprender depois

Libertar primeiro, ensinar depois

Alimentar primeiro, cantar depois

[...]

Mário Quintana

RESUMO

Trata-se de um estudo sobre a formação sócio espacial e da rede de desenvolvimento rural do território do Baixo Tocantins no Estado do Pará – Amazônia Oriental. O objeto de análise é o contexto de organização dessa rede de desenvolvimento rural e a caracterização da dinâmica produtiva e socioambiental do Baixo Tocantins, tendo como eixo metodológico a articulação dos temas trabalho, território e desenvolvimento (noção de longa duração e curta duração). De certa maneira, tentar compreender as formas de socialização dos indivíduos por meio da constituição de suas identidades e participação no processo de desenvolvimento. O objetivo é investigar as estratégias das organizações do movimento social dos trabalhadores rurais em conjunto com organizações governamentais e não governamentais na constituição de um arranjo institucional em prol de um projeto alternativo para a agricultura familiar no Estado do Pará, ao longo das décadas de 1990 e 2000, mais precisamente a experiência do projeto de valorização das frutas regionais e suas repercussões na região do Baixo Tocantins. Observa-se, nas duas últimas décadas, o surgimento de organizações associativistas (agroindústria familiar e redes sociais de agricultores familiares), portanto, a estruturação de uma nova lógica de reprodução econômica e social (reprodução da vida material). Isso gerou novas estratégias no sistema de produção familiar e no sistema de comercialização, por meio de maior integração ao mercado, em decorrência do surgimento de demanda no mercado nacional e internacional por uma fruta nativa, o açaí. A problemática central reside no significado das organizações associativistas serem representativas de um papel de mecanismo de gestão da força de trabalho ou se há possibilidade de configurar como uma estratégia política de resistência no interior do modo de produção capitalista, portanto, constituir-se em um campo de autonomia aos trabalhadores.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho. Território. Desenvolvimento Rural. Agricultura Familiar.

ABSTRACT

It is a study on the formation of spatial and social network for rural development of the territory of the Lower Tocantins, Pará - Amazônia Oriental. The object of analysis is the context of organization of this network of rural development and characterization of the dynamics and socio-productive Lower Tocantins, taking as its methodological articulation of the themes work, planning and development (long time and short time). In a way, trying to understand the forms of socialization of individuals through the establishment of their identities and participation in the development process. The goal is to investigate the strategies of social movement organizations of rural workers in conjunction with governmental and nongovernmental organizations in establishing an institutional arrangement in favor of an alternative design for the family farm in Para State, over the decades of 1990 and 2000, specifically the experience of the enhancement project of regional fruits and its repercussions in the Lower Tocantins. It can be seen in the last two decades, the emergence of associative organizations (agribusiness family and social networks of family farmers), so the structuring of a new logic of economic and social reproduction (reproduction of material life). This has led to new strategies in the system of household production and marketing system through greater market integration, due to the emergence of demand in domestic and international markets by a native fruit, açaí. The central problem lies in the meaning of associative organizations are representative of a role management mechanism of the labor force or whether it is possible to set up as a political strategy of resistance within the capitalist mode of production, therefore, be in a field autonomy to workers.

KEYWORDS: Work. Territory. Rural Development. Agriculture Family.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	Mapa das Regiões de Integração do Estado do Pará – 2009.....	82
FIGURA 2	Mapa de Potencialidades Econômicas da Região de Integração do Tocantins.....	84
FIGURA 3	Mapa do Território da Cidadania do Baixo Tocantins – Estado do Pará 2009.....	85
FIGURA 4	Gráfico da Evolução da População Urbana e Rural do Território da Cidadania do Baixo Tocantins 1970-2010.....	111
FIGURA 5	Gráfico da Evolução da População Urbana e Rural no Município de Mocajuba – Território da Cidadania do Baixo Tocantins 1970-2010.....	111
FIGURA 6	Gráfico da Evolução da População Urbana e Rural no Município de Barcarena – Território da Cidadania do Baixo Tocantins 1970-2010.....	112
FIGURA 7	Mapa da Área de Concentração de Agroindústria de Dendê, Estado do Pará (Subterritório dos Projetos Agroindustriais).....	142
FIGURA 8	Gráfico de Evolução do Valor das Vendas de Açaí no Baixo Tocantins (2000-2004) sob o controle do Consórcio de Fruticultura.....	182

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Territórios Rurais no Brasil – Grandes Regiões 2007.....	75
TABELA 2	Territórios Rurais no Brasil – Região Norte 2007.....	77
TABELA 3	Evolução Demográfica do Território Rural do Baixo Tocantins 1980-2010.....	109
TABELA 4	Evolução da Taxa de Urbanização do Território Rural do Baixo Tocantins 1970-2010.....	110
TABELA 5	Síntese dos Indicadores Sociais do Território da Cidadania do Baixo Tocantins.....	114
TABELA 6	Financiamento da Saúde do Território da Cidadania do Baixo Tocantins 2010.....	116
TABELA 7	População Ocupada Segundo Classe de Rendimentos do Território da Cidadania do Baixo Tocantins 2000.....	119
TABELA 8	Desigualdade e Concentração de Renda no Território da Cidadania do Baixo Tocantins 1991-2000.....	122
TABELA 9	Grau de Dependência da Renda das Famílias com Transferências Governamentais no Território da Cidadania do Baixo Tocantins 1991-2000.....	123
TABELA 10	Importância Relativa do Programa Bolsa Família no Território da Cidadania do Baixo Tocantins 2010.....	124
TABELA 11	Estoque de Emprego do Território da Cidadania do Baixo Tocantins 1999-2010.....	125
TABELA 12	Vínculo Empregatício por Setor Econômico, segundo Municípios do Território da Cidadania do Baixo Tocantins 2010.....	126
TABELA 13	Valor Adicionado Bruto a Preço Básico Corrente por Setor – Território da Cidadania do Baixo Tocantins 2002-2007.....	137
TABELA 14	Produção Agrícola Permanente do Território da Cidadania do Baixo Tocantins 2009.....	139
TABELA 15	Produção Agrícola Temporária do Território da Cidadania do Baixo Tocantins 2009.....	140
TABELA 16	Evolução da Quantidade Produzida de Açaí no Território da Cidadania do Baixo Tocantins 2000-2009.....	141
TABELA 17	Quadro Geral do Número de Estabelecimentos Rurais no Território da Cidadania do Baixo Tocantins/Estado do Pará – 1995-1996.....	143
TABELA 18	Unidade Produtiva Familiar Individual do Território Rural do Baixo Tocantins/Estado do Pará – Caracterização do Extrato de Área – 1995-1996.....	144
TABELA 19	Evolução do Índice de GINI do Estado do Pará e do Território da Cidadania do Baixo Tocantins – 1990-1995/1996.....	144
TABELA 20	Estabelecimentos Rurais no Território da Cidadania do Baixo Tocantins – 2006.....	146
TABELA 21	Pessoal Ocupado nos Estabelecimento e Rurais do Território da Cidadania do Baixo Tocantins 1970/1995-1996/2006.....	147

LISTA DE SIGLAS

ADEMPA	Associação de Desenvolvimento de Minis e Pequenos Produtores de Abaetetuba
AECID	Agência Espanhola de Cooperação Internacional e Desenvolvimento
ALBRAS	Alumínio do Brasil S.A
ALUNORTE	Alumina do Norte do Brasil S.A
ALUBAR	Alubar Cabos
AMPRISA	Associação Progresso da Esperança e Associação de Moradores Produtores Rurais do Igarapé-Santana
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão
APACC	Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes
APL	Arranjos Produtivos Locais
BANPARÁ	Banco do Estado do Pará
BASA	Banco da Amazônia
BB	Banco do Brasil
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BIOVALE	Consórcio Brasileiro de Produção de Óleo de Palma
BNCC	Banco Nacional de Crédito Cooperativo
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAMTA	Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu
CART	Cooperativa Agrícola de Resistência do Tocantins
CAT	Centro Agroambiental do Araguaia-Tocantins
CAP	Companhia de Alumina do Pará
CBE	Comunidades Eclesiásticas de Base
CC	Comunidade Cristã
CCNA	Central de Cooperativas Nova Amafrutas
CEPASP	Centro de Educação Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular
CMDRS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CNAE	Cadastro Nacional de Entidades Ambientais
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
COOCAT	Cooperativa Camponesa do Tocantins-Araguaia
CODEMI	Cooperativa de Desenvolvimento do Município de Igarapé-Miri
CODETER	Colegiado de Desenvolvimento Territorial
COEP	Rede Nacional de Mobilização Social
COFRUTA	Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONJUS	Conselho do Plano de Desenvolvimento a Jusante da Barragem de Tucuruí
CONSAD	Consórcio Intermunicipal de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
COOPED	Cooperativa do Projeto de Execução Descentralizada
COOPEBAB	Cooperativa de Produtores de Barcarena
COPFRUT	Cooperativa de Fruticultores de Igarapé-Miri
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRA	Companhia Refinadora da Amazônia
CRAI	Companhia Real Agroindustrial AS
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DLIS	Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
DNPM	Departamento Nacional de Pesquisa Mineral
EEPP	Equipe de Educação Popular de Parauapebas
EID	Eixos de Integração e Desenvolvimento

EMATER	Empresa de Extensão Rural do Estado do Pará
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENID	Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento
FACECON	Faculdade de Ciências Econômicas
FADESP	Fundação de Amparo e Fomento à Pesquisa
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FASE	Federação de Órgão para Assistência Social e Educacional
FATA	Fundação Agrária do Tocantins Araguaia
FBB	Fundação Banco do Brasil
FDE	Fundo de Desenvolvimento Estadual
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Pará
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
GESTAR	Gestão Ambiental Rural
GTA	Grupo de Trabalho da Amazônia
IBD	Instituto Biodinâmico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICCO	Organização Intereclesiástica de Cooperação para o Desenvolvimento
ICSA	Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDF	Índice de Desenvolvimento Familiar
IDESP	Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Estado do Pará
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPAR	Instituto de Pastoral Regional
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IR	Imposto de Renda
ITEC	Instituto de Tecnologia
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
LASAT	Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins
LAET	Laboratório Agroecológico da Transamazônica
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MDIC	Ministério do Desenvolvimento Industrial e Comércio
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MODERT	Movimento de Defesa dos Atingidos pela Barragem de Tucuruí
MSTR	Movimento Social dos Trabalhadores Rurais
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NAEA	Núcleo dos Altos Estudos Amazônicos
OCB	Organização Cooperativista do Brasil
OCB-PA	Organização das Cooperativas do Estado do Pará
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organizações Não Governamentais
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PAC	Projeto Alternativo de Cooperativas
PAS	Plano Amazônia Sustentável
PBF	Programa Bolsa Família
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCA	Programa Comunidade Ativa

PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDA	Programa de Desenvolvimento da Amazônia
PDSTR	Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios
PEA	População Economicamente Ativa
PGC	Programa Grande Carajás
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Programa de Integração Nacional
PITCPES	Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNDRS	Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
POEMA	Programa Pobreza e Meio Ambiente
POC	População Ocupada
POLAMAZONIA	Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
PPG-7	Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras
PROAGRI	Programa de Desenvolvimento da Agroindústria
PROCERA	Programa de Apoio à Reforma Agrária
PROCATEC	Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica
PRODAGRI	Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura
PRODEPEC	Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Pecuária
PRODESIN	Programa de Desenvolvimento Industrial
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo Regional
PRODEX	Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo
PRODECO	Programa de Desenvolvimento do Cooperativismo
PROEXT	Programa de Extensão Universitária
PROGETUR	Programa de Apoio ao Turismo Convencional
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PENATER	Programa Nacional de Assistência Técnica Rural
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PRONINC	Programa Nacional de Incubadoras
PROMICRO	Programa de Apoio às Micros Empresas Agroindustriais e Industriais
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria
PRORURAL	Programa de Apoio à Pequena Produção Rural Organizada
PROSUMAM	Programa de Apoio à Preservação e Sustentação do Meio Ambiente
PPDJUS	Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Região à Jusante da UHE de Tucuruí
PSF	Programa Saúde da Família
PT	Partido dos Trabalhadores
PTDR	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural
RMB	Região Metropolitana de Belém
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar
SAGRI	Secretaria de Agricultura do Estado do Pará em Abaetetuba
SNDT	Secretaria Nacional de Desenvolvimento Territorial
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa
SEFA	Secretaria de Estado da Fazenda do Pará
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SEPOF	Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Pará
SPVEA	Superintendência de Valorização da Amazônia
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUS	Sistema Único de Saúde
UFPA	Universidade Federal do Pará

UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNITRABALHO	Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Mundo do Trabalho
VBP	Valor Bruto da Produção
ZEE	Zoneamento Ecológico-Econômico
ZEE-PA	Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará
ZPE	Zona de Processamento de Exportações

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	19
1.1	ASPECTO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	20
1.2	CONTEXTO SÓCIO-ESPACIAL DA PESQUISA.....	24
1.3	ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	33
2	TRABALHO, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA ORIENTAL: CONTRADIÇÕES ENTRE O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO E A DINÂMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	44
2.1	ESTADO, DESENVOLVIMENTO E A POLÍTICA TERRITORIAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA.....	48
2.2	A TRAJETÓRIA DO TRABALHO E DO DESENVOLVIMENTO NO BAIXO TOCANTINS.....	53
2.3	ENCONTROS E DESENCONTROS DA ABORDAGEM DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	63
2.3.1	Significado da Abordagem Territorial.....	67
2.3.2	Os Territórios Rurais na Amazônia Brasileira.....	72
2.3.3	As Novas Territorialidades do Estado do Pará: políticas governamentais e identidades dos atores sociais.....	79
3	TRABALHO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL NO BAIXO TOCANTINS.....	88
3.1	O VALE DO BAIXO TOCANTINS: A FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL.....	91
3.2	ASPECTOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS DO TERRITÓRIO RURAL DO BAIXO TOCANTINS.....	104
3.2.1	Aspectos Demográficos.....	107
3.2.2	Indicadores Sociais.....	113
3.2.3	Trabalho e Renda.....	118
4	O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR DA AMAZÔNIA ORIENTAL.....	128
4.1	O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL DO BAIXO TOCANTINS: O POTENCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	136
4.2	REDES DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO ESTADO DO PARÁ: CAMPOS DE RESISTÊNCIA À MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA.....	149
4.3	A MOBILIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS PARA A CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DE AFIRMAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DO ESTADO DO PARÁ.....	153
4.4	POLÍTICA DE INDUÇÃO DO ASSOCIATIVISMO NO ESTADO DO PARÁ.....	155
4.4.1	A Concepção e as Estratégias das Experiências Cooperativistas no Estado do Pará.....	160
4.4.2	Crédito Rural e Associativismo na Amazônia Oriental.....	164
4.5	O ARRANJO INSTITUCIONAL DE APOIO À VALORIZAÇÃO DAS FRUTAS REGIONAIS.....	170
4.5.1	O Contexto do Projeto de Valorização das Frutas Regionais.....	173
4.5.2	O Consórcio da Fruticultura da Região do Baixo Tocantins.....	178
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	184
	REFERÊNCIAS.....	186

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA (Liderança/Associado/Cooperado).....	204
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA (Assessoria de apoio Técnico).....	205
ANEXO A – TABELA SÍNTESE DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DOS TERRITÓRIOS RURAIS DO BRASIL – REGIÃO NORTE POR TERRITÓRIO RURAL INSTALADO- 2007.....	206
ANEXO B – MAPA MICRORREGIÃO DE CAMETÁ.....	207
ANEXO C – MAPA MICRORREGIÃO DE TOMÉ-AÇU – PARÁ.....	208
ANEXO D – MAPA DO BAIXO TOCANTINS.....	209
ANEXO E – QUADRO RECURSOS TRANSFERIDOS DE PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL PARA O TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO BAIXO TOCANTINS 2009-2010 (EM R\$ 1 MIL).....	210
ANEXO F – MAPA DE USO DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA BAIXO TOCANTINS – PARÁ.....	211
ANEXO G – PLANO DE DESENVOLVIMENTO PARA A REGIÃO DO BAIXO AMAZONAS (PROJETO TUCUMÃ).....	212
ANEXO H – QUADRO ARRANJO INSTITUCIONAL DE APOIO AO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DO PARÁ (1970-2010).....	213

1 INTRODUÇÃO

O trabalho intitulado Trabalho e Desenvolvimento Territorial na Amazônia Oriental: a experiência da rede de desenvolvimento rural do Baixo Tocantins (PA), apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), tem como objetivo estudar a dinâmica territorial do Baixo Tocantins no Estado do Pará e evidenciar a constituição de uma rede de desenvolvimento rural mobilizada pelo movimento social dos trabalhadores rurais e por organizações não governamentais e governamentais, desde os anos de 1990. Em termos metodológicos, articula-se a noção de tempo longo (longa duração), o tempo curto (contemporaneidade) e, as transformações no espaço.

Esses elementos serão fundamentais para compreender a configuração de relações de poder (político e econômico) e quais poderiam ser os caminhos do “desenvolvimento” (ARRIGHI, 1997), ou do desenvolvimento territorial rural (ORTEGA; MENDONÇA, 2007) no Baixo Tocantins. Trata-se de evidenciar a diversidade cultural, política, econômica e social constituída nesse subespaço regional ao longo dos últimos cinco séculos e qual sua configuração na contemporaneidade. Portanto, destacar: as forças políticas que atuam no território; a dimensão real da chamada agricultura familiar e seu potencial para constituir modelo alternativo de desenvolvimento territorial rural; como o grande capital se articula no subespaço regional (agronegócio, projetos de exploração mineral e industrial, exploração madeireira, etc).

Em tese, não adiantaria preconizar projeto de desenvolvimento centrado somente em infraestrutura econômica. Ou seja, mantidas as profundas desigualdades sociais, regionais e sub-regionais, além da ausência de uma perspectiva ambiental, observa-se a concretização da noção de *treademill* (VEIGA, 1994). Nesse sentido, percebe-se na trajetória da organização social do território rural do Baixo Tocantins a constituição de um campo de resistência voltado fundamentalmente para a construção de caminhos alternativos, portanto, em contraposição à modernização conservadora. Desse modo, por hipótese, a dimensão rural se torna primordial. Ao longo da história, a agricultura familiar sempre se manteve como principal base social tanto do ponto de vista da reprodução econômica e social, como do ponto de vista de correlação das forças políticas atuantes no Baixo Tocantins.

Isso é fundamental para compreender a emergência das organizações associativistas contemporaneamente e sua manifestação nas proposições de políticas de desenvolvimento territorial rural. Assim, é possível indicar a problemática central da pesquisa: Essa tendência

contemporânea configuraria novas formas de resistência às pressões externa e interna de exploração e concentração da riqueza? Ou funcionariam como mais um modelo de gestão da força de trabalho? Acredita-se que essas seriam as premissas básicas para tentar compreender o sentido histórico das organizações associativistas do Baixo Tocantins, porque o caráter induzido das ações de desenvolvimento provocou impactos na organização do trabalho e na organização produtiva dos agricultores familiares.

Por fim, o trabalho está dividido em quatro capítulos com os seguintes conteúdos: no primeiro capítulo estão as bases teórico-metodológicas da pesquisa; no segundo capítulo há uma discussão sobre as políticas de desenvolvimento regional na Amazônia brasileira e suas repercussões na agricultura familiar e questões conceituais sobre a abordagem territorial e sua influência nas políticas públicas de desenvolvimento territorial rural no Brasil; no terceiro capítulo foi desenvolvida uma caracterização do território do Baixo Tocantins com a apresentação de alguns indicadores considerados mais relevantes para argumentação sobre o desenvolvimento territorial; no quarto capítulo está destacado o projeto de desenvolvimento alternativo da agricultura familiar no Estado do Pará, suas estratégias e sua capacidade de influenciar na formulação de políticas públicas para a agricultura familiar, além de um breve relato sobre o projeto de valorização das frutas regionais no Baixo Tocantins.

1.1 ASPECTO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA

O mito congrega um conjunto de hipóteses que não podem ser testadas. Contudo, essa não é uma dificuldade maior, pois o trabalho analítico se realiza a um nível muito mais próximo à realidade. A função principal do mito é orientar, num plano intuitivo, a construção daquilo que Schumpeter chamou do processo social, sem a qual o trabalho analítico não teria qualquer sentido. Assim, os mitos operam como faróis que iluminam o campo de percepção do cientista social, permitindo-lhe ter uma visão clara de certos problemas e nada verem de outros, ao mesmo tempo em que lhe proporciona conforto intelectual, pois as discriminações valorativas que realiza surgem ao seu espírito como um *reflexo* da realidade objetiva. (FURTADO, 1974, p. 15-16).

A tese em questão propõe como objetivo teórico-metodológico articular os eixos temáticos trabalho, território e desenvolvimento, a partir da noção de longa duração e curta duração presente nos escritos de Braudel (1996) e Arrighi (1996). Isso permite aprofundar a compreensão sobre a socialização dos indivíduos. O ponto de partida é a seguinte noção: o “trabalho como criador do vínculo social”; o território como “identidade do indivíduo”; e o desenvolvimento como “um processo” e “desigual” (AZAÏS, 2004, BRANDÃO, 2007a,

ARRIGHI, 1997, HARVEY, 1996). Assim, delineou-se uma estrutura teórico-metodológica para estudar a trajetória sócio-espacial (tempo longo e tempo curto) do território do Baixo Tocantins no Estado do Pará (Amazônia Oriental) e as formas de trabalho contemporâneas (tempo curto), ou seja, as formas de trabalho coletivo presente, ao longo da história, nas organizações associativistas.

Segundo Azaïs (2004), articular trabalho e território é uma tarefa complexa, uma vez que essas duas categorias estão inscritas em temporalidades diferentes. O trabalho está relacionado a uma temporalidade de tempo curto, já o território envolve uma temporalidade de tempo longo e curto. Normalmente, essas duas categorias não são abordadas em conjunto. Nesse sentido, em termos de tempo longo, propõe-se superar a noção de território como algo a-histórico e a-teórico (FERNANDES, 2007), portanto, recuperar a visão de produção social do espaço e seu sentido de multiescalas e multidimensional (HARVEY, 1996, SANTOS, 1994, 1996, AZAÏS, 2004, BRANDÃO, 2007a). Por um lado, essa visão dinâmica (espaço-território) permite evidenciar o território como espaço social concreto (tempo curto ou as práticas sociais do momento), e destacar a importância das instituições formais (tempo longo). Por outro lado, torna relevante a compreensão da dinâmica das organizações e vínculos informais (forças endógenas), algo habitualmente tido como invisível ou ignorado, contudo, altamente significativo para entender a tendência e caminhos assumidos pelo trabalho/produção, território e desenvolvimento, particularmente, em regiões como a Amazônia brasileira com profundas marcas de desigualdades econômicas e sociais, em outras palavras, profundamente impactadas pela “homogeneização das condições reprodutivas do capital” (BRANDÃO, 2007a).

Em certo sentido, isso possibilita ampliar a percepção de como as forças sociais e políticas atuam no território e de como ocorreram, e ocorrem, os processos de transformações socioambientais. Portanto, apesar das diferenças de temporalidade entre trabalho e território, é possível investigar os micro-processos sociais sem perder de vista suas inter-relações com os macroprocessos econômicos e sociais, e, com as macro-decisões ou as decisões voltadas para o desenvolvimento nacional e regional (Estado Nação), portanto, seus aspectos de ser indissociável e contraditório (FERNANDES, 2007). Assim, “[...] o ponto de convergência entre território e o trabalho reside na temporalidade, mas numa temporalidade curta que precisa, também da temporalidade longa do território para expressar-se plenamente” (AZAÏS, 2004, p. 35).

Nesse contexto, inserir a relação trabalho e território ao termo desenvolvimento, ainda que inicialmente de forma minimalista, implica em situar o seu significado como processo,

portanto algo a ser alcançado como superação. Normalmente, o sentido de desenvolvimento ainda persiste vinculado a visão hegemônica de comparar o processo de substituição da sociedade agrária (complexo rural), em prol de uma sociedade urbano-industrial, assalariada e moderna. Ou seja, substituir aquilo que é considerado “atrasado” pelo “moderno”. Isto pode desconsiderar as transformações ocorridas no mundo rural brasileiro nas últimas cinco décadas do século XX e no limiar do século XXI. Em tese, essa visão estratégica do processo de desenvolvimento cria um campo aproximativo entre a tese liberal, neoliberal e social-liberal, e, entre aquelas consideradas desenvolvimentista-estruturalistas e novo desenvolvimentismo, ou seja, o âmago da questão parece residir na defesa do avanço ou constituição de novas bases para o capitalismo tardio brasileiro como estratégia para o alcance de um novo patamar de desenvolvimento (POCHMANN, 2010).

Entretanto, historicamente, identificam-se diferenças processuais entre essas vertentes político-ideológicas na forma de alcançar o desenvolvimento ou estabelecer o processo de desenvolvimento. No Brasil, as diferenças podem estar circunscritas ao sentido autoritário (modernização conservadora e governabilidade) presente nas vertentes liberais e neoliberais e a perspectiva democrática (Estado democrático e governança) e participativa (poder local, descentralização e desconcentração) disseminada nas teses desenvolvimentistas. Contudo, a perspectiva homogeneizadora e de progresso normalmente imperam nas ações e planos voltados para o desenvolvimento e integração territorial. Isso tem gerado posições governamentais com forte viés autoritário, porque em prol de supostos interesses gerais são tomadas decisões unilaterais, portanto, torna-se ainda mais remota qualquer possibilidade de se criar mediações entre interesses locais, regionais e nacionais.

Geralmente, os estudos sobre as trajetórias da formação econômica e social da Amazônia ou de subespaços regionais como o Baixo Tocantins privilegiam as dinâmicas de mercado (zona do anti-mercado¹), assim, destacam o movimento dos grandes empreendimentos capitalistas e da oligarquia agrária regional. No entanto, busca-se neste estudo, aproximar-se do campo da vida material ou camadas inferiores (micro história social). Assim, pretende-se:

[...] ultrapassar a superfície da observação para alcançar a zona dos elementos inconscientes ou pouco conscientes e reduzir depois esta realidade a elementos pequenos, finos, idênticos, cujas relações podem ser analisadas com precisão (BRAUDEL, 1990, p. 30).

1 Segundo Braudel (1996), há uma distinção entre economia de mercado e capitalismo. No primeiro caso, o mercado seria considerado o lugar de trocas, portanto, privilegia as trocas individuais e dos mercados. No entanto, segundo Fiori (2007, p. 15) isso “[...] transmite a ideia de uma transição gradual – dentro do “jogo das trocas” – para o mundo das “altas engrenagens” do capital e do capitalismo”. Para Braudel (1996), o capitalismo seria a zona do anti-mercado, portanto, um campo de relações econômica monopolista e oligopolista.

Dessa forma, o objetivo é dar evidência às organizações associativistas existentes no território rural do Baixo Tocantins, a partir de proposições teórico-metodológicas que “[...] não se limitem a estudar o progresso, o movimento vencedor, mas também o seu oposto, essa proliferação de experiências contrárias, cuja derrota exigiu muitos esforços” (BRAUDEL, 1990, p. 41). Assim sendo, justifica-se a preocupação em estudar o sentido histórico das experiências associativistas e das organizações cooperativistas nos subespaços regionais da Amazônia Oriental brasileira. A opção pela articulação da longa duração e a dinâmica contemporânea (tempo breve) se revela desafiadora, mas tenta-se seguir a premissa de que “[...] para quem pretende captar o mundo, o problema é definir uma hierarquia de forças, de correntes e de movimentos particulares, e mais tarde, reconstituir uma constelação de conjunto” (BRAUDEL, 1990, p. 18).

Destarte, a amplitude desse caminho teórico-metodológico requer que: “Em cada momento desta investigação, é necessário distinguir entre movimentos longos e impulsos breves, considerados estes últimos nas suas fontes imediatas e aqueles na sua projeção de um tempo longínquo” (BRAUDEL, 1990, p. 18). Assim, o exercício de delimitar os eventos de maior importância ou capazes de auxiliar na construção da trajetória do trabalho (Linha do tempo), do território e do desenvolvimento, tornar-se-á tarefa constante. Por um lado, é possível investigar as diferenças, ruptura e mutações inovadoras presentes nas épocas do passado e na contemporaneidade (CAILLÉ, 1989). Por outro lado, evidenciar o sentido histórico das organizações associativistas e cooperativistas, e, como influenciam nas transformações das relações sociais de produção no longo prazo.

Conforme, Caio Prado Jr (1965):

Todo povo tem na sua evolução, vista à distancia, um certo “sentido”. Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo. Quem observa aquele conjunto, desbastando-o do cipoal de incidentes secundários que o acompanham sempre e o fazem muitas vezes confuso e incompreensível, não deixará de perceber que ele se forma de uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação. É isto que se deve, antes de mais nada, procurar quando se aborda a análise da história de um povo, seja aliás qual for o momento ou o aspecto dela que interessa, porque todos os momentos e aspectos não são senão partes, por si só incompletas, de um todo que deve ser sempre o objetivo ultimo do historiador, por mais particularista que seja. Tal indagação é tanto mais importante e essencial que é por ela que se define, tanto no tempo como no espaço, a individualidade da parcela da humanidade que interessa ao pesquisador: povo, país, nação, sociedade, seja qual for a designação apropriada no caso. É somente aí que ele encontrará aquela unidade que lhe permite destacar uma tal parcela humana para estudá-la à parte. (PRADO JR, 1965, p. 12).

Assim sendo, considera-se a articulação trabalho, território e desenvolvimento fundamental para compreender a configuração de relações de poder (político e econômico) e quais poderiam ser os caminhos do “desenvolvimento” (ARRIGHI, 1997), ou do desenvolvimento territorial rural (ORTEGA; MENDONÇA, 2007, ORTEGA, 2008), neste caso, no território do Baixo Tocantins no Estado do Pará. Trata-se de destacar a existência de diversidade cultural, política, econômica e social constituída nesse subespaço regional ao longo de séculos e saber qual sua configuração na contemporaneidade.

Dessa forma, é válido identificar as forças políticas que atuam no território; a dimensão real da chamada agricultura familiar e seu potencial para constituir modelo alternativo de desenvolvimento territorial rural; e, uma breve apresentação da forma como o capital industrial e financeiro se articula no subespaço regional (agronegócio, projetos de exploração mineral e industrial, exploração madeireira, etc.). Acredita-se na validade ou consistência dessas orientações, pois, a busca pela pormenorização também não permite abstrair aquilo que poderia se aproximar de um possível movimento do real. Trata-se de um exercício permanente de idas e vindas. Em termos gerais, essas seriam as bases de orientação teórico-metodológica.

1.2 CONTEXTO SOCIOESPACIAL DA PESQUISA

[...] permite compreender que o engajamento histórico não é uma via de mão única e que buscar o conhecimento do homem integral e total – preocupação constante de Marx – não deve limitar-se a vê-lo como prisioneiro de estruturas asfixiantes, mas também como um espírito capaz de ser livre por sua criatividade. (ODÁLIA, Nilo. Apresentação. In: BURKE, Peter, 1997, p. 9).

A partir de 2000, iniciou-se esta trajetória de estudos sobre a nova configuração do trabalho e das políticas públicas de geração de trabalho e renda, ou mais precisamente, as transformações no mundo do trabalho contemporâneo e suas repercussões na Amazônia oriental brasileira. As ações acadêmicas no âmbito da pesquisa e da extensão universitária no estado do Pará, no interior da Universidade Federal do Pará (UFPA), Faculdade de Ciências Econômicas (FACECON), abrangeram intercâmbios científicos e ações de extensão universitária no âmbito regional, nacional e internacional² (BARBOSA; SOUZA, 2004,

² Integrar o Núcleo Local da Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Mundo do Trabalho (UNITRABALHO) na UFPA e ser um dos membros fundadores do Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários (PITCPES), em outubro de 2000, permitiu a articulação com as experiências de pesquisa e extensão das instituições de ensino superior brasileiras filiadas à

SOUZA; BARBOSA; REIS, 2009). Paulatinamente, o avanço no campo da extensão universitária com projetos na Região Metropolitana de Belém³, projetos de educação (Programa Educação Cidadã) nas áreas de assentamento da reforma agrária na região da Transamazônica e da região do Tapajós⁴ e as primeiras investigações sobre as organizações associativistas e cooperativistas da região do Baixo Tocantins⁵ criaram o amálgama entre a vivência urbano-rural no campo acadêmico e pessoal.

Por conseguinte, no ano de 2002, houve o despertar científico para a temática agricultura familiar e desenvolvimento rural na região do Baixo Tocantins, a partir da realização de um *survey*, denominado Empreendimentos Comunitários no Nordeste do Pará⁶,

UNITRABALHO. Entre 2004 e 2005, houve a participação como membro da Diretoria da UNITRABALHO com a função de Coordenador da Regional Norte. Isso ampliou a rede de relações regionais e nacionais. Em 2006, iniciaram os primeiros intercâmbios com a Universidade de Alicante da Espanha, por meio de seminários internacionais sobre cooperativismo e economia solidária, culminando, a partir de 2009, com o projeto de pesquisa sobre as organizações cooperativistas do Baixo Tocantins no estado do Pará com fomento da Agência Espanhola de Cooperação Internacional e Desenvolvimento (AECID).

3 As primeiras ações extensionistas urbanas foram fomentadas por projetos financiados pelo Programa Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPA em parceria com a Prefeitura Municipal de Belém no período entre 2001-2003 (Gestão Participação Popular) e com o apoio do Projeto ICCO-Incubadoras da Rede Unitrabalho e Agência ICCO da Holanda. Segundo Suárez (2008, p. 10): “A ICCO tem como missão trabalhar em prol de um mundo, onde a pobreza e a injustiça já não estão mais presentes. ICCO é a uma organização entre igrejas dos Países Baixos de cooperação para o desenvolvimento. ICCO dá apoio financeiro e consultoria às organizações locais e a redes mundiais, que estão empenhadas em proporcionar o acesso a serviços básicos sociais, trazendo o justo desenvolvimento econômico e promovendo a paz e a democracia. ICCO está ativa em países da África e do Oriente Médio, na Ásia e no Pacífico, na América Latina e no Caribe, como também na Europa Central e Oriental”.

4 No período entre 2002 e 2006, houve a participação na coordenação de projetos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) em convênio com o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), UFPA (Campus Belém e Campus de Altamira) e a Fundação de Amparo e Fomento à Pesquisa (FADESP). Os projetos de alfabetização de jovens e adultos, escolarização de 1ª a 4ª séries e 5ª a 8ª séries, ensino médio (magistério da terra) beneficiaram mais de 10.000 trabalhadores e trabalhadoras do campo no Estado do Pará.

5 Em 2002, começaram os primeiros estudos sobre as organizações cooperativistas da região do Baixo Tocantins. No entanto, somente em 2006, a partir da reedição do Programa Nacional de Incubadoras (PRONINC-2006) com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), Fundação Banco do Brasil (FBB), COEP e Rede Unitrabalho, foi possível iniciar uma ação de pesquisa e extensão com os empreendimentos comunitários da região do Baixo Tocantins e de outras áreas do Estado do Pará com na região do Salgado, mais precisamente no município de Terra Alta. Essa parceria se fortaleceu com outros fomentos institucionais decorrente de projetos com o Ministério da Ciência e Tecnologia/Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), MDA/Secretaria de Agricultura Familiar (SAF)/Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF-Capacitação), Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), PRONINC (2007-2008-2009-2011) e Ministério da Educação/PROEXT (2005, 2010 e 2011) (SOUZA; BARBOSA; REIS, 2009).

6 Em 2002, a equipe do PITCPES-UFPA realizou um levantamento para a Central de Cooperativas Nova Amafrutas com objetivo de identificar os empreendimentos comunitários que haviam sido estimulados por políticas de fomento ao associativismo no Estado do Pará. Pretendia-se avaliar o potencial econômico e o nível de organização social desses empreendimentos, assim como, a identificação das maiores dificuldades e se havia possibilidade de recuperação com apoio da cooperação internacional. Assim, a pesquisa de campo foi realizada nas seguintes organizações comunitárias: a Cooperativa Mista Agropecuária do Alto Guamá (COMAGRI) instalada no município de Ourém; a Cooperativa dos Trabalhadores Agroextrativistas de Nova Ipixuna Correntão no município de Nova Ipixuna; a Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba (COFRUTA), a Associação de Desenvolvimento Agrícola de Minis e Pequenos Agricultores de Abaetetuba (ADEMPA) e a Cooperativa Mista

com o apoio da então Central de Cooperativas Nova Amafrutas (CCNA). Essa atividade permitiu as primeiras observações sobre os traços da dinâmica territorial, do trabalho e dos processos de desenvolvimento desencadeados por políticas de combate à pobreza rural na mesorregião Nordeste do Pará. Dentre os resultados obtidos com a pesquisa, houve a identificação de políticas de indução à criação de associações de produtores rurais e cooperativas agrícolas, por meio de projetos de desenvolvimento rural com a anuência do Governo Estadual, algumas gestões municipais, ONG, organizações sindicais do campo e agências multilaterais, como o Banco Mundial.

Naquele momento, observou-se a ampla mobilização produtiva e organizativa em torno das associações de produtores rurais, das cooperativas de produção e dos sindicatos rurais. De início, interpretou-se essa articulação social como algo local, no máximo circunscrita à região do Baixo Tocantins, pelo fato de apresentar indícios de forte relação entre as lideranças do movimento social do campo dos nove municípios dessa microrregião, sempre sob a coordenação e influência de ONG, em conjunto com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) da região. No entanto, logo depois, percebeu-se a dimensão do arranjo institucional formado ao longo das três últimas décadas, cuja abrangência envolvia instituições estaduais, nacionais e internacionais. Identificou-se a ação de instituições como a UFPA, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA-Amazônia Oriental), Empresa Estadual de Assistência Técnica Rural (EMATER), Organizações não governamentais como a Federação dos Órgãos de Assessoria e Educação (FASE-Amazônia) e a Associação Paraense de Apoio

dos Pequenos Produtores Rurais dos Projetos de Execução Descentralizada de Abaetetuba (COOPED-Abaetetuba) ambas instaladas no município de Abaetetuba; e, a Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores Rurais dos Projetos de Execução Descentralizada do Moju (COOPED-Moju) no município de Moju. Em geral, essas experiências estavam paralisadas ou iniciando suas atividades de produção, por exemplo, este é o caso da COFRUTA. Essas organizações tiveram origem com o apoio da cooperação internacional, com a participação da UFPA, EMBRAPA, Governo do Estado do Pará, Governo Federal, Prefeituras, Museu Emílio Goeldi, Banco da Amazônia e organizações não governamentais como a FASE-Amazônia e envolvia os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos municípios e a FETAGRI e outras entidades. Identificou-se como problema comum aos empreendimentos comunitários fragilidade na gestão e planejamento e praticamente inexistiam estudos de viabilidade econômica. Esses empreendimentos pareciam projetos elaborados sem qualquer critério técnico ou mesmo se houvesse algum estudo eram tecnicamente fracos, mas como havia interesses de governos, Organizações Não-Governamentais (ONG) e da cooperação internacional eram aprovados e depois deixados sobre a responsabilidade das lideranças sindicais e de seus associados. Havia pouco profissionalismo e conhecimento sobre gestão econômico-financeira e produtiva. Consequentemente houve fracasso dessas experiências. Atualmente, o único empreendimento comunitário que existe é a COFRUTA. Em 2011, durante uma atividade de pesquisa de campo no município de Moju, houve um comentário sobre um provável funcionamento da COOPED-Moju, contudo, as informações obtidas indicavam a existência de problemas na gestão da cooperativa. Em relação aos aspectos da organização social, a maioria dos empreendimentos comunitários estava com pouca participação de seus associados, porque era comum o descrédito, pois muitas dessas cooperativas estavam endividadas e sem produção, consequentemente, seus equipamentos estavam em processo de deterioração ou foram saqueados. Por fim, com base em uma avaliação superficial a maioria desses empreendimentos parecia “elefante branco” ou “pacote tecnológico” imposto por grupos técnicos e grupos políticos, sem o interesse de consolidar processos participativos e viabilizar alternativas de geração de trabalho e renda (SOUZA; CHELALA, 2002).

às Comunidades Carentes (APAAC), e Universidades estrangeiras como a Universidade Louvain da Bélgica, Universidade do Porto de Portugal, ONG internacionais como a Association pour le Développement par la Recherche et l' Action Intégrées⁷ (ADRAI), dentre outras.

Contudo, esse contexto dinâmico e o alto grau de articulação institucional não condiziam com a postura deliberada, de alguns segmentos, tanto no meio acadêmico quanto no político, de ignorar a existência de um movimento de trabalhadores rurais e de economia popular em prol do fortalecimento de sua organização social e produtiva. Naturalmente, essas experiências eram tratadas como “movimento de pobre” ou “movimento de excluído”, por assim dizer, uma economia invisível, sem potencial de contribuições para o desenvolvimento econômico, sendo classificadas como atividades subsidiárias, e, no campo da agricultura, como agricultura de subsistência, agricultura itinerante e pobreza rural.

Diante disso, no caso específico da agricultura familiar, os indicadores e estudos no Brasil já evidenciavam uma dimensão altamente complexa, seja ao expressar a participação das organizações sociais do campo, seja ao indicar o papel relevante da agricultura familiar (brasileira e paraense) do ponto de vista da diversidade econômica, social e cultural (ABRAMOVAY, 1992, 1997, COSTA, 1993, 1995, 2000b, HURTIENNE, 2001, HÉBETTE, 2004a, OLIVEIRA, 2004, IBGE, 2006). Por exemplo, o movimento social dos trabalhadores rurais (MSTR) do Estado do Pará é o retrato dessa grande capacidade organizativa e produtiva. Em termos organizativos, o número de STR filiados à Central Única dos Trabalhadores (CUT), no final da década de 90, era próximo de 60% (GUERRA, 1999a, HÉBETTE, 2002). Este fato influenciava decisivamente regional e nacionalmente nas diretrizes do novo sindicalismo brasileiro. Naquele instante, era uma marca da representação política da luta dos trabalhadores no Estado do Pará, fortemente centrado no campo.

Nesses termos, é possível afirmar que o movimento de economia popular e da economia de subsistência não é tão invisível, como preconizam seus detratores. Isso é importante para compreender a argumentação de Hobsbawm (2000) que faz as observações de ser: por um lado, plena a consciência dos limites do movimento popular, pois, há práticas de concessão e absorção das mobilizações dos segmentos populares pelo sistema político; por outro lado, faz crítica a qualquer visão sem grandes critérios explicativos sobre os conceitos de “organização de massas e movimento de massa”, melhor dizendo, argumentações marcadas pela exaltação

7 A ADRAI é uma organização não governamental vinculada a Universidade Católica de Louvain, cujo objetivo era a promoção da articulação entre projetos de intervenção e os estudos e pesquisas. As ações da ADRAI eram voltadas para os países pobres com financiamento da Comunidade Europeia e de agência multilaterais.

de êxitos e a criação de organizações permanentes no âmbito das ações dos movimentos populares. Neste caso, sugere a superação das visões restritas por meio de estudos históricos, pois há movimentos ou “perturbações” que partem, mas há mobilizações capazes de criar conquistas permanentes (HOBSBAWM, 2000).

Portanto, dar um significado histórico, econômico e espacial (noção de tempo-espaço) ao movimento organizativo e produtivo da agricultura familiar do território do Baixo Tocantins é um dos desafios desta tese. Por se tratar de uma das primeiras áreas de ocupação da colonização portuguesa na Amazônia, e por esta possuir um dos primeiros núcleos de povoamento do século XVII, o núcleo Cametá-Tapera (1620), que depois foi elevado à categoria de cidade, cidade de Cametá em (1635). Segundo Costa (2006), “O campesinato dessa microrregião da Amazônia é, possivelmente, um dos primeiros do Brasil, fruto da política colonial de discernimento e fortins [...]”. Pois, compreender essa região como uma criação histórica, cultural e um espaço de liberdade e criatividade (espaço socialmente construído), permite analisar suas diferenças, e ao mesmo tempo identificar algum grau de homogeneidade, a partir de uma perspectiva emancipatória (SANTOS, 2002). Assim,

Essa perspectiva de interpretação que permite pensar região como uma produção cultural introduz a um só tempo a questão da diversidade, da dinâmica histórica e mutabilidade das experiências concretas, e da necessidade de se ultrapassar o puro dado material, a paisagem natural, na direção do espaço vivido. Tudo isto responde a questões iniciais da ligação profunda entre história e região, entre história e espaço, entre tempo e espaço (CUNHA *et al*, 2008, p. 495).

O processo histórico desenvolvido no vale do Tocantins implicou em transformações no espaço e no ecossistema. Ângelo-Menezes (1994) caracterizou como uma diversificação do sistema agrário baseado em “[...] modelo de combinações de recursos explorados e de *savoir faire* de manejo dos recursos”. (ANGELO-MENEZES, 1994, p. 8). Portanto, afirma a autora “[...] se revela importante, vis-à-vis os objetivos e ritmos determinados pelas atividades econômicas, organizadas em função do mercado” (ANGELO-MENEZES, 1994, p. 8). Na verdade, identificam-se múltiplas formações sociais superpostas no espaço objeto de estudo. Há um movimento de homogeneização, face às pressões do processo de globalização, mas, consegue ser mantida a heterogeneidade (CUNHA *et al*, 2008).

Pode-se indicar uma linha do tempo da origem das organizações associativistas/cooperativistas e as “[...] estratégias produtivas multidimensionais do uso da terra [...]” (COSTA, 2006, p. 32), assim como, identificar a mobilidade e a dinâmica do trabalho no território do Baixo Tocantins entre o final do século XIX e ao longo do século

XX. Utiliza-se como referencia Sousa (2002), no entanto, reconstrói-se a periodização, a partir de novas interpretações e hipóteses presentes nesta tese, conforme apresentado a seguir:

a) fase de 1850/1950: 1) Sistema de Produção Extrativista: (1.1) Vegetal (exportação e consumo interno): seringueira/borracha (*Hevea brasiliensis*); produção e comercialização de cacau nativo e semidomesticado (*Theobroma cacao*); semente de ucuúba (*Virola surinamensis*, *Myristica sebifera*); semente de andiroba (*Garapa guianensis*); Açaí (*Euterpe oleraceae*) e buriti como parte da dieta alimentar; madeira bruta; (1.2) animal: pesca artesanal e caça; 2) Sistema de Produção Agrícola: agricultura de subsistência⁸ (produção para o autoconsumo e abastecimento da sede municipal): mandioca e farinha; milho; arroz; 3) Sistema Industrial Artesanal e Semi-Artesanal: beneficiamento do óleo de andiroba (*Garapa guianensis*) e ucuúba (*Virola surinamensis*) para produção de sabão; 4) Sistema de relações sociais e de reprodução: Sistema de Aviamento⁹ (relação patrão-cliente); Identificação de práticas associativistas informais e organizações comunitárias: Irmandade dos Santos¹⁰ e Sociedades Agrícolas sob o

8 A utilização de sistema de corte e queima como forma de viabilizar os roçados dos agricultores de economia de subsistência obedece a um ciclo de limpeza da área e derrubada da mata (agosto, setembro e outubro), queima da biomassa (novembro e dezembro) e plantio e limpeza do roçado (janeiro, fevereiro) (SOUSA, 2002).

9 Trata-se de um sistema de adiantamento de mercadoria a crédito, mas sem circulação monetária. Identifica-se o aviamento desde o período colonial, mas sua fase de auge é durante a economia da borracha, a partir da segunda metade do século XIX. Há indicação de sua manutenção até os anos 50 e 60 do século XX. A expansão do crédito formal diretamente para os agricultores familiares pode ser apresentada como fator de desestruturação gradual do sistema de comercialização, por meio do aviamento. O caráter paradoxal do sistema de aviamento é sua condição de acesso do caboclo amazônico à modernidade e ao mesmo tempo uma barreira ao desenvolvimento, pois, ao permitir o contato com as mercadorias produzidas e inserir o trabalhador extrativista do *hinterland* amazônico na divisão social do trabalho, torna-o dependente de uma relação mercantil, social e do trabalho de extrema exploração e precarização das relações de trabalho, pois, fortalece as condições de dependência do trabalhador extrativista e agrícola ao “patrão” (ARAMBURU, 2001). No Baixo Tocantins o sistema de aviamento era representativo de um sistema de comercialização e crédito, por meio do qual, o comerciante aviador vendia mercadorias de consumo básico e ferramentas de trabalho aos seringueiros a preços exorbitantes. Em geral, era mantido um sistema de crédito informal, cujos saldos seriam pagos ao comerciante/seringalista com a produção extrativista. Essa relação comercial e de crédito informal tornava inviável o estabelecimento de mecanismos de distribuição da renda local e regional. Assim como, do ponto de vista econômico, era um sistema altamente concentrador de renda, e, do ponto de vista político e social, tornava o trabalhador extrativista dependente das regras estabelecidas pela hegemonia do capital comercial. Na divisão social do trabalho criada, no interior da produção extrativista do látex, o regime de opressão era promovido, de forma mais direta, pelo seringalista e pelo comerciante aviador (SANTOS, 1980). Segundo Sousa (2002), na região do Baixo Tocantins houve uma prática intensiva do sistema de aviamento, como forma de crédito, inclusive argumenta que essa região, mais precisamente o a região das ilhas de Cameté, poderia ser considerada “[...] uma das primeiras áreas do estado do Pará a terem seus recursos explorados [...]” (SOUSA, 2002, p. 23), por meio do sistema de crédito do aviamento.

10. Em 1686, foi criada no Brasil a primeira organização laica, a partir da tradição portuguesa, para celebrar a festa do santo ou o culto ao santo padroeiro. A devoção popular e os festejos eram realizados anualmente sobre a responsabilidade da comunidade.

comando das elites locais; 5) Outros eventos: implantação da navegação a vapor em 1855;

b) fase 1960/1980: 1) Sistema Extrativista: (1.1) Vegetal: nos anos 60, há a manutenção do padrão das décadas anteriores, agora em menor escala para alguns produtos e decadência de produtos para exportação, principalmente o cacau nativo (*Theobroma cacao*) e a extração do látex; A partir da metade dos anos 60 e ao longo dos anos 70, a novidade é a intensa exploração de madeira (novo produto de exportação e mercado interno); na década de 80, predomina a extração do palmito, açaí (*Euterpe oleraceae*), madeira, semente de ucuúba (*Virola surinamensis*); 1.2) Animal: caça e pesca como parte da dieta alimentar 2) Sistema de Produção Agrícola: início do cultivo da pimenta-do-reino (*Piper nigrum*) nas áreas de terra-firme, principalmente nos municípios de Cametá, Mocajuba e Limoeiro do Ajuru. O cultivo da pimenta-do-reino (*Piper nigrum*) possivelmente pode ser considerado como a introdução de um padrão de cultivo organizado no Baixo Tocantins com influência das experiências dos trabalhadores rurais que migravam para as frentes de trabalho no município de Tomé-Açu; É mantido o padrão de agricultura de subsistência, principalmente com o cultivo da mandioca; na década de 70, há o fortalecimento dos projetos de cultivo da pimenta-do-reino (*Piper nigrum*) nas áreas de terra-firme; 3) Sistema de Produção Semi-Industrial e Artesanal: Os engenhos de cana de açúcar (Abaetetuba e Igarapé-Miri); a introdução das Olarias 4) Sistema Industrial e Extrativista Mineral: na década de 80, é instalado o Pólo Mineral-Metalúrgico (Alumínio do Brasil S.A (ALBRAS)/Alumina do Norte do Brasil S.A (ALUNORTE); 5) Sistema de relações sociais e de reprodução: na primeira década, ainda há a presença do sistema de aviamento, mas logo será substituído por um outro sistema de crédito informal; nos anos 70, começa a organização pela Igreja Católica das comunidades cristãs e uma linha de crédito informal para financiar os agricultores familiares; ampliação do crédito informal pela Prelazia/Igreja – Cantinas Comunitárias¹¹ - Forte influência da Igreja Católica –

11 As cantinas comunitárias foram criadas com objetivos de romper a dependência dos agricultores familiares à cadeia de comercialização e reduzir os custos do consumo da unidade doméstica. Elas funcionavam como

Comunidades Eclesiais de Base (CEB); forte migração campo-cidade e campo-campo (Migração de trabalhadores rurais para o município de Tomé-Açu no estado do Pará para atuar na atividade agrícola da pimenta-do-reino (*Piper nigrum*); Articulações e rompimentos com as elites locais; Ascensão de novas lideranças sindicais nos STR – Novo sindicalismo/oposição sindical; (SOUSA, 2000); Conflito do Anilzinho¹² (1979); Impacto socioambiental da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (8.400 MW) construída entre 1975 e 1985 e gerou um lago com 2.430 km²; criação de movimentos sociais: Movimento em Defesa da Região Tocantina (MODERT);

c) fase de 1990: 1) Sistema de Produção Extrativista: açaí; palmito; sementes e essências regionais; 2) Sistema de Produção Agrícola: (1.1) Familiar: mandioca, pimenta-do-reino (*Piper nigrum*); cupuaçu (*Theobroma grande florium*); coco; e outras frutas regionais (1.2) Agronegócio: produção de dendê (*Elaeis guineenses*); coco-da-baía (*Cocos nucifera*); 3) Sistema Industrial e Extrativo Mineral: ampliação das unidades produtivas do setor de alumínio; implantação de projetos para exploração de caulim; 4) Sistema de relações sociais e de reprodução: Lutas Sociais no campo (Grito da Terra; Grito dos Excluídos); Estímulo à criação de Associações de mini e pequenos produtores rurais como instrumento de acesso ao Fundo Constitucional de

unidades comerciais comunitárias para compra e venda de produtos alimentícios industrializados, produtos agrícolas e insumos agrícolas para abastecer as comunidades rurais. Há registro da existência de 100 cantinas comunitárias no município de Cametá, ao longo dos anos de 1970 (SOUSA, 2002). Ao longo dos anos de 1990, tanto na região Sudeste do Pará como no Nordeste Paraense (microrregião Guajarina, Bragantina e de Capanema) foram organizadas cantinas comunitárias com o apoio da Igreja Católica e da FASE Amazônia. Essa experiência das organizações camponesas era formada, em média, por 15 a 20 sócios e desenvolviam várias atividades como: formação política e organizativa (difusão do associativismo e de outras práticas de trabalho coletivo); comercialização; e funcionavam como representação social dos trabalhadores. Havia discussões e orientações com o objetivo de consolidar princípios de autogestão, envolvimento na construção do projeto agrícola do MSTR e a preocupação com preservação ambiental. No caso das cantinas comunitárias do Sudeste do Pará, um relato sobre a experiência da FASE-Marabá revela a definição de uma estratégia de difundir o associativismo por meio das cantinas comunitárias. Essa forma de atuação decorria da resistência dos migrantes nordestinos, goianos e outros em relação às organizações cooperativistas, pois muitos desses migrantes haviam participado de experiências de cooperativismo tradicional sob o comando do Estado brasileiro, por meio do Ministério do Trabalho. O resultado dessas experiências fracassadas foi o endividamento e a perda de suas propriedades. Assim, avaliou-se que não seria de bom alvitre utilizar a nomenclatura cooperativa, todavia, o objetivo dessa articulação era constituir centrais de cantinas comunitárias, cooperativas regionais ou centrais de cooperativas. Essa articulação regional criou as condições para a fundação da Cooperativa Camponesa do Araguaia-Tocantins (COOCAT) (HÉBETTE, 2002).

¹² Conflito socioambiental ocorrido no município de Baião. Atualmente, a área do rio Anilzinho é uma Reserva Extrativista (RESEX).

Financiamento do Norte (FNO) (acesso ao crédito rural e endividamento); Fortalecimento do movimento social do campo; Banco da Amazônia: fomento à fruticultura na segunda metade dos anos de 1990¹³; Políticas de combate à pobreza rural (econegócios); Forte articulação ONG e STR; Maior autonomia em relação à Igreja Católica; ausência de um produto para exportação para a agricultura familiar; projetos de valorização das frutas regionais;

d) fase 2000/2010: 1) Sistema de Produção Agroextrativista: “boom” do açaí (produto de exportação nacional e internacional) isso permitiu o fortalecimento de uma nova base produtiva, o “boom” do Açaí (*Euterpea oleracea*) – novamente um produto de exportação que envolve os agricultores familiares e permite inserção direta e indireta no mercado nacional e internacional; projetos agroextrativistas (agroecologia); fortalecimento dos projetos de manejo de açazais; estímulo à recuperação da produção de cacau nativo; 2) Sistema de Produção Agrícola: valorização de outras frutas regionais, projetos voltados para a fruticultura; produção da mandioca; ampliação dos projetos agroindustriais com base na produção do dendê, inserindo-os no sistema de produção do biodiesel 3) Produção Industrial: Consolidação dos grandes projetos do setor minero-metalúrgico; 4) Sistema Social e de Reprodução: “Novo” Movimento Social ou revitalização do antigo movimento social do campo com ênfase no campo econômico e na comercialização; Estímulo à criação de cooperativas de produção de agricultores familiares (agroindústria familiar); Experiências das redes de desenvolvimento rural: Grupos pautados no cooperativismo tradicional e grupos de resistências ao cooperativismo tradicional; Organizações associativistas e cooperativistas (cooperativismo tradicional) induzidas pelas empresas do setor mineral e agroindustrial; Ampla dependência às políticas de assistência social e previdência do governo federal (Bolsa

13 Sousa (2002) identificou nos anos agrícolas de 1993/1994, 1994/1995 e 1998/1999 pelo menos 296 projetos de plantios de açazais nas ilhas de Cametá.

Família; aposentadorias; seguro defeso); Supervalorização das terras, principalmente das áreas de várzeas¹⁴ (várzea alta e várzea baixa¹⁵).

Tal periodização representa uma síntese do movimento de construção social do território do Baixo Tocantins. Os elementos de produção, espaço e tempo são destacados e apresentados não como meros tempos sequenciais e meras substituições de fases, mas como a transição, muitas vezes incompleta, cuja marca fundamental é a manutenção da característica do “velho” no “novo” ou a característica de permanência. Isso permite identificar um movimento de transformação e fragmentação das identidades locais. Há a caracterização das múltiplas formações sociais no tempo e no espaço, porque o objetivo é apreender “[...] produção/percepção do espaço, como a categoria-chave que vai definindo as segmentações possíveis e ao mesmo tempo orientando os parâmetros de apreensão da realidade espacial em cada realidade histórica” (CUNHA *et al.*, 2008, p. 508).

1.3 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A metodologia da pesquisa se baseou em fundamentos históricos ou em um método histórico (micro-história social e história local). No entanto, apesar desta metodologia privilegiar o cotidiano, a vida material, a curta duração, pretendeu-se articular a longa duração com o tempo breve. Acredita-se na importância das dinâmicas internas como reveladoras dos processos de organização social e das lutas sociais (CHARLE, 1993). No entanto, torna-se

14 A legislação nacional não permite o registro definitivo das terras em regiões de ilhas. Essas áreas são denominadas de áreas de marinha pertencentes à União, portanto, somente é permitida a concessão de uso das ilhas. Nos últimos anos o Governo do Estado do Pará, por meio do Instituto de Terras do Pará (ITERPA) e o Governo Federal, por meio do MDA (Programa Terra Legal), aceleraram o processo de legalização das terras. Assim, reconheceram várias áreas de quilombolas e é instalado o primeiro assentamento rural em áreas de várzea do Brasil, na comunidade de Campompema-Abaetetuba.

15 As áreas de várzeas são classificadas de áreas altas e áreas baixas. Em termos gerais, são áreas alagáveis periodicamente, sob o efeito do movimento das marés. Esse movimento constante das marés provoca efeitos físicos, químicos e biológicos. Contudo, cria uma condição natural de fertilidade. São solos frágeis, mas que apresentam uma renovação permanente de sua fertilidade a cada enchente. As áreas de várzea altas são consideradas de maior fertilidade, pois possuem solos classificados como Hidromórfico Gleizado (ácidos e argilosos) e/ou Aluvial Eutróficos. As áreas de várzeas baixas, ao contrário, são consideradas de baixa fertilidade, predominando o solo classificado como Glei Pouco Húmico Distróficos (COSTA, 2006). Segundo Costa (2006), baseando-se no paradigma da agroecologia, a região de ilhas, principalmente, as áreas de várzeas, podem superar suas limitações decorrentes da presença abundante de água e escassez de oxigênio, a medida que, são cultivadas “[...] as espécies naturalmente adaptadas a estas condições edáficas ou espécies que a elas resistem muito bem, como é o caso do açaí (*Euterpe oleracea* Mart), a banana (*Musa paradisiaca* sp), o cacau (*Theobroma cacao* L.), a manga (*Mangifera indica* L.), o ingá (*Ingá cinnamomea* B.) (COSTA, 2006, p. 181). A pesquisa de campo de Costa (2006), sobre o estudos de solos nas ilhas de Cametá, é um bom exemplo da diversidade e complexidade do ecossistema amazônico. As amostras realizadas em 10 propriedades apresentaram valores mínimos de pH na marca de 5,0 e valores máximos na marca de 5,5. Segundo a conclusão do autor, esses indicadores são demonstrativos de baixa acidez. Esse resultado ao ser comparado com outros estudos da EMBRAPA, relativos a solos de áreas de várzea, revelou menor acidez nas ilhas de Cametá na região do Baixo Tocantins (COSTA, 2006).

salutar manter a “lente objetiva” ou garantir que a escala de observação também consiga abranger os fatores externos ou macrosociais ou os aspectos macro-históricos (história global). Portanto,

A escrita da história local costura ambientes intelectuais, ações políticas, processos econômicos que envolvem comunidades regionais, nacionais e globais. Sendo assim, o exercício historiográfico incide na descrição dos mecanismos de apropriação — adaptação, resposta e criação — às normas que ultrapassam as comunidades locais (REZNIK, 2002, p. 3).

Articular longa duração e tempo breve exige uma preocupação “[...] com a sociedade global e com a reconstrução dos fatos em séries passíveis de compreensão e explicação” (ROSA, 2007, p. 1). Assim,

[...] não existe, portanto hiato, menos ainda oposição, entre história local e história global. O que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global. Particular e original, pois o que o ponto de vista micro-histórico oferece à observação não é uma versão atenuada, ou parcial, ou mutilada, de realidades macrosociais: é [...] uma versão diferente (REVEL¹⁶, 1998, p. 28).

Nesse sentido, Caillé (1989) apresenta três escolhas de Fernand Braudel: primeira sincronia e coerência interna do período escolhido (maneira de viver e pensar); segunda comparar uma época com aquela que a precede com a contemporânea (diferenças, rupturas e mutações inovadoras); terceira comparar o período presente ao seu futuro (fazer história). Os dois primeiros itens se tornaram os referenciais metodológicos desta tese. Primeiro, pretende-se identificar no estudo do tempo longo e tempo breve a maneira de viver e pensar dos sujeitos sociais envolvidos nas organizações associativistas. Assim, se tem o intuito de investigar: Como eles se inseriram nesse tipo de organização social e produtiva? Como eles retratam e compreendem suas experiências organizativas e produtivas? Quais suas experiências no âmbito do trabalho? Por que fazem essa opção contemporânea?

A segunda preocupação será identificar as rupturas e mutações inovadoras no campo da organização social e produtiva. Conforme Harris (2006) que denominou de “renovação constante do passado no presente”, portanto, o que poderia ser considerado inovador ao longo da trajetória de constituição das organizações associativistas? Qual o impacto na qualidade de vida e na organização social e produtiva? O outro aspecto fundamental dessa metodologia é pensar o presente a partir do passado. De outro modo, com o objetivo de identificar os

16 Apud GONÇALVES, Márcia de Almeida. Entre o local e o nacional: uma reflexão sobre ética de pertencimento e identidades sociais. SEMINÁRIO PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA, 4, 2001, p. 2, Ouro Preto. *Anais...* Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2001. Disponível em: <http://historiadesaogoncalo.pro.br/txt_hsg_artigo_01.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2009.

processos inovadores e as rupturas, portanto, preocupando-se em evidenciar a dinâmica da vida material. Essa proposta metodológica permite relacionar os temas trabalho, território e desenvolvimento com ênfase na organização social, com destaque para as transformações no mundo do trabalho e na dinâmica territorial.

Assim, abstrai-se a ênfase no mercado para revitalizar as dinâmicas existentes na zona fora do mercado ou zona do autoconsumo. Contudo, não é possível realizar uma abstração absoluta, pois, os agricultores familiares do Baixo Tocantins possuem relação com o mercado e subsidiam a zona do antimercado. Por isso, em termos metodológicos, pretende-se evidenciar os processos de reprodução da vida material, pois,

[...] a vida do mercado, tão fácil de apreender, esconde muitas vezes do historiador uma vida subjacente, modesta, porém autônoma, muitas vezes auto-suficiente ou propensa a sê-lo. Outro universo, outra economia, outra sociedade, outra cultura (BRAUDEL, 1996, p. 44).

Não obstante, o objetivo não é reduzir o rural amazônico ao autoconsumo ou ao modo de produção camponês (CHAYANOV, 1974). Porque, as condições atuais do rural brasileiro são bastante diferentes do antigo complexo rural, agora apresenta: significado populacional; constitui uma situação de proprietários livres; e, a ampliação das relações de troca camponês (AMIN, 1977). Não se trata de generalizar essa condição, principalmente, em relação à Amazônia brasileira, porém, observa-se nas experiências de organizações sociais cooperativistas e associativistas a possibilidade de se constituir, mesmo que momentaneamente, campos de resistência ao moinho satânico (POLANYI, 2000). Em tese, este seria o construto ideológico presente na rede de desenvolvimento rural criada para fortalecer a agricultura familiar do Baixo Tocantins, contudo, à medida que, ampliam-se as relações com o mercado, perde-se autonomia, pois, a empresa capitalista passa a influenciar de maneira mais direta na base produtiva e social, assim como, fortalece o monopólio na distribuição e comercialização.

Dessa forma, a primeira etapa da investigação desenvolvida no território do Baixo Tocantins teve como objetivo identificar o movimento geral (tempo longo e breve) da articulação entre as associações de trabalhadores rurais, as cooperativas de produção da agricultura familiar, as representações do sindicalismo rural, as instituições governamentais e organizações não governamentais na constituição de um arranjo institucional voltado para o fortalecimento da agricultura familiar e a valorização das frutas regionais. Antes de tudo, identificou-se na literatura e nas fontes de dados secundários que, ao longo da primeira

metade do século XX, a manutenção de uma sociedade de base econômica extrativista no Baixo Tocantins sustentou um tipo de organização social calcada na tradição colonial portuguesa (irmandade de santos e as sociedades agrícolas ou companhias agrícolas). Essas organizações funcionavam como mecanismos facilitadores da subordinação dos trabalhadores agroextrativistas às condições aviltantes de sobrevivência, assim sendo, eram mantidos o controle político da sociedade local e regional pela classe dominante representada pelos segmentos das famílias proprietárias de grandes áreas de produção extrativista vegetal (oligarquia agrária), pelos comerciantes (aviadores) e pela Igreja Católica.

Esse era o contexto geral da sociedade amazônica, particularmente do Baixo Tocantins no Estado do Pará, porque havia forte influência na produção da vida material e social centrada no extrativismo do látex, do cacau e de outras espécies vegetais com potencial de mercado. Ao longo dos anos de 1960, 1970 e 1980, essa estrutura organizacional oligárquica se mantém fortalecida, principalmente com o advento do regime militar no Brasil entre 1964-1985. Houve o estímulo às práticas associativistas sob o comando e controle da oligarquia agrária e da tecnocracia. No entanto, no final dos anos de 1970 e ao longo dos anos de 1980, essas estruturas sociais foram bastante questionadas, porque eram representadas pela troca de favores e serviços, portanto, fortaleciam os laços de subordinação. Em outras palavras, aquilo que preconizavam como laços de reciprocidade e solidariedade eram meros dispositivos compensatórios. No primeiro momento, o campo de resistência partiu do interior da própria Igreja Católica, por segmentos preocupados com a condição de pobreza e dependência dos trabalhadores rurais aos mecanismos do aviamento. Logo depois, somou-se o apoio de grupos políticos de esquerda que atuavam em organizações não governamentais. Assim, gerou-se um movimento de estímulo a outras experiências associativistas como as cantinas comunitárias e a busca de financiamento para garantir acessibilidade ao crédito (crédito informal).

Na visão de seus idealizadores, esses dois mecanismos funcionariam como instrumento de libertação das amarras dos comerciantes aviadores e fragilizaria o poder político e econômico da oligarquia agrária, pois permitiriam o acesso ao crédito aos produtores agrícolas de subsistência e aos trabalhadores extrativistas. Paulatinamente, houve a substituição das organizações laicas pelas comunidades cristãs, agora sob o efetivo controle da Igreja Católica, neste caso da Prelazia e Diocese. Essa mudança de comando ou de influência sobre os trabalhadores rurais permitiu, até certo momento, uma aliança entre os grupos de esquerda e os setores progressistas da Igreja Católica, vinculados à teologia da libertação que culminou com a organização das CEB. Este sim, um mecanismo de grande influência político-ideológica, cujos traços continuam mantidos, principalmente na forma de

organização comunitária e na forte religiosidade presente nas comunidades rurais do Baixo Tocantins.

Em suma, esse conjunto de fatores influenciou na organização de um arranjo institucional em prol da valorização das frutas regionais, a partir da segunda metade dos anos de 1990. Este projeto abrangeu a região de influência dos municípios de Marabá, Capanema e Abaetetuba. O projeto original objetivava constituir unidades produtivas para o beneficiamento das frutas regionais e agregar valor aos produtos da agricultura familiar, dessa maneira, foram identificadas as organizações sociais com potencial para desenvolver a produção artesanal e posteriormente fundar as agroindústrias familiares. No caso do município de Abaetetuba já existiam a ADEMPA e o Centro de Formação Tipiti, ambos articulados com o STR de Abaetetuba e com experimentações no campo da agroecologia (MOURÃO, 2007). Em 2002, surgiu a COFRUTA, cuja pauta de produção envolve a fruticultura, particularmente, o sistema de extração e manejo florestal dos açazais, e a extração de sementes de espécies oleaginosas como o murumuru (*Astrocaryum murumuru*), pracaxi (*Pentaclethra filamentosa*), andiroba (*Carapa guianensis*) e outras.

Na perspectiva de melhor caracterizar os aspectos sócio produtivos do território do Baixo Tocantins optou-se por um instrumento da pesquisa de campo baseado em um método qualitativo. De modo que, foram realizadas entrevistas com as principais lideranças do movimento social do campo, representante de entidades governamentais, dirigentes de organismos não governamentais e com a diretoria da COFRUTA, da ADEMPA e do Centro Tipiti. Isso permitiu valorizar a experiência singular e a ação coletiva, portanto, compreender os atores sociais “[...] como unidades posicionais flexíveis, simultaneamente configuradas por e configuradoras de valores, instituições e redes da organização social” (VIANNA, 2006a, p. 1). Dessa forma, é possível interpretar os acontecimentos “[...] interrogar-se sobre o modo como as relações sociais criam solidariedades, alianças e grupos sociais” (VIANNA, 2006a, p. 1) ou “o jogo das estratégias individuais e familiares”.

As dezoito (18) entrevistas foram realizadas em três momentos da pesquisa de campo¹⁷. Primeiramente, houve uma maior concentração, cerca de 40% dos entrevistados, entre novembro e dezembro de 2009 com membros da diretoria da COFRUTA e com representantes de instituições e técnicos de organizações não governamentais. Nesse período, foi possível vivenciar a aproximação do final da safra do açaí e os últimos momentos de negociação com as empresas e presenciar alguns relatos e conversas de cooperados com a

17 O acervo das entrevistas corresponde aproximadamente 30 horas de entrevistas obtidas nos municípios de Belém e Abaetetuba no estado do Pará.

Diretoria na sede administrativa da cooperativa. Essa condição ainda ativa da comercialização do produto *in natura* permitiu, durante as entrevistas, a obtenção de uma avaliação comparativa dos resultados da produção e algumas informações sobre os benefícios econômicos da safra 2009 em relação à safra 2007 e 2008 para a cooperativa e para os cooperados. O segundo momento ocorreu nos meses de março e abril de 2010 com as entrevistas junto às instituições e organizações não governamentais, no entanto, não foi possível finalizar as atividades da pesquisa de campo, devido aos compromissos dos potenciais entrevistados. Assim, ocorreu um terceiro momento, entre agosto e outubro de 2010, no qual houve a finalização das entrevistas com as lideranças do movimento social do campo, diretores da COFRUTA e representantes de instituições e ONG.

Houve um prolongamento da atividade qualitativa. Logo, vários fatores contribuíram para o não cumprimento dos prazos previstos no planejamento original da pesquisa de campo, dentre elas certa dificuldade dos representantes do movimento social do campo, das instituições e das organizações não governamentais em conceder as entrevistas, seja por não estarem seguros em disponibilizar as informações, seja por motivos de incompatibilidade de agendas. Em termos gerais, à medida que, tornavam-se mais claros os objetivos da pesquisa se obtinha maior facilidade em priorizar as condições para a realização das entrevistas. A diretoria da COFRUTA e os cooperados dos setores de produção entrevistados sempre receberam com entusiasmo a possibilidade de relatar suas experiências com a fábrica e seus experimentos no âmbito do manejo dos açazais e de outras culturas consorciadas. Após finalizar essa etapa, iniciou-se a fase de transcrição e análise do material coletado por meio das entrevistas. Trata-se de uma tarefa árdua, contudo, gratificante face os resultados obtidos. À primeira vista, a impressão que se tinha era a existência de um grande mosaico, devido ao volume de dados e informações e a diversidade das interpretações. Todavia, o fato que causou mais impressão foi o formalismo ou o cuidado dos entrevistados de não exporem de maneira clara suas ideias, e, a dificuldade em apresentar os fatos mais polêmicos, ou ainda, a imprecisão de datas e acontecimentos.

Com todos, havia uma preocupação em sempre valorizar sua experiência e trajetória de luta política, por isso, os pontos considerados polêmicos ou resultantes de divergências no interior da organização social não eram destacados ou, então, eram minimizados, entretanto, mesmo minimamente sempre havia o registro dessas situações. Dessa maneira, foi necessário utilizar um método de triangulação dos relatos. Ao compará-los foi possível identificar lacunas e imprecisões. Inclusive, esse foi um dos motivos de prolongamento da pesquisa de campo com as entrevistas porque, ao realizar as primeiras análises do material obtido se

percebeu o registro de nomes de pessoas, instituições e organizações, portanto, atores sociais importantes no processo de constituição do arranjo institucional de valorização das frutas regionais. Isso exigiu repensar as estratégias da pesquisa de campo, principalmente no que dizia respeito à inclusão de novas pessoas a serem entrevistadas. Mesmo assim, era necessário priorizar algumas entrevistas e pensar de maneira racional sobre os prazos da pesquisa de campo e que qualquer tentativa de ampliar os interlocutores representaria aumentar o volume de material para tratamento, portanto, isso tornaria inviável a própria pesquisa. Logo, optou-se por cercar o objeto da pesquisa e definir quais seriam os atores sociais mais importantes e capazes de criar um *link* ou um eixo no conjunto de informações obtidas.

Na verdade, identificou-se que o arranjo institucional formado ao longo de quase duas décadas possuía influência de pesquisadores ou intelectuais que defendiam determinadas visões sobre a dinâmica da agricultura familiar no estado do Pará. Por conseguinte, a academia possuiu um grau de relevância na definição de diretrizes orientadoras dos caminhos assumidos pelas lideranças sindicais dos trabalhadores rurais e pelos dirigentes das ONG. Certamente, essa interação entre academia e movimento social se dava por meio de assessorias, algumas com maior inserção outras de maneira mais pontual ou voltada para interpretar a dinâmica econômica e produtiva, porém, sem caráter de intervenção. Na maioria das vezes, as ONG assumiam o papel de mediação dessa relação, pois possuíam profissionais de nível técnico que eram designados para articular as concepções científicas com os interesses do movimento social do campo. Desde o início, estava claro o caráter de intervenção da Igreja Católica e dos partidos políticos, principalmente, o Partido dos Trabalhadores (PT). A partir dos anos de 1980, no entanto, a relevância ideológica e acadêmica das instituições de pesquisa estava relativamente minimizada ou seria desconhecida, inclusive pelos atores sociais representantes do movimento dos trabalhadores rurais e das ONG.

Essa descoberta permitiu articular o movimento social do campo do Baixo Tocantins com as experiências de associativismo e cooperativismo existente na Região Sul, Sudeste e Nordeste do Pará. Isso decorria da ação da FASE-Amazônia com várias subunidades ou representações no estado como: FASE-Marabá; FASE-Cametá; FASE-Abaetetuba; FASE-Gurupá. Ou seja, havia uma mobilização de assessoria ao movimento social do campo em rede. Dessa forma, temas como desenvolvimento sustentável, manejo florestal, agricultura familiar e outros serão apresentados aos trabalhadores rurais por meio do *link* com projetos das UFPA como a iniciativa de um grupo de pesquisadores do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), liderados pelo Professor Jean Hébert, um dos fundadores, em 1988,

do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT) no município de Marabá (HÉBETTE, 2004b, 2004c, ALMEIDA, 2010). Outras instituições como a EMBRAPA e EMATER também irão influenciar, principalmente no que diz respeito aos sistemas de produção. No entanto, estas duas instituições não parecem ter uma permanência tão duradora, pois são pouco citadas pelos atores sociais participantes das entrevistas. Mais recentemente, há indicação de outras influências como de outro grupo de pesquisadores do NAEA, dessa vez liderada pelas concepções do Professor Francisco de Assis Costa, principalmente sobre as estratégias reprodutivas da agricultura familiar ou do campesinato na Amazônia.

Em face da teia de relações estabelecidas, principalmente, explicitada pelas primeiras entrevistas, foi necessário delimitar o alcance da pesquisa de campo qualitativa. Nesse sentido, manteve-se a prioridade em entrevistar a diretoria da COFRUTA e algumas lideranças do movimento social do campo que assumiam, naquele momento, a direção do STR de Abaetetuba, da ADEMPA e do Centro TIPITI. Na lista de instituições e organizações a serem entrevistadas definiu-se os setores da UFPA que tiveram papel de intervenção direta na cooperativa como os pesquisadores da Engenharia de Alimentos (antigo curso de Química Industrial) do Instituto de Tecnologia (ITEC) e os pesquisadores\extensionistas do Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Populares (PITCPES), do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA). Em relação às ONG, centrou-se a atenção nos técnicos e ex-técnicos da FASE-AMAZÔNIA.

Em relação às demais instituições e organizações, identificadas ao longo da pesquisa como partícipes do arranjo institucional, levou-se em consideração o grau de dificuldade em entrevistar algum representante, por exemplo, o caso das Universidades Europeias (Universidade de Louvain na Bélgica e Universidade do Porto em Portugal) e a ONG ADRAI da Bélgica. No caso das instituições como EMBRAPA, EMATER e outras, optou-se por não incorporá-las na agenda da pesquisa de campo, não por considerar irrelevante seu papel ou por serem pouco citadas pelos atores sociais, mas devido o foco da pesquisa envolver principalmente aspectos relacionados à organização econômica e social e não aos sistemas de produção. No caso daqueles segmentos considerados como influenciadores da concepção dessa mobilização do arranjo institucional (CAT e pesquisadores do NAEA), a estratégia utilizada foi buscar na revisão da literatura os elementos dessa intervenção ou influência da academia, pois, as relações estabelecidas por esses segmentos no Baixo Tocantins ocorriam de maneira mais indireta, porque o foco das pesquisas desses dois segmentos sobre campesinato se encontra no Sul e Sudeste do Pará e no Nordeste do Pará.

Há na revisão bibliográfica autores não-amazônidas que escrevem sobre a região, principalmente os mais famosos como Berta Becker, Aziz Ab'Saber e outros. Na verdade, vários autores desenvolveram pesquisas sobre o “campesinato na Amazônia” ou sobre o “desenvolvimento da Amazônia” ou sobre “economia regional” ou da “expansão da fronteira agrícola”. Atualmente, identificam-se vários estudos sobre a trajetória da agricultura familiar na Amazônia e também das políticas públicas de desenvolvimento rural na região. Face ao volume considerável de bibliografia, definiu-se como objetivo central extrair os principais elementos dessas análises para compor um quadro analítico a despeito da percepção e as construções teóricas que orientam o desenvolvimento da Amazônia, seja institucionalmente seja a partir das organizações sociais e não governamentais que atuam na região, pois essas reflexões influenciaram e ainda influenciam as políticas governamentais e não governamentais na Amazônia. Assim, há um esforço no sentido de identificar os autores que se aproximam das mobilizações do movimento social do campo e das ONG na região do Baixo Tocantins.

Os dados secundários da pesquisa ou a própria revisão da literatura foram subsidiados por estudos desenvolvidos por pesquisadores e extensionistas com vínculos ao PITCPES sobre Baixo Tocantins e uma base documental da FASE-Amazônia sobre o projeto a Valorização das Frutas Regionais pelas Organizações Camponesas: uma alternativa ecológica ao desenvolvimento rural amazônico com arquivos entre 1993 e 2000. As demais fontes de dados secundários foram obtidas junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Estado do Pará (IDESP), a Secretaria de Agricultura do Estado do Pará (SAGRI) em Abaetetuba, e o MDA, Banco da Amazônia (BASA) e outras instituições de pesquisa. Isso possibilitou criar um quadro geral do desenvolvimento territorial rural do Baixo Tocantins.

Em relação à pesquisa quantitativa havia o interesse de aplicar um questionário com os cooperados da COFRUTA. Face ao volume de informações obtido pelas entrevistas, avaliou-se que havia material suficiente para subsidiar a reconstrução dos processos históricos e sobre o arranjo institucional. No entanto, havia lacuna sobre a produção da vida material que exigiria um relato a partir dos cooperados estabelecidos nos setores de produção da COFRUTA. Iniciou-se a construção da estratégia da pesquisa de campo quantitativa com a elaboração de um questionário e, posteriormente, a constituição de uma agenda de campo negociada com a diretoria da cooperativa, pois o apoio político e logístico seria fundamental para acessar as áreas de terra-firme e várzeas. Ao longo das primeiras discussões, identificou-se a seguinte situação: entre 2009 e 2011 os cooperados da COFRUTA tinham sido objeto de

pesquisa de pelo menos três levantamentos: uma pesquisa de dissertação de mestrado; um cadastro sob a coordenação da FASE-Amazônia para criar um banco de dados com o objetivo de subsidiar a parceria com a Empresa NATURA relativa à coleta das sementes regionais; e outros levantamentos e abordagens realizadas por empresas e ONG para identificar o potencial produtivo e conhecer a organização social da cooperativa.

Avaliou-se que mais uma atividade de pesquisa de campo com os cooperados fortalecia o sentido de “objeto de pesquisa” e se tornaria cansativo e improdutivo expô-los novamente a um conjunto de questionamento e invasão de sua privacidade, sem apresentar um significado de contribuição para o desenvolvimento de suas ações produtivas e associativista. Por isso, centrou-se a análise no acervo documental e no banco de dados qualitativo (entrevistas). Este material serviu de base para a construção da trajetória do trabalho do arranjo institucional de valorização das frutas regionais no Baixo Tocantins, indicações sobre as transformações territoriais e o impacto das políticas de desenvolvimento regional. Além disso, será possível apresentar a trajetória das assessorias governamentais e não governamentais, particularmente a atuação da FASE-Amazônia e do PITCEPS. Assim como, recuperar os registros sobre as articulações e mobilizações do movimento social do campo no Baixo Tocantins. Preliminarmente, observa-se uma trajetória de constituição das lutas sindicais no campo e na cidade. Essa trajetória é importante, enquanto, orientadora da proposta de desenvolvimento defendida pelo movimento social do campo e pela ONG e por segmentos de algumas instituições governamentais. Assim, pretende-se entender os caminhos assumidos pelo movimento social do campo que culminam com a produção do açaí, outras culturas e a comercialização de sementes de oleaginosas, portanto a diversificação da produção, na fase contemporânea. Serão dados gerais para situar melhor a importância e o potencial reprodutivo da agricultura familiar no território do Baixo Tocantins, mais precisamente no município de Abaetetuba.

Em suma, o instrumental teórico-metodológico utilizado permitiu identificar a construção de um “projeto de desenvolvimento” centrado na reflexão sobre o papel da agricultura familiar, particularmente na Amazônia Oriental (Estado do Pará). Percebe-se que essas reflexões repercutiram na atuação das assessorias e na elaboração de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural e, mais contemporaneamente, nas políticas de desenvolvimento territorial rural. Na verdade, há indícios da constituição de um arranjo institucional com amplitude regional e internacional que fomentou as ações voltadas para a valorização das frutas regionais e o combate à pobreza rural. Houve desdobramentos dessa iniciativa, assim como, houve o esgotamento dessa articulação e a possibilidade de

recuperação desse arranjo institucional em outro patamar, ao longo dos anos 2000. Apesar disso, identificam-se alguns resultados importantes como o desenvolvimento de sistema de produção agroextrativista e agroecológico, a inserção dos agricultores familiares em temáticas como certificação orgânica, manejo florestal, melhorias das práticas de qualidade do produto e outras questões técnicas, principalmente relacionadas à produção orgânica e manejo florestal do açaí e de outras frutas e sementes regionais.

Por fim, esse conjunto de material poderá auxiliar na apresentação da trajetória dos arranjos sócio-produtivos no território do Baixo Tocantins. Este é o objetivo, assim como, o desafio deste esforço acadêmico. É importante ressaltar que foram criadas várias possibilidades de análises ou foram abertas “várias janelas”, mas foi necessário sistematizar e reunir os elementos mais importantes e relevantes para começar a delimitar tais possibilidades no sentido de definir o melhor eixo para demonstrar as experimentações e analisar suas possíveis contribuições e repercussões para o desenvolvimento territorial rural, como também, evidenciar suas limitações e possíveis equívocos. O importante nessa empreitada é o caráter da investigação científica pautada em uma metodologia de análise histórica, preocupada em contextualizar os processos e identificar os sujeitos, assim como sistematizar e articular os dados secundários econômicos e sociais, e, alguns dados ambientais e culturais para melhor expressar a dimensão dessa trajetória do trabalho e da produção da vida material.

2 TRABALHO, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA ORIENTAL: CONTRADIÇÕES ENTRE O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO E A DINÂMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR

O grande desafio dos estudos e pesquisas sobre a Amazônia brasileira na contemporaneidade tem sido a capacidade de construir uma sinopse sobre o processo de desenvolvimento ocorrido a partir da segunda metade do século XX. Há vários autores que apresentam um quadro analítico e conceitual de grande envergadura, contudo, ao revisitá-los se percebe o quanto é instigante e frutífera a possibilidade de contribuir com novos elementos ou com novas interpretações (MENDES, 1979, COSTA, 1979, 1992; HÉBETTE, 2004a, HÉBETTE; MARIN, 2004b, GOMES; VERGOLINO, 1997, BECKER, 1999, COSTA, 2000b, BRITO 2001, HADDAD; REZENDE, 2002, AB’SÁBER, 2005, MARQUES, 2007, CASTRO, 2010). O espaço amazônico é sedutor e misterioso, principalmente, pelo aspecto da dimensão territorial. Muitos autores já tentaram desvendá-lo, portanto, foram construídos vários discursos sobre a Amazônia. Para o objetivo dessa pesquisa destacam-se os seguintes pontos: “luta contra a pobreza”, “geração de renda” e de “preservação” (PRESSLER, 2010, p. 161). Podem ser acrescentados a estes outros discursos mais recentes como: desenvolvimento rural, desenvolvimento territorial, arranjos produtivos locais, cadeias produtivas e outros. Afinal, qual o significado desses discursos, normalmente construído no ambiente externo (agência multilateral, agência governamental nacional, agência não governamental nacional e internacional e instituições e organizações locais e regionais) aos principais favorecidos ou supostamente favorecidos, para a população (populações) amazônica?

Observa-se nos estudos sobre a economia regional amazônica, advindos de uma interpretação originária dos anos de 1950, o anúncio de uma nova Amazônia, assim sendo consequentemente surgiram novas indagações sobre: “Desenvolvimento de quem?” “Desenvolvimento para quem?” “Mas, enfim que espécie de desenvolvimento?” (MENDES, 1979). Naquele momento, essa perspectiva de pensamento inaugurou um processo de contestação aos instrumentos de mensuração daquilo que seria considerado desenvolvimento e tentava indicar uma visão de planejamento capaz de romper com os mecanismos de dependência existentes na relação regional do Brasil. Portanto, evidenciam-se as desigualdades regionais e propõe-se a relevância do governo na implantação de um planejamento inovador. Há claramente a incorporação de elementos relacionados ao uso dos recursos naturais em prol das populações locais, assim como, reivindica-se a promoção da qualidade de vida. Essa proposição estava envolvida por um conjunto de dúvidas e

imprecisões, logo, tornou-se ambígua. Ou seja, identificava os problemas provocados pela política desenvolvimentista autoritária, mas não descartava a possibilidade de apropriação de benefícios pela sociedade regional “[...] num modelo colonialista que não corresponde, evidentemente às intenções do governo, nem se concilia com a consciência nacional”. (MENDES, 1979, p. 18). Ou “[...] a eutanásia do federalismo, a que assistimos, não é um mal tão irremediável se ele se converter em caminho para a correção das disparidades regionais” (MENDES, 1978, p. 22).¹⁸

A princípio, esse pensamento, apresentar-se-ia como um campo de contestação e problematização sobre o padrão do desenvolvimento regional, conquanto, ao analisar algumas de suas proposições se percebe o seu caráter conciliador e em conformidade com uma ideologia do progresso (DUPAS, 2006). Conforme Mendes (1979, p. 18) “o modelo desejável que visualizamos possibilita ao país como um todo beneficiar-se das receitas geradas pela exploração intensiva dos recursos naturais da região”, conclui que: “A esta deve permitir-se reter parcela proporcional às necessidades de recuperação do atraso econômico de sua população” (MENDES, 1979, p.18). Essas assertivas podem ser indicativas dos aspectos limitadores dessa interpretação. Trata-se de uma visão influenciada pela tese desenvolvimentista cepalina ou por uma composição heterodoxa sobre desenvolvimento econômico e sobre economia regional. Portanto, acredita-se cegamente no planejamento e nos macro cenários como instrumento de orientação da integração do território amazônico ao projeto nacional desenvolvimentista. Em tese, pretende-se a superação da relação centro-periferia ou de um modelo de subdesenvolvimento regional. Na verdade, trata-se da velha tese do modelo dualista (OLIVEIRA, 2003).

Nesses termos, defende-se a criação de mecanismos compensatórios para reduzir as desigualdades regionais e a superação do atraso. Essa abordagem terá forte influência nos meios acadêmicos e governamentais da região amazônica, pois representará em certo sentido, a proposição de uma “elite intelectual” com fortes laços ao protótipo de classe dominante regional, ou pelo menos aos segmentos empresariais, acadêmicos e governamentais do Estado do Pará. De modo que, esse pensamento influenciará a estruturação e gestão de instituições regionais no campo da pesquisa e do fomento ao desenvolvimento, pois possui uma visão de desenvolvimento regional centrada na tecnologia a ser adotada no uso dos recursos naturais, portanto a defesa da tecnologia como instrumento estratégico (COSTA, 1979).

18 Apud COSTA, Francisco de Assis. Diversidade estrutural e desenvolvimento sustentável: novos supostos de política e planejamento agrícola para a Amazônia. **Paper do NAEA**, Belém, n. 44, 1995, p. 1.

O segundo elemento está relacionado à articulação desse pensamento, contraditoriamente com o Estado autoritário, com os interesses da elite econômica e, ainda com a elite intelectual local. No entanto, é permitido o espaço para segmentos intelectuais desenvolverem ações de estudos e pesquisas e mobilizações em torno dos atingidos pelos grandes projetos na Amazônia. Nota-se o embrião de novas incursões sobre o imaginário amazônico, agora com o objetivo de dar voz aos atores sociais da região que atuam no campo de resistência ao regime autoritário, ou seja, à modernização conservadora. Essa condição de fundo contraditório consiste na proposição de uma tecnologia intermediária ou apropriada. Tenta-se o equilíbrio entre a preocupação de “[...] como compatibilizar o aproveitamento dos recursos naturais, aliado ao ambiente ecológico e não contra ele?” (MENDES, 1979, p. 84) e “[...] como compatibilizar os objetivos de exploração dos recursos naturais [...] recompensando ao mesmo tempo aqueles que para a região carregam sua capacidade empresarial, recursos financeiros e tecnologia?” (MENDES, 1979, p. 84). A princípio, identifica-se uma posição dúbia, mas fomentadora de novas interpretações sobre a região amazônica, principalmente na perspectiva de forjar o pensamento de uma sociedade regional ou “valorização do homem regional”.

Ao longo dos anos de 1970 e 1980, a discussão sobre desenvolvimento da Amazônia assume proporções políticas amplas com a inserção das proposições da sociedade civil, até então representada por segmentos empresariais e intelectuais da classe dominante. Contudo, as mobilizações políticas do movimento dos trabalhadores do campo e dos trabalhadores urbanos concretizam a identificação de novos atores sociais no movimento de integração da região à economia nacional. O mundo rural amazônico absorve um conjunto de políticas desenvolvimentistas autoritárias, cujo impacto altera significativamente as relações de trabalho e o território. Como por exemplo: a colonização espontânea e dirigida instalou novos assentamentos humanos e projetos agropecuários com contexto histórico e perspectiva produtiva totalmente exógena à região, constituindo campanhas de desterritorialização da Amazônia em prol do agronegócio e da reestruturação do mercado de terras (ALMEIDA; MARIN, 2010); a abertura de rodovias; a expansão da fronteira agromineral (HÉBETTE, 2004a); infra-estrutura energética, etc. Em síntese, haveria pelo menos três controvérsias sobre os resultados da política desenvolvimentista autoritária que merece referência: a ocupação econômica do território com base em grandes empreendimentos agropecuários em detrimento dos pequenos e médios projetos agrícolas; os resultados econômicos beneficiavam muito mais o capital exógeno e não estimulava atividades locais como forma de impulsionar o

desenvolvimento regional; por fim, os projetos econômicos fomentados possuíam efeitos reduzidos de criação de emprego (COSTA, 1979).

Indubitavelmente, o espaço amazônico sofreu grandes transformações geradas por uma política territorial mais intensiva a partir da política desenvolvimentista autoritária (1964-1985) e seus desdobramentos ao longo da fase democrática, principalmente, nos últimos dezesseis anos com a recuperação da visão de Eixos de Integração e Desenvolvimento¹⁹ (EID) no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (BECKER, 1999). No entanto, a partir de 2003, o governo brasileiro ensaiou a apresentação de uma nova estratégia de desenvolvimento nacional e de integração territorial, cujos fundamentos seriam destacar a importância e o significado da questão ambiental. No caso da Amazônia, a orientação governamental manteve os objetivos dos eixos de integração e enfatizou a capacidade da região de gerar “[...] oportunidades econômicas fundamentadas nas potencialidades de seus recursos naturais, nas habilidades produtivas de suas populações e nos serviços ambientais prestados ao país e ao planeta” (BRASIL, 2008, p. 3). Ou seja, o ideário de uma “Amazônia moderna e protegida” presente no Plano Amazônia Sustentável (PAS) e no Plano Plurianual (2004-2007) iria sucumbir ao novo desenvolvimentismo defendido no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) (SOUZA; FILIPPI, 2010). Assim, a nova política (velha política) territorial de desenvolvimento ou um novo reordenamento territorial privilegiou as obras de infra-estrutura como estratégias para a criação de novas oportunidades econômicas. Na visão do governo brasileiro seria uma maneira de ampliar a atuação do Estado na região, ou a configuração de possíveis respostas às pressões internacionais e da sociedade civil regional.

Dessa forma, novos instrumentos como o Zoneamento Ecológico-Econômico²⁰ (ZEE) são difundidos como orientadores de organização territorial e planejamento e melhoria das condições de vidas das populações urbanas e rurais. Entretanto, essa política territorial fundamenta o avanço de uma urbanização concentrada e no surgimento de novas ruralidades,

19 Os eixos de integração do desenvolvimento foram concebidos nos anos de 1970 como forma de solucionar o estrangulamento dos corredores de transportes para o produto voltados para o mercado internacional. Nos anos de 1990, eles foram novamente incorporados à política de desenvolvimento regional, no governo do Presidente Collor de Mello. A partir do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi atualizado para Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID) passou a fazer parte do Plano Plurianual de Investimento (1996-1999) denominado de Programa Brasil em Ação e depois no Plano Plurianual (2000-2003) agora como Programa Avança Brasil (EGLER, 1999). Entre 2003-2010, o governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva manteve essa linha de política territorial, principalmente com a instituição do PAC, pautado no fortalecimento das obras de infraestrutura.

20 O ZEE foi estabelecido em 1990 pelo Decreto-Lei Federal n. 99.540. Em 2005, o Governo do Estado do Pará homologou a Lei Estadual n. 6.745 para a implantação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará (ZEE-PA). Em 2008, instituiu o Comitê Supervisor do ZEE-PA composto do Comitê Técnico científico e um Grupo de Trabalho, por meio do Decreto n. 1026. Essa iniciativa em consonância com a Política Nacional de Meio Ambiente resultou no ZEE da BR-163(2008) no ZEE da Zona Leste e Calha Norte (2010).

principalmente nos territórios impactados pelos grandes projetos econômicos. Apesar do avanço dos ideários do novo desenvolvimentismo, isso não consegue ser suficiente para tornar o espaço amazônico homogêneo. Há territórios em que se mantêm com grande relevância a importância da estrutura agrária, principalmente, pela expressão que assume a agricultura familiar. Este seria o foco da discussão sobre trabalho, território e desenvolvimento nesta tese. Por um lado, tenta-se evidenciar os impactos das políticas territoriais governamentais no sentido de desestruturar o agrário amazônico, considerado “atrasado” em prol de uma modernização conservadora, mesmo em regime democrático. Por outro lado, destacar os campos de resistência da sociedade regional, ou da nova sociedade regional gerada pelas ações desenvolvimentistas, neste caso, centrada na trajetória do trabalho dos agricultores familiares do território da cidadania do Baixo Tocantins no Estado do Pará.

2.1 ESTADO, DESENVOLVIMENTO E A POLÍTICA TERRITORIAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Em termos gerais, o contexto econômico e social da Amazônia, na segunda metade do século XIX até o início da primeira metade do século XX, é centrado no extrativismo vegetal, principalmente, na extração do látex e o seu beneficiamento artesanal para comercialização no mercado internacional, a fase de grande auge econômico denominada de “Economia da Borracha” (SANTOS, 1980, MARTINELLO, 2004). No entanto, a hegemonia do capital comercial, ao mesmo tempo em que, dinamizava a economia amazônica, criava situações degradantes de exploração do trabalho por meio do sistema de aviamento. Essa economia extrativa apresentou fases de auge (século XIX e nos primeiros anos do século XX), a fase de estagnação (primeira metade do século XX, mais precisamente entre 1910 e 1940), nova fase de crescimento (ao longo do período da segunda guerra mundial, 1941-1945²¹) e a tendência de decréscimo, devido à perda de competitividade no mercado internacional (pós-2ª guerra mundial).

21 Em 1942, os “Acordos de Washington” estabeleceram a participação do Brasil na segunda guerra mundial e fornecimento de matéria-prima, principalmente o fornecimento da borracha natural, devido o bloqueio das áreas produtoras na Ásia pelos países da Tríplice Aliança. Havia uma previsão de fornecimento de cem mil toneladas anuais pelo Brasil, algo que não se realizou (MARTINELLO, 2004). Nesse período ocorreu uma reestruturação institucional com a criação de novos órgãos seja para manter uma política de apoio e valorização da borracha e a constituição de infraestrutura econômica e social seja para ampliar a ação de colonização na região amazônica (BRITO, 1998). Segundo Martinello (2004), foram atraídos para a Amazônia cerca de 55.000 nordestinos para compor a força de trabalho, os chamados “soldados da borracha”.

Portanto, ao longo dos anos de 1940 e 1950, o estabelecimento de um conjunto de intervenções governamentais na Amazônia é representativo de vários objetivos, pelo menos formais, como: valorizar a economia regional; promover ações desenvolvimentistas; instalar novas instituições; e estruturar a própria intervenção estatal no espaço amazônico (BRASIL, 1967). Por exemplo, as políticas governamentais de valorização da borracha e o discurso de “Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta” (VARGAS, 1954a, p. 9-11)²² não se concretizaram em sua totalidade, mas inauguraram uma política de desenvolvimento regional (CARVALHO, 1999) ou representaram a institucionalização do desenvolvimento regional, principalmente a partir da criação da Superintendência de Valorização da Amazônia (SPVEA), em 1951 (MARQUES, 2007). Ou seja, a sistemática modernização da estrutura produtiva e político-institucional sempre visou “[...] implantar uma estrutura estatal que viabilize a integração da região ao circuito de acumulação e a formação da renda do país” (BRITO, 1998, p. 9). Assim, o diagnóstico de esgotamento do extrativismo vegetal abria espaço para a introdução de um modelo baseado na racionalização da produção agrícola e nos projetos de colonização²³ (MINTER, 1967). Ou conforme Araújo (1992, p. 49)²⁴: propõe como a “Criação de uma sociedade estável de base agrícola”.

Segundo Marques (2007), nos anos 50, a visão da política regional do Governo Federal para a Amazônia assumia duas vertentes. Por um lado, configurava-se muito mais em uma política de ocupação territorial, cuja estratégia principal era incentivar e apoiar a migração de nordestinos. Por outro, em termos setoriais, mantinha forte o privilégio para o setor primário, basicamente para o extrativismo vegetal²⁵. Momentaneamente, havia a defesa de alguns

22 Apud MARQUES, Gilberto. Estado e Desenvolvimento na Amazônia: a inclusão da Amazônia na reprodução capitalista brasileira. 2007. 316 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007, p. 15.

23 Essas premissas estão claras no texto do 1º Plano Quinquenal (1955-1959) da SPVEA: “A primeira lição que o homem amazônico terá que aprender será o devotamento à agricultura”. A concepção de racionalização da agricultura seria traduzida em projetos voltados para a promoção da colonização intensiva (projetos de colonização), ao estímulo à organização de cooperativas, de uma ação de criação de núcleos agrícolas, da propagação de um ideário de auto-suficiência alimentar na região e por fim uma ação mitigadora de distribuição de lotes de terras aos trabalhadores. Naquele momento, sem legitimidade o plano da SPVEA não conseguiu êxito, porque nem financiamento fora destinado para viabilizar o desenvolvimentismo autóctone (MARQUES, 2007). Nas duas décadas seguintes, essa visão representará um duro golpe à prática extrativista, pois desvalorizou o seu papel reprodutivo e propagou a importância da agricultura e da pecuária (BRASIL, 1967).

24 Apud SILVA, Aldemir Cruz. **Política e meio ambiente: a cidade de Cametá**. 1999. 120 f. Monografia (Especialização em Planejamento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1999, p.12.

25 No entanto, essa visão de fortalecimento do padrão primário-exportador, como carro-chefe da economia regional, não era o suficiente para eliminar o alto grau de informalidade e a dispersão da produção extrativista vegetal no vale amazônico. Conseqüentemente, isso provoca alguns prejuízos, a exemplo da precariedade no registro de informações sobre o volume da produção, tornando-a subestimada. Apesar desse quadro adverso, é possível apresentar alguns dados sobre a importância e participação da borracha no produto regional bruto, ao

interesses econômicos ou de outros setores da economia, como por exemplo, a orientação de ações voltadas para o cultivo (produção de alimentos regionais para criar condições de autossuficiência alimentar). De outra maneira, a produção extrativista vegetal se tornava o objetivo final. Isso resultava em pouco interesse pelos outros setores da economia regional, dessa forma, não havia grandes incentivos para a industrialização e o conhecimento sobre a exploração mineral se mantinha bastante incipiente (MARQUES, 2007).

Entre 1955 e 1960, a taxa média de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) regional foi da ordem de 11,3%. No mesmo período, em termos setoriais, houve um crescimento extraordinário do setor industrial com taxa média de 17%, o setor serviço cresceu 11,6% e a agricultura com menor desempenho, mas com uma taxa de crescimento médio de 4,3%. Esses indicadores setoriais seriam representativos de uma superação da fase de “estagnação” (1910-1950), em decorrência da introdução de novos produtos agriculturáveis e início das primeiras atividades de exploração mineral de manganês e extração de petróleo (GOMES; VIRGOLINO, 1997). Em certo sentido, essa proposição corrobora com Costa (1992), cuja tese é contrária aos estudos que propagam o insulamento da Amazônia ou uma perspectiva de não integração ao mercado global como forma de evitar impactos socioambientais na região.

Segundo Costa (1992) a partir da segunda metade dos anos de 1950, o Estado nacional patrocinou as bases de alteração da ordenação do espaço econômico da Amazônia, ao promover “[...] a transição do modelo de “desenvolvimento nacional-costeiro” para o de “desenvolvimento horizontal-interiorano” (COSTA, 1992, p. 45). Essa visão defende a importância da superação do isolamento da Amazônia e enfatiza a importância dos grandes projetos econômicos na contribuição ao bom desempenho econômico regional nas décadas seguintes, *vis-à-vis* o crescimento da participação do setor industrial no PIB da região Norte de 15,10%, em 1970, para 40,75%, em 1980 (COSTA, 1992).

Conclusivamente, entre os anos de 1950 e 1960, os indicadores de crescimento econômico da Amazônia são representativos de uma ação intervencionista do Estado Nacional com fins de alteração da base produtiva da economia regional (GOMES; VIRGOLINO, 1997). No entanto, com repercussão mais lenta, em termos de melhoria nas condições de vida da grande maioria da população regional. Em certo sentido, a essência dos projetos econômicos incentivou, na maioria das vezes, a exploração inadequada dos recursos naturais, a desestruturação fundiária e a defesa de interesses autóctones perdulários e de acumulação

final da primeira metade do século XX. Em 1949, a produção de borracha correspondia a 6% do produto regional bruto, porém, em 1962, essa participação não superava 2,4% (BRASIL, 1967). Na década de 40 do século XX, o estado do Acre era responsável por 39% da produção regional de borracha vegetal (BRASIL, 1967).

voltada para fora da região²⁶ (HADDAD; REZENDE, 2002). Esse descompasso foi mantido ao longo da transição de um Estado democrático para um Estado autoritário, pós-1964. Por um lado, a modernização conservadora promoveria melhorias dos indicadores setoriais da economia regional (COSTA, 1992). Por outro, contraditoriamente, aumentariam os conflitos agrários e a violência no campo, conseqüentemente, acentuou-se o grau de pobreza e a degradação ambiental, uma “modernização forçada” (BRITO, 2001).

Ao longo da década de 1970, esse padrão será mantido com poucas alterações no campo social e ambiental, devido à política de planejamento regional assumir o compromisso de manter um padrão de crescimento econômico acelerado na tentativa de acompanhar “o milagre econômico” brasileiro (1967-1973).

Segundo Haddad; Rezende (2002), “[...] Na ausência de um plano de ocupação do vasto espaço amazônico [...] a ação do Estado pautou-se por uma postura passiva, dando pouca atenção à capacidade dos ecossistemas amazônicos suportarem as inevitáveis pressões advindas do crescimento”, ou seja, não havia “uma preocupação com o equilíbrio econômico-ecológico” (HADDAD; REZENDE, 2002, p.24). Conseqüentemente, os diversos subespaços regionais da Amazônia brasileira irão receber o impacto dessa reestruturação produtiva e político-institucional²⁷. Por exemplo, o Estado do Pará continuou a manter a sede da maioria das instituições desenvolvimentista, como a SUDAM e BASA. Isso provocou efeitos de desigualdade intra-regional na política de desenvolvimento regional em relação aos demais estados da região.

Nos anos de 1980, a crise no padrão de financiamento do Estado brasileiro afetou diretamente a economia regional. Segundo Brito (2001), essa crise teria provocado “[...] o esgotamento da política de desenvolvimento para a Amazônia” (BRITO, 2001, p. 20). Contudo, Marques (2007) argumenta que desde os anos de 1970 vinha ocorrendo a perda de espaço institucional da SUDAM, na gestão daquele que deveria ser o principal mecanismo de financiamento da economia regional, os incentivos fiscais. Independentemente dessas duas abordagens, é notório que esse mecanismo que “[...] serviu para o Estado atrair capital e empreendedores de diversos setores da economia [...]” (CASTRO, 2010, p. 112), tornou-se

26 A partir de 1963, inicia-se a política de incentivo fiscal sob a coordenação da SPVEA. Isso permitiu investimentos no beneficiamento de matérias-primas regionais, no entanto, houve um grande impulso para a instalação do setor agropecuário na Amazônia, mais precisamente para a pecuária de corte. Este setor econômico se tornou extremamente dinâmico na região, ao mesmo tempo, que provocou profundos impactos sociais no campo, observado no aumento da concentração fundiária, na violência e expulsão de trabalhadores rurais (MARQUES, 2007).

27 Nessa fase foram implantados projetos como: O Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria (PROTERRA - 1971); Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZONIA - 1974).

anacrônico. Comumente, as avaliações sobre os efeitos dos incentivos fiscais na Amazônia são ambíguas. Por um lado, indicam o seu reduzido alcance na solução das desigualdades regionais e seu papel no financiamento dos grandes projetos econômicos. Por outro, enaltecem seu papel na geração de emprego e dinamização de investimentos setoriais²⁸.

A partir de 1990, o Governo Federal aplica um conjunto de medidas que alterariam substancialmente os procedimentos de liberação dos incentivos fiscais. Primeiramente, houve uma medida radical, Lei Federal nº 8.034, de 12/04/1990, que suspendeu por tempo indeterminado os incentivos fiscais. Logo depois, em 1991, restabeleceram-se os incentivos fiscais, contudo, novos procedimentos foram criados para dificultar a aprovação de projetos, por meio da Lei nº 8.167/91, pelo Decreto nº 101/91 e pela Resolução da SUDAM nº 7077 (MARQUES, 2007). Independentemente disso, para o bem ou para o mal, esse mecanismo da política de desenvolvimento regional conseguiu seu intento, pois “[...] o avanço da fronteira econômica organizou-se de forma a permitir a integração da Amazônia às estruturas produtivas do mercado nacional” (CASTRO, 2010, p. 112). Nesse sentido, o papel desempenhado pelo Estado para a dinamização e alteração da base produtiva da Amazônia, particularmente em relação ao extraordinário crescimento do setor industrial e agropecuário, nem sempre é passível de argumento positivo ou acrítico. Segundo Haddad; Rezende (2002, p. 24), “[...] a ação do Estado não foi marcada por uma concepção estratégica que buscasse conciliar dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento”. Portanto, não é possível desconsiderar a exploração predatória dos recursos naturais da região advindos da instalação de pólos dinâmicos de exploração mineral para exportação, ou o avanço de grandes projetos agropecuários, ou mesmo a aceleração de um tipo de urbanização com reduzida regulamentação e altamente especulativa.

Em síntese, este era o quadro institucional da política territorial e dos planos de desenvolvimento regional entre os anos de 1960 e 1990. Percebe-se a problemática centrada em uma disputa entre segmentos da oligarquia regional e o capital forâneo representado na maioria dos casos por empresas financeiras que utilizavam os recursos oriundos dos incentivos fiscais para promover sua capitalização por meio de processos especulativos exteriores a região ou com a consolidação de um padrão econômico centrado na grande empresa agropecuária, na exploração madeireira e nos grandes projetos minerais, ou seja, uma

28 Grosso modo, a comparação das taxas anuais do PIB da região Norte é representativa da perda de dinamismo da economia regional. No período correspondente a 1970/1980 a taxa de crescimento anual média foi da ordem de 12,2%. Na década de 1990, mais precisamente entre 1990/1994, caiu para 1,3%. Isso pode não ser suficiente para indicar a perda de espaço dos incentivos fiscais no crescimento econômico regional, contudo, é um indicativo de que irão decrescer bastante a partir dos anos de 1990 se comparado ao dinamismo das décadas de 1970/1980 (MARQUES, 2007).

fronteira de *commodities* (CASTRO, 2010). Sendo assim, esse modelo econômico concebido em termos de cadeias curtas, cria um conjunto de contradições *pari passu* relacionadas à sua própria expansão e/ou como resultado direto das políticas de ocupação territorial. Nesse sentido, o falso dualismo entre o avanço da urbanização (“desenvolvimento”), nas grandes cidades e nas cidades pequenas e médias, e a existência ou permanência de subespaços regionais rurais (“atraso”) seriam a expressão do movimento contraditório de expansão da fronteira econômica na Amazônia.

2.2 A TRAJETÓRIA DO TRABALHO E DO DESENVOLVIMENTO NO BAIXO TOCANTINS

A especificidade contemporânea do desenvolvimento capitalista na Amazônia oriental brasileira, conforme visto anteriormente está diretamente relacionado às seguintes questões: ao contexto da colonização agrícola; à implantação da cadeia produtiva minero-metalúrgica; ao impacto de projeto hidroelétrico; à instalação de infra-estrutura portuária e rodoviária; ao fomento de projetos agroindustriais. Portanto, a instalação de grandes, médios e pequenos projetos na Amazônia, cuja base de financiamento é o fundo público, em alguns casos, articulado ao capital financeiro nacional e internacional. Em conseqüência, inúmeros impactos foram promovidos por essa mobilização produtiva nos espaços sub-regionais, como no caso do território da cidadania do Baixo Tocantins. Em suma, intensificou-se o fluxo migratório inter e intra (regional) e ainda, intra e inter (municipal); promoveu a desarticulação da base produtiva familiar nos municípios de impacto direto dos projetos minero-metalúrgicos e agroindustriais; criou situações graves de degradação ambiental; provocou o surgimento de novas formas de trabalho não-agrícola e outras modalidades de organização e relações de trabalho.

Embora tenha ocorrido um forte movimento de crescimento da ação do capital financeiro e do capital agroindustrial foi concomitante a manutenção da trajetória de consolidação de amplo contingente de força de trabalho no rural amazônico, neste caso particular no território do Baixo Tocantins. Isto é, continuou tendo significância a atuação dos trabalhadores rurais na produção agrícola e na extração de produtos vegetais e animal. Segundo Costa (2000b), tratou-se de um movimento de “campesinização”. Essa tendência já vinha ocorrendo, desde o início do século XX, pois “A nova composição da produção social em 1920 é já expressão de dinâmicas estruturais postas em andamento a partir da grande

débâcle de 1912/1914” (COSTA, 2000b, p. 33). Entre 1910 e 1920, as transformações observadas na base produtiva da região Amazônica geraram a expansão de uma base produtiva agrícola (arroz, feijão, milho e cacau) e houve a demanda por outros produtos extrativistas vegetais (castanha do Brasil, oleaginosas, madeira e guaraná) e se fortaleceram novos campos de atuação do capital mercantil, por isso, foram criadas novas práticas de subordinação do trabalho (COSTA, 2000b). Na atualidade, isso assume outras configurações e garante a diversidade da base produtiva da região Amazônica na oferta de produtos para o mercado regional, nacional e internacional.

Em suma, na primeira metade do século XX, esse movimento de “campesinização” pode ser identificado com a transição da condição de trabalhador de seringais para uma condição de camponês/agricultor familiar, seja com maior autonomia ao se dedicar à produção agrícola alimentar mercantil (lavoura temporária e permanente), seja mobilizando novos sistemas de produção extrativistas e agroextrativistas para o autoconsumo ou, então, articulado ao mercado, por meio da oferta de novos produtos extrativistas de exportação (COSTA, 2000b). Ao longo da segunda metade do século XX, mais precisamente a partir de meados dos anos de 1960, esse movimento ainda estará em processo de expansão e consolidação, porque é observado, em determinados espaços sub-regionais, a expansão da produção agrícola de subsistência e/ou mercantil. Por exemplo, ainda no segundo e terceiro quartel do século XX, em determinados espaços sub-regionais, o extrativismo da borracha silvestre e outros produtos vegetais continuou, e continua, sendo uma fonte de renda importante para a sobrevivência das populações ribeirinhas e possibilitou a manutenção de fluxos comerciais do capital mercantil local e externo²⁹.

29 Nas entrevistas (pesquisa de campo) realizadas em 2010, com trabalhadores rurais de Abaetetuba, identificaram-se nos relatos, referências a manutenção de uma demanda por borracha silvestre, possivelmente pelos comerciantes de Belém, ao longo dos anos de 1960 e 1970. Portanto, as estradas de seringais ainda continuavam sendo ativadas produtivamente, ao longo da segunda metade do século XX, conforme a demanda de mercado. Além disso, em alguns subespaços regionais era a única fonte de renda monetária para os trabalhadores rurais. No mesmo período, um fato semelhante foi identificado por Souza et al (2002), Herrera (2003) e Lopes; Souza; Ferrão (2009) na região do rio Mapuá no município de Breves no arquipélago do Marajó também no estado do Pará, pois “[...] a economia da borracha foi substituída pela da madeira, estimulada pela instalação das madeireiras pelo capital nacional e estrangeiro. Com isso ocorreu significativa mudança na organização do trabalho e certamente do modo de vida, porém, manteve-se o modelo de subordinação dos ribeirinhos aos patrões” (LOPES; SOUZA; FERRÃO 2009, p. 233). Portanto, em espaços sub-regionais distintos, contudo em períodos aproximados, até um determinado momento, por um lado houve demanda de mercado pela borracha silvestre. Entretanto, à medida que havia redução dessa demanda, paulatinamente, ocorreu a substituição do produto extrativista de exportação já decadente por um novo produto extrativista, na maioria dos casos era a madeira ou outro produto vegetal disponível naquela localidade, com potencial de mercado. Por outro, se renovavam as relações de subordinação do trabalho, por meio de novos “patrões”. Isso não ocorria somente com as práticas extrativistas, mas também na produção agrícola. Por exemplo, ao longo de pelo menos duas décadas (entre os anos de 1970 e 1980) no Baixo Tocantins, particularmente nas ilhas de Abaetetuba e de Igarapé-Miri, a relação de subordinação ou patronagem também se estabeleceu por meio da

É possível corroborar com a tese de Costa (2000b), pois é perceptível um movimento de consolidação da agricultura familiar na região do Baixo Tocantins, a partir do final da primeira metade do século XX, mesmo que se configure um sistema agroextrativista, porque se observa a manutenção da oferta de borracha e de outros produtos de extração vegetal como o cacau nativo, além de oleaginosas e essências florestais. Na segunda metade do século XX, outros produtos como a madeira, o palmito, a extração de argila (produção para as olarias), beneficiamento de produtos advindos da extração mineral pela grande indústria minero-metalúrgica e, mais contemporaneamente, o açaí irão garantir os estreitos laços de integração dessa região com a economia regional e sua participação ativa na comercialização voltada para o mercado nacional e internacional.

No caso da agricultura familiar do Baixo Tocantins, impõe-se novamente a condição de possuir um produto para exportação, normalmente um produto extrativista vegetal ou agroextrativista. Na fase contemporânea, destaca-se a produção do açaí, seja como extrativismo vegetal seja como resultante do uso de técnicas de manejo florestal. Autores como Homma (2008) argumentam que a utilização de técnicas de manejo florestal configura um padrão produtivo diferente do extrativismo tradicional, logo, como se fosse um plantio racional. No entanto, observa-se a articulação da produção dos açaizais com a extração de oleaginosas e essências florestais, principalmente na entressafra do açaí. Na visão de outros autores, isso configuraria um sistema agroflorestal ou um sistema agroextrativista, portanto, o termo trabalhador agroextrativista possui relevância na caracterização dessa força de trabalho. Independentemente, dessa controvérsia, é importante ressaltar como isso configurou um padrão de acumulação centrado no capital mercantil local e regional e mais contemporaneamente tem resultado em articulações com o capital industrial e financeiro.

Pode-se sustentar que, esse conjunto de movimentos econômicos produtivos, de novas relações de trabalho, de transformações territoriais e de políticas desenvolvimentistas repercute diretamente no campo sócio-político. Inicialmente, observa-se que, ainda na primeira metade do século XX, a sociedade de base extrativista da região do Baixo Tocantins estimulou a permanência de estruturas de organização social, construídas ao longo da tradição da colonização portuguesa no Brasil, que mantinham fortes os princípios de compromisso, confiança e reciprocidade (SOUSA, 2002). Os estudos de Sousa (2002) na região de Cameté no Baixo Tocantins revelam que o processo de organização social foi conduzido por uma

produção da cana-de-açúcar nas áreas de várzeas e o estabelecimento dos engenhos de cachaça e açúcar, cujo “ciclo” entrará em decadência no final dos anos de 1980 (ANDERSON; MARQUES, 1992).

organização social denominada de irmandades de santo³⁰. Em tese, esse formato é perceptível em todos os municípios que compõem o território da cidadania do Baixo Tocantins, principalmente, devido à influência da Prelazia de Cametá na região tocantina³¹. Contudo, não é possível no momento definir o grau de influência e organização, pois esse elemento não se configura no foco desta investigação. Assim, é notório o importante papel político, religioso e econômico dessa organização social³² no campo de mediação da relação entre os interesses das oligarquias agrárias e a busca de benefícios, favores e apoio às populações das áreas de ilhas e das áreas de terra firme, basicamente formada por agricultores familiares com sistema de produção de subsistência e/ou vinculados à extração dos produtos vegetais para o mercado internacional por meio do sistema de aviamento (SOUSA, 2002).

Ainda, naquele momento, no âmbito da organização social, havia as sociedades agrícolas ou companhias agrícolas que eram organizações vinculadas às irmandades de santo. Apesar de muitas vezes as funções religiosas e de organização das atividades de trabalho na agricultura se confundir, a primeira era uma fiel representação de práticas associativistas e trabalho coletivo. Geralmente, eram organizações laicas, mas com forte influência da Igreja, no entanto, mantinham certo grau de autonomia, pois a gestão era de responsabilidade dos próprios membros da comunidade. Essas duas organizações funcionavam como mecanismos de aglutinação e controle pelas oligarquias agrárias da região do Baixo Tocantins do comando político das comunidades. Desse modo, segundo Sousa (2002), elas poderiam ser consideradas a gênese de práticas associativistas nessa região.

³⁰ Normalmente, o comando dessas organizações era “[...] quase que exclusiva dos grupos de famílias que estavam em uma situação favorável no sistema de aviamento” (SOUSA, 2002, p. 68). A relação com políticos e comerciantes permitia troca de favores e serviços, assim, “[...] os dirigentes da Irmandade assumiam o compromisso de convencer os “irmãos” e o povo das cercanias a votar naquele que conseguiu o serviço” (SOUSA, 2002, p. 69). Pelo menos, até a década de 70 do século XX, as irmandades de santo continuaram a existir, mas sempre sob o comando das famílias que possuísem melhores condições financeiras de arcar com as despesas de organização e condução da festa do santo, pois ainda eram representativas de prestígio social e mediação de serviços e favores.

³¹ Segundo Andrade *et al* (2009), a partir de 1925 houve a expansão da Igreja Católica na Amazônia por meio da instalação das Prelazias. Isso gerou um grande aparato institucional sob o comando dos religiosos que além de suas atividades tradicionais (religiosas e assistencialistas) assumiam, em algumas situações continuam a assumir, papéis do Estado no âmbito da educação, saúde e outros. Este é o retrato do passado e do presente da fragilidade da oferta de infraestrutura social na região amazônica.

³² Para se ter uma ideia do caráter contemporâneo das irmandades de santos, Brandão *et al* (2003) ao realizar estudos na área insular do município de Belém, na Ilha do Mosqueiro, registrou a existência de agrupamentos humanos, que se autodenominavam comunidades. Essas comunidades possuíam uma festividade ou a devoção a um santo e nomeavam essa organização de irmandade de santo. Um aspecto importante a ser ressaltado das organizações identificadas na Ilha do Mosqueiro, são as limitações evidenciadas em sua organização social, devido aos fortes laços de parentesco, o sentido comunitário não conseguia ultrapassar os limites da festividade (pacto religioso) e a presença de articulações políticas com agentes sociais externos (pacto político), capazes de gerar situações de clientelismo (BRANDÃO *et al*, 2003).

A partir do final da década de 1960 e ao longo dos anos 70 do século XX, as irmandades e as sociedades agrícolas serão, paulatinamente, substituídas pelas comunidades cristãs, agora sob o efetivo comando das Prelazias. Inicialmente, houve descompasso entre os mecanismos de registro realizados pelas sociedades agrícolas do trabalho coletivo (convivido) realizado pelos seus membros e o caráter flexível das atividades organizativas do trabalho comunitário (mutirão) sob o comando da Igreja Católica. A primeira era considerada antidemocrática, sob o comando da elite local e de grupos laicos. A segunda ampliou a influência da Igreja Católica Romana, por meio das Prelazias, sobre as comunidades de trabalhadores rurais (SOUSA, 2002). Provavelmente, as rupturas ou dissensos ocorridos entre a Igreja Católica e os grupos de esquerda, ONG e lideranças dos movimentos dos trabalhadores rurais, ao longo dos anos de 1980, apoiadores dessa iniciativa, pode ser um indicativo de condução antidemocrática e não participativa no interior dessa experiência. Isso precisa ser mais bem investigado.

Portanto, este é o contexto das relações de trabalho na região do Baixo Tocantins. Em tese, são constituídas novas formas de subordinação do trabalho e mudanças no comando político, no interior da própria organização religiosa, em contraposição ao comando das oligarquias agrárias e das práticas de aviação. Isso garantiu mudanças nas relações de poder nesse espaço sub-regional, cujas repercussões podem ser observadas: no fortalecimento e vitórias políticas do movimento dos trabalhadores rurais, a partir da década de 1980, ao assumirem o comando dos STR da região; nas vitórias eleitorais de lideranças do movimento social na década de 1990 e nos anos 2000, como foi o caso dos municípios de Cametá (1997), Abaetetuba (2002), Baião (2008) e Igarapé-Miri (2008). Naquele momento, observa-se que o movimento político liderado pelos trabalhadores rurais, com o apoio da Igreja Católica e de outras ONG, permitiu o surgimento de um novo mediador das relações comerciais, produtivas e de trabalho. Independentemente, se isso possa ser analisado como uma ação voltada para as condições de sobrevivência dos trabalhadores rurais, oprimidos pelas relações de subordinação ao capital comercial (SOUSA, 2002).

Visto que, do ponto de vista das transformações sócio-políticas e das relações de trabalho, primeiramente, nesta fase há a manutenção de um padrão de não assalariamento, principalmente nas comunidades não integradas, no sentido territorial, diretamente ao movimento do desenvolvimentismo (grandes projetos na Amazônia). No entanto, esse novo movimento de mediação liderado pela Igreja Católica local, possibilitou novas organizações produtivas, por exemplo, por meio do estímulo que a Prelazia de Cametá promoveu com a introdução da cultura da pimenta-do-reino. Segundo, ao longo dos anos de 1970 e 1980, o projeto desenvolvimentista conservador promove a instalação dos grandes empreendimentos

econômicos e de infra-estrutura na região, provocando migração de trabalhadores em direção aos canteiros de obra, impactando a base de produção familiar e expandindo o assalariamento, entretanto, com bases frágeis de consolidação.

Na verdade, o espaço sub-regional do Baixo Tocantins terá uma importância central na viabilização da ação intervencionista do estado autoritário brasileiro, agora, pautado em um modelo de desenvolvimento horizontal-interiorano, cujo objetivo para alguns autores seria a “[...] abertura de novos territórios à penetração efetiva do capital e respectiva incorporação ao mercado de áreas economicamente ociosas ou subutilizadas” (COSTA, 1992, p. 45). Em outro sentido, objetivava-se garantir a integração efetiva da economia regional aos interesses da economia nacional, principalmente com a exportação de produtos minerais capazes de contribuir positivamente para o saldo do balanço de pagamento, assim como, intensificar a utilização do potencial hidroelétrico tanto como insumo para a instalação do setor industrial minero-metalúrgico de capital estrangeiro, como para atender às demandas de energia elétrica, presentes e futuras, da expansão urbana e da industrialização nacional.

Dessa forma, o Baixo Tocantins se tornou, a partir da Operação Amazônia (1966), um dos pólos de desenvolvimento microrregionais de instalação de uma parte da cadeia produtiva do setor extrativo-exportador mineral. O resultado dessa inserção significou ultrapassar os limites dos interesses econômicos nacionais. Assim, na década de 1980, originou nesse espaço sub-regional, um dos maiores complexos internacionais de produção de alumínio com a empresa Alumínio do Brasil S.A (ALBRAS), em 1985. Naquele momento, os arautos da modernização conservadora propagavam a possibilidade de serem criadas “estruturas produtivas e relações sociais modernas” (BRITO, 1998, p.1). Além disso, haveria financiamento em infraestrutura econômica (portos, rodovias, linhas de transmissão de energia elétrica, etc). Por isso, em relação ao campo estritamente econômico, houve êxito na acumulação de capital e na concentração de renda e fundiária, porque, foram constituídos, nos municípios sede dos grandes projetos (agroindustriais e agrominerais), enclaves econômicos altamente rentáveis.

Entretanto, o fracasso dessa política territorial e de planejamento regional, do ponto de vista do estabelecimento de um aparato político-institucional moderno e racional (BRITO, 1998), poderia ser ilustrado, principalmente, pela fragilidade dos investimentos em infraestrutura social. Em outras palavras, ao longo das últimas quatro décadas, políticas públicas sociais estruturantes continuam sendo negligenciadas. Aos gestores públicos das três esferas de governo tem sido mais confortável fazer opção por políticas sociais assistencialistas e pela manutenção de forte dependência a política de assistência social e previdenciária.

Infelizmente, isso não permitiu avanços mais completos no conjunto dos indicadores sociais, principalmente os indicadores educacionais dos espaços sub-regionais do Pará. Conseqüentemente, isso gerou um alto grau de disparidade econômico-social no interior do próprio território municipal e microrregional, assim como, entre os municípios paraenses.

Outro aspecto importante da transformação sócio-espacial está relacionado aos impactos nas relações de trabalho, particularmente, a forte migração inter e intra (regional) em busca de postos de trabalho, principalmente, devido à atração gerada pelas atividades de edificação dos projetos econômicos. Em geral, tratava-se de uma força de trabalho de baixa escolaridade e sem formação profissional adequada para ser absorvida pelas funções com melhores salários e efetivamente voltada para a atividade industrial. Em tese, essa mobilidade da força de trabalho no território da cidadania do Baixo Tocantins causou: por um lado, prejuízos para a estrutura produtiva agroextrativista de subsistência e de mercado. Isso causou impacto na produção de alimentos regionais e nas condições de propriedade da terra. Por outro, permitiu a expansão do trabalho não agrícola e o intercâmbio das várias experiências de trabalho existentes no território da cidadania do Baixo Tocantins, em outras regiões, nas unidades da federação e fora do país.

Em resumo, ao longo dos anos de 1960 e 1980, houve no Baixo Tocantins o estabelecimento de novas atividades econômicas: seja com a instalação do setor industrial minero-metalúrgico, no município de Barcarena; seja com a introdução de produtos agrícolas, também voltados para atender à demanda do mercado internacional, como foi o caso da pimenta-do-reino³³; seja com a instalação de dois ciclos importantes do ponto de vista da economia local e regional, como foi o caso da fase dos engenhos de açúcar³⁴, e a fase,

³³ Em 1982, havia 847 hectares com plantações de pimenta-do-reino financiadas pelo Banco do Brasil nos municípios de Cametá, Baião, Mocajuba, Oeiras do Pará e Limoeiro do Ajuru. Isso correspondia a 1,425 milhão de pés de pimenta-do-reino (SOUSA, 2002). Na década de 90, o volume de financiamento ofertado pelas agências de fomento do crédito rural indicava uma projeção de cultivo de 10 milhões de pés de pimenta-do-reino na região do Baixo Tocantins (POMPEU, 1998). As informações obtidas sobre a produção da pimenta-do-reino, na década de 2000, indicam a tendência de decadência da produção na região do Baixo Tocantins. Segundo dados do BASA, o PRONAF financiou no ano de 2001 um volume de 573 hectares para plantação de pimenta-do-reino nessa região, correspondendo a mais de R\$ 2 milhões. Em 2010, o volume de área caiu para 3,8 hectares e o valor financiado foi um pouco acima de R\$ 39 mil. Portanto, o processo de substituição do fomento à agricultura familiar nas áreas de terra-firme, ao longo dos anos 2000, representou o avanço do financiamento nas áreas de várzea, por meio do próprio PRONAF. Isso significou o fortalecimento de um novo sistema produtivo. Em 2010, o BASA transferiu pelo PRONAF para os agricultores familiares do Território Rural do Baixo Tocantins mais de R\$ 9 milhões para os projetos de manejo comunitário de açai, algo em torno de 6,5 mil hectares (BASA, 2011).

³⁴ Os engenhos de açúcar foram marcantes na economia dos municípios de Abaetetuba e Igarapé-Miri. Há registro histórico da existência de pelo menos 11 engenhos no município de Abaetetuba (Engenho São Sebastião no rio Aramanduba; Engenho São João Batista e Santa Rosa no rio Guajarazinho; Engenho São Raimundo no rio Maracapucu; Engenho Santa Maria no rio Quianduba; Engenho Santo Antonio e Engenho Empresa Nazaré no Furo Grande; Engenho Santa Rita no rio Cuitininga; Engenho Santa Cruz no rio Abaeté; Engenho São Jerônimo no Furo do Panacuerazinho; e, o Engenho Vista Alegre na costa Maratauirá). Atualmente, somente o Engenho

praticamente concomitante, das olarias. Esse conjunto de novos setores econômicos criou impactos diferenciados na economia microrregional. Enquanto o primeiro completa a cadeia produtiva do setor extrativo-mineral exportador, portanto, com efeitos para frente muito mais no campo externo à região. No entanto, observam-se nos três últimos setores, características de dinamização econômica e estruturação de novas relações de poder político e econômico no interior do espaço sub-regional.

Em geral, esses impactos econômicos, sociais e ambientais criaram situações desfavoráveis para a sociedade local e microrregional. Essa situação serviu de alerta para várias entidades representativas dos trabalhadores rurais e urbano e para o conjunto das organizações não governamentais, nacional e internacionais envolvidas com a luta pelos direitos humanos e em oposição ao regime autoritário³⁵. Assim, iniciaram-se as ações de organização comunitária, o apoio à oposição sindical no interior dos sindicatos dos STR³⁶, projetos de fomento à produção agrícola e ao crédito, como estratégias de melhoria dos canais de comercialização, e políticas de combate à pobreza rural. Nesse ínterim, destaca-se a atuação da Igreja Católica, cuja ação foi fundamental para a organização das CBE e a estruturação de um sistema de crédito informal para a produção agrícola. Por exemplo, essa iniciativa promoveu a criação das cantinas comunitárias e a introdução de culturas permanentes, como foi o caso da pimenta-do-reino, principalmente nos municípios de Baião, Cameté e Mocajuba (SOUSA, 2002).

Santa Cruz no rio Abaeté permanece com uma produção residual. Os demais são sítios arqueológicos representativos de um passado de grande pujança econômica e exploração dos trabalhadores rurais.

³⁵ A pesquisa de campo identificou que, nos anos de 1970, membros de algumas ONG eram vinculados partidariamente ao Partido Comunista do Brasil (PC do B). A partir da década de 1980, com a fundação do PT, a maioria desses técnicos migrou para a nova legenda partidária. Isso influenciou a mudança de estratégia da luta política, pois, abandona-se a visão de luta de resistência pelas armas, por uma visão de luta pela democratização e a criação de uma base eleitoral, assim como a gestão de políticas de combate à pobreza rural, luta pelo crédito e o fortalecimento da produção e comercialização dos produtos da agricultura familiar, com o apoio de ONG.

³⁶ As primeiras iniciativas de organização do movimento de oposição sindical na região do Baixo Tocantins contaram com importante contribuição de setores progressistas da Igreja Católica e ONG, como a FASE-Amazônia e de lideranças sindicais de outras regiões do estado do Pará. Esse tipo de oposição ao sindicalismo rural e urbano vinha se articulando em várias unidades da federação e havia uma base de articulação no estado do Pará, principalmente nas áreas rurais. As primeiras organizações sindicais do campo na região do Baixo Tocantins possuíam o mesmo perfil assistencialista e submisso ao Estado, conforme o padrão existente nacionalmente, em face da conjuntura política da época. No entanto, a partir de 1980, são fortalecidas as críticas ao regime ditatorial e antidemocrático do Estado brasileiro, assim como se ampliam os questionamentos sobre a legislação sindical que impunha fortes vínculos dos sindicatos dos trabalhadores ao aparelho de Estado autoritário. O movimento social dos trabalhadores rurais do Baixo Tocantins promoveu as primeiras reações contra o regime militar e a oligarquia local, ao longo dos anos de 1970 e 1980. Essa mobilização resultou na primeira vitória da oposição sindical no STR de Oeiras do Pará, em 1980. Em seguida, foram estimulados outros movimentos de reação aos líderes pelegos. Assim, paulatinamente, as novas lideranças assumiram a diretoria dos STR da região. No caso do STR de Abaetetuba a oposição sindical foi vitoriosa em 1985. Logo depois, em 1987, a oposição sindical do Pará assume a FETAGRI (SOUSA, 2002).

Nessa perspectiva, em face desse conjunto de transformações no território e no trabalho, promovido pelas instituições de fomento à política de desenvolvimento regional (modernização conservadora) na Amazônia, sob a coordenação do Estado autoritário brasileiro, tanto o movimento social do campo, como a Igreja Católica por meio das CEB e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em conjunto com a ação de outras organizações não governamentais, a exemplo da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional³⁷ (FASE) criou um campo político de resistência (político-contestatório) ao modelo desenvolvimentista autoritário. Fundamentalmente, tentava-se apresentar uma opção política ao padrão de desenvolvimento vigente na Amazônia brasileira, cuja consequência nefasta era a eclosão de conflitos agrários e socioambientais.

No final dos anos 70 e ao longo da primeira metade dos anos 80, a principal marca dessa ação política contestatória foi o reconhecimento da importância do fortalecimento das organizações representativas da unidade familiar camponesa como forma de se contrapor ao avanço da modernização capitalista na agricultura (questão agrária) e aos grandes projetos econômicos na Amazônia. Na verdade, essa mobilização política fazia parte de um conjunto de estratégias de resistência ao regime ditatorial brasileiro, formulados por segmentos da esquerda brasileira, como o então clandestino PC do B, cuja expressão na área rural do Estado do Pará assumiu proporções significativas, *vide* os fatos ocorridos na guerrilha do Araguaia na região sul do Pará.

Durante o regime militar, o braço partidário, de alguns segmentos desse movimento político-contestatório, era o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), mas à medida que a abertura democrática vai se consolidando no Brasil, por fatores como: as eleições parlamentares em 1974; a fundação do PT em 1980; e, a eleição de governadores em 1982.

37 A FASE foi criada em 1961, por membros da Igreja Católica da Conferência dos Bispos dos Estados Unidos e da Cáritas Brasileira na cidade do Rio de Janeiro. A partir de 1968, passou a ter atuação na Amazônia brasileira com sede na cidade de Belém. Apoiada por financiamento da cooperação internacional, inicialmente, a FASE Nacional foi criada para atender objetivos assistencialistas de combate à miséria e a fome, contudo, ao longo desses cinquenta anos passou por processo de mudanças organizacionais importantes, primeiramente, afastou-se do caráter assistencialista e assumiu uma função de formação política e organização das comunidades de bairro e sindicais (trabalho de base) como campo de resistência ao regime autoritário no Brasil (AQUINO, 2003). Assim, “[...] a FASE passou a se caracterizar como uma instituição comprometida com a promoção da cidadania, com a transformação social, contra as desigualdades e toda situação de exploração do homem pelo homem” (AQUINO, 2003, p. 146). Nos anos 90, adequou-se ao formato de uma ONG socioambiental e passou a difundir não a concepção de desenvolvimento, mas a visão de sustentabilidade, equidade e desigualdade. Em 2003, conseguiu o registro no Cadastro Nacional de Entidades Ambientais (CNAE) do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) e passou a ser denominada FASE- Solidariedade e Educação. Ao unificar a luta política e ambiental a FASE consolidou o seu trabalho de “desenvolvimento comunitário”, ao longo dos anos de 1970 e 1980. No estado do Pará, até os anos de 1990, a FASE-Amazônia estava organizada em pelo menos cinco regionais: FASE-Marabá, FASE-Abaetetuba, FASE-Cametá, FASE-Belém e FASE-Gurupá. Contudo, na última década a redução de recursos financeiros impossibilitou manter esta estrutura. Hoje, está praticamente reduzida a sua sede em Belém do Pará.

Logo depois, constrói-se outra estratégia político-partidária que culmina com a ascensão das novas lideranças sindicais no comando dos STR e na formação de novas lideranças políticas com forte base social no campo e nos trabalhadores urbanos industriais (caso do ABC paulista).

Nesse ínterim, no Estado do Pará, ocorreram alguns fatos importantes, cuja repercussão política é fundamental para tentar compreender a constituição do arranjo institucional em prol da unidade familiar camponesa, a partir dos anos 80, na região sudeste do Pará (microrregião de Marabá), no Baixo Amazonas (microrregião de Santarém), na região Nordeste do Pará e no Baixo Tocantins (microrregião de Cametá e Abaetetuba). Assim, houve a consolidação das novas lideranças sindicais no comando dos STR, fato que culmina com a ascensão no comando da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI), em 1980; a manutenção das ações da CEB pela Igreja Católica, particularmente pelo segmento ligado à Teologia da Libertação; a migração de várias facções da esquerda brasileira, tanto de grupos que estavam abrigados no MDB como de grupos clandestinos, para o PT, principalmente, as lideranças do campo, assim como os técnicos atuantes nas organizações não governamentais.

Outro fato importante foi identificado no campo acadêmico, particularmente no interior da UFPA, a partir do NAEA e depois no CAT, em 1988, com sede em Marabá, nos estudos sobre desenvolvimento regional, Grandes Projetos, migração, colonização, fronteira e campesinato na Amazônia (“um novo campesino amazônico”). Um grupo de intelectuais e militantes passou a desenvolver uma concepção sobre a importância da unidade familiar camponesa no processo de desenvolvimento e uma visão crítica à instalação dos grandes projetos na Amazônia e do avanço do projeto de integração nacional. Os fundamentos básicos dessa concepção é a defesa da constituição de um novo paradigma de desenvolvimento, cujos preceitos envolvem a sustentabilidade no uso dos recursos naturais (eco-desenvolvimento; desenvolvimento sustentável) e a promoção de melhoria nas condições de vida das populações amazônicas.

As proposições desse modelo de desenvolvimento se fundamentam no apoio a organização de pequenas empresas agro-alimentares/agroindústrias familiares. Dessa forma, os empreendimentos agro-alimentares existentes no território rural do Baixo Tocantins são inseridos no âmbito desse conjunto de ações governamentais e não governamentais como instrumentos para efetivar o desenvolvimento rural (VASCONCELOS, 2007, REIS, 2008, BRASIL, 2007). Nesse sentido, as ações de políticas públicas de desenvolvimento rural fomentaram a constituição de organizações associativista e de organizações cooperativista. O

forte caráter de indução dessas políticas, não obstante, inseriu os trabalhadores agroextrativistas em um novo modelo de organização do trabalho e provocou impacto na organização sócio-produtiva dos agricultores familiares.

Assim sendo, identifica-se a constituição de um arranjo institucional envolvendo o movimento social do campo, organizações governamentais, organismos governamentais da esfera estadual, Universidades brasileiras, Universidades estrangeiras e instituto de pesquisa em prol de uma ação de valorização da agricultura familiar e dos produtos regionais. Esse arranjo institucional possui bases na região de Marabá³⁸ e acabou se integrando a outras mobilizações sociais e políticas existentes na região do Baixo Amazonas e na região do Baixo Tocantins, particularmente a ação da FASE-Abaetetuba. Os objetivos dessa ação, conforme presente em uma versão do projeto de 1993 era atender a demanda do movimento dos trabalhadores rurais na perspectiva “[...] de apoiar a agricultura familiar, favorecendo sua diversidade e sua viabilidade a fim de melhorar as condições de vida do campesinato local” (DEHON; PASCAL; ROGEZ, 1993, p. 3). Na verdade, havia uma preocupação em identificar sistemas de produção agrícola capazes de estabilizar a produção familiar.

2.3 ENCONTROS E DESENCONTROS DA ABORDAGEM DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Na década de 1990, a natureza territorial das novas ruralidades dos subespaços regionais amazônicos, a exemplo do Território Rural do Baixo Tocantins, está bastante vinculada ao movimento dos novos centros urbanos sub-regionais. Porque, a depender do contexto socioespacial, gerou aspectos contraditórios e diferenciados, seja com um forte movimento de migração do campo em direção aos centros urbanos sub-regionais, seja com um movimento de permanência no campo (nova ruralidade) por meio: do fortalecimento das unidades produtivas familiares; do crescimento do assalariamento e de formas de superexploração do trabalho (trabalho escravo) em decorrência dos grandes projetos agropecuários; e, do crescimento do trabalho não agrícola. Na verdade, esses dois movimentos não são mutuamente excludentes, na maioria dos casos, foram ou continuam sendo articulados.

38 Na região de Marabá, na região sudeste do Pará e na região do Bico do Papagaio, na ponta norte do Estado do Tocantins, participavam desse arranjo institucional a FASE, o Centro Agroambiental do Tocantins (CAT), a Fundação Agrária do Tocantins Araguaia (FATA), o Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (CEPASP), Cooperativa Camponesa do Tocantins-Araguaia (COOCAT), o Grupo de Trabalho da Amazônia (GTA), o Instituto de Pastoral Regional (IPAR), a Equipe de Educação Popular de Parauapebas (EEPP) e o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS).

Porém, diferentemente da urbanização, “a nova ruralidade” assume uma característica de forte dispersão territorial, um traço comum a todos os estados amazônicos. Por isso, seu significado em termos de importância e consolidação de uma base reprodutiva familiar no campo, assim como, no crescimento da oferta de trabalho nos grandes projetos agropecuários.

Esse intenso movimento de mutação no interior dos espaços sub-regionais repercutiu diretamente nas mobilizações do movimento social do campo do estado do Pará, mais particularmente do Território Rural do Baixo Tocantins. Dessa forma, consolidaram-se novas lideranças do sindicalismo dos trabalhadores rurais e houve questionamentos do poder das oligarquias microrregionais, basicamente ligadas ao capital mercantil. Isso possibilitou a apresentação de proposições voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar por meio do acesso ao crédito e da construção de cadeias de comercialização. Na verdade, as lideranças do sindicalismo urbano e rural, e as organizações como a Igreja Católica e outras organizações não governamentais, remanescentes da luta contra a ditadura militar assumiram a coordenação da luta política no campo e passaram a orientar as reivindicações do movimento social do campo junto ao governo estadual e federal, principalmente em relação ao BASA. Essa mobilização social gerou ações como o Grito do Campo e Grito da Terra, inclusive com influência na luta política nacional dos trabalhadores do campo.

Em certo sentido, as (não) respostas, assim como a inexistência de projetos e programas das instâncias governamentais, não foram satisfatórias para atender as principais pautas de reivindicações do movimento social do campo (acesso ao crédito, avanços nos processos de regularização fundiária, melhorias nas condições de vida e combate a violência no campo, etc). Essa ausência de diálogo resultante do caráter centralizador e ainda autoritário das instituições governamentais brasileiras facilitou o surgimento de uma aliança inusitada, no âmbito da cooperação internacional³⁹, envolvendo entidades e organizações internacionais

39 Identifica-se várias iniciativas articuladas às agências multilaterais (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC) e Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e outras). Contudo, é de bom alvitre recordar o papel desempenhado por essas organizações no apoio às políticas desenvolvimentista autoritária e recessiva na América Latina, ao longo dos anos de 1970 e 1980. Na década de 1990, elas foram os arautos do “Consenso de Washington”, portanto, nada condizente com uma posição de defesa do meio ambiente ou de políticas de descentralização do poder. A premissa básica dessa cooperação internacional seria: “A busca de sinergia local com vista à elaboração de projetos comuns de desenvolvimento sustentável, explorando as vantagens comparativas e competitivas de cada território [...]” (ORTEGA, 2008, p. 42). Normalmente, essas políticas, voltadas principalmente para as áreas rurais (combate à pobreza rural), fazem um *mix* de referenciais teóricos, muitas vezes sem qualquer possibilidade de convergência conceitual, ao incorporar conceitos como o enfoque da abordagem territorial, capital social e a teoria do distrito industrial marshalliano. Em síntese, a perspectiva é a criação de uma cultura cooperativista na comunidade ou recuperar os traços de organização em comunidade, algo semelhante ao desenvolvido pela Igreja Católica no Brasil nas décadas de 70 e 80 com as CEB. Contudo, na contemporaneidade, enfatiza-se uma visão Marshalliana equivocada de “eficiência coletiva dos atores econômicos e sociais” (ORTEGA, 2008, p. 57), portanto, centrada não em aspectos organizacionais

defensoras de políticas ambientais preservacionistas e conservacionistas e agências multilaterais. Essas proposições receberam o apoio das lideranças do movimento social do campo na Amazônia e introduziram um projeto de experimentação de novos sistemas produtivos com base em modelos ambientalmente sustentáveis ou negócios sustentáveis (econegócios) (PRESSLER, 2010).

Em termos analíticos, notam-se retrocessos e avanços. Por isso, é pertinente enfatizar recorrentemente os limites e contradições desses arranjos socioprodutivos. No entanto, não é possível minimizar totalmente sua importância, tanto na luta política dos trabalhadores como da sociedade em geral, na formulação de um novo quadro institucional capaz de contribuir na transição entre o Estado autoritário e o Estado democrático no Brasil. De certa forma, a defesa de um processo de aprofundamento da democracia e da participação popular concebeu “[...] a descentralização como forma de resgatar a iniciativa de atores locais num sistema globalizado que tem levado à perda de identidade e protagonismo” (ORTEGA, 2008, p. 15). Por outro lado, observam-se várias dificuldades em consolidá-los, pois as disputas políticas internas, as pressões externas de mercado e a influência das instituições governamentais e não governamentais muitas vezes se tornam obstáculos ao aprimoramento dos processos democráticos e participativos. Portanto, há muitos interesses em jogo, desde a sobrevivência das assessorias como as ONG, ao controle de determinados grupos políticos das estruturas sindicais e comerciais, como a legitimação do papel das instituições governamentais.

É nesse contexto de mudanças institucionais, da construção de novas pautas de reivindicações na luta política sindical do campo, da mobilização em torno da questão ambiental, que se insere a dinâmica da agricultura familiar do Baixo Tocantins. Segundo Sousa (2002), a partir da década de 90, será criado um novo imaginário no âmbito da luta camponesa no Brasil, com repercussões no estado do Pará e na região do Baixo Tocantins. O perfil da relação com o Estado muda de uma perspectiva reivindicatória e de enfrentamento para uma visão conciliadora, de parcerias e de proposições, pois, em tese, isso inviabilizaria os projetos de caráter coletivo e ampliaria a dependência dos agricultores familiares aos mecanismos de mercados, as organizações/assessorias, aos organismos governamentais, principalmente as políticas de transferências de renda. Portanto, essa situação de forte dependência dificulta maiores graus de autonomia, e minimiza a própria condição de autonomia relativa.

políticos ou de formação política, mas na capacidade de inclusão produtiva nos mercados globais. Entretanto, conforme Ortega (2008) há um descompasso entre esta visão localista de inserção em mercados dinâmicos de produtos e serviços advindos de “territórios deprimidos” e as condições reais desses territórios em termos institucionais, ambientais, econômicos e sociais.

Por assim dizer que é necessário superar a fronteira entre urbano e rural⁴⁰. Isso requer compreender a noção de “desenvolvimento” aplicável tanto ao movimento de urbanização como as novas ruralidades (regiões rurais/ territórios rurais) (ABRAMOVAY, 2003). Ao longo dos anos de 1980 e 1990, a consolidação das grandes metrópoles e das cidades pequenas e médias, novos centros urbanos sub-regionais da Amazônia (TRINDADE JR, 2009), gerou a formação de um protótipo de sociedade regional, assim como, criou uma nova dinâmica do trabalho urbano, em face da mobilidade de trabalhadores do campo em direção aos novos pólos de desenvolvimento. Inicialmente, a maior capacidade de absorção dessa força de trabalho excedente, com característica de baixa qualificação técnica, foram o terciário e a indústria da construção civil. Contudo, observa-se avanço na oferta de trabalho industrial, mas com uma dinâmica locacional bastante diferenciada. Por exemplo, no caso do estado do Pará, há um movimento de descentralização que acompanha a instalação dos grandes projetos de extração mineral e indústria metalúrgica em áreas fora da Região Metropolitana de Belém (RMB), em municípios como Capanema, Barcarena, Marabá, Parauapebas, Paragominas e Oriximiná. No caso do estado do Amazonas, há uma concentração industrial na cidade de Manaus.

Em outros termos, a visão de Estado mínimo, hegemônica nos anos de 1990, e a ausência de “[...] uma política de incentivo à constituição de arranjos socioprodutivos” (ORTEGA, 2008, p. 42), teria fortalecido “[...] as experiências autônomas de concertação social com vistas a ocupar espaços de intervenção que antes eram ocupados pelo Estado” (oportunamente citado). No entanto, as assertivas de Ortega (2008) teriam que ser relativizadas em vários aspectos, principalmente no que diz respeito à ação do Estado em territórios como a Amazônia brasileira. De início, a noção de abandono da intervenção do Estado precisaria ser mais bem situada, pois, a política de planejamento e desenvolvimento na Amazônia sempre teve uma conotação macroeconômica do espaço regional. Por isso, os efeitos nos espaços sub-regionais seriam, por hipótese, decorrentes de externalidades positivas, conseqüentemente, indutoras de um desenvolvimento endógeno. Ou seja, essa perspectiva de intervenção estatal ampla não condiz com a realidade, porque, a ausência do Estado na Amazônia brasileira, mesmo quando presente, é uma marca da política regional modernizante e excludente. Ortega (2008), identifica nas experiências coletivas locais o importante papel da “[...] ação dos atores sociais coletivos [...] que participam da construção de novos arranjos institucionais para a formulação e gestão de políticas públicas concertadas,

40 Segundo Abramovay (2003, p. 34), “Se não há uma definição unitária do que significa “meio rural” o mesmo se pode dizer a respeito das “cidades”.

na procura de alternativas para o desenvolvimento territorial rural” (ORTEGA, 2008, p.42). No entanto, deve-se minimizar a sua capacidade de autonomia, ou compreendê-la no âmbito de uma autonomia relativa. Porque, observa-se na Amazônia brasileira a existência de várias ações resultantes da cooperação internacional, normalmente com o apoio das lideranças do movimento social do campo e das esferas governamentais e mediadas pelas ONG nacionais e internacionais. São ações relacionadas à questão indígena, agricultura familiar, áreas de preservação ambiental, combate à violência no campo, educação do campo, melhoria das condições de saúde das populações indígenas e ribeirinhas, regularização fundiária, etc. Ou melhor, uma infinidade de políticas, representativas da ausência de regulamentação e intervenção estatal nos espaços sub-regionais.

2.3.1 Significado da Abordagem Territorial

No limiar de 2008, uma nova modelagem de discurso apresenta-se desafiadora para a abordagem do desenvolvimento territorial. Trata-se do Relatório sobre Desenvolvimento do Banco Mundial, cuja temática é *agricultura para o desenvolvimento*. Há o objetivo de orientar os governos de países em desenvolvimento, particularmente a América Latina, sobre a importância do setor agrícola como ferramenta do desenvolvimento para alcançar as Metas do Milênio de 2015, no âmbito do combate à pobreza e a fome. Os eixos centrais são:

No Século XXI, a agricultura continua a ser um instrumento fundamental para o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza [...] Utilizar a agricultura como base para o crescimento econômico nos países baseados na agricultura requer uma revolução da produtividade da agricultura de pequena escala [...] Abordar as disparidades de renda nos países em transformação requer um enfoque abrangente que adote múltiplos meios para sair da pobreza – passar para uma agricultura de alto valor, descentralizar a atividade econômica não-agrícola para as áreas rurais e prestar assistência para ajudar as pessoas a saírem da agricultura [...]. O vasto espaço ambiental da agricultura pode ser reduzido, os sistemas agrícolas podem ser menos vulneráveis à mudança climática e a agricultura, voltada à prestação de serviços mais ambientais (BANCO MUNDIAL, 2007, pp. 1-2).

Os grifos são importantes para evidenciar os objetivos do relatório e auxiliar na interpretação do conteúdo e contexto das premissas orientadoras dos organismos multilaterais para a construção de uma agenda da agricultura para o desenvolvimento. Observa-se que o eixo orientador diz respeito à governança e a célebre reafirmação das reformas do Estado. Portanto, há dependência a constituição de novos arranjos institucionais para atender as transformações ocorridas na agricultura e tornar sustentável, do ponto de vista institucional, a

agenda para o desenvolvimento. Esse fato se deve ao relativo fracasso ou, como prefere o Banco Mundial (2007), “a pouca atenção dada” ao gerenciamento da economia política e da governança pelos governos nacionais e subnacionais, previsto no Relatório de 1982 sobre agricultura.

O relatório sobre o desenvolvimento de 2008 do Banco Mundial denota um conteúdo ainda produtivista, além de manter a tradição de documentos anteriores da instituição que compreendem o espaço rural como algo que precede de inserção competitiva⁴¹, ao mesmo tempo em que defende questões que estão largamente difundidas na literatura sobre desenvolvimento rural e na abordagem do desenvolvimento territorial como pluriatividade, descentralização, temáticas ambientais, etc. À primeira vista, o caráter de aumento de produtividade revela-se crucial, porque assim é possível perceber como esta agenda alteraria as práticas sociais presentes na agricultura, principalmente no que diz respeito à agricultura familiar. Portanto, torna-se emblemática a frase “*ajudar as pessoas a saírem da agricultura*” (grifo nosso). Retoma-se o sentido de papel subordinado da agricultura nas políticas e projetos de desenvolvimento?

A dúvida permite suscitar um conjunto amplo de interpretações, principalmente, enfatizar o caráter contraditório do relatório. Se por um lado, há o destaque ao papel fundamental da agricultura para o desenvolvimento. Por outro, não consegue vê-la como um setor com potencial de longo prazo, mesmo que na América Latina as taxas de pobreza rural tenham se reduzido, enquanto nas áreas urbanas essa taxa tenha se mantido constante. É importante ressaltar que há estudos no Brasil que demonstram o agravamento da pobreza metropolitana se comparados à situação das áreas rurais. Enfim, a leitura não permite deixar claro de qual agricultura se refere o Banco Mundial.

É instigante a capacidade de persuasão implícita nas orientações. Isso demonstra o grau de influência que este tipo de proposição tem nos países em desenvolvimento:

⁴¹ Favareto (2010) faz referência ao conteúdo de vários relatórios apresentados pelo BIRD e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujo objetivo seria definir diretrizes sobre agricultura e desenvolvimento rural (A Nova Visão do Desenvolvimento Rural – Banco Mundial, 1996; Plan de acción para el desarrollo rural em América Latina y el Caribe: um insumo para la revisión de la visión a la acción – Banco Mundial, 2001; *Beyond the city* - Banco Mundial, 2005; *Perfil de política de desarrollo rural* – BID, 2005). Ressalta o supracitado autor, sentido de consenso em torno de um conjunto de diretrizes voltadas para a redução da pobreza na área rural, basicamente, repete-se em cada relatório as mesmas questões relacionadas à governança e regulação da força de trabalho.

O que se deve tanto ao papel de financiador de muitos desses organismos, como, talvez principalmente, pelo fato de funcionarem como uma espécie de pivô, através do qual gira uma articulação muito peculiar de interesses e competências envolvendo o campo acadêmico, político, econômico, em cuja dinâmica ocorre um movimento de legitimação recíproca entre os conhecimentos produzidos cientificamente, a definição de políticas no âmbito de países e governos locais, e a normatização dos procedimentos por estes organismos internacionais (FAVARETO, 2010, p. 290).

A agenda para o desenvolvimento da agricultura pressupõe alterar o padrão produtivo da agricultura familiar e torná-la sustentável, mediante o acesso ao mercado, incentivos de preços, redução das situações de risco, facilidade de acesso ao sistema financeiro, etc. Um elemento que define bem o sentido e o papel que a agricultura poderá assumir nos países altamente dependentes do setor agrícola é torná-la provedora de serviços ambientais. Isso significaria uma tentativa de inverter a posição de destaque da agricultura em termos de impacto ambiental. Dessa forma, cria-se a possibilidade de um novo mercado para um determinado tipo de serviço no âmbito da agricultura.

No sentido da governança, a descentralização, sustentabilidade, competitividade, difusão de tecnologia, participação da sociedade civil, questão ambiental, visão sistêmica e multifacetada e outras diretrizes fazem parte do rol delineado pelo Banco Mundial. Normalmente, essas diretrizes estão presentes nas discussões sobre a abordagem de desenvolvimento territorial como novas temáticas do mundo rural. Portanto, observa-se uma forte convergência entre a proposição de agenda do Banco Mundial e o enfoque do território rural que também prioriza o combate à pobreza rural. Assim, segundo Schejtman; Berdegú (2004):

Definimos el DTR (Desarrollo Territorial Rural) como un proceso de transformación productiva e institucional en un espacio rural determinado, cuyo fin es reducir la pobreza rural. La transformación productiva tiene el propósito de articular competitiva y sustentablemente a la economía del territorio a mercados dinámicos. El desarrollo institucional tiene los propósitos de estimular y facilitar la interacción y la concertación de los actores locales entre sí y entre ellos y los agentes externos relevantes, y de incrementar las oportunidades para que la población pobre participe del proceso y sus beneficios (SCHEJTMAN; BERDEGUÉ, 2004, p.5).

Apesar de servir de subsídio para as proposições do Banco Mundial, a abordagem territorial, segundo Favareto (2010), não tem sido detalhada em seus fundamentos nos relatórios do Banco Mundial. Inclusive, nota-se essa mesma situação no relatório de 2008. A hipótese presumível é a de que o significado pragmático presente na abordagem de desenvolvimento territorial é bastante controverso. Porque, por um lado, pretende de alguma maneira tornar-se um sistema operacional – programar políticas públicas - que transformem

as condições de reprodução econômica e social das populações rurais, particularmente aqueles em condições de extrema pobreza. Por outro lado, realiza uma abertura para questões relacionadas às relações de poder que se estabelecem no território e até se constituir um novo corpo cognitivo para atender as demandas decorrentes dos processos de descentralização (BOISIER, 2004). Autores como Schejtman; Berdegué (2004) utilizam outra definição importante que fortalece o sentido multifacetado a de que:

El territorio no es un espacio físico “objetivamente existente”, sino una construcción social, es decir, un conjunto de relaciones sociales que dan origen y a la vez expresan una identidad y un sentido de propósitos compartidos por múltiples agentes públicos y privados. (SCHEJTMAN; BERDEGUÉ, 2004, p. 6).

À primeira vista, a noção de construção social do território presente na abordagem territorial rural a coloca em um patamar teórico mais sofisticado, pois permite reflexões sobre as relações sociais e o campo de ação coletivo que se desenvolvem no interior do território e sua configuração com o ambiente externo. No entanto, os princípios teóricos basilares dizem respeito à teoria da localização – os distritos industriais marshallianos – e a interpretação da “realidade” baseada em pressupostos do individualismo metodológico presente na visão da nova economia institucional (BRANDÃO, 2007a).

Abramovay (2007), ao alimentar um pouco mais essa controvérsia, define as debilidades da abordagem do desenvolvimento territorial rural devido a duas condições, que são: ao caráter normativo que se configura na comparação de realidades e dinâmicas econômicas e sociais muitas vezes díspares ou com algumas semelhanças; a ausência de uma teoria de interação social. Na verdade, há um *mix* de enfoques teóricos e proposições que são articuladas no mesmo sentido da aglomeração, conquanto, subtraído seu sentido político e as experiências sociais. Todavia, nem sempre são substanciais as conclusões resultantes desse tipo de interpretação e opção metodológica, porque as divergências entre enfoques teóricos e as proposições operacionais são bastante visíveis. Por isso, faz-se opção pelo pragmatismo, traduzido na implementação e avanço das políticas públicas territoriais. Exacerba-se o experimentalismo.

Brandão (2007a), ao justificar a relevância do território como *locus* analítico e as possibilidades de construir uma perspectiva de análise que se afaste de qualquer proposição normativa e descritiva do território. Isso reafirma uma abordagem que privilegia os processos sociais e as dinâmicas globais que interagem com a territorialização, logo enfatiza que:

O território que deveria ser visto como ambiente politizado, em conflito e em construção é posto como ente mercadejado e passivo, mero receptáculo. O que é fruto de relações sociais aparece como relação entre objetos. Há uma coisificação e o território parece ter poder de decisão, transformado em sujeito coletivo (BRANDÃO, 2007a, p. 50).

Blume; Schneider (2003), ao se apoiarem em referências de teóricos do porte do Geógrafo Milton Santos, afirmam ser relevante que o território se apresente como um campo analítico que expresse a totalidade das relações sociais que se estabelecem em um determinado espaço. Trata-se de um esforço grandioso, pois a capacidade de abranger a totalidade dos fenômenos sociais, econômicos, ambientais e culturais não parece ser uma tarefa fácil, algo demasiadamente rigoroso e pouco possível, devido à dinâmica e transformações dos processos econômicos e sociais. Contudo, corresponde ao objetivo de se afastar do sentido normativo e do frágil referencial teórico que permeia a abordagem de desenvolvimento territorial rural. Assim, evita-se qualquer perspectiva cartesiana que transforma essa abordagem em mero conceito operacional.

As manifestações em prol de uma teoria da ação normativa do desenvolvimento rural não são suficientes para atender aos interesses da diversidade de contexto dos países da América Latina. Sumpsi (2007) esclarece quais são os desafios do desenvolvimento territorial rural: o acesso a fundo público para mobilizar apoio técnico e financeiro; a inexperiência das autoridades locais; não é imediata a passagem de uma visão setorial para uma visão territorial; ineficiência das organizações locais; reduzida organização comunitária; dificuldade de gestão do território. Portanto, se existe uma variedade de questões operacionais que obstaculizam a implementação dos territórios rurais, como criar consenso em diretrizes que envolvem aspectos relacionados aos processos sociais e as relações de poder que se estabelecem no interior do território e nas articulações externas.

Em suma, Brandão (2007a, p. 59) afirma que: “Os territórios são resultantes da operação dos processos de especialização e diferenciação materiais da sociedade”. Conseqüentemente, isso requer práticas de ação coletiva. Isso permitiria definir que as escalas espaciais funcionariam como elemento analítico das dinâmicas socioeconômicas e políticas que fazem parte do contexto de conflito e disputa pela hegemonia e reprodução no interior do território. Assim, seria possível tomar decisões responsáveis por mudanças estruturais, capazes de constituir contratos sociais territorializados. Basear-se nas múltiplas relações econômicas, sociais, políticas e culturais, portanto, apreender a dinâmica do território (interesses múltiplos e vários projetos em disputa).

2.3.2 Os Territórios Rurais na Amazônia Brasileira

Superar a noção de que rural esteja intimamente ligado à pobreza e a produção de bens primários, além de demonstrar a capacidade de consolidar instituições para implementação do desenvolvimento rural torna-se um desafio incomensurável para os gestores e a sociedade civil envolvida em políticas públicas de desenvolvimento territorial (FAVARETO, 2006; 2010). Apesar da complexidade e algumas inconsistências teóricas, vários autores têm enfatizado a virtude da emergência da noção de território, principalmente devido ao seu sentido multidimensional. Afasta-se de uma visão centrada no crescimento econômico, pautada na visão de tornar ótima a combinação dos fatores de produção e os diagnósticos de insuficiência de renda como responsável pela pobreza rural. Isso abre espaço para uma visão de contexto histórico e de detalhamento da diversidade das articulações e processos de mobilização produtiva e social que envolveria os atores e organizações que atuam no território rural. Além disso, permitiria colocar em pauta as questões ambientais ao dar ênfase aos limites naturais relacionados à produção acelerada sem a regulação de princípios ecológicos (ABRAMOVAY, 2007).

No entanto, para alcançar os objetivos propostos anteriormente, Favareto (2010) insiste na prerrogativa de que o termo território não seja incorporado como uma mera adição, mas que prescindam de mudança institucional concreta, um novo compromisso institucional. Não tem sido fácil garantir essa premissa, mesmo Brandão (2007a) faz menção à necessidade de novos arranjos institucionais para desencadear os processos de transformação e vigor participativos dos agentes menos favorecidos nas relações de poder político e econômico, por isso, enfatiza a importância da “[...] ativação de recursos materiais e simbólicos e a mobilização de sujeitos sociais e políticos, buscando ampliar o campo de ação da coletividade, aumentando sua autodeterminação e liberdade de decisão” (BRANDÃO, 2007a, p. 59).

Esse caráter político e de legitimação tem sido uma marca da mobilização em torno dos territórios rurais no Brasil. Sabe-se que as origens contemporâneas do enfoque territorial advêm de experiências internacionais de reordenamento territorial na Europa e Canadá (VEIGA, 2003). No caso brasileiro, as primeiras políticas governamentais com fundamentos estratégicos de desenvolvimento territorial surgiram na segunda metade dos anos 90 no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso – FHC. Instituiu-se uma modalidade de ação convergente com as prerrogativas do Estado mínimo. Assim, transformou-se o Estado em um indutor do desenvolvimento e de iniciativas locais, firmadas por meio de ações como o

Programa Comunidade Ativa (PCA), e, do instrumento metodológico chamado Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS). Assim, temáticas do tipo empreendedorismo, cooperação, capital humano, tornaram-se palavras-chave para promoção do desenvolvimento local. Outra ação estimulada pelo governo FHC de fundamento territorial foram os conselhos municipais de desenvolvimento rural (CMDRS) (ORTEGA; MENDONÇA, 2007).

Há no Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (PNDRS) 2001/2002 referências a territorialidade, entretanto, não houve efetividade de ações (VEIGA, 2003). Em 2003, o governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva dá maior ênfase à abordagem do território com a criação da SNTD do MDA que irá executar o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios (PDSTR). Outra iniciativa de abrangência territorial foi o Consórcio Intermunicipal de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD) no âmbito do Programa Fome Zero no Ministério do Desenvolvimento Social (ORTEGA; MENDONÇA, 2007).

Bonnal (2007) identifica programas e projetos em outros Ministérios que também estão articulados com a noção territorial: PROAMBIENTE e o Programa Gestão Ambiental Rural (GESTAR) ou Agenda 21 locais no Ministério do Meio Ambiente (MMA); o Programa Arranjos Produtivos Locais (APL) do Ministério do Desenvolvimento Industrial e Comércio (MDIC); e, por fim, o Plano Safra que envolve o MDA e o MDS. Assim, criou-se um aparato institucional na esfera federal para definir as diretrizes e programar o processo de instalação dos territórios rurais⁴² nas grandes regiões do país.

Já Schneider (2004) percebeu as movimentações e interesses pela abordagem de desenvolvimento territorial em diversos órgãos federais, principalmente a posição de coadjuvante do MDA. O supracitado autor indagou-se sobre os motivos e desdobramento desse movimento que apresentava tendência de rápida aceleração na definição de políticas públicas territoriais. Identificou dois motivos da emergência do enfoque territorial: a crise do planejamento e da noção de região; o surgimento de novos sistemas produtivos locais no bojo de uma reestruturação produtiva e a flexibilização espacial do denominado pós-fordismo, particularmente a experiência da Terceira Itália – teoria dos distritos industriais.

Em relação aos desdobramentos, Schneider (2004) é enfático em afirmar: a superação das visões setoriais; o papel de protagonista que assume a agricultura familiar nesse novo

⁴² A caracterização de território rural ou critérios de ruralidade, segundo a metodologia proposta pelo MDA-SNTD, corresponde a microrregiões geográficas com densidade populacional menor que 80 habitantes por Km² e população média por município de até 50 mil habitantes.

contexto do mundo rural⁴³; o avanço na compreensão não dicotômicas da relação urbano-rural; e, as primeiras formulações teóricas como a teoria da ação normativa do desenvolvimento⁴⁴. Os desdobramentos atuais do processo de incorporação definitiva da abordagem de desenvolvimento territorial, como uma ação integradora para o desenvolvimento com base na enfática afirmação da importância do rural para o desenvolvimento se deve ao uso do enfoque multidimensional.

Afirmou-se anteriormente o significado político e de legitimação que envolve tanto os aspectos operacionais, mas também os aspectos cognitivos presentes nos discursos e concepções difundidos pelos organismos governamentais e não governamentais correlacionados na introdução de tal política pública. Por isso, o MDA-SNDT adota um conceito muito próximo dos princípios existentes nas principais formulações que abordam a noção de desenvolvimento territorial:

[...] um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (BRASIL, 2007, p.13).

Descentralização, heterogeneidade, diversidade, políticas multisetoriais e outras terminologias fazem parte do universo institucional criado para instalação dos territórios rurais sob o comando do governo federal. Trata-se de um arranjo institucional voltado para o fortalecimento da intervenção do Estado. Contudo, o sentido da fragmentação e ao mesmo tempo de integração ainda não permite expressar com nitidez quais são os objetivos a serem alcançados. Aqui, vale a indagação: há alguma relação com a construção de um projeto nacional de desenvolvimento de longo prazo? Quais serão os efeitos e desdobramentos efetivos de toda essa mobilização?

⁴³ Nunca é demais reafirmar a importância da agricultura familiar e do mundo rural no contexto econômico, social, político e cultural nacional: aproximadamente 52 milhões de pessoas vivem no Brasil rural, cerca de 30% da população; o critério ruralidade do MDA-SNDT definem 4.481 municípios como rurais, cerca de 85% dos municípios brasileiros; a agricultura familiar abrange 85% dos estabelecimentos rurais do país e utilizam 107 milhões de hectares, cerca de 30,5% da área agricultável do Brasil, apesar disso, mantém-se a elevada concentração fundiária; 70% da produção de alimentos básicos resultam da agricultura familiar; a cadeia produtiva da agricultura familiar é responsável por 10% do Produto Interno Bruto do Brasil e corresponde a 30% do PIB do setor agropecuário; há no Brasil, dados de 2007, 900 mil famílias em projetos de assentamentos (BRASIL, 2011a).

⁴⁴ Há um conjunto de críticas a essa teoria presente nos trabalhos de Schejtman; Berdegú (2004). Deve-se ao fato do caráter normativo que estabelece a natureza do território como algo inerte, neutro e fortemente marcado pela visão de desenvolvimento endógeno (BRANDÃO, 2007a).

Brandão (2007b) analisa essa mobilização institucional como uma possível intencionalidade do desenvolvimento. Nesse sentido, seria algo promissor, no entanto, o território tornou-se um tipo ideal, e às vezes uma panacéia, para a garantia da ação integrada do intervencionismo estatal. Por isso, Bonnal (2007) adverte sobre o desafio de construir uma nova noção de desenvolvimento assentado nos aspectos diferenciados e contraditórios da articulação território, desenvolvimento e sustentável. São processos históricos, dinâmicas econômicas e interesses sociais representativos de projetos diferenciados de relações de poder, muitas vezes incapazes de garantir consensos e pactos territoriais. Além disso, soma-se a isso tudo a complexidade da dimensão ambiental e cultural é possível perceber com mais nitidez a grandiosidade do desafio.

A dimensão mais atual do avanço dessa política pública pode ser observada na Tabela 1.

Tabela 1: Territórios Rurais no Brasil – Grandes Regiões – 2007

Região	Número de Territórios	Número de Municípios	% de Municípios por Região	% da População por Região
NORTE	32	248	55,23	54,94
NORDESTE	64	1.031	57,50	43,67
CENTRO OESTE	16	210	45,06	45,99
SUDESTE	27	412	24,70	10,28
SUL	22	487	40,92	44,86
Brasil	161	2.388	44,68	39,95

Fonte: BRASIL, 2009.

É notório na análise dos dados da Tabela acima, o processo intenso, ao longo de quase cinco (5) anos, de articulação nas regiões brasileiras com o objetivo de difundir a noção de território rural e definir que as políticas públicas setoriais serão pensadas de forma integrada e priorizarão os territórios rurais instalados. Este movimento ganhou bastante força na grande maioria das regiões brasileiras, salvo engano na Região Sudeste, provavelmente em decorrência dos critérios de ruralidade estabelecidos pelo MDA-SNDT.

Ao debruçar-se no exercício de análise dos mapas e dos dados do Atlas dos Territórios, editado pelo MDA-SNDT, percebe-se a dimensão extraordinária da abrangência dos territórios rurais no Brasil. No entanto, há as seguintes indagações sobre a capilaridade dessas ações de mobilização e organização: Será que não são expressões muito mais do sentido normativo da abordagem de desenvolvimento territorial? Será que expressam o sentido da construção social e apreensão das dinâmicas políticas, sociais, econômicas e culturais? Dessa maneira, acredita-se que isso ainda precisa ser mais bem investigado, inclusive como elemento de avaliação e fortalecimento da legitimação dessa política pública.

Os questionamentos apresentados anteriormente correspondem a um compromisso de elucidar para a própria sociedade brasileira a trajetória dessas políticas públicas, pois a experiência da gestão social-liberal de FHC apostou no DLIS, por meio da atuação de vários órgãos como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE), e outros mais. Quais os resultados dessa política? Como avaliar o uso dos recursos públicos e a participação dos atores sociais? Houve continuidade? Quais foram as fragilidades do DLIS? Sabe-se que, apesar de quase cinco (5) anos de implementação, a política de território rural ainda é embrionária, somente nos últimos anos ganhou maior fôlego e maior consistência na destinação de recurso no orçamento da União para projetos e ações de desenvolvimento territorial.

Normalmente, a teoria da ação normativa do desenvolvimento destaca as dificuldades institucionais, a frágil competitividade das unidades produtivas familiares em face da reduzida incorporação tecnológica, problemas de capacitação dos agentes do desenvolvimento local, baixa inversão pública e dificuldade de acesso ao fundo público, indicadores sociais altamente representativos da degradação em que vivem as populações rurais, etc. São infinitos os fatores que poderiam ser identificados como obstáculos ao desenvolvimento rural, porém, os indicadores minimamente referenciados anteriormente servirão de direção para algumas reflexões que se pretende realizar a respeito da implementação dos territórios rurais na Região Amazônica.

A complexidade emerge, à medida que se observa no conjunto de obstáculos ao desenvolvimento a frágil situação sócio-econômica dos Estados, Municípios e Territórios Rurais da Amazônia brasileira. Trata-se de uma região que possui uma participação no PIB brasileiro de aproximadamente 5%. Dados recentemente divulgados pelo IBGE agravam ainda mais esta posição da Amazônia. Demonstrou-se que 6 Estados brasileiros, localizados principalmente na Região Sudeste, concentram cerca de 75% do PIB brasileiro e a cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, é o único município da Região Norte dentre os 20 maiores PIB municipais do Brasil. Há uma concentração da renda extremamente danosa, pois o grau de apropriação da renda pelos 20% mais pobres é da ordem de 2% e a apropriação de renda pelos 20% mais ricos corresponde a 65%. Como pensar em desenvolvimento frente à persistência das desigualdades regionais e sociais?

O paradoxo é que não se trata de uma região sem significado para o Brasil e para o Planeta. Qualquer referência à Amazônia brasileira advém, imediatamente, lembranças relacionadas: às riquezas naturais (fauna, flora e minerais); aos conflitos agrários; ao impacto

ambiental existente no arco do desmatamento e a influência nas mudanças climáticas; a importância da água como elemento estratégico; à intensa exploração mineral existente na região; ao trabalho escravo; à frágil condição de desenvolvimento humano e outras questões mais que possuem interfaces locais, regionais, nacionais e internacionais.

A Tabela 2 apresenta a situação atual da organização dos territórios rurais na Região Norte.

Tabela 2: Territórios Rurais no Brasil – Região Norte – 2007

Estados	Número de Territórios	Número de Municípios	% de Área do Estado	% da População
Acre	3	22	34,60	80,44
Amapá	4	12	91,73	22,45
Amazonas	6	35	53,18	77,83
Pará	8	82	75,99	46,21
Rondônia	4	34	68,30	77,65
Roraima	2	8	36,87	19,03
Tocantins	5	63	40,36	30,05
Total	32	256	57,29	50,52

Fonte: BRASIL, 2009.

Os Estados do Pará, Amapá e Rondônia praticamente estão em fase de finalização da definição da totalidade de seus espaços territoriais rurais. As informações obtidas no Sistema de Informação Territorial possibilitaram detalhar algumas informações sócio-econômicas dos territórios rurais da Amazônia. Isso é crucial para compreensão sobre os atores sociais e suas organizações e afastar-se de uma abordagem meramente normativa do território rural. De modo geral, a abordagem territorial dá ênfase na identificação dos sistemas produtivos locais, dos arranjos produtivos locais, na perspectiva de inovação tecnológica, na competitividade e outros fatores estritamente econômicos que seriam fundamentais para promover o desenvolvimento. Há bastante assimetria entre a sofisticação desses conceitos e categorias e a realidade da população rural, possivelmente beneficiária das modelagens tecnocráticas.

A Amazônia e o Nordeste brasileiros sempre foram espaços privilegiados para propostas mirabolantes de planejamento e desenvolvimento regional que paulatinamente sucumbiram, pois não priorizavam a questão social e ambiental. Tratava-se da instalação de grandes projetos econômicos voltados para atender a dinâmica produtiva do centro-sul do país e as transferências de riqueza e indiretamente de energia para os mercados internacionais. A reinserção da Amazônia no cenário nacional a partir da década de 60, ainda não foi suficientemente capaz de equacionar a relação das variáveis econômicas, sociais, ambientais e culturais. Por isso, a concepção multidimensional embutida na abordagem de desenvolvimento territorial é relevante, contudo, não é suficiente.

Na maioria das vezes, concebem-se ações de empreendedorismo, inovação para garantir vantagens competitivas, estimula-se a produção de espécies exógenas sempre na defesa de alteração das condições de pobreza rural predominante na região. Inclusive transfere-se para as populações urbanas e rurais a responsabilidade pelas iniciativas empreendedoras e justificam-se os fracassos na falta de capacitação. A grande maioria desses sujeitos, elevados a categorias de agentes do desenvolvimento local, clamam minimamente por cidadania e acesso a infraestrutura social (saúde, educação, saneamento, água potável, energia elétrica, etc). Exige-se competência e capacidade gerencial daqueles que não conseguem ter autonomia de decisão e poder, pois normalmente se encontram dependentes das transferências sociais e envolvidos em relações de poder patrimonialista.

Os indicadores socioeconômicos dos territórios rurais do Brasil (Anexo A) são representativos no sentido de indicar as reais condições de reprodução econômica e social no interior dos territórios rurais da Amazônia. Duas informações são relevantes nesta Tabela. A primeira está relacionada ao conceito de ruralidade. Optou-se por manter a concepção de população rural do IBGE, pois isso permitiria confrontá-la com a proposta de ruralidade da SNDT-MDA. O critério de rural do IBGE identifica que a grande maioria dos territórios rurais da Amazônia é predominantemente urbana ou a condição rural e urbana possuem a mesma magnitude. No entanto, territórios como o Bico do Papagaio no Estado do Tocantins e o Sul do Pará são reconhecidamente, ao longo de décadas, áreas de fronteira agrícola e palco dos maiores e mais graves conflitos rurais da história do Brasil.

O segundo elemento de destaque é a magnitude da Bolsa Família nos territórios rurais, algo esperado em face das degradantes condições sociais da população dos municípios amazônicos. Optou-se por mensurar a proporção de pessoas por família por uma regra de subestimação, utilizando-se a média nacional de 4 (quatro) pessoas por família. Apesar disso a proporção de famílias que recebem esta referida transferência social é extraordinária, aproxima-se na média de 40% da população. Caso fossem incluídas outras transferências governamentais como a previdência social os dados se aproximariam do grau de dependência social dos territórios rurais. Conclui-se que essa avaliação corresponde a algo de relevância, frente aos desafios posto para a abordagem do desenvolvimento territorial. Isso implica autonomia e soberania.

2.3.3 As Novas Territorialidades do Estado do Pará: políticas governamentais e identidades dos atores sociais

O Estado do Pará possui uma área de 1.247.689,515 km² com uma população de 7.581.051 pessoas, distribuídas em 143 municípios, e o PIB de um pouco mais de R\$ 44 bilhões (IBGE, 2011b). Tornou-se no último século palco de vários acontecimentos como: conflitos agrários e elevada concentração fundiária; um dos principais pólos de potencial de energia hidráulica; província mineral por excelência⁴⁵ (O Estado do Pará possui no Brasil: 20% das reservas de minério de ferro; 85% das reservas de cobre; a maior reserva de bauxita na região norte; 20% das reservas de manganês); recebedor de vários fluxos migratórios nacionais e internacionais; mantém o quinto maior plantel de bovinos do país com 13.354.848 bovinos em 83.163 estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2006); e, possuidor de uma grande diversidade ambiental. Portanto, configura-se em uma síntese da Amazônia brasileira. Assim como, no contexto nacional, perdura uma das mais gravíssimas desigualdades sociais nos espaços sub-regionais, como por exemplo: apenas cinco municípios (Belém, Barcarena⁴⁶, Parauapebas⁴⁷, Marabá⁴⁸ e Ananindeua) concentram 54,43% do PIB estadual e aproximadamente 34% da população total. Isso corresponde à concentração da riqueza no

45 Em 2006, segundo dados do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM), haveria no Estado do Pará 46 minas em atividades, com distribuição em 23 municípios paraenses (as minas de grande porte são localizadas nos municípios de Parauapebas, Canaã dos Carajás, Ipixuna do Pará e Oriximiná), sendo Marabá o município com o maior número de minas em atividade (MATHIS, 2010). Em 2007, a produção mineral do Estado do Pará representou R\$ 8,2 bilhões, basicamente para exportação, e alcançou R\$ 11 bilhões, em 2008, sendo R\$ 9 bilhões resultado da exportação (MATHIS, 2010). Destacam-se os seguintes minerais metálicos: minério de ferro, bauxita, cobre e manganês (os quatro correspondem a 93% do valor total da produção do estado). O potencial da província mineral pode ser bem exemplificado com a produção de cobre concentrado, pois, em 2007, correspondeu a 91% da produção brasileira e arrecadou R\$ 1,3 bilhão (PARÁ, 2008). Outro exemplo é a produção de mineral não-metálico como o caulim que obteve como receita, em 2007, R\$ 468 milhões. A principal planta industrial de beneficiamento do caulim, assim como o porto para exportação, encontra-se no município de Barcarena sob a coordenação da empresa Imerys Rio Capim S/A. Trata-se de uma empresa multinacional de capital francês da área de minerais industriais fornecedora de caulim e carbonato para a indústria papeleira internacional. O projeto industrial foi instalado em 1994 e possui uma capacidade de produção de 1,6 milhões de toneladas ao ano, tornando-a a maior planta industrial de caulim do mundo (SOBRE NÓS, 2009).

46 Em 2007, o beneficiamento da bauxita gerou para o Estado do Pará um valor de exportação de R\$ 2,2 bilhões de alumínio e R\$ 2,2 bilhões de alumina. No município de Barcarena estão instalados os dois principais projetos de transformação mineral do estado, as empresas ALBRAS e ALUNORTE, além das empresas de beneficiamento de minerais não-metálicos as empresas Imerys Rio Capim Caulim e S.A e a Pará Pigmentos S.A (PARÁ, 2008; MATHIS *et al*, 2007).

47 No município de Parauapebas se encontra a principal unidade de produção da empresa Vale do Rio Doce (O Projeto Grande Carajás). Em 2007, Parauapebas foi responsável por 58,5% da produção mineral do Estado do Pará (R\$ 4,8 bilhão), principalmente minério de ferro (PARÁ, 2008). Em 2010, a Vale apresentou em audiências públicas nos municípios de Canaã dos Carajás, Parauapebas e Curionópolis o projeto Ferro Carajás S11D com previsão de produção total de 230 milhões de toneladas/ano de exploração de minério de ferro, a partir de 2015. Este volume representa o dobro da produção atual por ano (VALE..., 2010).

48 O município de Marabá esta localizado na mesorregião sudeste do Pará. Esta mesorregião concentra 67% do plantel de bovinos estadual. O município de Marabá possui cerca de 500.000 cabeças de gados ou 4% do plantel estadual (PARÁ, 2008).

subespaço regional da Região Metropolitana de Belém e na Região Sudeste do Pará; o mapa da exclusão social do Estado do Pará aponta 49,4% da população abaixo da linha de pobreza⁴⁹, cerca de 3.491.389 pessoas (PARÁ, 2007).

Nesse contexto socioeconômico, ao longo de 2007/2008, a Secretaria Nacional de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SNDT-MDA) instalou oito territórios rurais no Estado do Pará (Baixo Amazonas, Baixo Tocantins, BR-163, Marajó, Nordeste Paraense, Sudeste Paraense, Sul do Pará e Transamazônica). Os territórios rurais paraenses compreendiam 82 municípios, 57,3% do total de municípios, e 2.861.701 pessoas ou 40% da população total, sendo que 48% correspondiam a populações rurais. Em termos territoriais, abrangem 76% da área do Estado do Pará.

Trata-se de uma política pública que incorporou a abordagem de desenvolvimento territorial, como uma ação integradora para o desenvolvimento com base na enfática afirmação da importância do rural para o desenvolvimento, sob um enfoque multidimensional. Dessa forma. Logo, a sua realização de forma pouco criteriosa limita bastante a capacidade de eficácia e efetividade da ação pública. Por isso, vários autores, como Favareto (2010), insistem na prerrogativa de que o termo território não seja incorporado como uma mera adição, mas prescindida de mudança institucional concreta, um novo compromisso institucional.

Brandão (2007b) também reafirma a necessidade de novos arranjos institucionais para desencadear processos de transformação e vigor participativos dos agentes menos favorecidos nas relações econômicas e de poder. Portanto, garantir o sucesso de uma política de desenvolvimento territorial requer compreender o fortalecimento das articulações dos atores sociais no interior dos subespaços regionais por meio de fomento ao desenvolvimento e a implantação de projetos econômicos adequados à capacidade de envolvimento da força de trabalho local e regional, assim como, a consolidação da infraestrutura social. No caso do Estado do Pará, esses pré-requisitos são básicos para fluir e dar caráter de efetividade às ações das políticas públicas nacionais e estaduais.

Na última década, as várias formas de representação do Baixo Tocantins têm gerado confusões e perdas de identidade da noção de territorialidade entre os atores do movimento social do campo, gestores públicos e a população em geral. Essa característica remete às vertentes de determinação básica para se entender a noção de território: noção jurídico-política (poderes legais constituídos e poder do Estado); noção cultural ou simbólica (apropriação e valorização do grupo pelo espaço vivido – identidade); noção econômica

⁴⁹ A metodologia da pesquisa considerou o limite de pobreza “pessoas que convivem em família com renda mensal inferior a ½ salário mínimo per capita” (PARÁ, 2007, p. 15)

(HAESBAERT, 2004). Afinal qual é a referência de território para os atores sociais do Baixo Tocantins? Observam-se ações de gestores governamentais com o objetivo de desmobilizar as organizações sociais e se apropriar do comando das definições sobre as políticas territoriais. Isso provoca resistências das lideranças do movimento social, principalmente das lideranças do movimento dos trabalhadores rurais, porque, esta representação político-social é referência na mobilização das reivindicações de políticas de desenvolvimento para o Baixo Tocantins.

Ao longo da década de 1970 e 1980, a ação política do movimento dos trabalhadores rurais denominou de Baixo Tocantins seu território de articulação que compreendia pelo menos nove (9) municípios: Abaetetuba, Baião, Bagre, Cametá, Igarapé-Miri, Oeiras do Pará, Mocajuba, Moju e Limoeiro do Ajuru. Do ponto de vista da organização administrativa do Estado do Pará (espaço de governança), o IBGE e os órgãos governamentais de pesquisa e planejamento definem esse espaço geográfico como parte da mesorregião Nordeste do Pará distribuídos da seguinte maneira: microrregião de Cametá (Abaetetuba, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Oeiras do Pará, Limoeiro do Ajuru e Mocajuba) (Ver Anexo B) e na microrregião de Tomé-Açu (Acará, Moju, Tailândia e Tomé-Açu) (Ver Anexo C). No início dos anos 2000, o movimento dos trabalhadores rurais já havia definido uma nova composição de sua articulação política chamando esse espaço de região do Baixo Tocantins composto pelos nove municípios iniciais e incluindo o município de Barcarena⁵⁰.

Na segunda metade desse mesmo ano, ocorreram três mudanças. Primeiro, a definição da nova política de desenvolvimento territorial pelo governo federal por meio da SNDT e do MDA que criou o território rural do Baixo Tocantins composto de nove municípios Abaetetuba, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Oeiras do Pará, Mocajuba, Moju e Limoeiro do Ajuru. Logo depois, alterou para território da cidadania composto de onze (11) municípios: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Oeiras do Pará, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju e Tailândia (Ver Anexo D). A terceira reorganização territorial foi realizada pelo Governo do Estado do Pará que criou doze (12) Regiões de Integração do

⁵⁰ Em 2004, a Eletronorte aprovou outro instrumento de planejamento no Baixo Tocantins cujo objetivo seria abranger medidas compensatórias e induzir o desenvolvimento regional na área à jusante da UHE de Tucuruí. Segundo a Eletronorte, essas medidas deveriam ser realizadas em 20 anos com a mobilização de recurso da ordem de R\$ 160 milhões. Ao longo dos anos de 2005 e 2006, foram realizadas audiências públicas e pesquisa de campo por pesquisadores da UFPA para a elaboração do Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Região à Jusante da UHE de Tucuruí (PPDJUS). Em termos territoriais, o plano envolveria cinco municípios considerados diretamente impactados à jusante pela UHE de Tucuruí: Cametá, Baião, Igarapé Miri, Limoeiro do Ajuru e Mocajuba. No entanto, foram incluídos no estudo os municípios de Abaetetuba, Barcarena, Moju e Oeiras do Pará. Neste estudo, não faziam parte os municípios de Acará e Tailândia. O PPDJUS é resultado da mobilização social iniciada pelo MODERT no início dos anos de 1990. Assim, resultou em um planejamento com forte participação do movimento social da região, portanto de seu protagonismo. Além disso, configurou o reconhecimento pela Eletronorte de impacto em área a jusante de um empreendimento hidroelétrico (FERREIRA, 2008).

Estado do Pará⁵¹ (Figura 1), dentre elas a Região de Integração do Tocantins, compostas dos mesmos municípios do Território da Cidadania. Observa-se que há inserção de municípios nessas novas organizações territoriais oficiais, inclusive o próprio movimento dos trabalhadores rurais já havia incluído o município de Barcarena que sempre ficava em uma posição indefinida, pois em termos de espaço de governança pertencia a microrregião de Belém. No caso do município do Acará havia questionamentos do porquê de sua não inclusão nas articulações do movimento social do Baixo Tocantins.



Figura 1: Mapa das Regiões de Integração do Estado do Pará
Fonte: PARÁ, 2010a.

Neste trabalho será utilizada a definição de Território da Cidadania, pois se aproxima da organização proposta pelo movimento dos trabalhadores rurais do Baixo Tocantins e é anterior ao modelo proposto pelo governo estadual. Além disso, a política pública de desenvolvimento territorial orienta para ampliação da articulação territorial ao considerar a participação dos municípios de Acará e Tailândia. Não obstante, será mantida a dúvida em relação à capacidade de integração e articulação dos agentes sociais e da população em geral destes dois últimos municípios em uma política pautada na abordagem territorial. Este não é o foco da pesquisa em questão, entretanto, pode-se alertar que há muitas diferenças entre as dinâmicas locais e as articulações territoriais do conjunto dos municípios do território da

⁵¹ As 12 regiões de integração do Estado do Pará são as seguintes: Região de Integração do Araguaia; Região de Integração do Baixo Amazonas; Região de Integração do Carajás; Região de Integração do Rio Guamá; Região de Integração do Rio Caetés; Região de Integração do Rio Capim; Região de Integração do Marajó; Região de Integração Metropolitana; Região de Integração do Tapajós; Região de Integração do Tocantins; Região de Integração do Lago de Tucuruí; Região de Integração do Xingu.

cidadania do Baixo Tocantins. A princípio, observa-se que as dificuldades de deslocamento para o Acará e para Tailândia colocariam esses dois municípios fora do corredor de articulação mais permanente do movimento social do campo que envolve os demais municípios.

Outro fator agravante de desarticulação territorial identificado são as últimas orientações sobre a política de integração regional do Governo do Estado do Pará. A Figura 2, abaixo, representa o resultado da proposição da Secretária de Planejamento e Orçamento (SEPOF) do governo estadual sobre as potencialidades econômicas do território da cidadania do Baixo Tocantins ou Região de Integração do Tocantins. A base dessa interpretação são alguns indicadores econômicos disponibilizados pelo IBGE. Existem vários equívocos nesta interpretação, dentre elas se destacam: a ausência de uma ênfase na importância da agricultura familiar para o desenvolvimento econômico e social do Território da Cidadania do Baixo Tocantins, reduzindo sua possível identificação ao potencial de lavoura temporária e lavoura permanente; não identificam a cadeia produtiva da fruticultura e nem da mandiocultura como possíveis ramos de desenvolvimento produtivo; apresenta o setor industrial minero-metalúrgico centrado em uma visão de elevação da produtividade do trabalho e do capital, portanto, sem indicação de orientações para a promoção de políticas de desconcentração e de impacto sobre as desigualdades sociais existentes, principalmente, no município sede desses grandes projetos, o município de Barcarena.

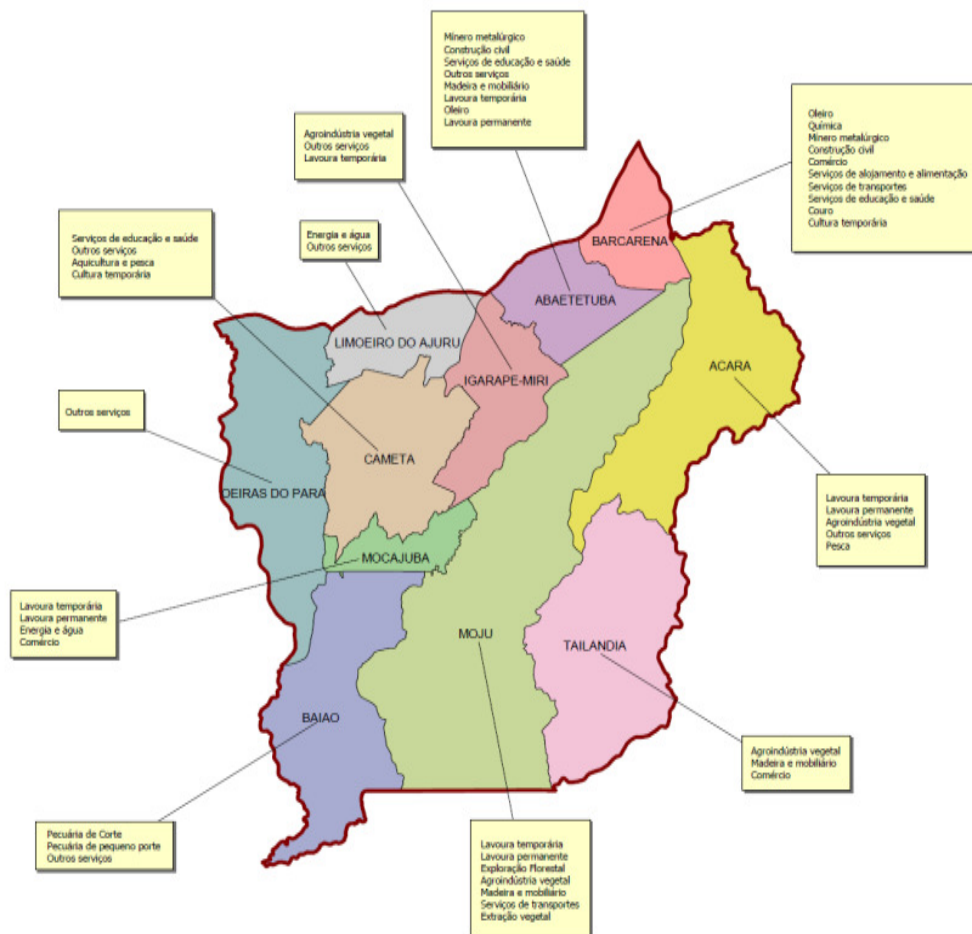


Figura 2: Mapa de Potencialidades Econômicas da Região de Integração do Tocantins
Fonte: SEPOF, 2007.

Uma das características mais marcantes do Baixo Tocantins, inclusive devido ser uma das áreas de ocupação mais antigas da Amazônia brasileira pela ocupação portuguesa, é sua estrutura fundiária com predominância da unidade familiar com menos de cinco (5) hectares de área, principalmente nos municípios de Abaetetuba, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri e Limoeiro do Ajuru. No geral, essa distorção de análise desconsidera o potencial econômico e organizativo desse segmento social no âmbito do desenvolvimento local. Portanto, isso prejudica o direcionamento de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar no território da cidadania do Baixo Tocantins.

Conclusivamente, esta difusa caracterização territorial pelos órgãos do planejamento estadual é um demonstrativo das fragilidades para se compreender a dinâmica territorial existente nas regiões de integração. Nesse sentido, é fundamental a participação do movimento social do campo e urbano, assim como, das representações governamentais municipais e da sociedade civil em geral e suas representações, no acompanhamento das

políticas territoriais previstas para o Território da Cidadania do Baixo Tocantins. Isso implica em acionar o Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER) para monitorar a aplicação dos recursos financeiros previstos no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural (PTDR). Em 2009, o PTDR previa 75 ações com um montante de recursos da ordem de R\$ 272.261.031,50, com isso, foram aplicados somente R\$ 195.644.079,44. No ano de 2010, houve uma redução para 50 ações com previsão de orçamento de R\$ 247.622.294,24, mas foram realizados somente R\$ 191.748.226,91 (BRASIL, 2011a). As informações disponibilizadas na página do MDA não conseguem ser claras sobre a execução dos projetos no Território da Cidadania do Baixo Tocantins. No entanto, é possível destacar alguns recursos destinados ao território no ano de 2009 e 2010 (Anexo E).

Por fim, a Figura 3, é uma representação cartográfica do território da cidadania do Baixo Tocantins com ênfase na importância da agricultura familiar no território. Observa-se a partir dos dados da declaração de aptidão ao PRONAF que este território possui a maior concentração de projetos financiados pelo PRONAF no Estado do Pará.

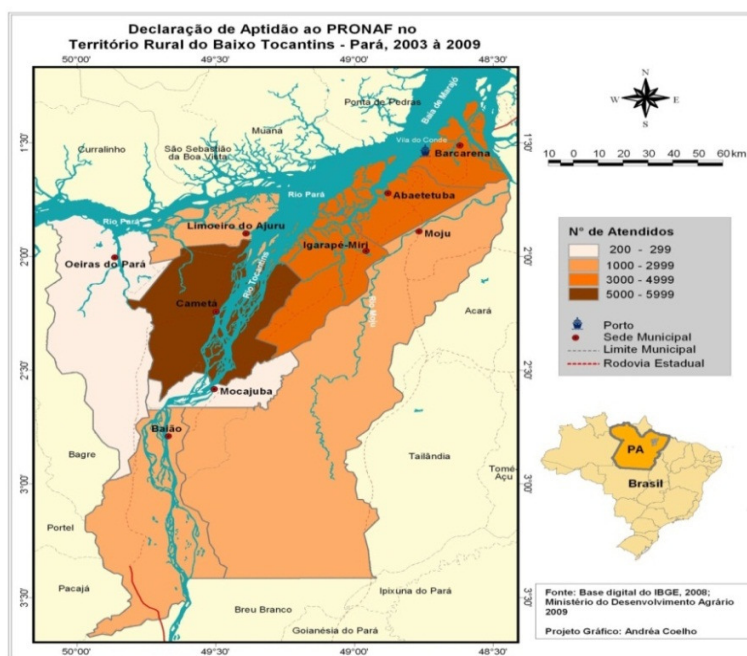


Figura 3: Mapa do Território da Cidadania do Baixo Tocantins/Estado do Pará – 2009
 Fonte: BRASIL, 2009.

Assim, reafirma-se o caráter rural do subespaço regional e seu potencial para implantação de projetos econômicos e sociais voltados para a agricultura familiar. No entanto,

do ponto de vista dos agregados econômicos *strito sensu* é marcante a concentração do PIB regional no município de Barcarena. Atualmente, este município concentra 60% do PIB gerado no território rural do Baixo Tocantins, pois o peso econômico do complexo industrial determina essa pujança de concentração de renda e desigualdade no subespaço regional. Grosso modo, isso caracterizaria um papel bastante secundário para os demais setores econômicos. No entanto, tradicionalmente o Baixo Tocantins possui uma forte atuação de agentes comerciais privados que mobilizam os produtos regionais e realizam a articulação do *hinterland* com as mercadorias industrializadas oriundas do mercado regional e nacional. Essa ampla articulação comercial possui desdobramentos na geração de renda e na consolidação da economia popular, portanto, de empreendimentos individuais que perpassam desde o simples comércio ao sistema de transporte por embarcações regionais e o fortalecimento de entrepostos comerciais na área portuária dos municípios do território.

O elevado grau de informalidade dessa rede de comercialização a torna invisível nos indicadores econômicos, contudo mobilizam um grande contingente populacional e mitiga a ausência de proteção social e se apresenta com um campo de geração de renda. Outro segmento importante que vem assumindo relevância econômica nos últimos anos tem sido a agricultura familiar e empreendimentos econômicos, cuja gestão é de responsabilidade dos trabalhadores rurais. Muitos desses empreendimentos econômicos se consideram como parte de ação de política governamental e social podem ser denominadas de cooperativas agrárias. Essa experiência assumiu relevância no início dos anos 2000, a partir da organização de cooperativas de produção, ou pequenas unidades de beneficiamento de frutas regionais (pequenas agroindústrias) que passaram a competir no mercado local e regional com a oferta de um produto de exportação para o mercado nacional e internacional, o açaí. Na verdade, essa dinâmica produtiva se estabelece com o avanço da política pública de crédito rural por meio do FNO Especial, do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo (PRODEX)⁵² e depois pela consolidação do PRONAF e das demais políticas mais recentes como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A mobilização social e os processos de implantação de projetos de manejo florestal dos açazais provocaram alterações profundas na paisagem do Baixo Tocantins e ao longo de todo o estuário do Rio Amazonas (HOMMA, 2008). Hoje uma das principais preocupações

52 Segundo Homma (2008), o PRODEX, criado em 1996, foi fundamental para o avanço do manejo florestal e consolidação dos açazais no estuário amazônico. Isso possibilitou um aumento para 45 mil hectares de área de manejo de açazais e teria beneficiado pelo menos 15 mil trabalhadores rurais. Inclusive, tornou-se uma referência da política do Banco da Amazônia por favorecer a ampliação da cobertura florestal da região.

difundidas pelos próprios representantes do movimento social do campo e por representantes das instituições de pesquisa tem sido o avanço da monocultura do açaí no território da cidadania do Baixo Tocantins. Mesmo se tratando de uma espécie nativa, a crescente demanda pelo fruto do açaizeiro intensificou sua homogeneização no território. Ocorreu a substituição de espécies vegetais madeireiras e não madeireiras por grandes áreas de açazais. Inclusive isso tem caracterizado o avanço de um sistema de cultivo ou plantio racional. Segundo Homma (2008, p. 28) “[...] os extratores procuram aumentar o estoque de açaizeiros, promovendo o desbaste de outras espécies indesejáveis”. O desafio de superar as práticas predatórias tem criado um movimento de conscientização voltado para a elaboração de projetos de recuperação das áreas dos açazais com a constituição de sistemas agroextrativistas objetivando introduzir espécies não madeireiras e madeireiras. Todavia, essas experiências ainda estão bastante influenciadas pela lógica de mercado. Enfim, predominam os grandes açazais porque o preço de mercado continua bastante atrativo para o produtor. Essa tem sido uma das grandes contradições da ação das cooperativas e associações de produtores rurais do território da cidadania do Baixo Tocantins, pois alimentam uma demanda de mercado com caráter de monocultura e apresentam um discurso de desenvolvimento sustentável e defesa do meio ambiente.

3 TRABALHO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL NO BAIXO TOCANTINS

Identificou-se, na segunda metade do século XIX, um debate sobre desenvolvimento da Amazônia centrado na definição entre caminhos voltados para a economia agrícola ou para o extrativismo. É importante ressaltar a seguinte questão: ao longo da revisão bibliográfica sobre desenvolvimento da Amazônia, percebe-se que a visão de substituição do extrativismo vegetal pela agricultura é recorrente nos debates sobre desenvolvimento, tanto na segunda metade do século XVIII como no final do século XIX. Esta discussão se manteve viva a partir dos anos de 1950 e permaneceu presente nas discussões contemporâneas. Grosso modo, essas proposições podem ser consideradas como disputas pelo comando do processo de desenvolvimento seja a Igreja Católica na segunda metade do século XIX, sejam os arautos do desenvolvimento regional e do desenvolvimentismo autoritário no meado do século XX e novamente a Igreja Católica na segunda metade do século passado com a recuperação da vida comunitária, por meio das CEB com o apoio de organizações não governamentais e do movimento social do campo em contraposição ao Estado autoritário.

Em geral, o fundamento dessas proposições é uma crítica às condições precárias de reprodução das forças produtivas na Amazônia, principalmente, com o advento e permanência de práticas de aviação, nas quais, a condição da força de trabalho na coleta do cacau, nos seringais, na coleta da castanha do Brasil, no extrativismo do palmito, na exploração madeireira e outras formas de extrativismo são representativas do grau de superexploração do trabalho na região. Contudo, considera-se a origem de cada uma dessas proposições marcada por conjunturas diferenciadas, principalmente a segunda caracterizada pela defesa de interesses da classe dominante, pois a visão da modernização conservadora, da segunda metade do século XX, é reduzida ao sentido de inviabilidade econômica do extrativismo vegetal e animal, logo, se apóia na defesa da racionalidade produtiva presente na agricultura moderna e na industrialização. No caso das demais, apresentam-se como campos de questionamento, mas avançam somente na mediação dos conflitos sociais, sem promover ou estimular rupturas profundas nas relações sociais e de produção.

No caso do território da cidadania do Baixo Tocantins, diversas formas de organização do trabalho conviveram e convivem lado a lado. Isso criou três dinâmicas produtivas no interior do mesmo território, assim se configuraram três subterritórios com graus diferenciados de integração e articulação (Ver Anexo F): primeiro, o **território**

agroextrativista⁵³ com predomínio das áreas de várzeas e com forte presença da agricultura familiar, por isso com menor nível de concentração da terra, menores taxas de desmatamento, combinando práticas de monocultura de açaí e sistemas agroflorestais (Abaetetuba, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará); segundo, o **território dos projetos agroindustriais**⁵⁴ caracterizado pelo avanço da monocultura do dendê (biodiesel) e do coco-da-baía, com sistemas de integração da agricultura familiar, concentração de terras, elevado nível de desmatamento e conflitos socioambientais (Acará, Moju, Tailândia e áreas de Concórdia do Pará, Tomé-Açu); terceiro, o **território minero-metalúrgico**⁵⁵, praticamente centrado no município de Barcarena (economia de enclave).

⁵³ Segundo o Censo Agropecuário de 1995\1996 a distribuição percentual do valor bruto da produção (VBP) dos municípios do território da cidadania do Baixo Tocantins é a seguinte: agricultura com 51,30%; Silvicultura e Extrativismo Vegetal com 37,72%; pecuária com 10,98%. O VBP da agricultura é destaque nos municípios de Mocajuba (80,50%), Oeiras do Pará (68,41%) e Tailândia (67,72%). No caso da silvicultura e do extrativismo vegetal os municípios de Limoeiro do Ajuru (79,32%), Igarapé-Miri (75,67%) e Barcarena (58,90%) possuem os maiores VBP. Os maiores destaques na pecuária são os municípios de Baião e Tailândia com uma participação no VBP de 29,23% e 19,86%, respectivamente. Esses percentuais dos VBP são bastante diferentes na posição dos três setores na produção agropecuária do Estado do Pará: pecuária, 42,58%; agricultura 38,10%; silvicultura e extrativismo vegetal, 19,31% (IBGE, 1996). Portanto, o Baixo Tocantins possui uma dinâmica diferenciada, por isso a importância de valorizar o papel da agricultura e do extrativismo vegetal neste subespaço regional. Nesse sentido, a tese de sustentabilidade do extrativismo vegetal depender da oferta de força de trabalho rural possui certo grau de validade (HOMMA, 2008), no entanto, se combinada com a possibilidade de existirem tendências de crescimento da população rural e não somente tendências de declínio. Os dados demográficos de municípios como Barcarena, com taxas de população rural acima de 60% e com a participação do extrativismo vegetal e silvicultura com 58,90% do VBP agropecuária municipal, revelam novas complexidades sobre os estudos das dinâmicas produtivas e demográficas nos territórios rurais.

⁵⁴ Nos municípios de Acará, Moju e Tailândia estão implantadas as maiores plantações de dendê e coco-da-baía do Estado do Pará, com destaque para: AGROPALMA S.A; BIOPALMA; SOCOCO. Essa três empresas juntas possuem uma área de 257 mil hectares.

⁵⁵ Atualmente, no distrito industrial de Barcarena já operam três das principais empresas da cadeia produtiva do alumínio no Pará, Empresa ALBRAS (produtora de alumínio – capital japonês e norueguês), a ALUNORTE (maior refinaria de alumina do mundo – capital nacional, norueguês e japonês) e a ALUBAR (produção de cabos de distribuição e transmissão de energia – grupo argentino). Em 2010, a ALUNORTE e ALBRAS foram consideradas pelo Valor Econômico como as duas maiores empresas do Estado do Pará com receita bruta de R\$ 3.136,4 bilhões e 2.179,6 bilhões respectivamente (QUEM..., 2010). Entre 2006 e 2008, a ALUNORTE investiu R\$ 2,1 bilhões para ampliação de sua unidade produtiva, transformando-se na maior refinaria de alumina do mundo (INDÚSTRIAS..., 2010). Outras duas empresas que atuam no beneficiamento de caulim, a Imerys Rio Campi Caulim (maior produtora do mundo – pertence ao grupo francês Imerys) e a Para Pigmentos, também estão instaladas no distrito industrial de Barcarena. Em 2010, o Governo do Estado do Pará divulgou o investimento de R\$ 40 milhões para implantação da Zona de Processamento de Exportações (ZPE) de Barcarena. Algumas empresas como a Companhia de Alumina do Pará (CAP) anunciou, para 2013, a instalação de uma refinaria de alumina na ZPE de Barcarena com investimento de R\$ 3,8 bilhões e com capacidade instalada de 1,86 milhão de toneladas\ano, com previsão de ampliar para 7,7 milhões de toneladas\ano com futuras expansões. Essa é a dimensão do pólo industrial de Barcarena, apesar das informações sobre geração de emprego e de investimentos serem sempre vultosos, não condiz com os indicadores de desenvolvimento identificados no **território minero-metalúrgico**. Na verdade, instalou-se uma porta de saída dos minérios do Estado e uma matriz industrial de alto consumo de energia elétrica. Por um lado, essa matriz gerou, em 2009, um saldo da balança comercial do Estado do Pará com exportação de produtos primários de U\$ 7,5 bilhões. Por outro, seus impactos ambientais se estendem desde o município de Oriximiná (oeste do Pará) com a Mineração Rio do Norte por meio da extração da bauxita (transportada por 1.000 km pelos rios Trombeta e Amazonas), passando pelo mineroduto de 244 km que transporta bauxita do município de Paragominas (nordeste do Pará) e a extração de caulim com origem no município de Ipixuna (nordeste do Pará), portanto, a matéria-prima atravessa todo o

A princípio, o território parece ser homogêneo, principalmente devido às características da paisagem, muitas vezes dominada pelos açaiçais. Entretanto, se apóia nessa tipologia para apresentar as diferentes formas e dinâmica econômica, social, ambiental e territorial do Baixo Tocantins, particularmente na fase contemporânea. Assim sendo, se optou pela demarcação de um ponto de inflexão entre as dinâmicas observadas em cada um dos municípios. Isso gerou uma nova territorialidade como argumento explicativo, porque, se por um lado, há várias dinâmicas no interior do subespaço regional, algumas conseguem criar graus de heterogeneidade, integração e articulação ao processo de desenvolvimento, outras são enclaves econômicos, como é o caso do território minero-metalúrgico. Por outro, há características comuns aos três territórios: no âmbito da produção agrícola e extrativista vegetal, há a primazia da monocultura e grande participação da agricultura familiar; no campo dos indicadores sociais e ambientais, a precariedade e fragilidade dos serviços públicos; no campo econômico, a visão voltada para a exportação, por isso, tanto os grandes empreendimentos econômicos como a unidade produtiva familiar estão integrados à acumulação ampliada de capital, particularmente aos processos contemporâneos de financeirização.

Em suma, trata-se de um movimento contraditório, mas o fundamental desse modelo explicativo é reconhecer que no território agroextrativista, foco da pesquisa de campo, há elementos de renovação e resistência ou pistas de um padrão de desenvolvimento capaz de orientar para a superação do viés concentrador de renda e de desigualdades regionais. Observa-se que a superação das décadas do patronato (1950-1980) e o avanço da produção agroextrativista do açaí (1990-2000) geraram um novo quadro nas relações políticas, econômicas e sociais no Baixo Tocantins. Isso torna evidente o papel da agricultura familiar no sentido de internalizar um padrão de desenvolvimento capaz de valorizar e impulsionar as dinâmicas territoriais, não somente como amortecedoras dos impactos das crises econômicas, mas como um campo permanente de resistência ao processo de subordinação e subsunção do trabalho, ao mesmo tempo, capaz de potencializar as experimentações de práticas associativistas e comunitárias. Em certo sentido, criar a “[...] possibilidade de constituir a base de um desenvolvimento agrícola de maior nível de eficiência econômica, equidade social e sustentabilidade ecológica” (COSTA, 2000b, p. 170).

território paraense até chegar ao Baixo Tocantins, mais especificamente no porto de Vila do Conde, localizado no município de Barcarena.

3.1 O VALE DO BAIXO TOCANTINS: A FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL

Tétricas figuras são as destes heroes do Novo Mundo, quando nos aparecem espalhando o terror entre as populações doces e inermes; arrostando perigos, trabalho e privações incríveis, na busca de thesouros e domínios; descobrindo em toda a sua hediondez a perversidade humana, quando para contel-a falta ahypocrisisa do respeito ás leis. Como alcateia de feras, assolando os bosques, nunca esses aventureiros se viam fartos de sangue; e de ouro e poderio tinham sêde insaciável (AZEVEDO, 1999, p. 17).

A partir do século XVII, o delta-estuário amazônico torna-se efetivamente ocupado e estende-se o domínio português ao vale do Tocantins⁵⁶. No entanto, “[...] constata-se que a presença de colonos num território não assegura a exploração econômica desse mesmo território. A dominação colonial não se apresenta forçosamente como uma decorrência da exploração colonial” (ALENCASTRO, 2000, p. 19). Havia o desafio de assegurar, além do povoamento, a valorização do território, algo que não seria tranqüilo⁵⁷. Organiza-se militarmente a ocupação, conseqüentemente, acelera-se o genocídio da sociedade autóctone. Conforme Marin (2005):

Em 1617, os índios das aldeias do Caju e Mortiguara (nome antigo da baía de Marajó), sublevados, foram atacados por Francisco Caldeira, enquanto os Tucujus, localizados na costa de Macapá, acusados de alianças com os holandeses, foram ferozmente combatidos. Após vinte anos de luta dos índios contra os colonizadores, a paisagem humana mudou por completo. As ilhas da foz do Amazonas e de Gurupá transformaram-se no palco de batalhas entre portugueses, holandeses, ingleses e irlandeses, o que contribuiu para arrasar os antigos habitantes do delta (MARIN, 2005, p. 77).

As ilhas da foz do Amazonas e do Tocantins foram transformadas em “palco de batalhas”, conseqüentemente, houve eliminação e deslocamento das populações autóctones. Entre 1492 e 1659, segundo Angelo-Menezes (1994), teria ocorrido uma redução

56 Os primeiros registros históricos da presença dos colonizadores europeus na Amazônia são imputados às expedições do português Duarte Pacheco Pereira, em 1498, e do navegador espanhol Francisco Yañez Pizón, em 1499/1500. Portanto, esses colonizadores teriam se antecedido a expedição de Pedro Álvares Cabral nesta porção sul da América. A partir do Tratado de Tordesilhas (1494), essa área fazia parte dos domínios espanhóis, contudo, o delta-estuário amazônico representava um acesso estratégico aos metais preciosos andinos. Isso alimentaria o interesse de portugueses e outros colonizadores europeus pelo controle dessa via de acesso. Há vários registros de expedições de navegadores adentrando o rio Amazonas (Marañon): a expedição do Capital Espanhol Francisco de Orellana (1541/1542); no final do século XVI, os holandeses (1598) já estabeleciam contatos com os indígenas da região das Guianas (SCHAAN, 2002); desde 1583, havia expedições francesas com o objetivo de implantar a França Equinocial.

57 Entre 1580 e 1616, devido a movimentação de frotas estrangeiras, a Coroa portuguesa decidiu conquistar a fronteira norte, pois a considerava como seu domínio de direito. Concretiza-se o processo de colonização com o objetivo de estabelecer a defesa militar e um núcleo de povoamento que se tornará polarizador das ações da Coroa Portuguesa no norte do Brasil. Outro marco fundamental da conquista é a fundação da cidade de Santa Maria de Belém do Grão Pará, em 1616, às proximidades da foz do Rio Amazonas, mais precisamente no encontro do rio Guamá com a baía de Guajará.

populacional de indígenas da ordem de 95%, em uma população estimada entre 500 mil a 6,8 milhões de habitantes. No entanto, o quadro de enfrentamento não poderia se mantido continuamente, havia o interesse de consolidar os núcleos de povoamento. No período de 1637 e 1639, ocorreu a primeira expedição militar portuguesa pelos rios amazônicos (entre Pará e Quito), a expedição Pedro Teixeira. A iniciativa portuguesa se revelou promissora, no sentido da ocupação territorial, conquanto, isso não era suficiente. Assim, entre 1669 e 1759, introduz-se uma nova estratégia, a catequese. Esta função seria exercida pelas missões religiosas⁵⁸. A ação das ordens religiosas transformou o “papel das missões como unidade de ocupação do território ultramarino” (ALENCASTRO, 2000, p. 23).

Por um lado, a catequese se transformou em um elemento de mediação entre o contato do indígena com o missionário, o pacificador, e a posterior chegada do colonizador, o explorador. Por outro lado, viabilizava a instalação dos “negócios” (trato mercantil) dos missionários⁵⁹, além de facilitar a disciplina e o monopólio da força de trabalho indígena. Por isso, avançavam aos mais longínquos e inóspitos rincões. Assim,

Na extensão do vale amazônico, as missões montaram um sistema agrário combinado com a organização dos índios aldeados em espaços próprios. As aldeias missionárias mostraram-se rentáveis na extração, na agricultura, na pesca, na caça e na criação de gado (MARIN, 2005, p. 77).

Nesse sentido, realizava-se a ação missionária propriamente dita, mas estabeleciam-se unidades produtivas capazes de provocar impactos de várias naturezas, particularmente na cultura das populações autóctones. Na verdade, o sentido da estruturação de unidades produtivas agrícolas, não residia somente na valorização econômica do território, mas na substituição do extrativismo pela agricultura como forma de disciplinar a força de trabalho (ANGELO-MENEZES, 1994). Esse padrão de ocupação do território, apresamento das sociedades indígenas, exploração das drogas do sertão (salsaparilha, cravo, canela, baunilha, âmbar, balsâmo de umeri, etc) e introdução de atividades agrícolas e pastoris manteve-se contínuo ao longo dos séculos XVII e XVIII⁶⁰. Assim:

58 Angelo-Menezes (1994) destaca que a Companhia de Jesus teria organizado 87 aldeias ao longo da margem direita do rio Amazonas.

59 Identificam-se fazendas constituídas pelos missionários, principalmente Jesuítas, nas áreas da Ilha do Marajó e no vale do Tocantins. As missões inseriam os cativos na agricultura e posteriormente, a partir de 1703 na criação de gado vacun e cavalari – “indústria pastoril” (LIMA, 1996). Segundo Angelo-Menezes (1998), em 1759 foram transferidos mais de 170 mil cabeças de gados das fazendas dos jesuítas para a elite local portuguesa. Isso é um dos exemplos do demonstrativo do porte do empreendimento instalado pelas missões religiosas no delta-estuário amazônico.

60 Desde o século XVII, os colonizadores europeus portugueses adentraram o delta-estuário amazônico com objetivo de implantar núcleo de povoamento e o cultivo da cana-de-açúcar. À medida que os portugueses

A colonização portuguesa na Amazônia se restringe à área em torno do delta do Amazonas, onde se praticava alguma agricultura, especialmente de cana-de-açúcar. As expedições eram organizadas com a finalidade de exploração e apresamento de índios e de coleta das drogas do sertão. O retardamento do povoamento do vale do Tocantins, no seu curso médio reflete, em parte, o desinteresse dos portugueses pela colonização do norte brasileiro (ANGELO-MENEZES, 1994, p. 39).

Ao longo do século XVII, o vale do Tocantins se tornará um polo de interesse para a instalação de novos núcleos populacionais⁶¹. Em 1635, destaca-se a fundação da cidade de Cametá (Vila Viçosa de Santa Cruz do Camutá), considerado o segundo núcleo populacional fundado pelos portugueses na Amazônia (COSTA, 2006). Observa-se nos registros sobre a criação das demais cidades do vale do Tocantins a forte influência exercida por Belém ou por Cametá. A distribuição de sesmarias pela Coroa Portuguesa e o desprendimento das missões religiosas possibilitaram a instalação das primeiras vilas e freguesias do vale do Tocantins. A referência das datas de fundação das primeiras cidades são as seguintes: Abaetetuba (1750); Acará (1758); Baião (1694); Barcarena (1758); Cametá (1620 – 1635); Igarapé-Miri (1710 – 1835); Limoeiro do Ajuru (1895); Mocajuba (1853); Moju (1754 - 1839); Oeiras do Pará (1653 – 1758)

Em termos de domínio territorial ou constituição das territorialidades, de certo modo, os municípios de Abaetetuba, Barcarena, Igarapé-Miri e Moju faziam parte da jurisdição de Belém. Ao longo do século XVII, começaram a se emancipar. De outro modo, o município de Cametá influenciava mais diretamente nas outras vilas, logo depois, transformadas nos municípios de Baião, Limoeiro do Ajuru e Mocajuba. No caso de Oeiras do Pará, sua definição de territorialidade está vinculada a sua extensão territorial, compreendendo áreas próximas à região do Marajó. No século XVIII, Oeiras do Pará esteve subordinado ao município de Currelino. Entretanto, no século XIX, foi transformado em distrito do município de Portel. Atualmente, ambos pertencentes à mesorregião do Marajó.

Angelo-Menezes (2000) ressalta o impacto da estruturação dos núcleos de povoamento colonial:

assumiam de forma mais efetiva a ocupação do território da colônia do norte, incentivaram a instalação desse mesmo tipo de cultura agrícola nas áreas de influência da cidade de Belém, portanto, essa ação atingiu o vale do Tocantins (BATISTA, 2004).

⁶¹ Em 1617, ocorreu a primeira expedição portuguesa ao vale do Tocantins sob o comando do jesuíta frei Cristóvão de Lisboa. A missão religiosa teve como objetivo catequizar os índios Camutás, assim criou as bases para o surgimento da primeira cidade do vale do Tocantins. Os centros de povoamento mais importantes, instalados ao longo das margens do rio Tocantins, eram denominados de vilas, freguesias ou “lugares de índios”.

No período colonial, a perturbação interna decorrente da colonização portuguesa fez mudanças bruscas de orientação em determinados pontos essenciais ao funcionamento da sociedade indígena. Essas mudanças provêm prioritariamente da diminuição da organização social dos índios, assim como da desestruturação tecnológica da atividade produtiva. Os resultados foram as mudanças da paisagem agrária, decorrência da restrição dos recursos, das escolhas técnicas ou, ainda, das modalidades da repartição social e dos benefícios que foram esquecidos no processo de escolha (ANGELO-MENEZES, 2000, p. 92).

Ao longo do século XVII, observa-se a desorganização e a degradação do agrossistema promovidos pelas populações autóctones no vale do Tocantins, e na Amazônia de um modo geral. Substitui-se, gradativamente, a organização do trabalho indígena baseada no trabalho coletivo, por uma organização do trabalho compulsório, primeiramente indígena e depois fortalecida com a introdução da força de trabalho africana no século XVIII. A estruturação de um sistema agrário voltado para o mercado mundial provoca a exploração intensiva das drogas do sertão, conseqüentemente, seu esgotamento. Logo depois, serão introduzidas as atividades agrícolas, pastoris e os primeiros traços de uma produção artesanal ou semi-industrial.

Assim, evidencia-se a transição de uma etapa extrativista e de agricultura de subsistência para as primeiras atividades pautadas na agricultura comercial. É importante enfatizar as condições dessa transição. Estabeleceram-se mudanças no uso da força de trabalho, pois, anteriormente, utilizava-se a força de trabalho escrava indígena para o extrativismo e o cultivo na agricultura, principalmente, de espécies nativas como o cacau (*Theobroma cacao*)⁶². A racionalização agrícola promovida na fase pombalina, a partir do século XVIII, quebra o monopólio da força de trabalho indígena sobre o comando dos jesuítas e inicia a inserção da força de trabalho escrava negra. Isso possibilitaria um sistema de cultivo voltado para o consumo e para exportação, inclusive, devido aos novos produtos que serão cultivados como cana-de-açúcar, tabaco, milho, algodão e arroz. Por exemplo, em 1750, como efeito dessa transição havia o interesse de transformar o delta amazônico em um grande “celeiro agrícola”, principalmente voltado para a rizicultura. Isso provocou a chegada dos colonizadores açorianos que foram instalados na região nordeste do Pará. No entanto, não houve sucesso nessa empreitada dos açorianos na Província do Grão Pará, pois as precárias condições de sobrevivência não foram favoráveis à instalação dos núcleos de colonização (MARIN, 2005).

Gomes; Vergolino (1997) apresentam três fases importantes, entre 1750-1850, sobre a dinâmica da economia amazônica. A primeira fase, entre 1750-1810, representa a

62 Entre 1776 e 1822, o cacau representava cerca de 50,39% das exportações do Pará.

intensificação da exploração econômica da Amazônia, devido à instalação da Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão (1750). No entanto, ao compararem a diferença de desempenho econômico entre a província do Pará e Maranhão, argumentam que: primeiro, enquanto a província do Pará se dedicava muito mais ao extrativismo vegetal (cacau e cravo), a província do Maranhão desenvolvia um organizado padrão agrícola (arroz e algodão); segundo, uma provável ação administrativa ineficiente ou uma política discriminatória por parte da companhia de comércio criava obstáculo para o avanço produtivo e comercial da província do Pará. A partir de 1778, com o fim da companhia de comércio houve incremento tanto da produção extrativista, principalmente do cacau, como da produção agrícola para exportação de produtos como o arroz e algodão.

A segunda fase, entre 1810 a 1850, observa-se forte queda na exportação de produto extrativista da província do Pará e Amazonas. Trata-se de uma fase de declínio econômico do setor exportador de produto extrativista, de aprofundamento da pobreza e a eclosão de uma grande revolta popular, a Cabanagem (1835-1840). A terceira fase se inicia a partir da segunda metade do século XIX, com a ocorrência de dois eventos que irão contribuir para a recuperação do dinamismo econômico da Amazônia: a descoberta de uma técnica para a vulcanização da borracha; e a instalação da companhia de navegação da região Norte. Esses dois eventos se tornam a base para o desenvolvimento do extrativismo do látex na Amazônia, pois, criou-se a condição de existência de uma técnica para potencializar o beneficiamento do látex e o transporte da produção (GOMES; VERGOLINO, 1997)

Nota-se nas alterações promovidas no século XVIII, o surgimento da cultura cabocla na colônia portuguesa do norte, o “caboclo amazônico” (COSTA, 2006). Segundo Costa (2006), isso permitiria identificar a origem de um “sistema de produção camponesa” na Amazônia articulado ou não à economia de feitorias, ou seja, ao mercado. Seguindo esta mesma tradição de análise sobre a estrutura agrária da Amazônia, Angelo-Menezes (2000) identificaria dois tipos de unidades produtivas ou sistemas agrários no vale do Tocantins: a unidade camponesa integrada ao mercado, e a unidade camponesa menos integrada ao mercado. Isso será importante para compreender algumas mudanças ocorridas na segunda metade do século XVII. Naquele momento, houve a substituição da cana-de-açúcar como produto principal de cultivo pelo cacau. Por se tratar de uma espécie nativa, o cacau possibilitou a articulação de maior número de agricultores à agricultura comercial, conseqüentemente, houve participação de segmentos do sistema camponês. Mas, com a crise do cultivo do cacau, na primeira metade do século XIX, retorna-se a agricultura de subsistência e se desestrutura mais uma vez o sistema produtivo no Tocantins.

O exclusivismo metropolitano chega ao fim. No sentido político, “os dois Brasis” (O Estado do Grão Pará e Maranhão e o Estado do Brasil) passam a ser unificados por meio de uma estratégia política com o objetivo de criar autonomia em relação a Portugal. Na colônia do norte essas negociações exigiram romper os fortes laços da sociedade Amazônica, particularmente de sua elite tradicional com a Coroa Portuguesa. Do ponto de vista econômico, a historiografia brasileira e regional, normalmente, configurou um estado de estagnação entre a transição da fase colonial para o império (primeira metade do século XIX) na região Amazônica, restritamente na província do Pará. Observa-se nesse tipo de análise o privilégio ao mercado, portanto, a circulação de mercadorias. Dessa forma, a ênfase será a produção gomífera (1850). Criou-se uma interpretação dicotômica sobre extrativismo e agricultura (BATISTA, 2004).

Todavia, é de bom alvitre destacar um tipo de interpretação capaz de levar em consideração a vida material e as relações de produção que se estabelecem nos espaços ou nos subespaços da região Amazônica, conforme Ab’Sáber (2005):

A condição prévia para entender a Amazônia em seu todo reside em uma setorização abrangente de grande concretude e visibilidade, ou seja, um esforço para regionalizar um megaespaço mal conhecido e mal gerenciado pelos governos que se sucederam no Brasil (AB’SÁBER, 2005, p. 22).

Assim, estudos sobre territorialidade ou desenvolvimento territorial, a partir de uma reconstrução histórica são relevantes para compreender os aspectos do passado (longa duração) e da contemporaneidade que envolve determinadas sociedades ou subespaços de uma região. Trata-se de evidenciar as dinâmicas internas sem deixar de se preocupar com os fatores externos também responsáveis pela influência e configuração de um tipo de desenvolvimento regional e nacional (BATISTA, 2004, FRAGOSO, 1998).

Por exemplo, a historiografia tradicional retrata a fase de auge da economia da borracha⁶³ como um período de abandono ou deslocamento de grande parte da força de trabalho agrícola para o extrativismo do látex (SANTOS, 1980). Não obstante, alguns estudos históricos e sociológicos têm proporcionado revelar a complexidade da dinâmica econômica, cultural e política dos subespaços regionais do Estado do Pará. A periodização construída por Sousa (2000), a partir de seus estudos sobre crédito, organização coletiva e reprodução camponesa no município de Cametá na região do Baixo Tocantins, tornou-se uma referência

63 A revisão da literatura sobre história econômica da Amazônia indica a existência de dois ciclos de auge da economia da borracha: o primeiro, diz respeito ao período de 1850 a 1890; o segundo corresponde à fase da segunda-guerra mundial na segunda metade da década de 40 do século XX.

importante, mesmo restrita a um determinado município. A partir desse estudo é possível construir uma hipótese sobre a possibilidade de haver um processo histórico do trabalho simultâneo ou com traços comuns para os municípios que compõem o território da cidadania do Baixo Tocantins.

Por um lado, trata-se de evidenciar a maneira como os fatores internos e externos constituíram um processo de acumulação de riqueza para a oligarquia agrária e como ocorreu a reprodução social dos segmentos populares urbanos e rurais no Baixo Tocantins, a partir da segunda metade do século XIX, enfim, pós-fase colonial. Por outro, tenta-se identificar se há traços comuns nas trajetórias do trabalho. Nesse momento, com base nessas premissas, percebe-se a constituição de modelos sócio-produtivos peculiares à Amazônia brasileira, como o sistema de aviação (SANTOS, 1980). Contudo, houve a constituição de organizações voltadas para a gestão da força de trabalho (unidades de comando/controle), principalmente na área rural como as sociedades agrícolas, irmandade de santos, comunidades cristãs, associações de produtores, etc.

É importante ressaltar o grau de complexidade da formação econômica e social do vale do Tocantins e sua influência nas transformações da organização do trabalho. Isso poderia ser resumido nas categorias “princípios de compromisso, lealdade e reciprocidade” (SOUSA, 2000). Estes “princípios” irão permear a organização econômica e social da segunda metade do século XIX e ao longo do século XX. Eles serão orgânicos nas relações sociais estabelecidas entre os trabalhadores rurais com a igreja, governantes, as oligarquias agrárias da região e entre os próprios agricultores. Um exemplo dessa relevância pode ser visto nas “irmandades de santo” estimuladas pelas oligarquias agrárias locais – o patrão:

[...] a irmandade não cumpria nenhum papel como elemento organizador da produção ou como mediadora das relações de crédito. Essa relação na esfera da produção e da circulação de mercadorias se dava diretamente entre comerciante e camponês extrator. A irmandade, quando assumia alguma função coletiva, além da estritamente religiosa cumpria o papel de mediar as necessidades coletivas no âmbito dos serviços, como a construção de uma sala de aula, ou a contratação de uma professora. Porém, o imaginário popular que se constituía a partir da ação da irmandade, como organizadora do culto ao santo padroeiro, cumpria o papel de tornar legítima a relação de produção e troca que ocorria no processo de extração e circulação dos produtos que garantiam a reprodução social em Cametá (SOUSA, 2000, p. 76).

Dessa forma, haveria objetivos econômicos nas festas das irmandades, pois, sua atuação abrangia o domínio da vida social. Assim, constituíam-se uma ordem social e econômica nas quais as irmandades eram “[...] legitimadoras dessa ordem de princípios organizadores da

convivência” (SOUSA, 2000, p. 82). Criavam-se instrumentos de organização do processo de trabalho como, “o convidado”:

[...] quando chegava o período de fazer a derrubada da mata, a limpeza do roçado ou o plantio, a irmandade convocava todos os seus associados e definiam juntos o dia de iniciar os “convidados”. Na noite anterior ao início do primeiro convidado, todos os associados se reuniam na casa da pessoa, cujo roçado seria iniciado no dia seguinte. Nessa noite chegavam todos os associados e realizavam uma grande festa, onde a música era o samba de cassete (SOUSA, 2000, p. 86).

[...] o convidado, embora se tratasse de um trabalho coletivo, era realizado num espaço de propriedade e sob a gestão do núcleo familiar. Além do mais, havia um processo de controle rigoroso do trabalho prestado por cada associado da organização. E, por fim, era realizado num ambiente social permeado de uma mística mesclada de aspectos considerados de caráter profano e religioso, que juntava a dança, a bebida, a comida típica de festa, a reza e o trabalho pela sobrevivência (SOUSA, 2000, p. 90).

À medida que a produção gomífera entra em crise, as irmandades e as sociedades agrícolas definham. Isso confirma o sentido de gestão da força de trabalho totalmente voltado para os interesses econômicos de acumulação de riqueza e legitimação das dívidas geradas no interior do sistema de aviamento. Além disso, era mantido o controle social dos agricultores familiares pelas oligarquias agrárias locais (compadrio). Porém, percebe-se tanto no momento de auge como no momento de crise dos ciclos, nas dinâmicas internas dos subespaços regionais, neste caso em particular o vale do Tocantins, que havia reação e a constituição de formas próprias de manutenção sistêmica: do processo produtivo; da acumulação de riqueza; do domínio do Estado; e, da reprodução social dos trabalhadores rurais.

Na segunda metade do século XX, mais precisamente nos anos de 1960, o modelo de exploração econômica extrativista entra em uma profunda crise. Ascende um novo sistema de controle e comando, agora sob a égide da Igreja Católica Romana. Substituem-se as irmandades de santo pela comunidade cristã ou por um programa pastoral das comunidades. Dessa forma, houve a substituição do “convidado” pelo trabalho comunitário (mutirão). A nova organização social faz opção por uma forma inédita de exercício do seu papel de comando e mediação: o crédito comunitário. Assim, a Prelazia passaria a financiar o desenvolvimento de atividades agrícolas com o intuito de garantir melhores condições de sobrevivência às populações rurais das regiões de ilhas e de terra-firme do Baixo Tocantins.

Essa iniciativa conseguiu atingir os pilares das irmandades (santo padroeiro) e dos comerciantes, pois, o crédito agregava os trabalhadores em torno de um domínio econômico, religioso e social exercido pela Igreja. Além disso, proporcionou a articulação entre o clero e emergência de uma oposição sindical, cuja mobilização proporcionou criar uma “[...] nova

concepção sobre o papel do Estado, enquanto instrumento que deve proporcionar condições dignas de reprodução social, de sobrevivência: que deve investir em desenvolvimento” (SOUSA, 2000, p. 127).

A percepção comum era o descrédito com qualquer visão de Estado responsável por ações públicas. Na verdade, o Estado atuava como opressor e um facilitador da expropriação das riquezas naturais (poder colonial e poder da oligarquia agrária pós-colonial). Em síntese, parecia haver a possibilidade de constituição de uma nova ordem econômica e social, contudo, o domínio exercido pela Igreja não permitia ampliar a autonomia do movimento social e dos agricultores familiares em geral, porque, os princípios de compromisso, lealdade e reciprocidade continuavam atualíssimos, vide o poder de coesão promovido pelo crédito.

De maneira geral, o crédito informal colaborou para ampliar a dependência dos trabalhadores rurais em relação à Igreja e às demais estruturas de poder econômico e político do Baixo Tocantins. Podem ser destacados três fatos para justificar essa afirmação: em primeiro lugar, favoreceu-se a introdução da monocultura da pimenta-do-reino, porém, criou-se a porta de entrada para a revolução verde no subespaço regional, paulatinamente ao cenário nacional. Isso gerou intercâmbio com o mercado nacional e internacional. Mas, de outra forma, manteve-se a reprodução das condições sociais e de exploração dos recursos naturais semelhantes àsquelas existentes ao longo dos ciclos da borracha; por outro lado, abre-se caminho para as concepções de transformação da agricultura tradicional em prol de um modelo de modernização agrícola (NASCIMENTO, 2008a).

Em segundo lugar, estabeleceu-se uma forma de comercialização da produção altamente prejudicial aos agricultores, pois, vendia-se a produção na “folha” por meio de adiantamento de mercadoria, equipamento e insumos e criava-se uma relação de “patronagem”, ou seja, mantinha-se a “[...] situação de eterno devedor” (SOUSA, 2000, p. 108), algo similar ao aviamento. Por fim, houve impacto negativo na segurança alimentar, reduziu-se a produção de alimentos para subsistência.

De certa forma, apesar dos problemas identificados anteriormente, houve avanços significativos, a partir da intervenção da Igreja na década de 1970. Em plena ditadura militar no Brasil, articulou-se a formação de uma oposição sindical no interior do movimento sindical dos trabalhadores rurais. Questionava-se o papel exercido pelas lideranças sindicais “pelegas” como instrumento de intervenção do Estado autoritário. Isso fomentou a criação de lutas pela reforma agrária e a aproximação dos trabalhadores rurais e urbanos do Baixo Tocantins ao novo sindicalismo em ascensão no Brasil na década de 1980.

Segundo Sousa (2000), em certa medida, havia uma boa articulação entre a Igreja e o movimento sindical, conquanto, havia pontos de tensão nessa relação, principalmente, em relação ao papel do crédito. As lideranças da Igreja orientavam os trabalhadores rurais para evitarem as estruturas do crédito formal, sob o comando de instituições bancárias. Isto é, deveriam evitar o endividamento, pois, isso poderia gerar a perda da terra. Ao longo dos anos 1980, a defesa da terra se tornou carro chefe das mobilizações sociais na região. Assim,

[...] já se percebia a constituição de um novo imaginário das lideranças dos camponeses na região e um total esgotamento dos discursos e ações que sustentaram a prática de enfrentamento com o Estado. A concepção sindical classista dera lugar a uma visão plural da construção do movimento e da luta dos trabalhadores (SOUSA, 2000, p. 153).

No início da década de 1990, o elo frágil da relação Igreja/movimento social se rompeu com o aprofundamento da crise no mercado internacional da pimenta-do-reino. Além disso, o conservadorismo papal se estabeleceu na Igreja Católica e houve fortes pressões contra a teologia da libertação. Essa conjuntura levou o movimento sindical do campo a seguir um novo rumo dessa vez passou a privilegiar a questão agrícola em detrimento da questão agrária, desse modo houve a “[...] condução do movimento dos trabalhadores rurais para uma ação de luta pelo crédito, entendida como uma luta em defesa da agricultura” (SOUSA, p. 190). Teoricamente, evidenciava-se a crise de eficiência reprodutiva da unidade de produção agrícola. Isso exigiria uma reação das lideranças sindicais no sentido de romper com determinados obstáculos, particularmente, aqueles relacionados ao domínio da Igreja e à estrutura de mercado monopsônio imposto pelos comerciantes. Todavia, havia fragilidade organizativa no movimento social. Isso marcaria profundamente a luta pelo crédito nos anos 1990: não havia um projeto ou plano político com uma definição sobre o que produzir. Dessa forma, a luta pela liberação do crédito precedeu qualquer definição de produto a ser cultivado (SOUSA, 2000).

Apesar do conjunto de dificuldades, as lideranças sindicais mobilizaram os trabalhadores rurais e pressionaram por meio do “Grito do Campo” o governo estadual e o governo federal, neste caso específico, representado na região pelo BASA para aplicação dos recursos do FNO na produção agrícola familiar. Inicialmente, as dificuldades organizacionais do movimento sindical rural não permitiram a composição de um plano integrado de

desenvolvimento agrícola para a agricultura familiar no Estado do Pará. Mas, viabilizou crédito e definiu, em algum momento, a fruticultura como segmento prioritário⁶⁴.

Em relação à possibilidade de avançar na construção de um sistema produtivo alternativo, não foi uma tarefa fácil. Houve grandes obstáculos criados pelas agências de fomento e assistência técnica rural. Pode-se afirmar que o objetivo era impor pacotes tecnológicos aos agricultores familiares, tornando-os reféns tanto do sistema de assistência técnica estadual, representado pela EMATER como da burocracia do BASA. Ambas defendiam seus interesses de mercado, pois a assistência técnica rural difundia o imperativo da revolução verde, e, contraditoriamente, criava voluntariamente condições de inviabilidade do sistema produtivo familiar ao estimular cultivos sem perspectiva de mercado; o sistema financeiro começou a criar obstáculo para a liberação de financiamento para as safras seguintes, assim, entre 1995 e 1998, praticamente não houve financiamentos para projeto de agricultores familiares possuidores de áreas entre um a três hectares.

No geral, esse foi o movimento da década de 90 em todo o Estado do Pará. Conquanto, é importante destacar dois eventos fundamentais para a configuração de mudanças no sistema produtivo da agricultura familiar no Estado do Pará, particularmente, na região do Baixo Tocantins. O primeiro evento ocorreu no início dos anos 90, por meio do estímulo à constituição de organizações cooperativistas e associativistas nos municípios do Baixo Tocantins. Na verdade, essa ação foi uma imposição da equipe técnica do BASA como justificativa para viabilizar a liberação do crédito. Segundo Sousa (2000, p. 15), “Isso significa dizer que, mesmo de forma constrangida foi criada uma nova identidade ou representatividade dos camponeses para tratar a questão do crédito bancário”, porque, naquele momento, a orientação da Igreja Católica era que os trabalhadores rurais não contraíssem crédito com o sistema bancário.

O segundo evento corresponde à definição da fruticultura como segmento prioritário. Involuntariamente isso resultou na estruturação de um sistema produtivo na área de várzea, cujo êxito de extração e cultivo se deve às práticas de manejo comunitário presentes no sistema produtivo familiar. Tecnicamente, isso tem evoluído para o cultivo e manejo florestal do açaí (*Euterpe oleracea*) orgânico. Portanto, uma experiência bastante independente da revolução verde, pois, as condições ambientais (áreas de várzeas) não exigem mecanização e o uso de insumos agrícolas. Nos últimos anos o açaí (*Euterpe oleracea*) se tornou coqueluche no mercado nacional e internacional. Isso possibilitou a estruturação de uma rede de

64 O calendário agrícola 1993/1994 obteve financiamento para cultura como cupuaçu, caju, coco, graviola, açaí e outras culturas como a pimenta-do-reino.

desenvolvimento rural no território da cidadania do Baixo Tocantins. Ao longo da segunda metade da década de 90 e no início dos anos 2000, houve um desdobramento dessa ação, agora com maior comando do movimento social, começaram a surgir cooperativas de produção e de comercialização. Apesar do sentido involuntário presente na origem dessas organizações cooperativistas, é possível identificar êxito nas experiências, principalmente, em relação à organização social.

Assim sendo, o papel articulador ou animador social das lideranças sociais do território da cidadania do Baixo Tocantins foi fundamental para definir um padrão de organização da produção e da organização do trabalho (ANDRADE; FERRÃO; RODRIGUES, 2009). Um exemplo dessa influência poderia ser a postura das empresas privadas atuantes no setor de fruticultura, particularmente, no beneficiamento da polpa do açaí. Elas perceberam a impossibilidade de adentrar no território e impor formas de relações de trabalho precárias. Por isso, a importância em manter acordos com as lideranças do movimento social. Sabe-se da estratégia das empresas privadas para obter, por meios informais, o produto *in natura*. Na maioria das vezes, os próprios cooperados/associados desviam parte da sua produção para o mercado interno ou subsidiam diretamente a oferta de produtos para as empresas privadas. Entretanto, isso mantém um elevado grau de instabilidade produtiva e comercial, face às demandas de mercado, principalmente, do mercado internacional, pois, as relações comerciais para o mercado internacional exigem maior profissionalização e qualidade do produto.

Nesse sentido, a estratégia política e produtiva do movimento social do campo no Baixo Tocantins possibilitou erguer um foco de resistência ao modelo de cooperativismo tradicional, amplamente difundido pela Organização Cooperativista do Brasil (OCB) e pelas indústrias de transformação mineral e empresas agropecuárias instaladas no subespaço regional. Isso gerou a formação de uma estrutura de redes sociais produtivas, agora tendo como elemento de homogeneização a extração e cultura do açaí⁶⁵ (manejo florestal comunitário). Nota-se, do

65 O açaí (*Euterpe oleracea*) se tornou um importante recurso natural do estuário amazônico. Apesar de sua característica sazonal (safra nos meses de agosto a dezembro) possui grande importância cultural e econômica, por isso, tornou-se a bebida símbolo do Estado do Pará. Em termos econômicos, sempre foi um das principais fontes de renda para a população ribeirinha, contudo, na última década assumiu destaque pela divulgação de um suposto valor nutritivo-energético. Isso o transformou em coqueluche no mercado nacional e internacional. Essa nova tendência de mercado ampliou bastante a capacidade produtiva instalada na região do Baixo Tocantins, pois, anteriormente a oferta para o mercado regional era prioritariamente advinda do extrativismo. Nas duas últimas décadas, fomentou-se o cultivo do açaí, por meio de financiamento oficial via FNO e PRONAF. Essa condição atual da produção do açaí consegue mantê-lo “[...] economicamente viável e pode promover a conservação enquanto recurso natural, eficiência produtiva e equidade social” (ANDRADE *et al*, 2008, p. 3). Atualmente, há várias formas de comercialização do produto, seja *in natura*, seja na forma de polpa congelada, seja na elaboração de um produto desidratado (em pó), seja na forma de suco pasteurizado. No Estado do Pará, o território rural do Baixo Tocantins se destaca por possuir um produto de alta qualidade em termos de produção, rendimento e sabor, principalmente nos municípios de Cametá, Igarapé-Miri, Abaetetuba e Barcarena. Além do

ponto de vista da organização econômica e social, o fortalecimento da agricultura familiar e abertura de uma nova frente da base técnica com a criação das agroindústrias familiares voltadas para o beneficiamento de produtos advindos da fruticultura, prioritariamente o açaí *in natura*. Isso repercute no conjunto do território da cidadania do Baixo Tocantins, principalmente devido ao apelo comercial do açaí no mercado nacional e internacional.

Em suma, há um movimento de inserção pró-mercado. Novamente, ajusta-se a oferta do produto às demandas de mercado. No mais, mantém-se a instabilidade da inserção direta dos agricultores familiares na comercialização do produto *in natura* ou beneficiado no mercado nacional e internacional. Essa debilidade comercial provoca a entrada de empresas privadas no mercado da fruticultura do açaí e de outras frutas regionais, conseqüentemente, impõe-se uma nova divisão social do trabalho. A lógica seria impor aos agricultores familiares uma posição de produtores/fornecedores do produto *in natura*. Porém isso gera pressões sobre a organização social e produtiva dos agricultores rurais do Baixo Tocantins. Não pode se perder de vista a formação cultural de resistência e de subsistência bastante consolidada nas comunidades rurais do subespaço regional.

Observa-se a criação de um campo de mediação nas relações comerciais e de produção. Nesse sentido, as organizações associativistas e cooperativistas assumiram, por meio de acordos comerciais, o papel de mediadoras da articulação com as comunidades rurais. No entanto, não tem sido fácil realizar o papel de mediador. Por um lado, o elemento concorrencial e a tendência monopolizadora presente na cultura empresarial⁶⁶, normalmente, entra em conflito com a cultura de cooperação e reciprocidade existentes nos grupos sociais do campo. Por outro lado, estabeleceram-se conflitos entre as firmas capitalistas. Em tese, essas condições de não cooperação inviabilizariam a constituição de cadeias produtivas favoráveis ao movimento social da agricultura familiar, particularmente no âmbito da fruticultura do açaí.

açaí, outros produtos se destacam no setor de fruticultura no território rural do Baixo Tocantins, como: cupuaçú (*Theobroma grandiflorum*), maracujá (*Passiflora edulis*), taperebá (*Spondias monbin*), abacaxi (*Ananas comosus*) (ANDRADE *et al*, 2008). O mais recente destaque do açaí são suas funções farmacológicas. Algumas pesquisas desenvolvidas na UFPA têm demonstrado o alto teor de uma substância antioxidante no açaí, a antocianina. Essa substância ajudaria a prevenir doenças arterioscleróticas (entupimento de veias e artérias) (LOPES, 2009).

⁶⁶ Há dois elementos que corroboram com a formação da estrutura de mercado monopolista: O Estado e os costumes. O papel do Estado é fundamental por meio de intervenção seletiva e indireta nas relações interestatais para favorecer as empresas dos Estados fortes no acesso a mercados sem restrições. Isso acontece à medida que, no interior do seu espaço territorial, promove benefícios a grupos de produtores, ao tomar decisões fiscais, distributivas e orçamentárias e ao atuar nas relações de monopólio dos fatores de produção. Os costumes compreendem a formação de monopólio fora da racionalidade de mercado competitivo. Por isso, a opção por produtos e marcas constituídas socialmente nas relações familiares e comunitárias. Em suma, trata-se da ação em busca das melhorias de posição de mercado, assim “... os Estados e os costumes preparam o mercado contra a competição” (WALLERSTEIN, 2001, p. 125).

3.2 ASPECTOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS CONTEMPORÂNEOS DO TERRITÓRIO RURAL DO BAIXO TOCANTINS

Ao longo do processo histórico de ocupação do vale do Tocantins a concentração de privilégios e a ausência de direitos sociais e cidadania se consolida como uma marca originária da fase colonial e como continuidade nas etapas contemporâneas de ocupação. Essa característica se torna altamente prejudicial para os trabalhadores urbanos e rurais de baixa renda. Isto pode ser visto, por exemplo, nas informações sobre demografia e trabalho. Observa-se a força de trabalho atuante na agricultura familiar, na pesca, nas áreas indígenas, nas áreas de quilombolas e outras, como participantes de uma economia invisível. Normalmente, os indicadores sobre a população ocupada tornam homogêneos esses segmentos na categoria de trabalhadores por conta própria. Isso não esclarece muito seu significado e importância para a geração de riqueza e sobre os processos organizativos, principalmente, se estiverem relacionados a uma população com forte característica rural e associativista (MANESCHY; MAIA; CONCEIÇÃO, 2008). É comum, o destaque para a importância da implantação e consolidação dos grandes projetos econômicos na região como referência de modernização e integração à economia nacional e internacional.

Evidentemente, a capacidade de criar externalidade positiva pelos empreendimentos econômicos do campo minero-metalúrgico e agroindustrial à sociedade local não é condizente com sua capacidade de gerar riqueza. Na verdade, o modelo sempre propiciou a concentração e centralização de capital, portanto, gerou muito mais impactos negativos sobre as comunidades ribeirinhas e de terra-firme, ao provocar expulsões e desestruturação da base produtiva agrícola familiar e da atividade extrativista vegetal e animal. Nesse sentido, as organizações locais assumiram importância na participação política e no acesso a recursos financeiros para viabilizar projetos sociais e econômicos, apoiados principalmente pelo crédito rural. Assim, foram estimuladas a criação de associações de produtores rurais, cooperativas e outras organizações sociais para conseguir garantir o acesso ao crédito, às políticas públicas sociais, à regularização fundiária e as tentativas de pleitear direito aos fundos de financiamento do desenvolvimento regional.

Entretanto, muitas vezes o processo organizativo induzido criou um tipo de “associação legal” (MANESCHY; MAIA; CONCEIÇÃO, 2008), que nem sempre era, ou nem é, condizente com os princípios do associativismo. Em algumas situações essa iniciativa de indução provocou efeitos de desarticulação das experiências comunitárias. Em geral, esse é o elemento basilar do movimento de estruturação de um tipo de articulação social e política no

Baixo Tocantins, normalmente contraditório, mas fundamental para garantir um campo de resistência à modernização excludente representada pelos Grandes Projetos econômicos no subespaço regional. Porém, o conteúdo avassalador das políticas desenvolvimentistas conservadoras continua a desconsiderar o papel das forças produtivas locais, principalmente aquelas no âmbito do trabalho extrativista vegetal e animal, e da agricultura familiar.

Comumente, o desenvolvimentismo conservador do passado apregoava uma falsa oposição entre essas duas formas de organização produtiva. Na verdade, o interesse das agências de desenvolvimento regional era defender a substituição do padrão extrativista vegetal pela agricultura moderna. Com isso criava um grave problema: qual seria o destino da força de trabalho vinculada ao extrativismo vegetal e à agricultura de subsistência? A priori, o avanço da modernização conservadora na Amazônia representaria simplesmente a integração da fronteira agrícola paulatinamente à economia nacional e internacional. Isto é evidente, em assertivas retiradas de documentos oficiais da SUDAM “[Na Amazônia] as particularidades ecológicas não sugerem viabilidade de absorver grandes contingentes migratórios empenhados em desenvolver agricultura tradicional em pequenas propriedades familiares [...]” (BRASIL, 1967 p. 15) ⁶⁷. Havia claramente, o objetivo de incentivar às formas cooperativas empresariais no campo em detrimento do apoio à unidade produtiva familiar agroextrativista. Essa percepção equivocada de garantir à população amazônica o acesso à civilização ou a modernização está assentada na máxima “Amazônia: terra sem homens para homens sem terras”.

Sem dúvida nenhuma, essa visão minimalista assumiria posição de destaque como limitador dos processos de libertação e emancipação política e social dos trabalhadores rurais e urbanos. No entanto, mesmo assim não foi capaz de impedir a constituição de processos autônomos e fortalecedores do movimento social do campo. Em certo sentido, a problemática da possibilidade de consolidação das práticas associativistas rurais e da produção familiar e o contraponto da instalação de processos modernizantes é bastante anterior aos preceitos orientadores contemporâneos, principalmente no que diz respeito à compreensão dos limites da modernização conservadora. Contudo, os fundamentos de defesa contrários à modernização continuam muito semelhantes aos defendidos no passado. Habitualmente, a polêmica se instala no debate entre proporcionar o acesso às populações amazônicas à integração nacional e a modernização, e, a possibilidade de manter o padrão tradicional como

67 Apud HÉBETTE, Jean; MARIN, Rosa E. Acevedo. Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais: reflexões sobre a colonização em torno da rodovia Belém-Brasília. In: HÉBETTE, Jean. **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004a, v. 1, p. 51.

sustentáculo de uma sociedade comunitária e sustentável, para muitos ideólogos contemporâneos como protetores da floresta.

A partir de 2003, ocorreu outro fato importante, estimulador da construção de novas identidades territoriais no Baixo Tocantins. Trata-se do fortalecimento de políticas públicas afirmativas e de transferência de renda, assim como, a partir de 2007, o avanço da política pública de regularização fundiária no Estado do Pará por meio do ITERPA. Isso proporcionou o reconhecimento de várias áreas de quilombolas⁶⁸ e a instalação dos primeiros assentamentos da reforma agrária⁶⁹ no subespaço regional com o apoio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – SR\01 responsável pelas ações no Baixo Tocantins. Nesse ínterim, destaca-se o reconhecimento do primeiro assentamento em área de várzea no município de Abaetetuba, o assentamento de Campompema. Esse conjunto de mobilizações institucionais provocou transformações significativas na estrutura produtiva, fundiária, demográfica e impactou a organização social dos trabalhadores rurais do Baixo Tocantins.

A seguir serão apresentados alguns indicadores demográficos, sociais e de trabalho e renda do território da cidadania do Baixo Tocantins. Eles revelaram um território dinâmico, integrado e com profundas desigualdades sociais e econômicas. Inclusive, destacou-se uma problemática interessante, a possibilidade de discutir a importância da abordagem do desenvolvimento territorial rural em uma área em que pequenas cidades, a exemplo de Mocajuba, são consideradas extremamente urbanizadas pela metodologia dos órgãos oficiais de pesquisa, enquanto outras cidades muito mais impactadas pelos grandes projetos minero-metalúrgico e agroindustrial resistem em se manter com uma população majoritariamente rural (Acará, Barcarena e Moju). Essa característica demográfica abre espaço para o questionamento sobre o significado de urbano, normalmente caracterizado pela suposta instalação de serviços públicos como escola, posto de saúde e outros serviços. Ora, é como se o rural estivesse fadado a nunca ter atendimento de serviços públicos e se manter isolado, ou quando há alguma estrutura são precárias escolas rurais multiseriadas, pois isso representaria a perda de sua identidade.

68 Em 2008, segundo o INCRA - SR-01, haviam legalizadas no Estado do Pará 566.530,25 hectares de terras quilombolas, beneficiando 4.798 famílias. No território da cidadania do Baixo Tocantins correspondia a 22 áreas reconhecidas, distribuídas da seguinte maneira: Abaetetuba (12.259,05 hectares – 829 famílias); Acará (2.637,72 hectares – 199 famílias); Baião (1.636,61 hectares – 80 famílias); Cametá (4.283,38 hectares - 99 famílias); Mocajuba (17.220,37 hectares – 400 famílias); Moju (18.273,19 hectares – 555 famílias); Oeiras do Pará e Baião (7.297,69 hectares – 112 famílias); Oeiras do Pará, Mocajuba e Bagre (17.357,02 hectares – 565 famílias).

69 Segundo o INCRA – SR-01, em 2004, havia 11 assentamentos da reforma agrária no Baixo Tocantins. Isso corresponderia a um total de 87.062,93 hectares com 1.668 famílias. Os municípios com assentamento da reforma agrária eram Abaetetuba (2 assentamentos – 694,96 hectares – 291 famílias), Acará (3 assentamentos – 22.141,41 hectares – 460 famílias), Cametá (1 assentamento – 75,58 hectares – 60 famílias), Moju (5 assentamentos – 61.246,98 hectares – 857 famílias) e Tailândia (1 assentamento – 2.904 hectares – 39 famílias).

Nesse sentido, torna-se evidente uma das contradições do crescimento econômico do Baixo Tocantins: seu caráter concentrador de renda e de desigualdades sociais. Pelo visto, apesar dessas condições desfavoráveis, tem sido mantido um grande contingente populacional do território da cidadania do Baixo Tocantins no campo. Isso se contrapõe as argumentações de Homma (2008) sobre o esvaziamento do rural e seu impacto sobre o custo da força de trabalho e conseqüente declínio da produção extrativista. Em outras palavras, a oferta de empregos formais seja na indústria seja na empresa agrícola não foi capaz de desestruturar totalmente a produção familiar, mesmo nos principais pólos industriais e agroindustriais com forte pressão de investimento do capital nacional e internacional como Barcarena, Moju e Acará. Esse fato gerou novas inserções produtivas da agricultura familiar e fortaleceu a ocupação no trabalho rural seja no extrativismo vegetal e animal seja na fruticultura, com ênfase na produção do açaí, banana e laranja seja em culturas permanentes, anteriormente dominadas pela agricultura patronal como a pimenta-do-reino, o milho e o arroz. Dessa forma, superar o isolamento físico, ou seja, se manter integrado ao mercado regional, nacional e internacional, tem sido um exercício constante e árduo para a agricultura familiar do Baixo Tocantins, entretanto, uma tarefa fundamental para ter acesso à informação e conhecimento, base de novos padrões organizacionais e de gestão.

3.2.1 Aspectos Demográficos

Segundo Mathis *et al* (2007) o processo histórico de formação do vale do Tocantins gerou um segmento espacial bi-polarizado, normalmente exercido no campo econômico, cultural e político-social pelas cidades de Cametá, Abaetetuba e Barcarena. Portanto, há dinâmicas diferenciadas entre os municípios⁷⁰ (heterogeneidade), porém, identifica-se certo grau de homogeneidade. Atualmente, a partir da construção da Alça Viária⁷¹, houve uma

70 Segundo Mathis *et al* (2007, p. 8), é possível compreender o papel do município e as diferenciações das dinâmicas municipais na formação socioambiental do subespaço regional, pois “[...] outros enfoques têm permitido um olhar mais completo sobre essa escala da experiência social. A trajetória de cada município varia de acordo com sua localização geográfica, sua história, a conformação de atores, a visão e a capacidade administrativa de suas elites e o modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado. É importante também destacar, como mostram várias pesquisas recentes, a dinâmica de inserção em redes de sociabilidade e mercantis, redes de estrutura física, redes técnicas e informacionais e redes de cidades [...]”. No caso desta pesquisa, enfatiza-se o desempenho das redes de sociabilidades ou a articulação do movimento social do campo no âmbito da organização associativista e em prol de políticas de desenvolvimento rural, ou mais recentemente denominada de políticas públicas de desenvolvimento territorial rural.

71 Trata-se de uma obra de infraestrutura viária de 70 km que viabilizou a ligação por estrada das cidades do Baixo Tocantins com a RMB. Anteriormente, esta ligação era realizada somente por meio de balsa e de barcos, com duração de aproximadamente uma hora de viagem. O sistema de transporte fluvial de passageiros e carga

maior integração à RMB. Em termos da ocupação do espaço, há pelo menos quatro sedes municipais (Baião, Cametá, Limoeiro do Ajuru e Mocajuba) às margens do rio Tocantins. Nota-se um eixo de conexão entre os municípios via rio Tocantins e seus afluentes e pela rodovia PA-150. No caso do município de Barcarena, a regionalização é garantida não pela influência da bacia hidrográfica do rio Tocantins, mas pela contigüidade territorial, a articulação das redes sócio-produtivas e sua posição de polarização regional. Em relação aos municípios de Tailândia e do Acará essa integração também se faz de forma diferenciada: no caso do primeiro, é garantida pela conexão via PA-150; em relação ao segundo, é possível chegar até a sede do município (cerca de 30 km) por meio de um acesso localizado na Alça Viária ou por outro acesso na rodovia PA-150, ambos precários.

Em relação aos dados demográficos, observa-se que o subespaço regional do Baixo Tocantins não representou no último século uma área de grande mobilização populacional (Ver Tabela 3). No entanto, a implantação de grandes projetos econômicos na região criou alguns pólos de atração como o município de Barcarena e Moju. Nota-se um crescimento populacional em Barcarena de grande proporção. Em 1980, sua população era um pouco superior a vinte mil habitantes. Em 1991, houve um crescimento populacional de mais de 100%. A variação percentual entre 1980 e 2010 é de aproximadamente 398%, com uma população de quase 100 mil habitantes. No município de Moju aconteceu um processo semelhante, contudo com menos velocidade, mesmo assim seu crescimento populacional entre 1980 e 2010 é o segundo maior do subespaço regional do Baixo Tocantins.

por meio de embarcações como barcos e balsas continua em funcionamento, mas o fluxo de carga do complexo ALBRASVALUNORTE e outros projetos econômicos, assim como, a mobilidade da população, principalmente trabalhadores e estudantes, dos municípios do Baixo Tocantins, como o exemplo de Abaetetuba e Barcarena, intensificou-se por meio da Alça Viária em direção à RMB e vice-versa.

Tabela 3: Evolução Demográfica do Território Rural do Baixo Tocantins – 1980-2010

Município	Ano				
	1970	1980	1991	2000	2010
Abaetetuba	57.520	74.545	99.989	119.152	141.054
Acará	24.487	35.264	37.184	52.126	53.569
Baião	12.134	16.261	20.072	21.119	36.907
Barcarena	17.498	20.021	45.946	63.268	99.800
Cametá	59.754	79.319	85.187	97.624	120.904
Igarapé-Miri	31.228	39.265	41.843	52.604	58.023
Limoeiro do Ajuru	10.074	13.752	16.475	19.564	25.028
Mocajuba	9.087	12.789	18.496	20.542	26.745
Moju	18.035	28.628	44.424	52.941	69.921
Oeiras do Pará	10.768	12.471	18.792	23.255	28.595
Tailândia	-	-	17.707	30.435	79.297
Total	250.585	332.338	446.115	560.630	740.025

Fonte: IBGE, 2011^a, PARÁ2010b, PARÁ, 2010c, PARÁ, 2010d, PARÁ, 2010e, PARÁ, 2010f, PARÁ, 2010g, PARÁ, 2010h, PARÁ, 2010i, PARÁ, 2010j, PARÁ, 2010k; Rocha (2010). Elaborado pelo autor.

Informações obtidas a partir da pesquisa de campo revelam uma forte mobilização populacional no interior da microrregião, ao longo dos anos de 1980, porque muitos trabalhadores se deslocaram dos municípios próximos aos projetos econômicos em busca de emprego. Normalmente, esses trabalhadores eram oriundos do campo, de baixa escolaridade e sem profissionalização. Eles assumiram postos de trabalho na fase inicial de edificação como trabalhadores braçais, entretanto, à medida que as edificações básicas eram finalizadas, os trabalhadores eram dispensados e migravam para outras cidades da região em busca de ocupação e moradia. Há relato que destaca novos processos migratórios em direção à cidade de Abaetetuba, devido a sua posição estratégica como área de confluência dos vários municípios do subespaço regional. Os trabalhadores desempregados do canteiro de obra se deslocavam para Abaetetuba e continuavam nas mesmas condições, sem emprego, pois não havia capacidade de absorver essa força de trabalho no município, porque as atividades produtivas dos engenhos e das olarias já estavam em decadência.

Outro aspecto importante do processo demográfico do Baixo Tocantins é a tendência de evolução da taxa de urbanização. Na Tabela 4, é possível perceber o caráter eminentemente rural dos municípios desse subespaço regional do estado do Pará. As maiores taxas de urbanização se encontravam no município de Abaetetuba e Mocajuba no ano de 1980. Caso seja considerado, a taxa média brasileira de urbanização em torno de 80% ou mesmo a taxa média de urbanização na Amazônia de 70%, apenas o município de Mocajuba conseguiu alcançar taxa semelhante. Há municípios como Moju e Oeiras do Pará com taxa de urbanização abaixo de 35% e Limoeiro de Ajuru com a menor taxa de urbanização, 19%.

Tabela 4: Evolução da Taxa de Urbanização do Território Rural do Baixo Tocantins – 1970\2010 (Em %)

Municípios	1970	1980	1991	2000	2010
Abaetetuba	34,40	45,38	56,49	59,46	58,82
Acará	5,26	9,71	15,38	18,70	23,56
Baião	23,00	25,28	39,24	51,45	50,30
Barcarena	13,71	33,5	47,1	43,89	36,34
Cametá	18,38	26,95	35,54	41,40	43,70
Igarapé Miri	23,24	36,16	47,31	47,27	45,12
Limoeiro do Ajuru	8,84	11,82	15,31	19,27	24,76
Mocajuba	26,79	43,50	63,56	70,88	68,38
Moju	5,14	12,38	21,94	33,29	35,93
Oeiras do Pará	13,46	21,69	26,38	34,32	39,97
Tailândia	-	-	54,54	73,18	74,04
Média Territorial	17,22	26,63	38,43	44,82	45,53

Fonte: Rocha (2010). Elaborado pelo autor.

Essa forte marca rural do Baixo Tocantins exige superar a natureza residual como são definidas as áreas rurais no Brasil (ABRAMOVAY, 2003). No caso do Baixo Tocantins, mesmo os municípios com maiores taxas de urbanização não podem ter seu suposto desenvolvimento encarados como sinônimo de urbanização, porque suas fragilidades de infraestrutura social e econômica, ou melhor, a falta de serviços básicos de saúde, educação e outros, comprometem qualificar essa urbanização, devido ao alto grau de precariedade. Além disso, municípios como Tailândia⁷² caracterizado como de elevada urbanização tem sido palco de conflitos agrários e ambientais. Na segunda metade dos anos de 2000, o governo federal realizou uma grande ação de combate ao desmatamento florestal denominada de arco de fogo. Isso resultou em fechamento de serrarias e multas ambientais. Além disso, evidenciou as condições de degradação ambiental e pobreza instaladas em Tailândia.

Na Figura 4, observa-se que a evolução da taxa de urbanização mesmo crescente não conseguiu suplantar a evolução positiva da população rural. A forte tendência de urbanização, no contexto geral do território, é influenciada pelos municípios de Tailândia e Mocajuba. No primeiro caso, trata-se de um município criado no ano de 1988, contudo, sua trajetória de ocupação e conflitos agrários foi intensificada a partir da abertura da rodovia PA-150 na década de 1970. Na segunda metade dos anos 2000, novamente o conflito agrário e ambiental

72 O município de Tailândia foi fundado em 1988, juntamente com a criação de mais 18 municípios paraenses a partir da Constituição Federal de 1988. No entanto, sua trajetória de conflitos agrários e ambientais é marcante desde os anos de 1970, principalmente a partir da abertura da rodovia PA-150. Em 1978, o governo estadual ordenou intervenção na área pertencente ao município de Acará, pois grileiros e fazendeiros promoviam a especulação fundiária e expulsão de antigos posseiros das terras. Essa ação governamental constituiu um projeto de assentamento dirigido que atraiu populações de outras regiões do Brasil e impulsionou a formação de um núcleo populacional. A estrutura fundiária do município de Tailândia é um das mais concentradas do território da cidadania do Baixo Tocantins e sua organização administrativa é composta de apenas um distrito-sede, portanto, concentra a maioria da sua população nesta área urbana. Conclusivamente, trata-se de uma urbanização bastante problemática, portanto, bastante comprometido qualquer sentido de modernização e progresso.

colocaram Tailândia no noticiário por ter sido uma área de ação da política de combate ao desmatamento, do governo estadual e federal.

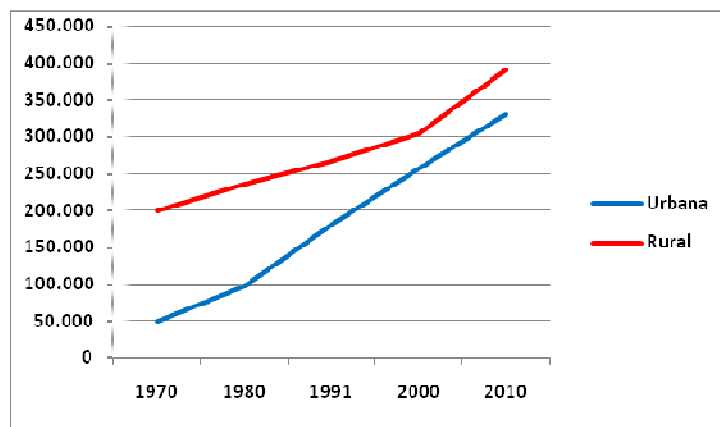


Figura 4: Gráfico da Evolução da População Urbana e Rural do Território da Cidadania do Baixo Tocantins – 1970\2010
Fonte: IBGE, 2011a; PARÁ, 2010b; Rocha (2010). Elaborado pelo autor

Em relação ao município de Mocajuba, sua forte concentração urbana se deve a crescente desestruturação de sua base de produção agrícola e sua reduzida dimensão territorial, por tudo isso, tem dificuldade de expansão da população rural em direção a novas áreas de produção agrícola. Isso tem configurado grande dependência a importação de gêneros alimentícios dos entrepostos comerciais com sede no município de Cametá. Observa-se a trajetória da evolução da população urbana e rural do município de Mocajuba na Figura 5 a seguir.

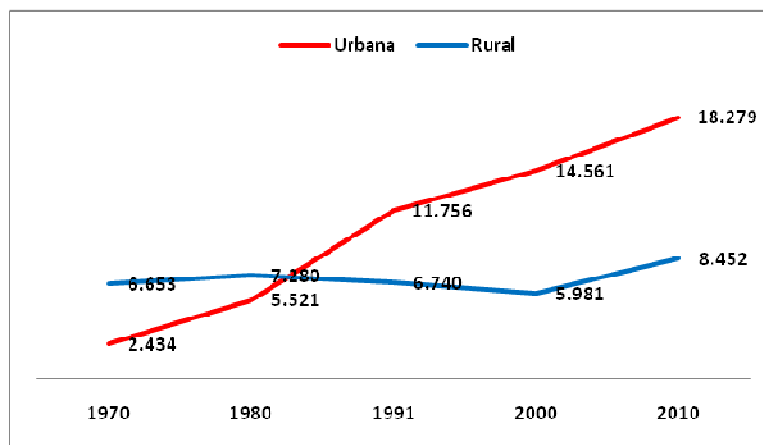


Figura 5: Gráfico da Evolução da População Urbana e Rural do Município de Mocajuba - Território da Cidadania do Baixo Tocantins – 1970\2010
Fonte: IBGE, 2011a; PARÁ, 2010h; Rocha (2010). Elaborado pelo autor.

Um aspecto relevante da mobilidade populacional no interior do território da cidadania do Baixo Tocantins é a ampliação da população rural do município de Barcarena, conforme se observa na Figura 6. Pelo visto, a base industrial instalada no município de Barcarena conseguiu representar alteração significativa do ponto de vista de indicadores de crescimento econômico, entretanto, bastante questionável em um ponto de vista mais amplo de desenvolvimento econômico, social e político, ou mesmo de desenvolvimento rural, face ao elevado grau de concentração da renda e da riqueza e da reduzida, ou quase nula, mudança no quadro político clientelista/patrimonialista e na ausência de modernização na administração municipal (MATHIS *et al*, 2007).

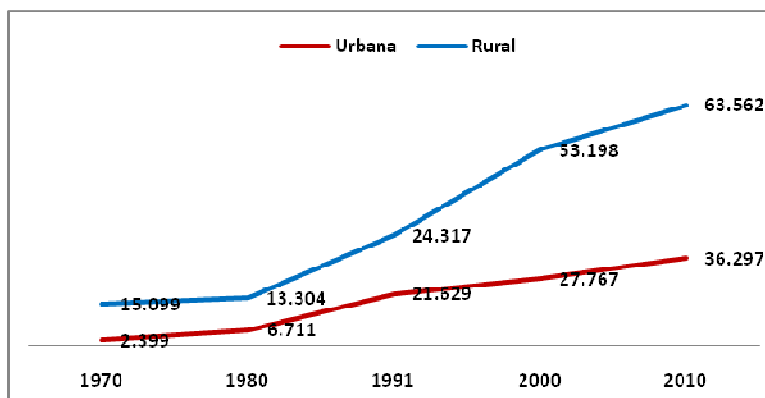


Figura 6: Gráfico da Evolução da População Urbana e Rural do Município de Barcarena - Território da Cidadania do Baixo Tocantins – 1970\2010
Fonte: PARÁ, 2010c; Rocha (2010). Elaborado pelo autor.

Observa-se que a priori o processo de atração das populações rurais em direção ao complexo industrial deveria funcionar como um mecanismo de esvaziamento do campo. No entanto, os últimos dados censitários apresentam a ampliação da população rural do município de Barcarena. Apesar de que, quando observado com mais detalhe a evolução da urbanização neste município é perceptível, e mesmo com o grande crescimento populacional impulsionada pelo projeto econômico instalado, houve uma tendência de crescimento da população rural do município ao longo das três últimas décadas.

Nesse sentido, a dinâmica demográfica e a ruralidade característica do território rural do Baixo Tocantins somente serão compreendidas a partir dos pressupostos da abordagem espacial e multisetorial, conforme preconiza Abramovay (2003). Apesar da pressão exercida pelos grandes projetos minero-metalúrgicos e agroindustriais que se instalaram neste subespaço regional são mantidas as práticas de valorização e preservação do meio natural, principalmente quando há a manutenção de uma grande população rural e mesmo a

identificação de processos migratórios de retorno ao rural nas duas últimas décadas em decorrência da valorização de produtos regionais como o açaí e sementes oleaginosas. Isso permitiria pensar a ruralidade e a urbanização do Baixo Tocantins na perspectiva de uma abordagem regional do desenvolvimento rural (ABRAMOVAY, 2003).

3.2.2 Indicadores Sociais

Em termos gerais, por hipótese, poderia se considerar o conjunto dos indicadores sociais do território da cidadania do Baixo Tocantins como parte de um quadro bastante desfavorável e com problemas comuns aos onze municípios. Alguns estudos citam pontos críticos como: a precariedade no atendimento à atenção básica de saúde e no controle de endemias, como a malária; fragilidade no abastecimento de água potável, normalmente restrito aos núcleos urbanos; elevados índices de violência urbana e rural contra a mulher e a criança; a oferta de serviços de educação com baixa qualidade e precariedade dos equipamentos públicos; elevadas taxas de analfabetismo entre jovens e adultos e analfabetismo funcional. Por exemplo, o déficit habitacional do território da cidadania do Baixo Tocantins é o maior do Estado do Pará na ordem de 49,0 (SÁ; BARBOSA, 2010). Contudo, contraditoriamente, alguns indicadores sociais e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) expressam evolução positiva, principalmente no campo da saúde e da educação, entre 1991 e 2000. Outro exemplo, é o coeficiente médio de mortalidade infantil do território da cidadania do Baixo Tocantins: no ano de 1991 era de 47,51⁷³ e no ano 2000, reduziu para 30,66⁷⁴; em 2000, o coeficiente médio do Estado do Pará e do Brasil, eram respectivamente 33,05 e 34,04 (PNUD, 2011).

Em relação aos indicadores de educação o desempenho não é tão favorável se comparado ao desempenho estadual e nacional. Entretanto, segue essa tendência de evolução positiva. Por exemplo, a taxa de analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais de idade dos municípios apresentou melhorias, entre 1991 e 2000, contudo, abaixo da média brasileira e do Estado do Pará. Em 1991, a taxa média de analfabetismo no território da cidadania do Baixo Tocantins era de 31,76% e, em 2000, reduziu para 21,93%. No contexto nacional a taxa

73 Em 1991, os municípios com os piores coeficientes, referente à mortalidade até um ano de idade, eram Moju com 60,01 e o Acará com 53,64. Em 2000, os piores coeficientes continuavam sendo mantidos pelos municípios de Moju e Acará, coincidentemente 34,63, entretanto, era muito mais próximo do coeficiente médio brasileiro e do coeficiente médio do Estado do Pará, respectivamente, 34,04 e 33,05.

74 Em 2005, o coeficiente de mortalidade infantil do Baixo Tocantins se encontrava na ordem de 19,91 (SÁ; BARBOSA, 2010).

de analfabetismos acima de 15 anos havia reduzido de 20,76%, em 1991, para 12,94%, no ano de 2000. Em 1991, os municípios com as maiores taxas de analfabetismo eram Acará e Moju, respectivamente, 47,80% e 42,10%. No ano de 2000, o percentual desses dois municípios reduziu para 31,61% e 29,99%, contudo, mantinha uma condição desfavorável, portanto percentuais muito acima daqueles apresentados pela síntese do Estado do Pará e do Brasil.

É importante ressaltar o significado das ponderações ou relativização sobre a “evolução positiva” dos indicadores sociais, principalmente, aqueles sintetizados no IDHM, pois eles expressam a sensação de avanços sociais. No entanto, considera-se fundamental situar melhor o contexto social real vivido, e presenciado na pesquisa de campo, nas comunidades e vilas do Baixo Tocantins⁷⁵. Assim, destacam-se as péssimas condições de saneamento básico e abastecimento de água: apenas 2,61% dos domicílios têm acesso a esgoto sanitário; 18,20% possuem fossa séptica; o percentual de domicílios particulares atendidos por coleta de lixo é de 35,10%; somente 29% dos domicílios têm acesso à água potável advinda de rede geral (SÁ; BARBOSA, 2010). A Tabela 5, a seguir, possui uma síntese dos principais indicadores sociais.

Tabela 5: Síntese dos Indicadores Sociais do Território da Cidadania do Baixo Tocantins

Microrregiões	Leitos Hospitalares (2009)	Bolsa Família (2010)	Pessoas 10 anos ou mais até 1 salário (2000)	Iluminação Elétrica (2000)	Serviço de coleta lixo (2000)	Incidência da Pobreza (2003)	Incidência da Pobreza Subjetiva (2003)
	Coefficiente por 1000 hab.	(% em relação a população total)	% / total População Ocupada	% domicílios	% domicílios	%	%
Abaetetuba	2,26	54,11	43,6	71,79	48,80	51,34	59,81
Acará	0,80	52,54	34,23	26,78	11,92	40,26	59,45
Baião	1,95	44,20	30,2	57,38	14,54	55,71	64,37
Barcarena	1,53	30,61	32,2	82,07	67,77	30,78	38,04
Cametá	1,73	56,28	36,5	57,38	13,47	52,36	65,36
Igarapé-Miri	3,30	64,20	44,5	58,97	35,03	53,84	64,69
Limoeiro do Ajuru	0,98	61,20	45,4	37,34	16,05	45,35	65,18
Mocajuba	1,23	55,72	33,2	64,94	67,46	63,33	61,76
Moju	0,92	52,90	33,6	43,24	26,14	43,94	54,78
Oeiras do Pará	0,94	58,58	38,2	38,11	20,16	63,31	74,72
Tailândia	0,87	44,45	21,23	86,35	37,06	46,51	50,54
Média Territorial	1,5	52,27	35,71	56,75	32,58	49,70	59,88

Fonte: IBGE, 2011a; PARÁ, 2010b; BRASIL, 2011b; BRASIL, 2009.

⁷⁵ Uma notícia veiculada na página do Jornal O Globo em 03 de fevereiro de 2011, refere-se à Vila Palmares no município de Tailândia. Segundo O Globo, a ONG Peabiru realizou uma pesquisa com 342 moradores. Constatou-se que a maior reclamação dos moradores é a ausência do poder público e foi considerado como presença do poder público somente as ações de coleta de lixo e energia elétrica. Os moradores destacavam que a maior necessidade de investimento deveria ser na saúde pública, pois 77% desses moradores não possuem acesso a sistema de esgoto sanitário e indicavam a má qualidade do serviço de saúde ofertado nas unidades de saúde do município. Em relação às condições de emprego 60% dos entrevistados possuem ocupação no trabalho informal e somente 18% são contratados por empresas privadas (EM VILA..., 2011).

No campo da saúde, nota-se a residual oferta de serviço. Observa-se na tabela anterior que na maioria dos municípios o número de leito por mil (1.000) habitantes é irrisório. Os municípios de Abaetetuba e Igarapé-Miri possuem os maiores coeficientes, no entanto, isso deve representar pressão de demanda sobre seus frágeis sistemas de saúde municipal. Por exemplo, no caso específico da atenção básica de saúde, no ano de 2006, a proporção da população com cobertura do Programa Saúde da Família (PSF), no Baixo Tocantins, era de 25,49% (SÁ; BARBOSA, 2010). Normalmente, há o deslocamento de enfermos em busca de atendimento de urgência, média e alta complexidade é em direção à cidade de Belém. Na Tabela 6, há uma síntese da capacidade de financiamento com recursos próprios pelos municípios do território da cidadania do Baixo Tocantins. Essas informações auxiliam na compreensão da possibilidade ou não de alteração da baixa oferta de serviço de saúde e reduzida cobertura de atenção básica no território.

Nota-se total fragilidade no sistema de arrecadação de recursos próprios com potencial de financiar a saúde e outras políticas públicas na esfera municipal⁷⁶. Novamente, reafirma-se o grau de dependência às transferências intergovernamentais. O quadro da saúde municipal do Baixo Tocantins se torna ainda mais grave, pois as despesas com investimentos são irrisórias, se comparados às demandas por equipamentos e a necessidade de investimentos em infraestrutura para atendimento dos serviços básicos e de média complexidade. Os dados disponibilizados pelo Ministério da Saúde (DATASUS) demonstram a evolução no aumento dos recursos para a saúde tanto do ponto de vista do aumento das transferências por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) como nas despesas totais com saúde de responsabilidade dos municípios. No entanto, comparando a capacidade de arrecadação própria e o percentual da participação das receitas próprias com saúde pelos municípios se pode concluir: não há potencial de impacto positivo dos recursos resultantes de impostos para financiar a saúde dos onze municípios do território da cidadania do Baixo Tocantins, pois os valores absolutos destinados para esses fins deverão continuar bastante modestos⁷⁷.

76 A Emenda Constitucional nº 29 de 13 de setembro de 2000 define que 15% do produto da arrecadação dos impostos municipal deverá ser destinado para o financiamento da saúde.

77 Em 2010, a despesa *per capita* com saúde sob a responsabilidade dos municípios do Baixo Tocantins foi a seguinte: Abaetetuba, R\$ 192,00; Acará, R\$ 188,00; Baião, R\$ 222,00; Barcarena, R\$ 323,00; Cametá, R\$ 131,00; Igarapé-Miri, R\$ 202,00; Limoeiro do Ajuru, R\$ 215,00; Mocajuba, R\$ 221,00; Moju, R\$ 203; Oeiras do Pará, R\$ 167,00; Tailândia, R\$ 197,00.

Tabela 6: Financiamento da Saúde do Território da Cidadania do Baixo Tocantins – 2010 (Em %)

Indicadores	Municípios										
	Abaetetuba	Acará	Baião	Barcarena	Cametá	Igarapé-Miri	Limoeiro do Ajuru	Mocajuba	Moju	Oeiras do Pará	Tailândia
Participação da receita de impostos na receita total do Município	2,40	4,79	1,85	17,78	1,18	1,82	1,05	1,96	1,17	1,78	4,13
Participação das transferências intergovernamentais na receita total do Município	90,96	92,49	87,46	77,90	95,63	94,98	88,70	90,84	90,99	83,80	94,57
Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos para a saúde no Município	96,62	94,74	98,47	100,00	100	91,06	91,97	84,77	95,70	100,00	94,44
Participação da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	0,70	1,91	2,26	3,33	1,00	3,86	1,46	2,60	3,05	0,97	7,28
Participação das transferências para a Saúde em relação à despesa total do Município com saúde	61,09	67,87	58,44	36,51	74,01	78,28	53,02	62,01	61,14	46,93	47,91
Participação da receita própria aplicada em Saúde conforme a EC 29/2000	27,45	16,65	15,12	15,03	15,47	15,16	19,98	15,51	20,18	20,19	19,78

Fonte: IBGE, 2011a; PARÁ, 2010b; BRASIL, 2011c.

Outros dados importantes da Tabela 6, dizem respeito ao elevado grau de dependência financeira dos municípios às políticas de transferência de renda como o programa Bolsa Família. Em 2010, foram transferidos R\$ 89.336.846,00 para 65.510 famílias⁷⁸ do território da cidadania do Baixo Tocantins (BRASIL, 2011a). Em certo sentido, a grande quantidade de pessoas beneficiárias do PBF, em média mais de 50% da população do território, deverá permanecer sem porta de saída, porque uma parcela significativa da POC recebe remunerações abaixo de um (1) salário mínimo de referência. Principalmente, as famílias residentes nos municípios de Limoeiro do Ajuru, Igarapé-Miri, Abaetetuba e Oeiras do Pará. Além disso, os índices de pobreza são extremamente elevados, chega a 50% a incidência de pobreza no território. Destacam-se, negativamente, os índices dos municípios de Mocajuba, Oeiras e Baião, respectivamente 63,33%, 63,31% e 55,71% (BRASIL, 2011b).

Em relação aos indicadores de educação, conclui-se que são representativos de uma profunda dívida social com as populações urbanas e rurais dos municípios do território da cidadania do Baixo Tocantins, principalmente as crianças e jovens. Em 1991, o percentual médio de pessoas sem instrução e com menos de um ano de estudo ficava na faixa dos 33%, com situações extremas dos percentuais dos municípios de Acará, Moju e Oeiras do Pará,

78 Em 2011, segundo dados do MDS o número de famílias beneficiárias do PBF no território da cidadania do Baixo Tocantins chegou ao total de 80.106 (BRASIL, 2011b). Isso corresponderia a uma população de aproximadamente 350.000 pessoas, quase 50% da população do território, conforme Censo Demográfico 2010.

respectivamente 50,25%, 46,68% e 41,06%. Em 2000, houve um aumento da escolaridade e percentual médio de pessoas sem instrução e com menos de um ano de estudo reduziu para 18,66%, sendo o maior percentual ainda mantido pelo município de Acará com 30,58%. Mais uma vez a sensação de “evolução positiva” ou “melhoria de desempenho” reaparece com esses indicadores. No entanto, entre 1991 e 2000, os dados revelam uma situação preocupante, ou um sentido de estagnação educacional na faixa entre um (1) e sete (7) anos de estudos. Ou seja, eleva-se a escolaridade, mas não são criadas expectativas de avanços no ensino médio e nem no ensino superior, principalmente porque a oferta de vagas no ensino médio sempre foi concentrada nas sedes municipais.

Os municípios de Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Acará são bons exemplos dessa situação de estagnação educacional, pois, no ano de 1991, o percentual de pessoas com anos de estudo entre um (1) e sete (7) anos nesses municípios era 40,26%, 66,74% e 46,83%, respectivamente. Em 2000, os percentuais desses municípios cresceram para 73,99%, 71,17% e 62,20%, respectivamente. Essa tendência é observada nos demais municípios. Portanto, é notório o aumento da oferta de vagas no ensino fundamental, mas ao longo de duas décadas a possibilidade de elevação da escolaridade para o nível médio e superior exigiu sacrifícios pessoais muito grandes, conforme se identificou na pesquisa de campo. Essa estagnação educacional inviabiliza ganhos de produtividade e acesso a novos conhecimentos técnicos à força de trabalho local. Além é claro, do aprofundamento e manutenção da dívida social.

Para finalizar, é possível minimamente exercitar uma correlação desses dados educacionais municipais com o Índice de Desenvolvimento Familiar (IDF) do MDS. Em 2011, o IDF revela que o coeficiente médio de acesso ao conhecimento pelas famílias residente no território da cidadania do Baixo Tocantins cadastradas no CADÚNICO e beneficiárias do PBF é de 0,36 (BRASIL, 2011b). Isso representa um índice muito baixo, pois à medida que se aproxima de um (1) significa um grau ótimo de acesso ao conhecimento. Infelizmente este não é o caso dos municípios do território da cidadania do Baixo Tocantins. Em suma, um contexto social tão degradante requer ações de políticas públicas territoriais, multisetoriais e integradas. Entretanto, nos últimos anos não tem sido essa a tendência de consolidação das políticas governamentais no território da cidadania do Baixo Tocantins. Por isso, há a tendência de manutenção da condição de território deprimido (ORTEGA, 2008).

3.2.3 Trabalho e Renda

A análise do mercado de trabalho do território da cidadania do Baixo Tocantins é revelador das desigualdades econômicas e sociais no espaço sub-regional. O mercado formal de trabalho é bastante residual nos anos 90 e na primeira metade dos anos 2000 para a maioria dos municípios. A maior concentração de trabalho formal é identificada nos municípios sede dos projetos industriais, agropecuários e de exploração madeireira como Barcarena, Moju e Tailândia. Observa-se um processo de ampliação do mercado formal de trabalho na segunda metade dos anos 2000 para o conjunto dos municípios. Portanto, a dinâmica econômica territorial acompanha a tendência de crescimento econômico regional e nacional, principalmente com a criação de novos postos de trabalho.

Os dados disponíveis sobre trabalho e renda têm como fonte o Censo de 1991 e 2000. Assim é possível identificar mudanças no perfil dos postos de trabalho ofertados ao longo de uma década. Entre 1991 e 2000, a População Economicamente Ativa⁷⁹ (PEA) do Baixo Tocantins tem uma variação percentual de 52%. Em termos de POC pelo menos 90% da PEA de 2000 se encontra em condições de ocupação (empregados; empregadores; conta própria; trabalhadores não remunerados; trabalhadores na produção para o consumo). Por exemplo, o percentual de empregados sem carteira assinada⁸⁰ é extremamente elevado no território, mesmo nos municípios com uma estrutura econômica mais diversificada como Barcarena, Moju e Tailândia (PARÁ, 2010c, PARÁ, 2010i, PARÁ, 2010k). Isso é o demonstrativo do alto grau de informalidade presente no mercado de trabalho do Baixo Tocantins.

A fronteira entre trabalho formal e trabalho informal no território da cidadania do Baixo Tocantins não é tão definida. Em que sentido isso poderia significar um diferencial de melhores condições de trabalho, renda e proteção social? Normalmente, nas sociedades fortemente amparadas no assalariamento, no padrão industrial e/ou no terciário avançado, esse diferencial é mais evidente. No entanto, é importante destacar que, isso não significa a ausência de pobreza e desigualdades sociais nessas sociedades modernas e pós-modernas. Contudo, em sociedades tão desiguais, com níveis de pobreza extrema e tão dependente de transferência de renda, observa-se que mesmo indiretamente o trabalhador assalariado é signatário da política assistencialista do Estado.

79 PEA corresponde ao contingente da população de 10 anos ou mais em situação de procura de algum tipo de trabalho, na semana de referência do Censo.

80 A participação percentual de trabalhadores sem carteira assinada nos municípios do território da cidadania do Baixo Tocantins é a seguinte: Abaetetuba (62,60%); Acará (70,72%); Baião (73,36%); Barcarena (46,16%); Cametá (66,71%); Igarapé-Miri (76,44%); Limoeiro do Ajuru (66,93%); Mocajuba (72,96%); Moju (53,92%); Oeiras do Pará (78,72%); Tailândia (66,55%) (PARÁ, 2010j).

No caso do território da cidadania do Baixo Tocantins, um primeiro aspecto é a existência de taxas mais baixas de empregados sem carteira assinada nos municípios com maior oferta de trabalho na indústria de transformação e no setor agroindustrial: Barcarena e Moju. Conquanto, observa-se que a condição de precarização do trabalho e a baixa qualidade dos postos de trabalho é uma característica geral no território. Um segundo aspecto, pode ser observado na Tabela 7. Em 2000, segundo as classes de rendimentos a maioria da POC do território da cidadania do Baixo Tocantins se concentra na faixa entre até um (1) salário mínimo (SM) de referência, conforme a média territorial de 35,7%.

Tabela 7: População Ocupada Segundo Classes de Rendimentos do Território da Cidadania do Baixo Tocantins – 2000 (Em %)

Municípios	Classes de Rendimentos							
	Até 1 SM	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20	Sem Rendimento
Abaetetuba	43,6	22,9	6,9	5,3	3,0	1,1	0,4	16,9
Acará	34,2	25,7	4,0	4,7	1,7	0,9	0,3	28,5
Barcarena	30,2	25,4	10,1	8,9	9,8	3,7	1,2	10,7
Baião	32,2	16,2	5,9	5,3	2,6	1,0	0,6	36,2
Cametá	36,5	16,2	3,9	2,6	1,8	0,8	0,3	37,9
Igarapé-Miri	44,5	25,8	6,2	4,5	2,8	1,2	0,1	15,0
Limoeiro do Ajuru	45,4	26,8	3,5	4,0	2,3	0,5	0,0	17,4
Mocajuba	33,2	23,2	4,9	4,9	1,5	1,4	0,6	30,4
Moju	33,6	30,7	8,9	4,9	2,2	1,3	0,9	17,4
Oeiras do Pará	38,2	24,1	4,2	2,8	1,0	0,5	0,3	28,8
Tailândia	21,2	36,7	12,0	13,4	7,2	2,3	1,5	5,6
Média Territorial	35,7	24,9	6,4	5,6	3,3	1,3	0,6	20,7

Fonte: PARÁ, 2010b – Elaborado pelo autor.

Por fim, o nível de baixa remuneração do trabalho se apresenta ainda mais profundo caso seja realizada a soma das faixas entre um (1) salário mínimo e até dois (2) salários mínimos. Dessa forma, a média territorial cresce para mais de 60% e se destacam com elevados percentuais os seguintes municípios: Abaetetuba (66,5%); Igarapé-Miri (70,3%); Limoeiro do Ajuru (72,2); Moju (64,3%); Oeiras do Pará (62,3%). Observem que mesmo nos três municípios que poderiam ser considerados de mais elevado “desenvolvimento” pela maior complexidade de sua base produtiva (Barcarena, Moju e Tailândia) as faixas salariais até dois (2) salários mínimos corresponde a mais da metade da POC. Um detalhe importante é que esses três municípios conseguem ter uma melhor distribuição dos rendimentos entre as faixas salariais mais elevadas, mas, isso não os afasta da estagnação de renda como os demais municípios. Outro dado importante da Tabela 7 é o alto nível da POC sem rendimento dos municípios de Cametá (37,9%), Baião (36,2%) e Mocajuba (30,4%).

Ao longo de quatro décadas é perceptível um processo lento de alteração no padrão de renda do território da cidadania do Baixo Tocantins. Em 1970, o índice de renda medido pelo IDHM-Renda dos onze (11) municípios era o seguinte: Abaetetuba, 0,193; Baião, 0,157; Barcarena, 0,196; Cametá, 0,157; Igarapé Miri, 0,164; Limoeiro do Ajuru, 0,189; Mocajuba, 0,185; Moju, 0,145; Oeiras do Pará, 0,192. Em 2000, os índices são respectivamente: 0,545; 0,507; 0,635; 0,484; 0,510; 0,468; 0,515; 0,525; 0,486 (PARÁ, 2010b). Sem dúvida nenhuma, há evolução nos índices. Contudo, a capacidade de caracterizar um processo de melhorias no rendimento e distributivo de renda ainda se mantém bastante longínquo. Nesse sentido, enquanto método explicativo se propõe articular a análise do processo de geração de emprego, trabalho e renda tendo como parâmetro os resultados das políticas de transferência de renda do governo federal. Ou melhor, questionar seu caráter de porta de entrada permanente, contudo, sem deixar de compreender sua relevância, assim como as dificuldades e fragilidades de serem constituídas as portas de saída (Políticas de Inclusão Sócio-Produtivas).

Em tese, observa-se que a manutenção de um padrão mínimo de renda com o significado de melhor sobrevivência das populações do território da cidadania do Baixo Tocantins na última década, principalmente a partir de 2000, ocorreu devido aos incrementos de renda gerados pela atividade produtiva da agricultura familiar por meio do processo de produção e comercialização do açaí, e da fruticultura no geral, e da comercialização de espécies com valor não somente madeireiros (sementes e oleaginosas) com suporte financeiro do PRONAF e mais recentemente as ações do PAA e PNAE. Este segmento produtivo do setor primário (agroextrativista), além de gerar renda monetária fortaleceu a renda não monetária (autoconsumo) dos agricultores familiares. Outro fator determinante desse incremento de renda das famílias de baixa renda, que beneficiou monetariamente os agricultores familiares, foi a transferência de renda realizada pelo PBF, a partir de 2003.

O primeiro argumento será retomado no capítulo quatro (4). Em relação ao segundo, serão utilizadas as informações obtidas em Marques (2005) sobre o município de Abaetetuba e apresentados alguns resultados das transferências de renda no ano de 2010. Segundo Marques (2005) a importância do Programa Bolsa Família nos municípios brasileiros é algo incontestável, pois “Por sua abrangência o Bolsa Família constitui no mais importante programa de transferência de renda hoje existente no país” (MARQUES, 2005, p. 24). Em termos conclusivos a autora afirma que: quanto menor for a receita disponível do município, haverá maior importância relativa dos recursos transferidos pelos programas governamentais,

em especial o PBF⁸¹. A pesquisa teve como base as transferências ocorridas até dezembro de 2003, portanto, o primeiro ano de execução orçamentária do programa. Contudo, assumiu como ponto de referência para as projeções de impacto das transferências do PBF o mês de julho de 2004. Em termos comparativos, os beneficiários, em 2003, eram de mais de 16 milhões de pessoas. Atualmente, ultrapassa 30 milhões de pessoas.

Segundo Marques (2005) em julho de 2004, havia 6.406 famílias beneficiárias do PBF no município de Abaetetuba, algo em torno de 27.482 pessoas. Isso representaria uma transferência anual de R\$ 6.372.480 e abrangeria 23% da população municipal. Em termos de comparação com a receita orçamentária do município de Abaetetuba corresponderia a: 8% da receita disponível; 101% das transferências federais do SUS; 271% do Imposto de Circulação sobre mercadorias (ICMS); 62% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Naquele momento, observa-se um impacto considerável do PBF no município e com certeza essa projeção pode ser prevista para todo o território. Em certo sentido, essa tendência será confirmada com os dados de 2010 do PBF e sua comparação com as demais informações sobre a receita orçamentária municipal do território da cidadania do Baixo Tocantins.

Desse modo, inicialmente serão utilizados os dados relativos ao grau de concentração e desigualdade de renda existente no Baixo Tocantins para auxiliar na argumentação em prol do avanço do incremento de renda decorrente da transferência de renda governamental, como um dos possíveis contrapontos ao processo de estagnação educacional e de renda permanente. Assim, a Tabela 8 contém os indicadores de concentração de renda do território da cidadania do Baixo Tocantins na década de 1990 e 2000. Nota-se que é bastante desigual a distribuição da renda gerada no território. Por um lado, os 10% mais ricos da população se apropriaram de 41,77% da renda gerada no território, em 1991, e ampliaram sua apropriação para 46,10%, em 2000. Por outro, os 20% mais pobres acessaram somente 4,29% da renda, em 1991. O mais grave é que o acesso à renda pelos 20% mais pobres piorou no ano 2000, porque reduziu para 2,53% a média territorial.

81 O plano amostral da pesquisa abrangeu as cinco regiões brasileiras com um total de 96 municípios (13 da região Centro-Oeste; 20 da região Nordeste; 21 da região Norte; 24 da região Sudeste; 18 da região Sul).

Tabela 8: Desigualdade e Concentração de Renda no Território da Cidadania do Baixo Tocantins – 1991\2000 (Em %)

Município	Percentual de Renda Apropriada pelos 10% mais Ricos da População		Percentual de Renda Apropriada pelos 20% mais Pobres da População	
	1991	2000	1991	2000
	Abaetetuba	40,66	48,79	4,14
Acará	50,06	41,13	4,03	3,88
Baião	41,55	52,79	4,50	0,10
Barcarena	44,06	49,18	2,98	2,11
Cametá	40,99	49,33	4,50	1,62
Igarapé Miri	39,06	40,48	4,44	2,72
Limoeiro do Ajuru	34,96	36,95	5,44	2,66
Mocajuba	37,14	45,96	4,99	3,22
Moju	40,05	46,00	4,34	2,76
Oeiras do Pará	37,71	44,64	4,77	4,51
Tailândia	53,29	51,89	3,06	1,57
Média Territorial	41,77	46,10	4,29	2,53

Fonte: IBGE, 2011a; PARÁ, 2010b. Elaborado pelo autor.

É notório um quadro bastante desigual e complicado para se estabelecer um processo de “desenvolvimento”. Conforme já foi destacado anteriormente, com base nos dados do potencial de oferta de trabalho assalariado, os municípios de Barcarena, Moju e Tailândia são extremamente desiguais do ponto de vista da distribuição de renda, tanto quanto os demais. Portanto, condição de instalação dos grandes projetos econômicos minero-metalúrgicos e agroindustriais não significou alteração no grau de desigualdade e nem impacto consideravelmente na tendência de estagnação da renda. Mesmo não utilizando dados da década de 80, considerada pelos economistas como a “década perdida”, ressalta-se que os dados de concentração de renda de 1991 expressam a dinâmica do final dos anos de 1980 e a virada para os anos de 1990. Este é o período de instalação dos grandes empreendimentos econômicos (hidroelétrico, minero-metalúrgicos e agroindustriais) que irão impactar diretamente e indiretamente o território da cidadania do Baixo Tocantins.

Conclusivamente, percebe-se que o quadro de estagnação educacional e de renda continuou permanente, provocando reduzida capacidade de absorção da força de trabalho local pelos Grandes Projetos ou mesmo pelos empreendimentos econômicos de pequeno e médio porte. Em certo sentido, essa conjuntura também confirmou a década de 90 como mais “perdida” do que a anterior. Ou seja, o início dos anos 2000, é bastante desfavorável economicamente para a grande maioria da população, tanto para os trabalhadores rurais como para os trabalhadores urbanos empregados e desempregados. Por isso, não é por acaso que a taxa de incidência da pobreza subjetiva é tão grande no Baixo Tocantins, basta ver a média territorial de 59,88% (Ver Tabela 6), com destaque para Cametá (65,36%), Limoeiro do Ajuru

(65,18%) e Oeiras do Pará (74,72%). Outra informação importante sobre o grau de dependência das famílias às transferências de renda, e como isso se fortaleceu entre os anos de 1990 e o início dos anos de 2000, está presente na Tabela 9.

Tabela 9: Grau de Dependência da Renda das Famílias com Transferências Governamentais no Território da Cidadania do Baixo Tocantins – 1991\2000 (Em %)

Município	Percentual de Pessoas com + de 50% da sua Renda Proveniente de Transferência Governamental	
	1991	2000
Abaetetuba	3,92	9,74
Acará	1,96	8,77
Baião	5,67	15,60
Barcarena	3,35	6,88
Cametá	4,78	19,09
Igarapé Miri	5,09	8,23
Limoeiro do Ajuru	2,58	11,83
Mocajuba	3,77	14,72
Moju	1,75	7,19
Oeiras do Pará	2,58	8,17
Tailândia	1,06	6,88
Média Territorial	3,31	10,64

Fonte: IBGE, 2011a; PARÁ, 2010b. Elaborado pelo autor.

Normalmente, a reduzida participação das transferências de renda nos anos de 1980 e no início dos anos de 1990, é explicada como resultante da crise do endividamento externo, conseqüentemente da crise fiscal do Estado brasileiro. No entanto, ao longo de décadas nem sempre o Estado brasileiro foi capaz de promover minimamente proteção social digna aos seus cidadãos. Segundo Oliveira (2003), o que se conseguiu promover aqui foi um Estado do mal-estar social. Somente com a Constituição de 1988, inaugura-se no Brasil o conceito de seguridade social (Previdência Social; Assistência Social e Saúde). Naquele momento, os avanços com a instalação do SUS assumiram destaque, pois o direito à saúde passou a ser universal legitimado pela Lei Orgânica da Saúde, pelo menos em tese.

Na segunda metade dos anos de 1990, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, as políticas de assistência social assumiram destaque por meio de ações como vale gás, bolsa escola, comunidade solidária e outros. Fato este decorrente, da herança social herdada da conjuntura inflacionária dos anos de 1980 e até o início dos de 1990 que incidia sobre o conjunto da renda da população em geral, mas possuía efeitos perversos sobre a renda da população pobre. A inflação funcionava com um imposto direto e cotidianamente sobre a renda das famílias. Dessa forma, ao longo dos dois mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) e do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) foram

estabelecidas as bases de uma política social ampla, principalmente com o advento do Programa de Combate a Fome⁸². No entanto, somente a partir de 2003, a política de transferência de renda ganhou consistência institucional com a criação do PBF.

Em 2010, os resultados da política de transferência de renda no território da cidadania do Baixo Tocantins são bastante significativos, conforme pode ser observado na Tabela 10, a seguir.

Tabela 10: Importância Relativa do Programa Bolsa Família no Território da Cidadania do Baixo Tocantins – 2010 (Em %)

Municípios	Número de Famílias Beneficiárias	Transferência (Em R\$)	Receita Orçamentária Realizada Corrente	PBF\ Transferências da União	PBF\FPM	PBF\ICMS
Abaetetuba	16.856	22.021.159,	25,6	37,3	114,1	455,9
Acará	6.227	-	-	-	-	-
Baião	3.552	4.769.726	17,8	22,2	63,6	257,8
Barcarena	7.624	10.353.734	5,9	20,2	64,4	18,2
Cametá	13.316	18.985.225	21,6	24,1	104,2	738,9
Igarapé-Miri	7.736	9.869.122	-	24,4	83,7	436,5
Limoeiro do Ajuru	2.970	3.921.510	17,8	20,1	52,3	293,5
Mocajuba	2.991	4.268.646	-	19,2	56,9	296,5
Moju	8.287	10.601.736	17,3	21,7	82,4	286,5
Oeiras do Pará	3.203	4.545.988	-	19,4	60,6	294,8
Tailândia	7.344	-	-	-	-	-
Total	80.106	-	-	-	-	-

Fonte: BRASIL, 2011c; BRASIL, 2011b – Elaborado pelo autor.

O montante de recurso mobilizado pelo PBF possui grande importância para a dinâmica da economia local dos municípios do território da cidadania do Baixo Tocantins, pois o volume de recursos recebido pelas famílias é direcionado para o consumo. Isso gera emprego, trabalho e renda, além de retornar na forma de imposto para os governos. Conclui-se que o PBF influencia decisivamente na constituição da renda familiar. Além disso, modifica uma situação muito presente nas áreas rurais do Estado do Pará, no início dos anos 2000, a ausência de moeda em circulação. Em termos gerais, no que diz respeito à capacidade de desenvolvimento local e territorial do Baixo Tocantins, o grau de dependência dos municípios às transferências governamentais e às políticas de transferências de renda são representativos da reduzida capacidade de desenvolvimento auto-sustentado. Isso pode ser observado na Tabela 11, com a desigualdade no espaço sub-regional no estoque de emprego.

82 É importante ressaltar, que o fundamento do combate à fome e a melhoria do quadro de extrema desigualdade de renda utilizado pelo governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva partiu de uma proposta de segurança alimentar usando o critério de linha de pobreza de US\$ 1,08 dia. Em 2003, isso gerou uma estimativa de população abaixo da linha de pobreza acima de 44 milhões de pessoas, ou cerca de 9,32 milhões de famílias (MARQUES, 2005).

Tabela 11: Estoque de Emprego do Território da Cidadania do Baixo Tocantins – 1999\2010 (Em %)

Municípios	Ano											
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Abaetetuba	15,5	16,3	17,7	15,1	12,5	11,4	11,1	10,0	9,8	11,0	13,0	11,6
Acará	4,2	5,6	5,0	5,5	5,6	5,4	4,4	5,4	5,1	4,6	7,2	7,8
Baião	1,0	1,0	2,1	2,1	1,9	1,9	2,1	1,7	1,7	2,8	3,4	3,0
Barcarena	39,2	37,0	39,9	40,3	32,0	41,7	41,8	39,6	47,7	37,0	24,6	30,8
Cametá	5,8	5,2	5,2	4,0	11,2	9,0	7,8	7,1	6,3	8,7	9,3	9,2
Igarapé-Miri	6,2	5,0	6,9	8,8	7,8	5,9	2,2	7,0	6,1	6,7	7,1	5,8
Limoeiro do Ajuru	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7	1,5	1,2	1,3	1,7	1,7
Mocajuba	0,1	0,1	0,2	0,7	0,2	0,5	0,4	0,4	0,3	1,2	1,9	0,2
Moju	13,5	10,8	10,3	9,2	11,0	9,1	10,7	10,4	7,4	10,2	12,9	12,1
Oeiras do Pará	0,0	1,1	1,2	0,9	0,8	0,6	2,7	2,4	0,6	2,1	2,3	2,1
Tailândia	14,4	17,8	11,5	13,4	17,0	14,5	15,1	14,5	13,8	14,4	16,6	15,7
% em relação ao estoque de emprego do Estado do Pará	-	3,4	3,7	4,3	5,0	5,7	5,9	6,3	6,6	6,1	5,7	6,5

Fonte: IBGE, 2011a; PARÁ, 2010b – Elaborado pelo autor.

Embora, a série histórica da Tabela 11 seja mais um instrumento importante para expressar o grau de desigualdade econômica no território da cidadania do Baixo Tocantins existe outras possibilidades de análise. Por um lado, há um fato positivo que é o crescimento da participação do território no estoque de emprego total gerado na economia paraense, ao longo de 1999-2010. Por outro, ratifica a polarização econômica exercida pelo município de Barcarena, Tailândia, Moju e Abaetetuba. Outro fato importante identificado na base de dados é o elevado grau de participação da administração pública na geração de emprego. Em 2008, excetuando-se o município de Tailândia, a grande maioria dos municípios concentrava o peso do estoque de emprego na administração pública⁸³. Portanto, a dinâmica do setor privado no Baixo Tocantins é caracterizada muito mais pelo aspecto concentrador de riqueza do que pela geração de postos de trabalho. Assim, pode ser acrescentado mais um fator de dependência marcante no território da cidadania do Baixo Tocantins na geração de emprego e renda, o emprego público.

Há outra constatação importante relacionada ao grau de integração da economia do subespaço regional com a economia mundial. Os efeitos da crise mundial de 2007-2008 atingiram os investimentos das empresas do setor minero-metalúrgico situado em Barcarena. Inclusive há perda relativa de participação de Barcarena no estoque de emprego total do território, em 2007 era de 47,7% e alcançou 30,8%, em 2010. Esta oscilação do estoque de emprego no setor privado em Barcarena é fundamentalmente a perda de posto de trabalho na

83 Em 2008, o estoque de emprego na administração pública corresponde a seguinte participação por município: Abaetetuba, 56,5%; Acará, 73,2%; Baião, 84,5%; Barcarena, 32,5%; Cametá, 83,0%; Igarapé-Miri, 88,2%; Limoeiro do Ajuru, 98,2%; Mocajuba, 84,5%; Moju, 42,7%; Oeiras do Pará, 97,3%; Tailândia, 24,1% (PARÁ, 2010b).

construção civil. Entre 2004 e 2006, havia uma tendência anual de manutenção do estoque de emprego da construção civil de Barcarena em torno de 4 mil postos de trabalho. Em 2007, houve um crescimento para mais de 8 mil postos de trabalho, contudo em 2008, despencou para menos de 3 mil postos de trabalho. Em 2010, essa conjuntura desfavorável na criação de postos de trabalho no município de Barcarena é mantida, conforme Tabela 12. Essa situação caracteriza Barcarena como o único município que apresentou perdas de postos de trabalho na última década.

Tabela 12: Vínculo Empregatício por Setor Econômico, Segundo Municípios do Território da Cidadania do Baixo Tocantins – 2010 (Em %)

Município	Total (Absoluto)	Setor Econômico		
		Agropecuária	Indústria	Serviço
Abaetetuba	6.565	1,3	5,5	93,2
Acará	4.406	12,1	6,8	81,1
Baião	1.669	7,8	3,4	88,8
Barcarena	17.337	0,3	40,5	59,2
Cametá	5.198	0,0	1,6	98,4
Igarapé Miri	3.300	0,1	4,1	95,8
Limoeiro do Ajuru	-	-	-	-
Mocajuba	131	0,8	14,5	84,7
Moju	6.852	21,6	22,0	56,4
Oeiras do Pará	74	0,0	1,0	99,0
Tailândia	8.780	4,1	59,2	36,7

Fonte: PARÁ, 2010b – RAIS. Elaborado pelo autor.

Enfim, o maior problema identificado nos dados sobre estoque de emprego é a reduzida participação do emprego estritamente na atividade rural ou no setor agropecuário. Isso é demonstrativo da sua grande expressão informal e por conta própria. Em 2000, a população rural ocupada no Estado do Pará era de 47,80% cerca de 700.000 pessoas. Caso seja considerado o trabalho principal das pessoas com 10 anos ou mais, havia mais de 530.000 pessoas ocupadas na agricultura, pecuária, silvicultura e exploração vegetal (PARÁ, 2010b). Estes números são bastante expressivos, portanto, precisa ser mais bem analisado e caracterizado no conjunto dos dados sobre trabalho e renda. A base de ocupação formal no território da cidadania do Baixo Tocantins (ver Tabela 12) é o setor serviço, conforme já foi enfatizado anteriormente, isso ocorre devido à grande participação do emprego público. Porém, municípios eminentemente rurais possuem seu setor agropecuário, mesmo de médio porte, subestimado, como é o caso de Barcarena, Cametá, Oeiras do Pará e Igarapé-Miri. No entanto, os municípios como Moju e Acará com forte atuação de empreendimentos agroindustriais são destaques nas estatísticas. Em geral, os dados de vínculos de emprego são representativos das diferentes estruturas produtivas instaladas nos municípios do território da

cidadania do Baixo Tocantins, principalmente quando revela o grau de industrialização presente em municípios como Tailândia, Moju e Mocajuba.

Entretanto, em termos conclusivos sobre a dinâmica do trabalho, emprego e renda no Baixo Tocantins, em uma perspectiva da relação trabalho e educação, observa-se que a situação de estagnação educacional e estagnação de renda são condicionantes estruturais no Estado do Pará. Em 2000, a PEA do Estado do Pará sem instrução (660.867 pessoas) pelo menos 33% recebia até 1 SM e 46,7% não possuía nenhum rendimento e a PEA com 1 a 7 anos de estudo (2.736.570 pessoas) pelo menos 19% recebia até 1 (SM) e 59% não recebia nenhuma remuneração. O quadro de baixa escolaridade e reduzida remuneração é bastante amplo e correlacionado. Isso compromete qualquer possibilidade de desenvolvimento econômico e social em uma perspectiva distributiva, portanto, capaz de promover a desconcentração da renda e reduzir o padrão de desigualdade social e sub-regional cristalizado. No território da cidadania do Baixo Tocantins os indicadores sociais e do trabalho e renda são ainda mais desfavoráveis para os trabalhadores urbanos e rurais. Nesse sentido, a importância da agricultura familiar como pólo de desenvolvimento de redes sociais e rede sócio-produtiva assume destaque na constituição de um padrão de desenvolvimento autônomo e auto-sustentado.

4 O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA AMAZÔNIA ORIENTAL

A visão sobre o avanço do capitalismo no campo, a partir da primeira metade do século XX, influenciou um conjunto de interpretações sobre a expansão da fronteira agrícola e sobre a substituição da sociedade agrária pela sociedade urbano-industrial no Brasil. Normalmente, a referência do processo de mudanças é o direcionamento do eixo de acumulação para o setor industrial, desde 1930. Isso estimulou a configuração de falsas dicotomias sobre a relação urbano-rural, agricultura e indústria. Portanto, uma visão reducionista sobre “[...] o caráter das transformações agrárias no espaço rural [...]” (NASCIMENTO, 2008b, p.104).

Na verdade, trata-se de um modelo explicativo dominante sobre a substituição do padrão primário-exportador pelo padrão de industrialização restringida e depois pelo padrão de industrialização acelerada. A priori, a argumentação direciona para uma compreensão da totalidade do processo de transformação e substituição do padrão tradicional pelo padrão moderno, ou seja, pela industrialização na economia brasileira. No entanto, a permanência de sociedades tradicionais ou de um modelo baseado em produção de subsistência, extrativismo vegetal e animal, agricultura comercial voltada para o mercado local e regional, continuou a fazer parte da realidade de vários subespaços do território brasileiro.

A reorganização do espaço produtivo criou algumas especializações regionais e locais, contudo, mobilizadas pela nova conjuntura da economia nacional pós-1930. Em outras palavras, o espaço rural está intrinsecamente relacionado com as transformações econômicas do capitalismo e não dissociado dele. A condição de “atraso” do campo está relacionada à reorganização da divisão social do trabalho e não de um modelo dualista de desenvolvimento, pois “[...] de fato, o processo real mostra uma simbiose e organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado” [...]” (OLIVEIRA, 2003, p. 32). Em certo sentido, a crítica ao latifúndio e ao avanço da fronteira agrícola assumiu como diretriz a suposta eliminação da unidade produtiva familiar, ou sua mera função de “amansar a terra”, pois:

O trabalho do posseiro por sua vez gera as condições de ocupação de novas terras pelo latifúndio tradicional, orientado geralmente para a pecuária, que se apropria de suas terras seja pelo uso da violência ou pela compra da propriedade, a partir do rápido esgotamento do solo pelas formas tradicionais de cultivo nas condições de produção efetuadas pelos posseiros e o cercamento pelo latifúndio, cria-se um círculo vicioso de produção itinerante que tem na vanguarda o posseiro e na retaguarda a pecuária extensiva (SORJ, 1986, p. 16)

Essa vertente considerava a substituição do “atrasado” pelo moderno, ou a eliminação do caráter itinerante da agricultura brasileira e das extremas condições de exploração do trabalho, como algo que representaria uma tendência em direção ao progresso. No entanto, “[...] a instituição do espaço rural brasileiro obedeceu à lógica de valorização econômica do território com exploração extrema dos seus recursos e espaços naturais [...]” (NASCIMENTO, 2008b, p. 107). Além disso, o acesso à propriedade, por meio da Lei da Terra de 1850, ocorreu “[...] regularizando o acesso a propriedade plena (exclusiva e excludentemente)” (NASCIMENTO, 2008b, p. 107). Com isso consolidou a concentração fundiária no país. Assim, o avanço do latifúndio compreendido como um avanço do capitalismo no campo gerou a degradação dos recursos naturais de maneira acelerada e manteve a condição de exploração do trabalho, pois essa condição não é algo singular ao mundo rural, mas também é uma marca do “progresso” urbano-industrial.

Ao longo das décadas de 1940 e 1950, criou-se uma percepção de unificação econômica nacional e de integração política por meio da tríade industrialização, populismo e clientelismo. Assim como, uma avaliação de “fraqueza histórica do movimento social camponês”, ocasionada pela dispersão territorial, pelo avanço da fronteira agrícola e da inexistência de campesinato livre e autônomo (SORJ, 1986). Contudo, na segunda metade do século XX, observa-se o aumento da militância política no campo em prol da reforma agrária, a atuação de partidos de esquerda, a ampla influência da Igreja Católica, além do surgimento de organizações sindicais rurais e de entidades modernas vinculadas ao movimento social do campo.

De todo modo convém ressaltar o sentido contraditório da afirmação de Sorj (1986) a respeito da fraqueza histórica dos trabalhadores rurais. Considera-se no processo de constituição da força de trabalho no Brasil, a partir da introdução forçada do trabalhador escravo africano e atração do trabalhador migrante europeu, a constituição de lutas diferenciadas e sem unidade, entretanto, havia campos de resistência e revoltas populares, principalmente relacionados à problemática agrária e as condições de extrema pobreza do país. Contemporaneamente, com a consolidação do Estado democrático esses campos de resistência assumiram novas características organizacionais como: fundações, institutos, centros de formação, associações indígenas, grupos quilombolas, entidades representativas de assentados da reforma agrária, organizações ribeirinhas, associações e cooperativas de produção, comercialização e crédito de produtores rurais, casas familiares rurais e outras formas.

Na etapa pós-1964, a força da modernização conservadora possibilitou maior integração entre o capital monopolista industrial e o capital mercantil agrário. Segundo Costa (2000b, p. 84), “o projeto de modernização da ditadura atuava no sentido da anulação do campesinato nas áreas mais antigas (estratégia de modernização do latifúndio e tecnificação concentradora) e novas (colocação do grande capital na fronteira)”. Essa conjuntura desfavorável para os trabalhadores rurais direcionava para a interpretação da transformação do trabalhador rural em um trabalhador para o capital, e, sua expulsão em busca de novas fronteiras. No entanto, mesmo Sorj (1986) relativiza essa tendência de definhamento do sistema produtivo familiar, ao justificar que,

A derrota dos pequenos produtores e dos trabalhadores rurais, porém não leva à eliminação dos primeiros ou a total rendição dos últimos. No período de 1964\78, os pequenos produtores e os trabalhadores rurais de formas diferentes afirmaram sua presença, parcialmente reconhecida pelo Estado autoritário, que procurou desenvolver mecanismos de integração desses grupos nas suas estruturas (SORJ, 1986, p. 28).

O ciclo de mobilização dos trabalhadores rurais e urbanos que inicia pós-1964, enfrentou desafios de várias ordens como: a iminência de retrocesso da organização sindical, pois houve uma política de desestruturação das formas autônomas de organização e representação dos trabalhadores urbanos e rurais; o intervencionismo estatal na gestão dos sindicatos e na orientação de políticas de assistência técnica, serviços sociais e previdência social; a repressão e violência praticada contra as lideranças dos trabalhadores e organizações de esquerda pelo regime ditatorial; o estabelecimento da política de modernização da agricultura; a indução de novas fronteiras agrícolas, particularmente na Amazônia brasileira; a expansão do complexo agroindustrial; avanço da urbanização e transformações no mercado de trabalho; a política agrária inconsistente, burocratizada, e estimuladora da substituição do padrão de expansão agrícola extensivo pelo modelo centrado na grande empresa agropecuária; os efeitos das políticas econômicas no sentido de aprofundar as desigualdades de renda (SORJ, 1986, MONTEIRO, 1996, TURA, 2000a, COSTA, 2000c).

As resistências a essa conjuntura desfavorável para a classe trabalhadora culminou no envolvimento das organizações de esquerda, no fortalecimento da ação da Igreja Católica na constituição das CEB e no apoio de organização não governamental nacional e internacional. Conseqüentemente, proporcionou a consolidação de organizações dos trabalhadores rurais com forte caráter de autonomia e liberdade. Nas palavras de Hébette; Moreira (2004, p. 25), “Um campesinato “liberto do cativo”, constituído como categoria social específica,

possuidor de suas próprias instituições, capaz de assumir plenamente sua cidadania e de exercer seu papel na sociedade”. Essa era a expectativa sobre a reação dos trabalhadores urbanos e rurais ao movimento modernizante e autoritário⁸⁴.

Ao longo dos anos de 1970 e 1980, “a fase de resistência” se consolidou enquanto conteúdo ideológico no embate ao regime militar com bandeiras de lutas por melhores condições de vida no campo, e pela democratização dos sindicatos, conquista da terra e combate a violência. Isso gerou diversas mobilizações sociais e o processo de organização de experiências comunitárias em prol do desenvolvimento de cultivos e comercialização dos produtos advindos da agricultura familiar.

A partir de 1985, a democratização do Brasil possibilitou ampliar as articulações institucionais e inserir os trabalhadores rurais no centro dos debates políticos sobre os caminhos da agricultura brasileira e o acesso ao crédito. Com tudo isso, permanecia vivo um dos grandes dilemas de cunho político-ideológico das organizações sindicais rurais, ou seja, superar sua característica de movimento reivindicatório, incluindo um novo formato de mobilização social capaz de propor ações baseadas na construção de um projeto de desenvolvimento para a agricultura familiar.

A partir da primeira metade da década de 90, a agricultura familiar assume relevância no debate teórico no Brasil e isso coincide com o avanço da luta social no campo, logo, ganha importância política (BUAINAIN, 2006). Em termos práticos, observou-se o fortalecimento de uma tese que se sustentou no não declínio das formas de produção familiar, face uma provável generalização das relações de produção capitalista no campo (proletarização e modernização) (ABRAMOVAY, 1992). Esse fato ampliou consideravelmente a possibilidade de novas interpretações sobre a questão agrária brasileira e criou desdobramentos para estudos aplicados sobre a questão agrícola e o desenvolvimento rural no Brasil.

Ao longo da revisão bibliográfica, identificou-se antecedente dessa nova interpretação, por exemplo, em Nakano (1981). Conforme, este autor na transição da década de 1970 e 1980, já havia percebido evidências da permanência do trabalho familiar na agricultura brasileira, com base nas experiências dos Estados Unidos da América (*family farm*) e da Europa, ao realizar as seguintes afirmações: “A produção agrícola nos países capitalistas mais avançados é conduzida por estabelecimentos baseados no trabalho familiar” (NAKANO,

84 Esse processo de mobilização social em prol dos trabalhadores do campo tem sua origem com a fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), em 1963, a partir de uma aliança entre a Igreja Católica, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Ação Popular. No entanto, em 1969, o Estado brasileiro autoritário interveio na CONTAG e apoiou uma gestão afinada com seus interesses de subordinação e manipulação da estrutura sindical dos trabalhadores rurais (MONTEIRO, 1996).

1981, p. 3); e, “No Brasil também existem algumas evidências de que a força de trabalho familiar vem se expandindo muito mais rapidamente do que o trabalho assalariado” (NAKANO, 1981, p. 4).

Essa análise expressa certa postura de contraposição à tendência explicativa teórica dominante sobre o declínio da agricultura ou a universalização das formas, especificamente, capitalistas no campo (SORJ, 1986). Na verdade, Nakano (1981) mirou e atirou naquilo que não viu (em outras palavras, ele vislumbrou o acontecimento, mas não desenvolveu na condição de modelo teórico), contudo, destaca algo que é um dos aspectos centrais desta tese: “[...] o estudo das condições de reprodução das formas não-capitalistas ou a sua transformação para outras formas não-capitalistas não foi suficientemente desenvolvida” (NAKANO, 1981, p. 5). Este era o contexto do debate teórico dos anos de 1970 e 1980. De certo modo, considera-se possível argumentar a existência de aproximação dessa proposição com as reflexões contemporâneas sobre agricultura familiar no Brasil. De uma forma, naquele momento, ainda havia como problemática da pesquisa, os questionamentos sobre: Qual era a racionalidade da agricultura familiar? E de outra, havia uma crítica à compreensão produtivista presente em análises sobre o desempenho da agricultura familiar (HURTIENNE, 2001).

Atualmente, poucas análises sobre a agricultura familiar brasileira assumiriam a sua natureza como uma forma de produção não capitalista (cultura e tradição). Aqueles que assumem essa orientação, mesmo compreendendo a importância da existência do sistema de produção familiar, muitas vezes ainda estão presos ao reducionismo da substituição automática da produção não capitalista pela emergência de formas capitalistas de produção ou o caráter incompleto da agricultura brasileira (SILVA, 1980). Isso subsidia um tipo de modelo explicativo generalista, além de dogmatizar a discussão, principalmente, quando compreendem as formas não capitalistas como estruturas arcaicas ou meramente de subsistência, isto é, sem dinamismo e, apenas, aguardando o avanço das formas capitalistas de produção ou sua existência ainda é “[...] decorrente da incompleta transformação capitalista no campo” (GODOY, 2007, p. 21). Esse tipo de análise parece desconsiderar a luta social no campo, e, vaticina: “Essas formas arcaicas, baseadas em relações de produção não-capitalistas, são expressões de longa duração” (GODOY, 2007, p. 19)

Outras análises consolidaram uma perspectiva evolucionista neoschumpeteriana (COSTA, 2000d, WILKINSON, 2003, BUAINAIN, 2006). Ao se afirmar que, “[...] a maioria dos agricultores familiares se mantém, enquanto tal, em função de restrições que impedem a passagem para a organização patronal da produção [...]” (BUAINAIN, 2006, p. 19), essa

assertiva fortalece a noção do futuro da agricultura familiar ser dependente da sua capacidade de aproveitar e potencializar oportunidades “[...] decorrentes das possíveis vantagens associadas à organização familiar da produção e ao mesmo tempo neutralizarem ou reduzirem desvantagens competitivas [...]” (BUAINAIN, 2006, p. 19), neste caso, relacionada à sua capacidade de escala, ou em uma perspectiva localista de superação dos limites para a promoção de estratégias de desenvolvimento, a partir “[...] da maximização das oportunidades associadas a disponibilidades efetivas – às bases locais que diferenciam cada região, podendo fundamentar, em cada qual, vantagens competitivas” (COSTA, 2000c, p. 327).

Essas proposições se sustentam em alguns argumentos para caracterizar o estágio atual da agricultura familiar brasileira como: o grau de inserção no mercado; o formato desenvolvido no centro-sul do Brasil; a articulação com cadeias produtivas do agronegócio; ou mesmo considerá-la um tipo de agronegócio. Dessa forma, há necessidade de superar alguns limites conceituais e teóricos e avançar em busca de um construto capaz de se aproximar da diversidade dos sistemas de produção familiar identificados no Brasil, particularmente na Amazônia brasileira (HURTIENNE, 2005, BUAINAIN, 2006). Conforme Nakano (1981), um exemplo de limite conceitual poderia ser,

[...] o conceito de modo de produção capitalista torna-se um conceito insuficiente para analisar a natureza específica das relações de produção na agricultura. Evidentemente, o conceito de modo de produção capitalista continua sendo fundamental para analisar a formação social ao nível global, pois são as relações de produção capitalista que estruturam e integram a sociedade global. Mas, ao nível da produção imediata na agricultura, é preciso desenvolver novos conceitos adequados à realidade. Conseqüentemente, a discussão teórica tem que focalizar a unidade mínima de organização do processo de trabalho, a unidade de produção, tanto a sua estrutura interna como as articulações com o circuito de reprodução do capital dominante ao nível da formação social. O debate teórico deve ser orientado no sentido de desenvolver as diversas noções imprecisas e descritivas, tais como: camponeses, pequeno produtor, produtor familiar, pequeno produtor mercantil, etc., em conceitos teóricos especificando as suas condições históricas (NAKANO, 1981, p. 3).

Naquele momento, Nakano (1981) propôs pensar as formas de produção não capitalistas no âmbito da produção simples de mercadorias, portanto, subordinadas a produção capitalista em geral⁸⁵, nesse sentido,

85 Silva (1980) apontou a baixa produtividade do trabalho e os baixos investimentos produtivos por pessoas ocupadas como fatores que impossibilitariam a reprodução das unidades camponesas. Além disso, a elevada concentração de terras e riqueza não permitiria às estruturas de subsistência romper seus laços de subordinação ao capital. Em certo sentido, essas condições ainda são mantidas na Amazônia brasileira, particularmente na sociedade cabocla. Na mesma tradição teórica, Godoy (2007) realizou um estudo sobre a persistência das formas de produção não capitalista nas áreas de produção de cana de açúcar em Minas Gerais no século XIX e faz a seguinte consideração: “As persistentes formas arcaicas não estabelecem relação de oposição com as formas

É preciso desenvolver a análise das condições de reprodução destas unidades produtivas organizadas internamente sob relações não-capitalistas, mas integradas e subordinadas ao modo de produção capitalista. Em outras palavras é necessário estudar as formas de produção não-capitalistas predominantes no interior da agricultura. Evidentemente, como a desintegração através da diferenciação de formas não-capitalistas de produção não é única possibilidade, além da reprodução destas formas é preciso considerar a transformação de uma forma não capitalista em outra (NAKANO, 1981, p.3).

Em tese, essas premissas se tornam centrais para um exercício de reflexão teórica na tentativa de compreender o estágio atual do desenvolvimento da agricultura familiar no capitalismo contemporâneo e seus desdobramentos na constituição de organizações associativistas e do associativismo legal (MANESCHY; MAIA; CONCEIÇÃO, 2008). Em outras palavras, Santos (2002) trabalha com a noção de “alternativas econômicas emancipatórias” e enfatiza com a possibilidade de uma perspectiva que: “[...] interpreta de maneira abrangente a forma como as organizações, movimentos e comunidades resistem à hegemonia do capitalismo e aderem a alternativas econômicas baseadas em princípios não capitalistas” (SANTOS, 2002, p. 26).

A grande incerteza das políticas de indução do cooperativismo ou do associativismo legal é a possibilidade das organizações associativistas e cooperativistas de se consolidarem como formas não-capitalistas (não subordinação do trabalho ao capital) e conseguirem operar em uma economia de mercado. Essa contradição central alimenta o debate contrário às proposições de apoio ao cooperativismo e às angústias daqueles que atuam em políticas públicas de geração de trabalho e renda voltada para a inclusão sócio-produtiva, no âmbito da agricultura familiar e da economia popular urbana. Portanto, essas questões fazem parte das possibilidades de indicar alternativas para a consolidação do sistema produtivo familiar no Brasil. Isso permitirá situar melhor o papel da agricultura familiar e seus aspectos de superação de limitações técnicas e acesso às políticas públicas de fomento e investimento produtivo em ambiente competitivo e desigual.

modernas, ao contrário, associam-se simbioticamente, embora com evidente assimetria com relação aos benefícios auferidos por cada parte” (GODOY, 2007, p.4). Nota-se o sentido da solidariedade compreendida no campo da reciprocidade, portanto, como um componente da reprodução social, pois, “[...] importa assegurar sua subsistência, mobilizando os recursos que lhe são possíveis e sabendo, quase que por um atavismo, que deve contar somente com suas forças e com a solidariedade daqueles que partilham das mesmas agruras” (Idem). No entanto, é possível identificar outras interpretações, neste caso, relacionadas aos estudos sobre a sociedade cabocla na Amazônia brasileira. Assim, Harris (2006) apresenta uma outra versão sobre as condições de formação da sociedade cabocla na Amazônia ou das unidades de subsistência ou das formas não capitalistas. Nesse sentido, propõe “[...] o argumento de que os caboclos são modernos em sua renovação constante do passado no presente” (HARRIS, 2006, p. 81). O sucesso reprodutivo dos ribeirinhos e caboclos adviria das suas características de resiliência e flexibilidade (sistema adaptativo). Estes seriam os elementos que os tornariam moderno (HARRIS, 2006, ADAMS, 2006).

Ao longo deste estudo foi possível identificar várias interpretações sobre as transformações do mundo rural brasileiro. Habitualmente, autores como Abramovay (1992); Veiga (1991); Martins (1994) e Silva (1980; 1981; 1999; 1996; 2001) são citados como referências dessa nova interpretação (NAVARRO, 2008). Conquanto, é fundamental ressaltar a influência decisiva da teoria sobre a predominância da economia de subsistência e da agricultura itinerante (FURTADO, 1968, 1974, 1983) e o debate sobre a questão agrária no Brasil no arcabouço marxista sobre o estágio de atraso ou as condições de subdesenvolvimento da economia brasileira (PRADO JR, 1987, KAGEYAMA, 2008). Em suma, admitia-se o papel do agrário como obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas ou ao avanço da industrialização brasileira (SOUZA, 2009). A essência dessas formulações é a dicotomia opositiva do tradicional *versus* moderno (dual-estruturalismo).

Todavia, o avanço das formas especificamente capitalistas não significou a supressão total das formas de produção não capitalistas, ou em outros termos, a substituição do “atrasado” ou “tradicional” ou “arcaico” pelo “moderno” (GODOY, 2007). Em tese, as transformações nas relações de trabalho no Brasil, particularmente na Amazônia Oriental, transcendem a perspectiva de generalização da sociedade salarial e algumas visões contemporâneas sobre agricultura familiar e desenvolvimento territorial rural (BANCO MUNDIAL, 2007, SOUZA; FILIPPI, 2008). Na maioria das vezes, há negligência na compreensão das diversidades e especificidades presentes nos espaços regionais e sub-regionais, faz-se opção por tornar invisível a vida material, assim,

[...] não sabemos muito sobre a vida cotidiana das pessoas que realizam o trabalho de produção e distribuição dessas mercadorias. Isso inclui aspectos como: a gama completa de atividades econômicas ribeirinhas e como sua organização se modifica ao longo do tempo, de acordo com os ciclos de mercado; a organização da mão-de-obra; as histórias específicas das regiões e comunidades, através da migração, práticas matrimoniais e direito fundiário; e a construção da vida material pelas imaginações e memórias culturais amazônicas (HARRIS, 2006, p. 89).

Esse conjunto de elementos contemporâneos poderá subsidiar as interpretações sobre o agrário amazônico (COSTA, 2005), e apontar alguns caminhos como: superar a visão de produção simples de mercadoria⁸⁶ pela unidade produtiva familiar individual (produtivismo),

86 É importante ressaltar alguns aspectos teórico-metodológicos com o objetivo de auxiliar na argumentação contrária a visão de hegemonia do capital mercantil na Amazônia. Não é uma tentativa de negar o fato histórico, entretanto, não é possível considerá-la de maneira absoluta. Os ciclos econômicos na Amazônia apresentaram seus períodos de “boom” e estagnação. Isso criou “[...] uma tendência geral de mercantilização e acomodação, mas esse processo não foi uniforme” (HARRIS, 2006, p. 90). Há a manutenção de um sistema produtivo local voltado para a reorganização das formações econômicas e sociais locais. Essa proposição se aproxima da concepção de Arrighi (1996) sobre a teoria da acumulação sistêmica, pois, indica a manutenção das dinâmicas

portanto, uma visão da racionalidade econômica e de mercado ou mesmo de economia natural (NAKANO, 1981) ou em outro sentido, de economia invisível (HARRIS, 2006); recuperar e repensar a visão do sentido da produção familiar ser basicamente limitada ao autoconsumo e como agricultura itinerante (HURTIENNE, 2005); evidenciar o papel do Estado na formulação de políticas públicas fundamentais para desenvolver o novo rural (ABRAMOVAY, 1992, 2007).

Em suma, é importante estudar esse conjunto de interpretações e relacioná-las, com o objetivo de identificar pontos de convergência e aproximação, ou mesmo pontos divergentes. Isso permite identificar seus desdobramentos e avanços analíticos ou mesmo retrocessos e limitações. De certo modo, algumas interpretações tratam a agricultura familiar como uma categoria analítica, algo que ainda faz parte de um debate inconcluso. Embora esse fato tenha promovido sua generalização e difusão como uma temática em evidência e com força política, no entanto, há avaliações, mesmo com forte marca evolucionista, cuja importância reside na argumentação de que isso resultou em obstáculos para entender sua diversidade e especificidade (BUAINAIN, 2006).

4.1 O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL DO BAIXO TOCANTINS: O POTENCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

A dinâmica do trabalho e do desenvolvimento econômico e social do território da cidadania do Baixo Tocantins apresentada anteriormente é reveladora de um espaço sub-regional desigual e extremamente concentrador da renda. A oferta de equipamentos sociais é bastante residual, pois a fragilidade da gestão pública e a pouca efetividade na execução das políticas públicas sociais inviabilizam avanços na melhoria das condições de reprodução social e econômica da força de trabalho. Isso requer pensar o desenvolvimento não somente assentado em questões econômicas “[...] mas também de aspectos sociológicos, e políticos, relacionados à concentração de privilégios e o acesso a direitos sociais” (CARDOSO; NEGRÃO, 2006, p. 1). A marca do poder oligárquico da primeira metade do século XX não fora totalmente eliminada da sociedade do território da cidadania do Baixo Tocantins. Em

reprodutivas locais. Na visão de Harris (2006), nos momentos de maior estímulo à oferta de produtos voltada para o mercado externo haveria mais fragilidade nos sistemas locais. Trata-se de uma questão central para entender as organizações cooperativistas e associativistas do território rural do Baixo Tocantins. Isso permitiria analisar as armadilhas do “boom” de exportação de um único produto agroextrativista, o açaí. Assim como, investigar o grau de compreensão dos agricultores familiares envolvidos com a produção sobre as estratégias de fortalecimento da organização social e de suas redes de sociabilidade.

alguns momentos os setores vinculados à luta dos trabalhadores rurais conseguiram assumir o poder da estrutura de governos municipais, como foi o caso de Cametá e Abaetetuba, e mais recentemente em Baião e Igarapé-Miri ou mesmo alianças como no caso do município do Moju. Grosso modo, o sucesso dessas duas primeiras gestões municipais pode ser avaliado pela não continuidade e pela retomada do poder dos setores ligados aos antigos donos do poder.

Em termos gerais, nos últimos anos o avanço da produção voltada para a exportação assumiu relevância na economia do subespaço regional do Baixo Tocantins seja no setor industrial seja no setor agroindustrial, inclusive no segmento da fruticultura. Normalmente, essa dinâmica voltada para o mercado externo nem sempre internaliza um padrão de desenvolvimento. Conforme alerta Costa (1979) no final dos anos de 1970:

[...] é ingenuidade pensar que atividades exploradoras de recursos naturais para o mercado extra-regional, à base de grandes empreendimentos, de propriedade de não residentes, requerendo poucos dirigentes especializados, adotando tecnologia intensiva em capital, consumindo avidamente os recursos naturais e absorvendo um volume reduzido de mão-de-obra, possam transformar-se em agentes indutores do processo auto-sustentado de desenvolvimento regional, dado que lhes são escassas as possibilidades de dispersão do desenvolvimento (COSTA, 1979, p. 55).

Essa tendência se confirmou. É possível identificar isso na Tabela 13. Ela auxilia para uma compreensão mais apurada da dinâmica produtiva e do trabalho no Baixo Tocantins nos dias atuais.

Tabela 13: Valor Adicionado Bruto a Preço Básico Corrente por Setor – Território da Cidadania do Baixo Tocantins -2002 e 2007 (Em mil R\$)

Município	2002			2007		
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Agropecuário	Indústria	Serviços
Abaetetuba	23.323	23.095	141.311	34.080	39.857	280.183
Acará	48.672	9.726	49.841	112.224	15.995	84.821
Baião	34.767	3.717	25.843	28.814	8.202	51.215
Barcarena	8.499	1.153.964	378.185	13.494	2.122.074	897.687
Cametá	53.932	10.944	105.878	41.065	23.079	195.870
Igarapé Miri	10.313	6.868	57.295	17.907	14.728	90.257
Limoeiro do Ajuru	22.323	1.950	18.792	18.288	4.228	32.120
Mocajuba	13.330	2.694	29.546	9.608	5.308	45.235
Moju	17.610	9.146	54.511	37.694	36.839	121.620
Oeiras do Pará	20.050	2.397	22.152	20.141	5.166	38.719
Tailândia	35.422	48.988	65.654	30.753	81.058	147.070
Total	288.241	1.273.489	949.008	364.068	2.356.534	1.984.797

Fonte: PARÁ, 2010b. Elaborado pelo autor.

Ao longo dos anos 2000, confirma-se a concentração econômica do pólo industrial do município de Barcarena e Tailândia. Isso representou o fortalecimento das desigualdades no espaço sub-regional. No âmbito do setor agropecuário há uma participação quase uniforme com tendência de crescimento, mas o destaque é o município do Acará. Na última década, houve o crescimento da agricultura comercial de grande e médio porte em municípios como Acará, Moju e Tailândia. Os dados da Tabela 14, a seguir, mostram que este crescimento está relacionado ao avanço da produção do dendê⁸⁷ e coco-da-baía⁸⁸. Normalmente, essa produção é de alta escala em grandes latifúndios de monocultura. No caso da produção de oleaginosas como o dendê, as empresas agropecuárias adquirem grandes extensões de terra provocando a expulsão de agricultores familiares e desmatamento, portanto, alterando a cobertura florestal originária para a criação de uma floresta homogênea e artificial. Esta tem sido uma tendência internacional verificada em países da África, Ásia e América Latina (DENDÊ..., 2010).

87 Em 2010, o Governo do Estado do Pará conseguiu assinar um protocolo socioambiental com oito das doze empresas que atuam com a produção de dendê, são elas: Novacon Reflorestadora Indústria e comércio de Madeiras Ltda, Consórcio Brasileiro de Produção de Óleo de Palma (BIOVALE), Agroindustrial Palmasa S/A, Dendê do Tauá - Dentauá, Dendê do Pará S/A - Denpasa, Galp Energia - Portugal, Marborges Agroindústria S/A e Petrobrás Biocombustível (DENDÊ..., 2010). As denúncias contra as empresas que produzem dendê são constantes. Segundo relato de trabalhadores da empresa Marborges as condições de trabalhos são precárias e o salário pago não ultrapassa um salário mínimo (DENDÊ..., 2010). Apesar das ações governamentais no início de 2011, houve conflito no município do Moju envolvendo 150 famílias de ribeirinhos contra a empresa Palma Amazônia (DENDÊ..., 2011). Este é um bom exemplo, da manutenção do padrão de conflitos ambientais e da **estagnação da renda**, pois os grandes projetos econômicos ao invés de criar externalidades positivas somente ampliam a desigualdade e a subordinação da força de trabalho a condições aviltantes de reprodução social.

88 Em 1976, o projeto de coqueicultura foi implantado no município de Moju no Estado do Pará, com o desenvolvimento do super-coco híbrido. O complexo agroindústria pertence à empresa Sococo com uma área total de 20 mil hectares, sendo 5 mil hectares com 796 mil coqueiros e 9 mil hectares de área de preservação e oferta mais de 2,5 mil empregos. A trajetória da empresa iniciou em 1966 em Maceió no Estado de Alagoas. Em 1987, construiu uma unidade produtiva com uma área construída de 8.400m² no município de Ananindeua (PA), com capacidade para processar 400 mil cocos por dia.

Tabela 14: Produção Agrícola Permanente do Território da Cidadania do Baixo Tocantins - 2009

Município	Coco da Baía (mil frutos)	Banana (t)	Cacau (t)	Laranja (t)	Pimenta-do-Reino (t)	Dendê (t)
Abaetetuba	1.920	600	6	140	266	0
Acará	23.276	1.200	428	600	750	184.600
Baião	650	1.260	30	0	2.522 ⁽⁵⁾	0
Barcarena	4.680	3.150	71	1.750 ⁽⁴⁾	210	0
Cametá	14	120	1.149 ⁽³⁾	160	950	0
Igarapé Miri	1.875	840	82	720	465	0
Limoeiro do Ajuru	14	60	13	0	14	0
Mocajuba	395	130	280	50	960	0
Moju	71.000 ⁽¹⁾	12.500 ⁽²⁾	18	952	2.000	140.800
Oeiras do Pará	0	1.250	27	300	470	0
Tailândia	1.800	225	0	52	100	300.502 ⁽⁶⁾
Total	105.624	21.335	2.104	4.724	8.707	625.902

Fonte: IBGE, 2011a; PARÁ, 2010b. Elaborado pelo autor.

Nota 1: Moju ocupa o 1º lugar na produção de coco-da-baía no Estado do Pará;

Nota 2: Moju ocupa o 12º lugar na produção de banana no Estado do Pará;

Nota 3: Cametá ocupa a 13ª lugar na produção de cacau no Estado do Pará;

Nota 4: Barcarena ocupa o 12º lugar na produção de laranja no Estado do Pará;

Nota 5: Baião ocupa o 6º lugar na produtor de Pimenta-do-Reino do Estado do Pará;

Nota 6: Tailândia ocupa o 1º lugar na produção de dendê no Estado do Pará. Moju e Acará ocupam, respectivamente, a 2ª e 3ª posição na produção estadual.

Observa-se a importância do território da cidadania do Baixo Tocantins no volume de produtos agrícolas permanentes no Estado do Pará. Normalmente, são produtos voltados para o mercado regional, nacional e internacional como a pimenta-do-reino, coco-da-baía, laranja, cacau, dendê e banana. No caso, da produção do dendê existem instalados no Estado do Pará doze (12) empresas com destaque para o projeto agroindustrial do Grupo AGROPALMA⁸⁹ e da BIOPALMA⁹⁰. Esse avanço da empresa agroindustrial é contraditório com a consolidação da agricultura familiar no território da cidadania do Baixo Tocantins. Os projetos de biodiesel articularam agricultores familiares nos municípios de Moju, Tailândia e Acará com a promessa de garantir a comercialização da produção e assistência técnica. Essa iniciativa tem recebido apoio do governo federal por meio do MDA e apoio dos STR desses municípios

89 Em 1982, instalou-se o projeto industrial da Companhia Real Agroindustrial S.A (CRAI) em 5 mil hectares do município de Tailândia. O objetivo era desenvolver o cultivo da palma, extração de óleo de palma e a extração de óleo de palmiste. Atualmente, o Grupo AGROPALMA é o maior complexo agroindustrial de palma da América Latina com estimativa de investimentos realizados na ordem de US\$ 250 milhões. Possui uma área de 107 mil hectares com 39 mil hectares de palmeiras plantadas instaladas nos municípios de Tailândia e Acará. Emprega 4.200 trabalhadores em duas empresas AGROPALMA S.A e a Companhia Refinadora da Amazônia (CRA), esta fundada em 1997. Em 2010, instalou uma planta industrial na cidade de Belém voltada para produção de biodiesel. Recentemente, a empresa paralisou a produção, porque não obteve sucesso no leilão da Agência Nacional de Petróleo para fornecimento de biodiesel. Nos últimos anos, o Grupo AGROPALMA tem conseguido adquirir certificações importantes como: certificado Kosher que atende requisitos de qualidade da comunidade judaica e outras; certificado orgânico (Selo Orgânico) para 4.153 hectares emitidos pelo Instituto Biodinâmico (IBD); além do Selo Ecosocial também certificado pelo IBD no âmbito do comércio justo (CERTIFICAÇÕES, 2009).

90 A BIOVALE era uma subsidiária da Empresa Vale no estado do Pará. Ela foi criada em 2009, em consórcio com a canadense BIOPALMA, com 130 mil hectares e abrangia os municípios de Acará, Moju, Tailândia e Concórdia do Pará. No início de 2011, a Vale adquiriu a empresa BIOPALMA por US\$ 175 milhões e criou a nova BIOPALMA com previsão de produção de mais de 500 mil toneladas de óleo de dendê, a partir de 2013.

(BIODIESEL..., 2008). No entanto, esse modelo de produção associada não tem alcançado o êxito desejado, pois se trata de um modelo que torna o agricultor dependente da empresa e incentiva a monocultura, isto é, desloca o produtor de suas atividades tradicionais relacionadas à produção de alimentos para se inserir na cadeia produtiva agroindustrial de exportação.

Os dados da Tabela 15 são representativos da reduzida participação da agricultura do Baixo Tocantins na produção de alimentos. Independentemente da veracidade das informações oferecidas pelo IBGE sobre a produção agrícola municipal, são indicações de tendências de participação da agricultura familiar no volume da produção agrícola do subespaço regional. Portanto, o avanço da grande empresa agropecuária com a monocultura do dendê e do coco-da-baía tem provocado desestruturação da agricultura familiar nos municípios sedes desses empreendimentos econômicos e êxodo rural (PROGRAMA..., 2011). Esse fato assume relevância em uma região com indicadores sociais e de renda tão desfavoráveis e com problemas de segurança alimentar. No entanto, pode-se afirmar que o volume de produção de mandioca é direcionado para a produção da farinha de mandioca e seus derivados como farinha de tapioca e tucupi. Isso garante o fornecimento para o mercado local e para as comunidades produtoras (autoconsumo) do principal componente da base alimentar das populações urbanas e rurais do Estado do Pará, neste caso em particular as populações do Baixo Tocantins.

Tabela 15: Produção Agrícola Temporária do Território da Cidadania do Baixo Tocantins - 2009

Município	Abacaxi (mil frutos)	Arroz (t)	Cana-de-açúcar (t)	Feijão (t)	Mandioca (t)
Abaetetuba	60	12	3.000 ⁽³⁾	60	24.000
Acará	40	60	18	60	592.000 ⁽⁵⁾
Baião	0	1.000 ⁽²⁾	0	90	6.600
Barcarena	1.200 ⁽¹⁾	63	800	40	14.400
Cametá	480	30	0	36	28.800
Igarapé Miri	180	48	400	25	18.000
Limoeiro do Ajuru	90	14	450	1	297
Mocajuba	0	6	0	0	8.400
Moju	1.440	300	0	120 ⁽⁴⁾	62.500
Oeiras do Pará	0	250	0	4	22.800
Tailândia	0	325	0	78	8.400
Total	3.490	2.180	4.668	514	786.197

Fonte: IBGE, 2011a; PARÁ, 2010b. Elaborado pelo autor.

Nota 1: Barcarena ocupa o 11º lugar na produção de abacaxi no Estado do Pará;

Nota 2: Baião ocupa o 45º lugar na produção de arroz no Estado do Pará;

Nota 3: Abaetetuba ocupa o 5º lugar na produção de cana-de-açúcar no Estado do Pará;

Nota 4: Moju ocupa o 61º lugar na produção de feijão no Estado do Pará;

Nota 5: Acará ocupa o 1º lugar na produção de mandioca no Estado do Pará.

Os impactos negativos do avanço da monocultura empresarial tem sido tema recorrente dos seminários organizados pelo movimento social do campo sobre o desenvolvimento

territorial rural do Baixo Tocantins. Normalmente, o ponto de comparação é a situação vivenciada pelos agricultores familiares das áreas de várzea e terra-firme dos municípios de Abaetetuba, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará com a produção e comercialização do açaí. É importante ressaltar alguns problemas relacionados ao processo produtivo e de comercialização do açaí como: o avanço da monocultura dos açaizais; ocorrência de trabalho infantil; traumas provocados por acidentes durante a colheita; controle da comercialização pelos atravessadores; qualidade do produto oferecido para comercialização; destinação de parte do produto para comercialização no mercado nacional e internacional e seu impacto na segurança e soberania alimentar local e regional⁹¹.

Apesar dos questionamentos existentes há uma melhor condição de fortalecimento da agricultura familiar nos municípios produtores de açaí, principalmente quando essa produção é combinada com sistemas agroextrativistas, capazes de potencializar, por exemplo, o extrativismo de sementes e oleaginosas. Na Tabela 16 temos a distribuição da produção dos açaizais nos municípios do Baixo Tocantins. Infelizmente as informações obtidas junto ao IBGE não podem ser consideradas fidedignas da produção do subespaço regional, principalmente com a inexistência de informação sobre a produção no município de Cametá, a partir de 2004. Esta fragilidade das estatísticas compromete o dimensionamento do volume total da produção do território da cidadania do Baixo Tocantins. As informações do IBGE sempre alimentam controvérsias entre as lideranças do movimento dos trabalhadores rurais e da população em geral, porque a cidade detentora do título de capital do açaí é Igarapé-Miri, entretanto, os dados da produção agrícola municipal apontam o município de Limoeiro do Ajuru como o principal produtor de açaí no Baixo Tocantins.

91 Segundo estudos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o açaí tornou-se era “um produto de gente pobre e virou coisa de gente rica”, pois entre 1994 e 2010 o preço do açaí na Região Metropolitana de Belém aumentou 650%. Em 1994, era possível comprar um litro de açaí por um valor médio de R\$ 1,50. Em junho de 2010, o DIEESE registrou o preço médio do açaí em R\$ 11,25, contudo correspondia o período final da entressafra do produto. Segundo o DIEESE, esta situação decorre do aumento da demanda pelo produto, principalmente no mercado nacional e internacional (PREÇO DO AÇAÍ..., 2010).

Tabela 16: Evolução da Quantidade Produzida de Açaí no Território da Cidadania do Baixo Tocantins – 2000\2009

Município	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Abaetetuba	8.500	9.000	10.000	10.300	10.500	900	900	800	770	730
Acará	62	65	68	68	70	70	72	80	84	67
Baião	848	805	830	788	725	544	455	412	433	454
Barcarena	4.100	4.150	4.200	4.100	4.000	3.600	3.600	3.500	3.300	2.990
Cametá	34.897	30.000	30.200	30.200	-	-	-	-	-	-
Igarapé Miri	9.000	9.800	9.000	8.900	8.500	8.000	7.495	7.000	6.500	6.200
Limoeiro do Ajuru	15.254	14.491	18.463	19.386	10.000	17.520	16.644	17.476	18.350	19.267
Mocajuba	4.209	3.998	4.158	3.950	3.595	5.033	5.133	4.646	4.878	5.122
Moju	310	320	330	330	331	315	315	310	317	290
Oeiras do Pará	2.845	2.987	4.931	10.320	5.000	7.000	7.330	7.697	8.081	8.485
Tailândia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total ⁽¹⁾	80.025	75.616	82.180	88.342	42.721	42.982	41.944	41.921	42.713	43.605

Fonte: PARÁ, 2010b. Elaborado pelo autor.

Nota 1: Produção total do Estado do Pará: 112.684 toneladas (2000); 113.748 toneladas (2001); 122.328 toneladas (2002); 134.840 toneladas (2003); 90.516 toneladas (2004); 92.095 toneladas (2005); 88.551 toneladas (2006); 93.788 toneladas (2007); 107.031 toneladas (2008).

As informações disponíveis nas Tabelas 14, 15 e 16 são representativas para a configuração dos três subterritórios rurais: o território agroextrativista; o território dos projetos agroindustriais; e, o território minero-metalúrgico (enclave econômico). Na Figura 7 é possível visualizar o território dos projetos agroindustriais que abrange os municípios de Acará, Moju e Tailândia. Além desses três municípios que fazem parte do Baixo Tocantins, observa-se no mapa da área de influência do grupo AGROPALMA a abrangência da produção de dendê aos municípios de Concórdia do Pará e Tomé-Açu, municípios pertencentes à Região de Integração do Rio Capim⁹². Há outro aspecto importante que precisa ser ressaltado, apesar da Figura 7 apresentar somente os projetos de produção do dendê, há neste mesmo subterritório um grande projeto de agroindustrial de coqueicultura da empresa Sococo.

92 O pólo de Concórdia do Pará do Projeto BioVale foi implantado em julho de 2010. Segundo, os dados da BioVale foram plantados 2.700 hectares de dendê em Concórdia do Pará. No município de Tomé-Açu estavam sendo produzidas um milhão de mudas e já haviam sido plantados 5 mil hectares de dendê (É COMO..., 2010).

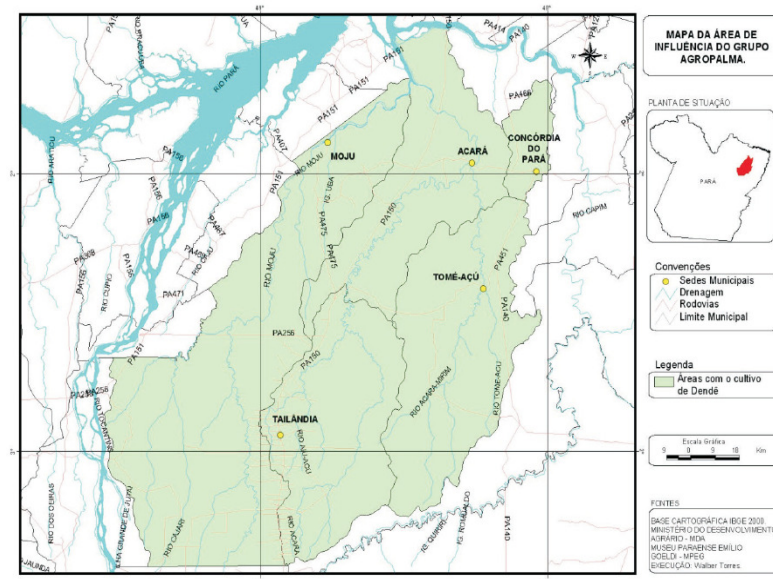


Figura 7: Mapa da Área de Concentração de Agroindústria de Dendê, Estado do Pará (Subterritório dos projetos Agroindustriais)
 Fonte: MONTEIRO *et al*, 2006.

O conjunto de questionamentos ao avanço dos grandes projetos agroindustriais e do pólo minero-metalúrgico diz respeito, principalmente à concentração de renda, concentração de terra e ampliação das desigualdades regionais. No entanto, não podem ser tão restritos a estes dois subterritórios. No subterritório agroextrativista estão presentes essas mesmas condições, contudo em escala diferente, face ao predomínio da agricultura familiar. Conforme se enfatizou anteriormente, uma das marcas do subterritório agroextrativista é a estrutura fundiária desconcentrada. Isso pode ser observado na Tabela 17, a seguir, cujo conteúdo representa a caracterização da agricultura familiar e patronal do território da cidadania do Baixo Tocantins com base no Censo Agropecuário 1995/96.

Tabela 17: Quadro Geral do Número de Estabelecimentos Rurais no Território da Cidadania do Baixo Tocantins/Estado do Pará – 1995/1996.

Município	Número de Estabelecimentos Rurais ¹				Área (ha)			
	Familiar		Patronal		Familiar		Patronal	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Abaetetuba	4.132	97,7	85	0,2	51.543	82,5	10.670	17,1
Acará	5.943	95,7	158	2,5	147.072	46,7	166.333	52,8
Baião	1.533	93	86	5,2	28.300	48,2	30.315	51,7
Barcarena	1.315	86,7	30	2,0	17.946	79,7	2.234	9,9
Cametá	7.187	98,2	111	1,5	75.761	95,9	3.210	4,1
Igarapé-Miri	2.157	98,1	30	1,4	35.696	96,8	1.110	3,0
Limoeiro do Ajuru	1.686	98,7	16	0,9	33.912	97,3	833	2,4
Mocajuba	1.292	97,7	29	2,2	26.547	93,8	1.757	6,2
Moju	4.738	98,6	67	1,4	196.331	76,0	61.951	24,0
Oeiras do Pará	2.498	97,7	49	1,9	73.512	90,4	7.147	8,8
Tailândia	337	78,2	94	21,8	32.373	16,2	167.838	83,8
Média	-	97,0	-	2,2	-	61,1	-	38,5
Total	32.818	-	755	-	718.993	-	453.398	-

Fonte: IBGE, 1996. Elaboração do autor

Nota1: O total de estabelecimentos rurais, incluindo outros estabelecimentos (entidades públicas, instituições religiosas, etc), corresponde a 27.311 estabelecimentos rurais com um total de 662.356 hectares.

Em síntese, identifica-se a predominância da agricultura familiar. Há reduzida concentração fundiária e os trabalhadores rurais com domínio sobre os meios de produção e os instrumentos de trabalho nos municípios do subterritório agroextrativista, exceto no município de Baião onde o total de área 51,7% pertence aos estabelecimentos rurais patronais, impacto da produção da pimenta-do-reino e da criação de bovinos provoca concentração de terra. No caso dos municípios do Acará, Moju e Tailândia, pertencentes ao subterritório dos projetos agroindustriais, mesmo possuindo a maioria de estabelecimentos rurais de agricultura familiar, o grau de concentração de terra é muito elevado, pois os estabelecimentos patronais possuem respectivamente, 52,8%, 24% e 83% da área utilizada para a produção agrícola.

A Tabela 18, a seguir, auxilia na percepção da relação homogeneidade e heterogeneidade ou diferenciação das unidades municipais do Baixo Tocantins. Observa-se no município de Moju e Oeiras do Pará traços de mudanças no perfil do agricultor familiar, caso seja considerada a caracterização dos estratos de áreas. Todavia, em geral o padrão é uma agricultura de baixa produtividade (MATHIS *et al*, 2007). Observa-se com mais detalhe o exemplo do município de Baião como maior concentração de áreas até 50 hectares, portanto, podem-se relativizar os dados de concentração da Tabela 18, pois mesmo o patronal identificado anteriormente possui baixa concentração de terras. Os demais municípios mantêm as condições anteriores ou de ampla participação das unidades produtivas com menos de 5 hectares (Abaetetuba, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri e Limoeiro do Ajuru) ou com um tamanho de área mais concentrada acima de 50 hectares (Moju e Tailândia).

Tabela 18: Unidade Produtiva Familiar Individual do Território da Cidadania do Baixo Tocantins/Estado do Pará - Caracterização do Estrato de Área - 1995/1996 (Em %)

Municípios	Menos de 5 há	Entre 5 a 20 há	Entre 20 a 50 ha	Entre 50 a 100 ha	Mais de 100 ha
Abaetetuba	52,6	30,0	12,5	3,3	1,6
Acará	15,5	31,8	40,8	8,6	3,3
Baião	44,7	26,4	20,7	5,9	2,3
Barcarena	42,7	37,3	16,3	2,4	1,3
Cametá	58,1	28,6	9,2	2,7	1,4
Igarapé-Miri	52,7	23,8	12,2	7,6	3,7
Limoeiro do Ajuru	43,2	33,9	12,6	5,9	4,4
Mocajuba	SI	SI	SI	SI	SI
Moju	5,8	14,6	45,1	25,0	9,5
Oeiras do Pará	10,3	37,5	34,6	12,0	5,6
Tailândia	6,3	5,6	39,5	23,7	24,9
Média Territorial	33,0	27,2	24,8	9,5	5,5

Fonte: INCRA (2000). Elaboração do autor

Nota: Sem Informação (SI)

Outro indicador importante para interpretar a estrutura fundiária do território da cidadania do Baixo Tocantins é observar a evolução do índice de GINI. Na Tabela 19 há uma série histórica a partir de 1970 até 1995/96 com base nos resultados do Censo Agropecuário. Em 1996, a elevada concentração de terras no Brasil era representada por um índice de GINI de 0,856. Em 2006, os novos resultados do Censo Agropecuário apresentaram uma leve redução para 0,854. Observem a evolução desse indicador no Estado do Pará, particularmente no território da cidadania do Baixo Tocantins. O Estado do Pará apresentava um índice de GINI de 0,868 em 1970, mas em 1995/96, o índice teve uma redução para 0,802. É importante ressaltar que o índice de GINI apresentado na Tabela 19 é uma representação do grau de concentração de terra, logo, quanto mais próximo de um maior o grau de desigualdade na distribuição de terras.

Tabela 19: Evolução do Índice de GINI de Concentração de Terra no Estado do Pará e no Território da Cidadania do Baixo Tocantins – 1970 – 1995/96

Municípios	1970	1975	1980	1985	1995/96
Abaetetuba	0,524	0,511	0,433	0,600	0,662
Acará	0,522	0,843	0,696	0,717	0,720
Baião	0,824	0,806	0,844	0,684	0,791
Barcarena	0,702	0,455	0,595	0,479	0,541
Cametá	0,653	0,683	0,719	0,614	0,625
Igarapé-Miri	0,459	0,199	0,461	0,762	0,690
Limoeiro do Ajuru	0,540	0,580	0,541	0,509	0,674
Mocajuba	0,679	0,689	0,553	0,526	0,533
Moju	0,543	0,609	0,570	0,631	0,519
Oeiras do Pará	0,483	0,356	0,325	0,591	0,507
Tailândia	-	-	-	-	0,816
Estado do Pará	0,868	0,854	0,828	0,813	0,802

Fonte: EMATER, 2000. Elaboração do autor.

Segundo estudos de Costa (2000b), o Baixo Tocantins é considerado uma das regiões do Estado do Pará com melhores condições vivenciadas pela agricultura familiar, pois “[...] convergem elevada mudança tecnológica e baixa concentração fundiária” (COSTA, 2000b, p. 109). Não resta dúvida que este formato da estrutura fundiária amplia as condições de reprodução social e econômica da unidade produtiva familiar. No caso do padrão da estrutura fundiária existente no território da cidadania do Baixo Tocantins, é notório um alto padrão de desconcentração da terra, ao longo da série histórica do índice de GINI. Há situações extraordinárias como a ocorrida no ano de 1975 no município de Igarapé-Miri em que foi calculado um índice de GINI de 0,199. Naquele ano, 95,98% dos estabelecimentos rurais de Igarapé-Miri possuíam área menor que 10 hectares e ocupavam 76,38% da área. Isso se alterou drasticamente na pesquisa de 1996\95, porque os estabelecimentos com área menor do que 10 hectares reduziram para 63,44% e conseguiam ocupar apenas 7,79% de área.

Os dados mais detalhados dessa evolução da estrutura fundiária do território da cidadania do Baixo Tocantins permitem analisar melhor o significado da concentração fundiária de municípios como Baião e Tailândia e mesmo compreender o alto grau de desconcentração de municípios como Barcarena e Moju, normalmente vinculados aos grandes projetos econômicos minerais e agroindustriais. Utilizando-se do modelo explicativo de Costa (2000b) que considera os estabelecimentos rurais com área entre 0 e 200 hectares “influenciado pela unidade camponesa”, porque possuem mais de 90% da força de trabalho familiar. Nesse sentido, ao comparar os dados de 1970 e 1995\96 é possível identificar que: no ano de 1970, os estabelecimentos rurais com área de 0 até 200 hectares correspondiam a 98,72% do total e ocupavam 69,12% da área; no ano de 1995\96, houve uma pequena redução para 97% de participação dos estabelecimentos rurais com área entre 0 e 200 hectares e com 68,50% da área. Isso é um demonstrativo da predominância da agricultura familiar no Baixo Tocantins, mesmo que entre a década de 1970 e de 1990 permaneceu entre 1,2% e 3%, respectivamente, o percentual de estabelecimentos rurais com 30% da área. O importante é ressaltar que mesmo os extratos de renda desses estabelecimentos ficavam entre 200 e 5.000 hectares (fazendas) e poucos ultrapassa área acima de 5.000 hectares (latifúndios empresariais).

Em suma, o quadro analítico da agricultura familiar no Estado do Pará enfatiza sua relevância para o desenvolvimento econômico e social e sua importância na produção. O Censo Agropecuário de 2006 identificou 222.028 mil estabelecimentos rurais no Estado do Pará com 22.466.026 hectares, sendo: 196.150 de agricultura familiar (6.909.156 hectares); 25.878 de agricultura não familiar (15.556.870). Em relação à produção agropecuária do

Estado do Pará, a agricultura familiar contribuiu com 83% da produção de arroz, 93% da produção de mandioca e participou com 33% no plantel de bovinos. A importância da agricultura familiar no Estado do Pará, particularmente no território da cidadania do Baixo Tocantins, tem grande expressão com a ocupação da força de trabalho, porque 665.762 trabalhadores do setor agropecuário com mais de 14 anos, ou 84% do total, está ocupado em estabelecimento de agricultura familiar (IBGE, 2006). Na Tabela 20, a seguir, há a distribuição de estabelecimentos rurais no Baixo Tocantins conforme a caracterização de familiar e não familiar definido pela metodologia do Censo Agropecuário de 2006.

Tabela 20: Estabelecimentos Rurais no Território da Cidadania do Baixo Tocantins - 2006

Municípios	Agricultura familiar - Lei nº 11.326				Não familiar			
	Estabelecimentos	%	Área (ha)	%	Estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Abaetetuba	4.451	13,7	56.096	8,5	405	15,4	37.437	6,3
Acará	4.237	13,1	85.030	12,9	408	15,5	57.652	9,8
Baião	1.972	6,1	47.029	7,1	154	5,8	38.999	6,6
Barcarena	814	2,5	13.705	2,1	123	4,7	17.081	2,9
Cametá	9.063	28,0	195.513	29,6	570	21,6	73.261	12,4
Igarapé-Miri	1.970	6,1	52.499	8,0	205	7,8	59.331	10,1
Limoeiro do Ajuru	2.589	8,0	19.723	3,0	294	11,1	31.795	5,4
Mocajuba	1.244	3,8	29.540	4,5	62	2,3	44.953	7,6
Moju	3.617	11,3	110.745	16,8	228	8,6	85.926	14,6
Oeiras do Pará	2.278	7,0	43.873	6,6	96	3,6	36.954	6,3
Tailândia	130	0,4	6.243	0,9	90	3,4	105.438	18,0
Total	32.365	100	659.998	100	2.635	100	588.826	100
% em relação ao Estado do Pará	16,5	-	9,5	-	10,2	-	3,8	-

Fonte: IBGE, 2006. Elaborado pelo autor.

Segundo o Censo Agropecuário 1995\96, o território da cidadania do Baixo Tocantins possuía o maior número de estabelecimentos rurais de agricultura familiar do Estado do Pará. Isso se confirmou novamente no Censo Agropecuário de 2006, com o total de 32.365 estabelecimentos rurais ou 16,5% do total do Estado do Pará. Mesmo sem um índice de GINI consolidado para 2006, é possível perceber o grau de concentração de terras existente no território da cidadania do Baixo Tocantins, conforme Tabela 20. Essa dimensão de concentração é mais grave nos municípios de Acará, Tailândia e Moju onde estão instalados os grandes projetos agroindustriais da região (Território Agroindustriais), portanto, grandes latifúndios empresariais. Observa-se nos demais municípios uma maior quantidade de área para agricultura não familiar, exceto no caso do município de Cametá, no entanto, os dados mais detalhados confirmam as condições à manutenção do padrão identificado no Censo Agropecuário de 1995\96 com uma distribuição de áreas abaixo de 5.000 hectares.

Por um lado, os dados sobre ocupação existente no Censo Agropecuário 2006, mesmo que o volume não se aproxime das características de população rural existente nos municípios do território da cidadania do Baixo Tocantins, é um indicador importante da recuperação do nível de ocupação nos estabelecimentos rurais (agricultura familiar e não familiar). Isso pode ser observado na comparação entre os dados dos Censos Agropecuários de 1970, 1995\96 e 2006 presentes na Tabela 21. Por outro, é fundamental lembrar o processo de superação da fase patronal, existente entre as décadas de 1950 e 1980, e o avanço das unidades produtivas familiares mais independentes, a partir da década de 1990. Não obstante, a perda de ocupação rural na virada da década de 1980 é decorrente da decadência dos engenhos de açúcar e cachaça (modelo patronal), pois neste período a produção de cana-de-açúcar mantinha sob subordinação os agricultores familiares, seja na forma direta de patronato seja na indireta na dependência monopsonica na demanda pelo produto.

Tabela 21: Pessoal Ocupado nos Estabelecimentos Rurais do Território da Cidadania do Baixo Tocantins – 1970\1995-96\2006

Municípios	1970 (a)	Variação % (ab)	1995\96 (b)	Variação % (bc)	2006 (c)	Variação % (ac)
Abaetetuba	17.855	(19,2)	14.978	11,7	16.962	(5,3)
Acará	10.539	47,9	20.214	-	-	-
Baião	6.741	(16,3)	5.796	49,0	11.359	40,6
Barcarena	3.192	22,4	4.115	(13,0)	3.648	12,5
Cametá	38.576	(34,2)	28.741	27,9	39.876	3,2
Igarapé-Miri	3.070	64,5	8.654	(17,0)	7.402	58,5
Limoeiro do Ajuru	4.612	34,2	7.012	9,8	7.772	40,6
Mocajuba	5.910	20,5	4.903	11,6	5.545	(6,6)
Moju	10.865	34,8	16.659	(1,8)	16.356	33,6
Oeiras do Pará	8.294	15,4	9.810	(15,2)	8.512	2,6
Tailândia	-	-	2.247	-	-	-

Fonte: PARÁ, 2010b. Elaborado pelo autor

A partir dos anos de 1990, há a desestruturação do sistema patronal e o avanço das organizações dos trabalhadores rurais configurou novas relações de poder e domínio sobre a terra e proporcionou aos agricultores familiares um maior comando sobre a produção, todavia continuou sendo mantido um forte sistema de comercialização sobre o comando dos atravessadores\intermediários. Na maioria dos casos, os antigos “patrões” se fixaram na comercialização, pois já realizavam essa atividade anteriormente. Entre a década de 1990 e 2000, a produção agrícola no Baixo Tocantins ficou bastante diversificada, principalmente devido à maturação dos projetos financiados pelo FNO Especial, PRODEX e PRONAF que abrangeu a agricultura familiar de terra-firme e de várzea em culturas como laranja (*Citrus sinensis*), pimenta-do-reino, consórcio de coco (*Cocos nucifera*) e cupuaçú (*Theobroma grande florum*), açaí e banana (*Musa spp.*). Além dos grandes projetos agroindustriais de

coco-da-baía e dendê. Isso gerou o aumento pela demanda de força de trabalho seja na unidade produtiva familiar seja no empreendimento agroindustrial. Por exemplo, basta observar na Tabela 21 as taxas de crescimento da ocupação nos municípios de Moju e Acará entre as décadas de 1970 e 1990 impulsionadas pelas grandes plantações de coco-da-baía e dendê (*Elaeis guineensis*).

Em termos gerais, a oferta de trabalho é positiva no território da cidadania do Baixo Tocantins, principalmente na última década com o impulso gerado pela fruticultura, particularmente com a produção de açaí. Habitualmente, os microdados sobre a produção agrícola nem sempre são fidedignos da dinâmica produtiva dos territórios rurais, contudo eles são uma representação do crescimento e da diversificação produtivas nas áreas de terra-firme e do fortalecimento da monocultura do açaí nas áreas de várzeas. Sem dúvida nenhuma, no campo de atuação da agricultura familiar, o destaque foi o surgimento de demanda pelo açaí no mercado nacional e internacional, a partir da segunda metade dos anos de 1990 e ao longo dos anos 2000 (ROGEZ, 2000). Recentemente a indústria de cosmético nacional tem se interessado por produtos extrativos como patauá (*Jessenia bataua*), murumuru (*Astrocaryum murumuru*), pracaxi (*Pentaclethra filamentosa*) buriti e semente de andiroba (*Carapa guianensis*). Novamente, essa demanda de mercado tem envolvido os agricultores familiares. É neste momento, que se destaca a importância das organizações associativistas dos agricultores familiares do Baixo Tocantins na mobilização sócio-produtiva do território.

Ao assumirem a articulação dos produtores para o fornecimento de matéria-prima para o capital industrial as organizações associativistas do território da cidadania do Baixo Tocantins negociam contratos e são intermediários dos produtos voltados para a exportação, como o açaí e as sementes de oleaginosas. No entanto, o grau de autonomia e capacidade de ganhos maiores para os agricultores familiares tem residido nos limites dessas organizações assumirem o papel de mobilizador social e produtivo. Ao perderem essa capacidade de coordenação e gestão, o comando da comercialização é retomado pelos atravessadores/intermediários. Assim, os agricultores familiares se tornam reféns da estrutura de mercado monopsônio e alimentam novamente os circuitos de intermediação da produção. Portanto, as condições de superar a estagnação educacional e a estagnação da renda sempre figuram como condicionantes do avanço do movimento social do campo na capacidade de gestão da produção e da comercialização dos produtos advindos da agricultura familiar.

Em suma, pode-se afirmar que essa não tem sido uma tarefa fácil, mas é possível identificar momentos de hegemonia das organizações associativistas e redes sociais de cooperação ou redes de desenvolvimento rural, mesmo que sejam curtos, contudo,

representam avanços e contribuições para as experiências de cooperação. Em certo sentido, os processos vinculados à organização social e os elementos de reciprocidade (POLANYI, 2000) podem auxiliar na construção de modelos explicativos sobre as condições de reprodução social de determinados grupos sociais. Contudo, a problemática dos modelos pode resultar em reducionismo, pois muitas vezes, há o esboço de um tipo ideal. Isso não permite construir análises com maior aproximação das condições do campo da vida material (BRAUDEL, 1996). O andar de baixo, ou aquilo que parece ser invisível, possui uma dinâmica própria e relevante para investigação dos padrões de desenvolvimento econômico e social e sua repercussão no território, ao longo do processo de formação sócio-espacial.

4.2 REDES DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO ESTADO DO PARÁ: CAMPOS DE RESISTÊNCIA À MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA

Segundo Hébette; Moreira (2004, p. 26), existiriam “[...] alguns marcos que pontuam a trajetória do trabalhador rural na Amazônia: a revolta cabana, a formação dos quilombos e o declínio da escravidão, o colapso dos seringais e a resistência dos posseiros na fronteira”. Em termos históricos, por um lado, o ponto de partida deste trabalho é recuperar a trajetória constituída a partir dos anos de 1960, com o advento das políticas de desenvolvimento para a Amazônia⁹³ e sua influência na trajetória do trabalho e na reconfiguração territorial. Isso gerou “a resistência dos posseiros” não somente nas áreas de fronteira, mas nas áreas de ocupação tradicionais, cujos impactos dos grandes projetos econômicos (hidroelétrico, extração e transformação mineral, agropecuário e agroindustrial) ocorreram de maneira mais veemente somente a partir dos anos de 1980, como no caso do Baixo Tocantins, com o

93 Monteiro; Coelho (2004) apresentam um quadro das políticas de desenvolvimento para a Amazônia pós-1912 e suas reconfigurações espaciais: Plano de Defesa da Borracha (1912-1914); Batalha da Borracha (1942-1947); Plano de Metas (1956-1961); Operação Amazônia (1966-1970); I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) (1969-1974), Programa de Integração Nacional (PIN) (1971) e I Programa de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) (1971); II PND e POLAMAZÔNIA (1974-1979); Programa Grande Carajás (PGC) (1980-1989) e Projeto Calha Norte (1985-...); Brasil em Ação (1996-1999) e Avança Brasil (2000-2003). Atualmente, as políticas federais de infraestruturas estão concentradas no PAC (2007-...) e em diversas ações ministeriais articuladas em torno das ações de desenvolvimento territorial. Esse conjunto de políticas federais assumiu fundamentos estratégicos tanto no campo da eficácia da intervenção estatal como no campo da eficiência das forças de mercado e promoveram as mudanças de eixo da expansão econômica regional tradicionalmente ocorrida nas margens dos rios para a terra-firme, principalmente a partir da abertura de rodovias. O sentido da integração nacional presente nas justificativas das primeiras políticas federais para a Amazônia foi aprimorado nas décadas de 1990 e 2000 para um sentido de fronteira “[...] não excludente entre si: o de lugar de expansão do povoamento e fronteira de recursos, e de lugar a ser incorporado à dinâmica da economia nacional” (MONTEIRO; COELHO, 2004, p. 92). Essas premissas estão bastante atualizadas e explicitadas no PAS, inclusive com o fortalecimento da visão de integração continental da Amazônia brasileira (SOUZA; FILIPPI, 2010).

redirecionamento da política de desenvolvimento regional para a constituição dos pólos de desenvolvimento agromineral, a partir de 1974.

Por outro, é o de apresentar o desdobramento da construção de um projeto alternativo de desenvolvimento voltado para o fortalecimento da agricultura familiar do Estado do Pará, nos anos de 1990, bem como seus avanços, limites e desafios nos anos 2000. Aqui, cabe ressaltar a identificação de redes sócio-política ou redes de desenvolvimento rural ou redes de inovação microrregional com considerável poder de articulação estadual, regional, nacional e internacional e [...] interagindo de maneiras distintas com o conjunto de condições pré-existentes [...] (MIOR, 2007, p. 3). Isso caracteriza um elevado grau de complexidade das organizações e dos arranjos institucionais constituídos, gradativamente, ao longo de cinco décadas no Estado do Pará e na Amazônia brasileira. Em primeiro lugar, como campo de resistência ao Estado autoritário e sua política de desenvolvimento regional modernizadora excludente (1964-1985). Em segundo lugar, como parte do processo de redemocratização do país, pós-1985, constituindo um campo de proposição de políticas públicas de fortalecimento e apoio à agricultura familiar e com contribuição na concepção de um modelo de desenvolvimento socioambiental sustentável.

Nesse sentido, nas últimas três décadas as estratégias de modernização regional, sejam pelo fortalecimento da ação estatal sejam pela visão de eixos estruturados de desenvolvimento por meio da eficiência dos mecanismos de mercado (BECKER, 1999, MONTEIRO; COELHO, 2004, EGLER, 1999), estimularam o movimento do capital produtivo e especulativo no Estado do Pará, principalmente nos segmentos vinculados à agroindústria, extração e transformação mineral e agropecuária. Por exemplo, observa-se a consolidação de uma divisão territorial ou “arquipélagos” exportadores de matéria prima (KAGEYAMA, 2008), no caso do Pará com forte presença na exportação de minérios. Isso resultou em um processo de intensificação da exploração dos recursos naturais e a formação de pólos produtivos (enclaves econômicos), onde cada espaço sub-regional, ou mesmo no interior do espaço sub-regional (micro células), assume uma função estratégica especializada⁹⁴.

94 Nos anos de 1980, o Baixo Tocantins assumiu a função especializada de absorver a infraestrutura facilitadora do escoamento da produção da extração mineral, a instalação de unidades industriais de transformação mineral (**território minero-metalúrgico**) para abastecimento do mercado nacional e internacional (ALBRAS e ALUNORTE), e a partir dos anos de 1990, e mais recentemente, ampliou suas funções para o estabelecimento da agroindústria (**território agroindustrial**) voltada para o segmento de alimento e biodiesel (AGROPALMA, Biopalma, etc). Outra característica dos anos de 1990 e 2000, a partir da mobilização social de acesso e democratização ao crédito e da política de crédito assumida para principal agência de fomento, o BASA, por meio do FNO e o formato assumido contemporaneamente pelo PRONAF, é a constituição de um território marcado pelo avanço da diversidade de culturas agrícolas e pelo avanço da monocultura decorrente do manejo de açaiçais (**território agroextrativista**).

Em conseqüência, houve o avanço da grande empresa capitalista monopolista financiada pela política de desenvolvimento regional, isto é, pelo fundo público (OLIVEIRA, 2003). O que provocou grande impacto na Amazônia oriental, essencialmente na economia do Estado do Pará (MONTEIRO; COELHO, 2004). Outra conseqüência disso, mas com sentido nefasto para a sociedade em geral, foi o abandono da política de colonização e a inexistência de uma política agrícola com objetivo de atender aos interesses dos trabalhadores rurais da região. Por isso, o campo de resistência, principalmente originado nos trabalhadores rurais, constituiu mecanismos de articulação e integração de suas organizações representativas, ainda incipientes nos anos de 1970, nos inúmeros subespaços paraenses. O fortalecimento das organizações dos trabalhadores rurais ocorreu centrado na crítica sobre o desgaste do modelo de desenvolvimento do regime autoritário na Amazônia e a fragilidade de suas instituições, quer dizer, “[...] as instituições teriam que redirecionar a sua atuação econômica e entender sua intervenção no social. [...], ou seja, uma inversão de prioridades [...]” (FALEIRO, 2009, p. 534).

Nos anos de 1980, o desenvolvimentismo autoritário concretizou o papel de cada território ou subespaços regionais do Estado do Pará no fortalecimento da província mineral e no estabelecimento dos grandes projetos agroindustriais e agropecuários. Nesse ínterim, o papel político do MSTR paraense é fundamental para o impulso rumo à cidadania e na busca de uma identidade social do campo. Regionalmente, os antecedentes da luta política do MSTR são originários do final dos anos de 1960⁹⁵. Logo depois, houve a intensificação da mobilização social para a constituição de um movimento de oposição sindical com objetivo de substituir as lideranças sindicais rurais vinculadas ao governo militar e promover a estruturação de um novo sindicalismo urbano e rural.

Em termos nacionais, essa mobilização culminará com a fundação em 1983 da CUT considerada por Boito (1999, p. 127) “[...] o baluarte da resistência e da luta popular” e com

95 Na região do Baixo Tocantins, registram-se na Prelazia de Cametá, a partir de 1969, as primeiras ações de apoio à organização dos trabalhadores rurais e a organização das comunidades cristãs. Ao longo dos anos de 1970, gerou uma mobilização, em conjunto com a FASE e as lideranças do MSTR, para a fundação do STR de Cametá, em 1974. Conseqüentemente, essa articulação social se estendeu ao movimento de oposição sindical do Baixo Tocantins, a partir do final dos anos de 1970 e ao longo da primeira metade dos anos de 1980 (SOUSA, 2000). No entanto, é importante ressaltar uma das principais atuações da Prelazia de Cametá, cuja repercussão assumiu caráter microrregional e estadual. Trata-se do papel de mediação de um conflito socioambiental na área denominada de Anilzinho no município de Baião. Havia uma situação de disputa acirrada pela terra entre os trabalhadores rurais e os grileiros. Isso culminou com o conflito do Anilzinho, em 1979. A partir dessa condição de conflito socioambiental, a Igreja Católica orientou a construção de uma ação de formação educacional e política como campo de resistência à investida da oligarquia agrária local. Entre 1980 e 1992, foram realizados onze encontros denominados de Encontros do Anilzinho em várias cidades do Baixo Tocantins, principalmente na área de abrangência da Prelazia de Cametá. O primeiro Encontro do Anilzinho teve como tema: “Terra para quem trabalha nela”, portanto, assumiu o papel fundamental da luta pela reforma agrária no Baixo Tocantins.

uma “[...] plataforma de transformações econômicas e sociais antagônicas à política de desenvolvimento do Estado brasileiro, além de intervir de modo ativo na luta pela democracia” (BOITO, 1999, p. 132). Esse fato influenciará e será influenciado pela mobilização social do campo na Amazônia nos anos de 1980. Novas lideranças políticas surgiram na Amazônia rural com abrangência nos diversos territórios rurais.

Isso significou a ampliação do arco de alianças no campo popular, pois valorizou as populações amazônicas presentes nos seringais, nas áreas indígenas, nos mocambos e quilombos, nas várzeas e terra-firme, nas áreas de assentamento da reforma agrária, nas antigas áreas de colonização, nos babaçuais, nos castanhais, nos pólos de produção industrial, exploração e transformação mineral e também nas áreas urbanas (FALEIRO, 2005, ALMEIDA, 2009). Assim, surgiram novas forças sociais que representaram “[...] transformações políticas mais profundas na capacidade de mobilização destes grupos sociais face ao poder do Estado” (ALMEIDA, 2009, p. 521).

Essa seria uma síntese da primeira fase de atuação do MSTR no Estado do Pará pautado na luta política reivindicatória com forte conteúdo ideológico de combate ao regime militar e ao monopólio capitalista e imperialista que se instalava na Amazônia. Em certo sentido, a unidade entre as lutas urbanas e rurais decorria das precárias condições de sobrevivência ocasionada pelo abandono e ausência deliberada do Estado e pelo avanço desenfreado da exploração capitalista por meio da grande empresa agropecuária e das plantas industriais de exploração e transformação mineral⁹⁶. Conseqüentemente, isso gerou reivindicação de uma política de desenvolvimento rural capaz de fortalecer os trabalhadores rurais.

Entre a segunda metade dos anos de 1970 e ao longo dos anos de 1980, o MSTR realizou negociações e estabeleceu relações com várias organizações e instituições de âmbito

96 Em 1987, Mitschein; Miranda; Paraense (1991) realizaram uma pesquisa de campo no Baixo Tocantins e entrevistaram agricultores e obtiveram vários relatos sobre o impacto dos empreendimentos econômicos hidroelétrico e minero-metalúrgico na região. A ênfase dos autores seria discutir os enclaves econômicos e avaliar o grau de consciência dos trabalhadores rurais sobre os resultados econômicos, sociais e ambientais dessas ações de política de desenvolvimento regional. Os relatos são marcados pela degradação social, pois naquele momento a região vivenciava a decadência da produção dos engenhos de cachaça e açúcar e ao mesmo tempo a instalação dos canteiros de obra do complexo minero-metalúrgico. Isso provocou nas duas situações mobilização de força de trabalho em busca de ocupação, contudo, de uma ocupação precária, pois o emprego disponível para aqueles trabalhadores praticamente sem escolaridade era o trabalho braçal, tão desgastante como o trabalho da roça. Avalia-se no conjunto das entrevistas destacadas pelos autores, a inexistência de perspectiva de melhorias das condições de sobrevivência pelos trabalhadores rurais. Havia uma condição de pobreza extrema, portanto, suscetível para a desestruturação das unidades produtivas familiares. O importante é ressaltar a trajetória dos anos de 1990 e 2000, com a constituição de um campo de resistência político aos desmandos da oligarquia agrária local e a ausência do Estado no apoio à agricultura familiar. Em termo conclusivo, ao comparar os relatos do passado e os relatos do presente, observam-se mudanças significativas nas condições de vida e na participação política e produtiva dos agentes sociais. Eles passaram a ter voz por meio de suas representações sindicais, mesmo que isso ainda não possa ser uma afirmação de cidadania plena, em face da manutenção de elevado grau de desigualdade social na região.

nacional e internacional. Segundo Andrade *et al* (2008), essas articulações fortaleceram o movimento social do campo e tiveram importância nas mudanças ocorridas nas condições de vida e trabalho na fase contemporânea do Baixo Tocantins. Essa relação foi significativa no sentido de aperfeiçoar tecnicamente os novos agentes do desenvolvimento e articular a pesquisa e desenvolvimento com apoio de recursos financeiros advindos de agência de fomento nacional e internacional e a assessoria de organizações não governamentais.

4.3 A MOBILIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS PARA A CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DE AFIRMAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DO ESTADO DO PARÁ

Na década de 1970, iniciaram as primeiras mobilizações dos trabalhadores rurais com o apoio e assessoria de entidades não governamentais, particularmente da Igreja Católica, para a organização da oposição sindical no Estado do Pará. Observa-se a constituição de uma rede sócio-política, cujos maiores êxitos foram o conjunto de vitórias, ocorridas gradativamente, na direção dos STR e em sindicatos urbanos. Tratava-se de uma ação política contra os dirigentes sindicais pelegos, atrelados ao Estado autoritário, na perspectiva de reestruturar e fortalecer o movimento sindical. Em 1980, ocorreu a primeira vitória do MSTR no STR de Oeiras do Pará no Baixo Tocantins e depois se sucederam outras vitórias importantes. Em 1987, concretizou-se a vitória na entidade máxima de representação estadual dos trabalhadores rurais, a FETAGRI⁹⁷. Grosso modo, há o registro de vários núcleos de mobilização no território paraense como: Baixo Amazonas (polarizado em Santarém), Baixo Tocantins (polarizado em Cametá e Abaetetuba); Bragantina (polarizado em Bragança), Transamazônica (polarizado em Medicilândia, Placas e Uruará), Marajó (polarizado em Gurupá) e Sul e Sudeste do Pará (Polarizado em Marabá).

Tal fato se expressou na organização de uma rede social de articulação do MSTR no Estado do Pará, na qual foi fundamental a difusão da experiência do movimento de oposição sindical dos trabalhadores rurais de Santarém (Baixo Amazonas) e da Transamazônica, fruto da articulação da Igreja católica e outras entidades de assessoria, em vários municípios

97 Naquele momento, configurou-se algo inusitado na composição do sindicalismo liderado pela CUT no Pará, a despeito da condição urbano-industrial da trajetória sindical do centro-sul do país. Segundo Guerra (1999a) havia grande presença de sindicatos de trabalhadores rurais na CUT-Pará. Nesse sentido, o forte contexto rural da Amazônia brasileira, na década de 1980, marcou a estrutura sindical paraense e forjou novas lideranças, cuja participação e contribuição foram importantes na construção das diretrizes e conteúdo programático do movimento sindical brasileiro, inclusive essas lideranças assumiram posições de destaque na direção da CUT-Nacional e da CONTAG.

paraenses (MONTEIRO, 1996, GUERRA, 1999b, DIAS, 2009, FALEIRO, 2009). Segundo Leroy (1991) o processo de organização sindical ou organização sindical participativa foi fundamental para dar um caráter de consciência de classe aos trabalhadores rurais, assim como suas articulações com outros movimentos e regiões do Estado do Pará e de outros estados do Brasil, pois, de certa forma, as condições do processo histórico e o uso e ocupação das terras eram semelhantes.

Contudo, segundo Leroy (1991, p. 68): “Tudo isso poderia ter-se perdido uma vez garantida a terra se não estivesse articulado a uma proposta de organização sindical participativa”. Naquele momento, as observações do autor se referiam ao MSTR de Santarém, no entanto, torna-se pertinente como elemento comparativo da luta política e sindical desenvolvida nos demais espaços sub-regionais do Estado do Pará, como o Baixo Tocantins, a região Bragantina, a Transamazônica e outras. Na verdade, esses seriam os indícios da preocupação com a fragilidade da “consciência política” dos trabalhadores rurais, ou seja, todas essas mobilizações sociais não poderiam se diluir em movimentos espontâneos e efêmeros, principalmente devido à complexidade da nova pauta de reivindicação e a capacidade de dar respostas concretas às novas demandas oriundas do reordenamento produtivo e da amplitude da escala de produção que emergiram, a partir dos anos de 1990, com o acesso ao crédito, e conseqüentemente, com a diversificação da produção no âmbito da agricultura familiar.

O intercâmbio estadual, regional, nacional proporcionou para as lideranças do movimento social do campo do Estado do Pará vivenciar experiências diferenciadas, no entanto, com um eixo comum centrado na construção de um projeto de desenvolvimento econômico e social capaz de criar uma estratégia global de política agrícola e reforma agrária na Amazônia para os trabalhadores rurais. No entanto, apesar dos esforços de articulação social e política havia muitas dificuldades na transição entre o ciclo da oposição sindical e o novo ciclo do discurso afirmativo em relação ao envolvimento mais sistemático da base sindical com as bandeiras gerais de luta.

Segundo, Monteiro (1996, p. 20): “As estratégias gerais, na maioria dos casos, não se constituíam em elementos cotidianos da organização”, portanto, havia o distanciamento entre a visão estratégica nacional do MSTR e a visão local ou do cotidiano, porque “[...] muitas vezes, não se traduziam nas estratégias locais de luta. [...] não havia ainda uma consolidação de projeto para a agricultura alternativa ao projeto reinante” (MONTEIRO, 1996, p. 20). Assim, no final dos anos de 1980, o MSTR enfrentou sua primeira crise e superá-la exigiu ultrapassar os limites da luta social do campo e se articular com outros segmentos para

ampliar seu arco de aliança e transformar sua mobilização em lutas para além do localismo e do corporativismo (TURA, 2000b, FALEIRO, 2009). No Baixo Tocantins, no início da década de 1990 o esgotamento da luta sindical rural se traduz na conjuntura econômica e social altamente desfavorável para os trabalhadores rurais e urbanos nos anos de 1980, pois a crise dos engenhos de açúcar, a queda dos preços da pimenta-do-reino e o avanço do extrativismo do palmito provocaram o acirramento das condições de subordinação do trabalho e aprofundava as desigualdades sociais (MITSCHHEIN; MIRANDA; PARAENSE, 1991).

Em síntese, esse seria o marco da transição entre o ciclo das oposições (motivação político-ideológica) e o novo ciclo do discurso afirmativo, conforme tendência apresentada por estudos de Monteiro (1996) sobre a Transamazônica, Guerra (1999b) sobre a região de Sudeste do Pará, Dias (2009) sobre o Baixo Amazonas e a análise de Moraes (2011) sobre a ação das organizações não governamentais no Estado do Pará, particularmente a ação da FASE-Amazônia, e os traços dessa mobilização social no Baixo Tocantins, foco deste estudo.

Nos anos de 1990, o MSTR assumiu o protagonismo da luta, em conjunto com as entidades de assessoria e apoio. Isso resultou em grandes mobilizações de caráter estadual e regional como os Gritos do Campo⁹⁸. Esse evento serviu de aglutinador das mobilizações sindicais e difundiu para a sociedade regional e nacional as principais problemáticas que envolviam a agricultura familiar como: a dificuldade de acesso ou praticamente ausência de crédito para este segmento; a desestruturação dos órgãos de assistência técnica rural; as condições de pobreza no campo e outras mais.

4.4 POLÍTICAS DE INDUÇÃO AO ASSOCIATIVISMO E AO COOPERATIVISMO NO ESTADO DO PARÁ

As ações de fomento ao associativismo são difundidas, principalmente nas áreas rurais, com o objetivo de promover um processo de organização social, produtiva e de combate à pobreza rural com base em princípios de descentralização, participação e ênfase no

98 Os eventos de mobilização do MSTR partiram de uma articulação estadual, e até microrregional (Transamazônica), e ganharam dimensão regional e nacional. Isso resultou em várias manifestações em prol do projeto de desenvolvimento da agricultura familiar como: 1º Grito do Campo, em 1991, resultado do combate à violência no campo paraense e início da luta pela democratização do crédito para o desenvolvimento regional; 2º Grito do Campo, em 1991, criou uma mesa de negociação com o BASA e pressionou para a criação do FNO-Urgente; 3º Grito do Campo, em 1992, consolidou a ampliação do FNO-Urgente para toda a região Norte; Gritos dos Povos da Amazônia, em 1993, amplia a articulação do MSTR com as populações amazônicas ou a diversidade dos atores sociais do campo. Isso fortaleceu a bandeira da cidadania e do desenvolvimento e promoveu a criação do FNO-Especial; Grito da Terra Brasil, em 1994, com articulação nacional da CONTAG, CUT, CNBB, FASE e outras organizações (TURA, 2000b).

desenvolvimento local (MANESCHY; MAIA; CONCEIÇÃO, 2008). Esse tem sido o discurso das agências de desenvolvimento regional, agências multilaterais, organizações governamentais de âmbito nacional e internacional e por órgãos governamentais de assistência técnica rural, crédito e qualificação profissional. Na Amazônia, a partir da década de 1960, houve as primeiras políticas de indução de projetos de cooperativas de produção como parte de uma estratégia da ação desenvolvimentista e como mecanismo de fixação de populações nas áreas rurais de colonização tradicional e de colonização recente.

A partir da revisão documental, foram identificadas pelo menos seis (6) estratégias de fomento ao associativismo no Estado do Pará. A primeira estratégia, composta de dois projetos, corresponde a uma tentativa governamental de recuperação da credibilidade do sistema cooperativista instalado nos anos de 1960, equivocadamente centrada em aspectos gerenciais. Estes projetos têm em comum a orientação da tecnocracia do Estado autoritário e são apresentados por duas instituições federais de grande importância na política de desenvolvimento regional e na política fundiária e de colonização na região. Trata-se do Programa de Desenvolvimento do Cooperativismo no Estado do Pará (PRODECO) de 1970 (BRASIL, 1970), sob o comando da SUDAM⁹⁹, e o Plano de Cooperativismo do Estado do Pará coordenado pelo INCRA¹⁰⁰, em 1975 (INCRA, 1975).

Grosso modo, os dois projetos partiam de um diagnóstico que identificava uma situação de crise generalizada nas cooperativas de produção como: inadimplência; ausência de titulação da terra; linhas de crédito inadequadas; desconhecimento sobre o cooperativismo; e outros problemas de gestão (BRASIL, 1970, INCRA, 1975). O objetivo central desses dois projetos é o aprimoramento da gestão dos empreendimentos cooperativistas, onde não há

99 Em 1970, a SUDAM apresentou uma proposta denominada PRODECO, em conjunto com vários órgãos governamentais (INCRA, ACAR-Pará, IDESP, BASA, SAGRI) e a organização não governamental Voluntários da Paz. Segundo o projeto do PRODECO, o objetivo era conscientizar as comunidades rurais para a importância do associativismo e recuperar sua credibilidade, pois era considerada uma ação voltada para o progresso econômico e social, contudo, enfrentava dificuldades para sua consolidação, conforme diagnóstico do estudo técnico da SUDAM. Identifica-se a atuação da organização não governamental Voluntários da Paz como uma assessoria técnica de apoio à organização de cooperativas no Estado do Pará com financiamento do BASA. Essa ONG assumiria a coordenação das ações do PRODECO no acompanhamento de três cooperativas previamente selecionadas: Cooperativa Agrícola Mista de Santa Isabel do Pará; Cooperativa Agropecuária do Alto Guamá; Cooperativa Mista Bragantina LTDA (BRASIL, 1970).

100 Em 1975, o INCRA elaborou o Plano de Cooperativismo do Estado do Pará com o apoio do governo estadual e outros órgãos governamentais e entidades como a SAGRI, SUDAM, IDESP, a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), BASA, Banco do Brasil, Banco Nacional de Crédito Cooperativista (BNCC), Associação de Crédito e Assistência Rural do Pará (ACAR-PA) e a Organização Cooperativista do Estado do Pará (OCEPA). Havia um diagnóstico que identificava a existência de trinta e nove (39) cooperativas distribuídas em vinte e cinco (25) municípios do Estado do Pará, por isso, a proposta do projeto visa atender dezoito (18) cooperativas por meio da: assistência técnica administrativa e contábil; capacitação de pessoal; elaboração de programas e projetos; promoção e difusão do cooperativismo; normatização, controle e fiscalização (INCRA, 1975).

nenhuma referência à incorporação de processos tecnológicos na produção e aspectos relacionados à comercialização e distribuição. Outro elemento importante se refere à ausência de processos participativos e o conteúdo doutrinário e tecnocrático, algo característico das ações governamentais de desenvolvimento regional na fase da modernização conservadora. Isso confirma a difusão de um modelo cooperativista altamente dependente do Estado, ou seja, sem autonomia e distante dos princípios cooperativistas, mesmo aqueles defendidos pelo cooperativismo tradicional.

As outras cinco estratégias estão circunscritas ao contexto da problemática ambiental e do combate à pobreza rural dos anos de 1990 e 2000, mas possuem projetos políticos e comandos diferenciados. Tratando-se assim das seguintes experiências: as Cooperativas do Projeto de Execução Descentralizadas (COOPED) de 1996, mas executado efetivamente a partir de 1998; e, Projeto de Valorização das Frutas Regionais pelas Organizações Camponesas: uma alternativa ecológica ao desenvolvimento amazônico (Projeto FASE-Amazônia/ADRAI), cuja primeira versão é de 1993, mas somente aprovado em 1997; o Projeto Alternativo de Cooperativismo¹⁰¹ (PAC) estimulado pela Cáritas Brasileira na década de 1980 e revitalizado entre 1995 e 2000; e a ação das empresas privadas do setor minero-metalúrgico e agroindustrial com projetos de responsabilidade social.

101 No início da década de 1980, a Cáritas Brasileira começou a estimular iniciativas de geração de trabalho e renda e experiências comunitárias de caráter associativistas e comunitário no Brasil. Os fundamentos dos PAC se referem a “[...] a busca de alternativa de sobrevivência a partir de atividades produtivas e de consumo na perspectiva de organização de grupos que, solidariamente, perseguem sua autonomia e dignidade e lutam contra a dependência criada pelo assistencialismo” (BERTUCCI; SILVA, 2003, p. 13). O contexto da primeira etapa dos PAC era a contraposição ao regime político brasileiro e uma ação social na busca de melhorias das condições de vida em face da crise econômica e social dos anos de 1980 no país. Na década de 1990, os PAC assumiram outra metodologia de intervenção e foram identificados quatro tipologias dos projetos apoiados: projetos produtivos; projetos de prestação de serviços; projeto de apoio aos movimentos populares; projetos de apoio à ação sindical. Entre 1995 e 2000, definiram-se novos instrumentos de intervenção a partir da construção de diagnósticos participativos e planos de desenvolvimento local. Isso influenciou a estrutura dos projetos que assumiram um caráter mais econômico (projetos produtivos) e se adequaram às exigências apresentadas pelas organizações não governamentais internacionais financiadoras dos projetos (cooperação internacional). Há o registro de 1004 projetos apoiados com 57 mil pessoas beneficiadas, entre 1995-2000, com abrangência nas regionais do Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte (Regional Nordeste II), Bahia, Sergipe (Regional Nordeste III), Pará (Norte I), Piauí, Rio Grande do Sul (BERTUCCI; SILVA, 2003). No Estado do Pará a ação da Cáritas Regional Norte I seria mais presente na Prelazia de Cametá, na Diocese de Abaetetuba e na Arquidiocese de Belém, inclusive as duas primeiras situadas no território da cidadania do Baixo Tocantins. A partir de 1996, a Regional Norte I da Cáritas Brasileiras redefiniu sua atuação com o programa de Cooperativismo Alternativo – apoio à agricultura familiar e iniciou um processo de apoio e assessoria técnica e financiamento das experiências comunitárias, associativistas e cooperativista. Dentre as organizações que receberam apoio da Cáritas, o maior destaque é a Cooperativa Agrícola de Resistência do Tocantins (CART) com sede no município de Cametá na região do Baixo Tocantins. Trata-se de uma cooperativa de comercialização fundada em 1995, resultante da articulação entre a Prelazia de Cametá, Cáritas Regional Norte I e o STR de Cametá com origem na primeira organização coletiva de Cametá criada em 1990, a Associação Casa do Lavrador (MONTEIRO, 1996). Atualmente, a CART atua na produção e comercializar produtos da agricultura familiar, com o açaí, no plantio da mandioca (*Manihot utilíssima*), na fabricação da farinha, na plantação de cacau (*Theobroma grandiflorum*), e na comercialização de sementes oleaginosas para o mercado de produtos cosméticos e medicinais com a oferta do produto para empresa como a Natura.

Essas cinco experiências foram identificadas, entre 2001 e 2002, por meio das atividades de campo do projeto de pesquisa e extensão universitária sobre associativismo e cooperativismo no Estado do Pará desenvolvido na UFPA. Elas possuem em comum o direcionamento de parte de suas ações de fomento ao associativismo para o Baixo Tocantins. No caso dos complexos industriais minero-metalúrgicos e agroindústrias as ações não possuem uma dimensão estadual, mas apenas microrregional. Ao longo da pesquisa, percebeu-se a existência de pontos comuns entre as três primeiras estratégias (COOPED, Projeto FASE-Amazônia/ADRAI e PAC), no que diz respeito aos seus obstáculos e fracassos. Geralmente, as grandes dificuldades enfrentadas pelas cooperativas de produção e associações de produtores rurais estão relacionadas ao processo de gestão e de educação cooperativista.

Outro aspecto comum é o fato de serem resultantes de fomento de ações de entidades não governamentais, em alguns casos com apoio das ações de cooperação internacional. No entanto, a concepção das COOPED¹⁰² e das experiências associativista fomentadas pelas empresas do complexo minero-metalúrgico e agroindústrias possuem uma formatação muito semelhante às propostas executadas pelas agências de desenvolvimento regional nos anos de 1960, pois defendem a visão do cooperativismo tradicional. Geralmente há forte influência da doutrina cooperativista difundida pela OCB e pelo Sindicato Patronal Organização das Cooperativas do Brasil¹⁰³ (OCB-PA), com o apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP-PA) e SEBRAE. Nas duas últimas décadas, a tríade OCB/SESCOOP/SEBRAE esteve envolvida com a proliferação de cooperativas de trabalho e

102 Em 1996, iniciaram as primeiras discussões sobre o projeto das COOPED. A articulação envolvia o Governo do Estado do Pará por meio da Secretaria de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM), as prefeituras municipais e recebia financiamento do Banco Mundial. Segundo informações obtidas por meio de entrevistas foram instalados pelos menos 12 cooperativas de execução descentralizada no Estado do Pará. A origem do projeto diz respeito ao desdobramento de uma ação financiada pelo Banco Mundial de recuperação de áreas degradadas, portanto, seguia a orientação da onda preservacionista das agências multilaterais e do Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG-7). Essa ação envolvia comunidades rurais e deveria ter suas atividades desenvolvidas em parceria com as prefeituras municipais. Contudo, surgiram várias dificuldades no campo político e isso gerou obstáculos para avançar na execução do projeto, principalmente, na etapa planejada de organização de agroindústrias. Inicialmente, havia uma indefinição sobre qual deveria ser o formato jurídico do projeto de agroindústria. Assim, foram convidados para participar da execução do projeto organizações como OCB-PA, SESCOOP-PA e SEBRAE. As duas primeiras entidades influenciaram na opção pela organização de cooperativas de produção (agroindústria familiar).

103 Há quatro décadas, originou-se o Sistema Cooperativista do Estado do Pará, por meio da Organização das Cooperativas do Estado do Pará (OCEPA), criada em 1973, logo depois em 2001 foi transformada em Sindicato e Organização das Cooperativas do Pará (OCB-PA). Em 1999, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado do Pará (SESCOOP-PA) para atender as demandas de formação e qualificação profissional no âmbito do cooperativismo. Atualmente, no estado do Pará estão em operação 238 cooperativas, sendo: 31,9% do ramo agropecuário; 1,7% do ramo de consumo; 13% do ramo de crédito; 14,3% do ramo de trabalho; 2,1% do ramo mineral; 7,1% do ramo de produção; 3,4% do ramo de saúde; 1,7% do ramo educacional; 24,4% do ramo de transporte; e, 0,4% do ramo habitacional. Em relação ao número de associados a representação de cada ramo é respectivamente, 9%, 1,3%, 16,9%, 3,4%, 59,6%, 0,7%, 2,9%, 1,1%, 3,6%, e 1,5% (PITCPES, 2011).

de produção no Estado do Pará. Não há estudos conclusivos sobre as ações dessas três entidades, contudo, é possível indicar algumas informações sobre o desempenho da OCB-PA. No início dos anos 2000, segundo dados obtidos junto ao sistema cooperativista do Estado do Pará, havia pelos menos 600 cooperativas filiadas a OCB-PA. Hoje, esse número não ultrapassa 238 cooperativas, com uma redução significativa no número de cooperativas de trabalho nos últimos cinco anos.

No caso das experiências associativistas fomentadas pelas empresas industriais e agroindustriais¹⁰⁴ no Baixo Tocantins correspondem a uma estratégia de ação institucional de responsabilidade social e produção sustentável (parceira empresa, setor público e comunidade). Contudo, nem sempre as cooperativas de produção e de trabalho e as associações de produtores incentivadas pelas empresas minero-metalúrgicas e pelas empresas agroindustriais são representação de autonomia dos trabalhadores cooperados. Segundo Santos (2002, p. 197),

[...] a idéia de emancipação [...] é informada restritivamente por uma dimensão essencialmente política. Refere-se, precisamente, às chances de as classes subalternas e os grupos sociais mais pobres, a partir de diferentes identidades, construir, de forma autônoma, suas diversas formas de associação e representação de interesses, e mais relevante, adentrarem o campo das disputas políticas e aí exercerem seu direito legítimo de defender reivindicações próprias e buscar materializar suas demandas, sem o risco de eliminação ou constrangimentos politicamente ilegítimos materializados por grupos sociais adversários.

Nesse sentido, as ações comunitárias e associativistas estimuladas pela empresas privadas assume muito mais um viés assistencialista, de tutela e oportunista. Essa situação gera uma noção restrita de emancipação e se torna um obstáculo para a possibilidade de transformação social e rupturas sistêmicas (SANTOS, 2002). Na verdade, são projetos centrados na gestão da força de trabalho e com um discurso de combate à pobreza rural e

104 Várias ações de constituição de organizações associativistas e cooperativistas tradicionais foram estimuladas pelas empresas de beneficiamento de minerais metálicos e não metálicos e pelas empresas agropecuárias no território rural do Baixo Tocantins. São projetos de responsabilidade social assumidos pelas empresas na primeira década do século XX. Destacam-se: a empresa ALBRAS possui os projetos “Nosso Lixo tem Futuro”, “Programa de Agricultura Familiar Mecanizada”, “Centro de Desenvolvimento Comunitário”, “Reciclagem e Aproveitamento”, “Informática e Cidadania”, “Cooperativas de Trabalho” (RESPONSABILIDADE, 2010); a ALNORTE desenvolve os projetos “Cooperativa de Extrativismo e Desenvolvimento Agrícola de Barcarena”, “Plasticultura”, “Projeto Água Verde”, “Cooperativa de Cultura e Moda de Barcarena”, Cooperativa de Pesca de Vila do Conde” (RESPONSABILIDADE, 2009); a empresa Imerys Pará Pigmentos S.A mantém oito projetos sociais como, “Projeto Corte de Costura”, “Projeto Geração de Renda – Pesca Artesanal”, “Programa de Geração de Renda – Ipixuna” (SOBRE NÓS, 2009); e, a AGROPALMA S.A atuante na produção de óleo de palma, possui um projeto com 185 famílias de agricultores familiares associados a cultura da palma (RESPONSABILIDADE, 2009). No caso da AGROPALMA S.A, há um projeto com agricultores familiares voltado para a produção de biodiesel, em parceria com o governo federal e estadual. Portanto, com o objetivo de estimular a criação de organizações associativistas para integrá-las à produção ou apresentá-las como resultado de uma política de responsabilidade social e ambiental.

contribuição ao desenvolvimento local. As empresas industriais e agroindustriais do Baixo Tocantins que atuam com ações de responsabilidade social, ambiental e fomento ao associativismo estão incrustadas em dois territórios (território agroindustrial e território minero-metalúrgico). Esses dois territórios ou células são considerados enclaves econômicos. Ora, isso compromete bastante qualquer possibilidade das “ações sociais” dessas empresas obterem resultados de desenvolvimento territorial sustentável.

De todo modo, neste momento, o objetivo é apresentar de maneira breve algumas informações gerais sobre essas políticas de fomento ao associativismo no Estado do Pará. Melhor dizendo, destacar suas origens, a partir dos anos de 1960, com a política desenvolvimentista autoritária e sua reconfiguração nos anos de 1990 e 2000, principalmente com o papel de protagonismo assumido pelo MSTR e pelas ONG. O fundamental é enfatizar os pontos comuns identificados nessas experiências de fomento ao associativismo. Na maioria das vezes, eles são de cunho institucional, organizacional, gerencial e relacionado à formação cooperativista. Conclui-se que o enfoque na profissionalização e na inserção em mercados dinâmicos assume relevância nas orientações técnicas dos gestores dos organismos governamentais, dos organismos não governamentais e das empresas privadas envolvidas com essas experiências associativistas.

4.4.1 A Concepção e as Estratégias das Experiências Cooperativistas no Estado do Pará

Em termos comparativos, foi possível observar em outras regiões do Estado do Pará, por exemplo, na região da Transamazônica, na região do Baixo Amazonas e na região do Tapajós grande resistência à temática do associativismo e do cooperativismo. Em parte, essa situação poderia ser resultado das experiências negativas como a indução de associações de produtores rurais criada com fim de atender as demandas de acesso ao FNO, na década de 90 (MANESCHY; MAIA; CONCEIÇÃO, 2008). Isso também aconteceu no Baixo Tocantins, porém se observa a constituição de uma rede de desenvolvimento rural mais consistente e envolvida com as discussões sobre o desenvolvimento territorial rural sustentável, mesmo que isso não seja uma característica em todos os municípios, mas há um esforço das lideranças do MSTR em ampliar suas articulações no território.

Ao definir uma estratégia político-sócio-produtiva o MSTR, as organizações governamentais e as ONG provocaram alterações na forma de organização social e econômica dos trabalhadores rurais do Baixo Tocantins. Contudo, isso ainda não é suficiente para superar

as debilidades técnicas e atender às novas demandas para a construção do “projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável” ou a afirmação da importância econômica, social e ambiental da agricultura familiar na Amazônia. No ambiente dos órgãos governamentais responsáveis pela assistência técnica rural e pelo fomento ao desenvolvimento regional a conjuntura não é muito diferente e, às vezes muito mais complexa. Em alguns casos, envolve fragilidade técnica, mas o problema mais grave é o descompromisso e a forte resistência ao projeto alternativo da agricultura familiar. Esse contexto exige das lideranças sindicais maiores compromissos e a responsabilidade com uma contribuição técnica compatível com a realidade do sistema produtivo familiar.

Assim, na segunda metade dos anos de 1990 se iniciou a elaboração de planos de desenvolvimento alternativos com o objetivo de superar as fragilidades da ação estatal no Pará e ampliar a articulação do MSTR para uma pauta relacionada aos aspectos econômicos, sociais e ambientais. Observa-se que uma das estratégias do próprio MSTR para garantir maior autonomia na relação de parceria com a ONG e com as entidades governamentais foi criar fundações e institutos sob a coordenação das próprias lideranças do MSTR. Isso é representativo de novas institucionalidades e novos processos organizativos na ação de fortalecimento da agricultura familiar no Estado do Pará. Um bom exemplo dessas iniciativas é o Plano de Desenvolvimento do Baixo Amazonas (Anexo G), cuja perspectiva é atuar em vários campos como educação, produção agrícola, infraestrutura, cultura, comunicação e outras (DIAS, 2009). Ora, esse diagnóstico confirma a ausência do Estado, em suas esferas governamentais, na execução de políticas econômicas e sociais, principalmente, em uma década marcada pelo avanço da política social-liberal no Brasil (BOITO, 1999, PAULANI, 2008).

Houve outras propostas de plano de desenvolvimento alternativo como na região da Transamazônica, sob a liderança do Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST), inclusive esta proposta influenciou os demais planos ou projetos de desenvolvimento, como a proposta do Baixo Amazonas e o plano do MODERT no Baixo Tocantins. Assim, a nova conjuntura política exigiu do MSTR novas articulações institucionais, assim como, mudanças organizacionais visando constituir novos instrumentais técnicos de intervenção na produção capazes de facilitar o acesso para “mercados de qualidade superior” (WILKINSON, 2003). Além disso, havia o desafio de sensibilizar as instituições de ensino superior e os institutos de pesquisa regional, nacional e internacional para o fomento e estímulo à pesquisa aplicada ou o desenvolvimento de tecnologia adaptada ao sistema produtivo da agricultura familiar.

De todo modo, convém destacar a concepção apresentada nas várias iniciativas de práticas associativistas no território paraense sobre a liderança do MSTR, e o apoio e assessoria de várias organizações não governamentais¹⁰⁵. Segundo Wilkinson (2003), havia uma preocupação em incorporar valor agregado aos produtos da agricultura familiar ou aos sistemas agroalimentares (REQUIER-DESJARDINS, 1999). Isso permitiria atender algumas demandas de nichos de mercado (produtos orgânicos; produtos agroecológicos) e o mercado institucional por meio do fornecimento de produtos para a merenda escolar. No entanto, a reduzida escala de produção dos projetos econômicos muitas vezes se restringia à escala da “cozinha da família rural” ou a cozinha comunitária (MIOR, 2007). Dessa forma, não conseguiam atender aos objetivos de um projeto de desenvolvimento local e regional mais amplo, pois isso implicaria em questões relacionadas à geração de trabalho e renda, avaliações dos sistemas de produção agroextrativista instalado e estímulo aos estudos e pesquisas sobre padrões tecnológicos apropriados para o processo de beneficiamento e potencial de mercado dos produtos da agricultura familiar paraense.

Identifica-se a partir da revisão da literatura a existência de várias instituições e organizações que participaram e ainda participam do arranjo institucional de apoio e assessoria ao projeto de desenvolvimento da agricultura familiar do Estado do Pará (Anexo H). As características principais desse arranjo institucional são a diversidade e complexidade organizacional e institucional. Observa-se também a grande participação de órgãos não governamentais estrangeiros, principalmente aqueles vinculados a entidades católicas e a cooperação internacional. O contexto da expansão das entidades não governamentais em regiões como a Amazônia advém do estímulo a programas de cooperação para o desenvolvimento, ao longo dos anos de 1960 e 1970, pelas agências multilaterais (AQUINO, 2003).

Isso mantém a tradição de articulação da Amazônia com o cenário nacional e internacional, principalmente a partir dos anos de 1990 com a onda ambientalista. Isso fortaleceu o simbolismo dos organismos não governamentais como experiências de militância na defesa do meio ambiente e do direito social das minorias (AQUINO, 2003). Essa trajetória do avanço das organizações não governamentais, particularmente na defesa dos direitos sociais e pautadas no fortalecimento das experiências comunitárias, havia se iniciado em meados da década de 1960. Naquele tempo, alguns segmentos da Igreja Católica assumiram

105 Guerra (1999b) trata do arranjo institucional que proporcionou uma aliança entre pesquisadores e sindicalistas e resultou no apoio à pesquisa e ao projeto de desenvolvimento da agricultura familiar no Estado do Pará, a partir da experiência do CAT na região de Marabá com o Laboratório Sócio- Agrônomo do Tocantins (LASAT) e em Altamira com o Laboratório Agroecológico da Transamazônica (LAET).

os preceitos da Teologia da Libertação, a “preferência pelos pobres”, pós Concílio Vaticano II (1962-1965) e pós Conferência Episcopal de Medellín (1968). No Brasil, as mudanças nas estruturas da Igreja Católica foram graduais e diferenciadas. As primeiras ações das CEB no Pará eram assistencialistas, orientavam sobre técnicas agrícolas e, também, havia algumas práticas de apoio ao crédito informal¹⁰⁶.

Na segunda metade dos anos de 1970, a ação da igreja na Amazônia será politizada, pois assumia o objetivo de fortalecimento da organização sindical dos trabalhadores rurais (HÉBETTE, 2004a). Isso ficará mais bem definido a partir de 1972, com os encontros inter-regionais nas cidades de Santarém no Estado do Pará (1972) e Manaus no Estado do Amazonas (1974), pois foram constituídas as diretrizes organizacionais de criação das pastorais cristãs, do Movimento de Educação de Base e das CEB (SOUSA, 2000). Entre 1964 e 1985, a primeira etapa ou “fase de resistência” é marcada pela forte repressão e violência do regime militar contras as organizações sindicais e as representações do movimento popular. Intensificaram-se os conflitos agrários e houve o abandono dos projetos de colonização pelo governo federal nas áreas de fronteira (FALEIRO, 2009).

Isso atraiu várias entidades de assessoria e apoio, além de representantes de organizações de esquerda clandestina. Havia uma convergência de forças para oferecer assessoria ao movimento popular, porque as ONG,

[...] articulam-se em torno de idéias como liberdade, democracia e justiça social; referenciam-se numa base teórica resultante da combinação de concepções marxistas com a Teologia da libertação e a idéias de Paulo Freire. Projetam suas estratégias e ações na condição de coadjuvantes, visando contribuir no processo organizativo da sociedade com vistas a uma conformação de caráter democrático e igualitário, terão forte incidência sobre os processos de organização e formação política dos movimentos sociais populares e sindicais, e grande parte de sua sobrevivência financeira garantida pelo estabelecimento de redes de cooperação com entidades internacionais (MORAES, 2011, p. 77)

Efetivamente, o papel de coadjuvante na luta política e na formação educacional assumida pelas ONG e pelos partidos de esquerda clandestinos “[...] explicava-se não somente pela conjuntura autoritária que se vivia, devia-se a uma perspectiva ideológica que creditava o papel de protagonista a grupos e movimentos populares, organicamente vinculados às classes trabalhadoras” (MORAES, 2011, p. 75). Essa característica de atuação das organizações não governamentais foi sendo alterada, pois essa concepção fazia parte de uma conjuntura política

106 Segundo Sousa (2000), a Prelazia de Cametá implantou a primeira Comunidade Cristã (CC) do Estado do Pará, em 1969.

de exceção e extremamente violenta contra as lideranças dos movimentos populares urbanos e rurais. Na segunda metade dos anos de 1980, inicia-se de maneira mais efetiva o processo de abertura política no Brasil, e isso favoreceu a mudança de postura dos organismos não governamentais e da militância de esquerda. Eles se tornaram protagonistas na luta política pela redemocratização e formulação de políticas públicas sociais (AQUINO, 2003, MORAES, 2011).

Ora, a nova conjuntura do país com a abertura política deveria servir de sustentação para a consolidação das vitórias do MSTR nos STR. Isso possibilitaria a criação de novas lideranças sindicais e políticas e, ainda, de ampliar o arco de articulação do movimento social do campo com o conjunto da sociedade urbana e rural. No entanto, a trajetória política do MSTR revela o esgotamento da luta sindical na fase final dos anos de 1980. Em alguns espaços sub-regionais, isso culminou com o esvaziamento dos STR. Por conseguinte, surgiram novos desafios no campo organizativo, principalmente no que dizia respeito às bandeiras de luta e à identidade do movimento social do campo. Conseqüentemente influenciou na redefinição do papel e função das ONG e das novas estratégias de articulações com os organismos governamentais, principalmente, aqueles vinculados a pesquisa agrônômica, pesquisa socioeconômica e estudos sobre tecnologia adaptadas ou mesmo experiências no âmbito da tecnologia convencional.

No geral, esse quadro é comum aos vários ambientes da luta sindical do campo no Pará. Contudo, na década de 1990, emergem dois novos elementos que serão fundamentais para redirecionar a luta sindical dos trabalhadores rurais no Estado do Pará: primeiro, a questão ambiental passa a ser uma das bases do projeto de desenvolvimento da agricultura familiar paraense nas discussões sobre o ordenamento do uso sustentável dos recursos naturais; segundo, a luta pelo acesso ao crédito agrícola ou “luta pela democratização do acesso ao FNO” (MONTEIRO, 1996). Esses elementos criaram novas modalidades do processo político, organizativo e econômico, particularmente na redefinição de um novo reordenamento produtivo, com prioridade para o acesso ao crédito agrícola, e resultou em uma política de indução das práticas organizacionais associativistas.

4.4.2 Crédito Rural e Associativismo na Amazônia Oriental

Nos anos de 1990, a luta pela democratização e desburocratização do crédito rural se tornará um dos marcos do processo de mobilização e articulação do MSTR na Amazônia

(TURA, 2000b). Segundo Costa (2000c), os “Gritos” deram voz aos sujeitos do campo e proporcionaram o fortalecimento da mobilização social do campo com desdobramentos de âmbito nacional. Isso foi fundamental para promover a diferenciação nas normas de acesso ao crédito e atender a uma nova categoria denominada de associações de “mini e pequeno produtor”. Assim, inaugurou-se mais uma fase de indução do associativismo no Estado do Pará, por meio do FNO¹⁰⁷ cuja origem está presente na Constituição Federal de 1988. À medida que a luta política avançava, houve a redefinição de novos instrumentos de financiamento com o objetivo de garantir agilidade e facilitar o acesso ao crédito para os trabalhadores rurais. Assim, naquele momento, foram criadas modalidades como o FNO-Urgente (1991) e depois pelo FNO-Especial (1993). Por fim, a articulação nacional será decisiva para pressionar o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso na elaboração do Programa de Apoio e PRONAF, a partir de 1995, e no direcionamento pós 2003, no governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, com o novo PRONAF, a partir de 2004 (BUAINAIN, 2006).

Segundo Sousa (2000), o crédito rural assumiu relevância nessa nova configuração do movimento social do campo no Estado do Pará, pois “o fato de se ter estabelecido o FNO como móvel principal das lutas camponesas no Pará e por toda a região Norte parece ter imprimido uma nova unidade ao movimento camponês”. (SOUSA, 2000, p. 15). Na mesma direção Tura (2000, p. 315) vai mais além e conclui que “[...] pode-se afirmar que o acesso de produtores rurais familiares ao crédito, por meio do FNO-Especial, tem-se constituído [...] como um dos principais elementos propulsores de mudanças no cenário rural”. Em outro sentido, houve resultados econômicos positivos consideráveis, mas no sentido da organização social provocou a indução da “associação legal” (MANESCHY; MAIA; CONCEIÇÃO, 2008).

107 Regulamentado pela Lei 7.827/89 o FNO possui receitas originárias do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Em 1998, havia treze programas de financiamento do FNO: Programa de Apoio à Pequena Produção Rural Organizada (PRORURAL); Programa de Apoio à Reforma Agrária (PROCERA); PRODEX; PRONAF; Programa de Apoio às Microempresas Agroindustriais e Industriais (PROMICRO); Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura (PRODAGRI); Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Pecuária (PRODEPEC); Programa de Desenvolvimento da Agroindústria (PROAGRIN); Programa de Desenvolvimento Industrial (PRODESIN); Programa de Apoio ao Turismo Convencional (PROGETUR); Programa de Apoio à Preservação e Sustentação do Meio Ambiente (PROSUMAM); Programa de Desenvolvimento do Eco-Turismo Regional (PRODETUR); e, Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica (PROCATEC) (TURA, 2000a). Em 2009, a partir da visão estratégica (2009\2012) o BASA tem a missão de “Criar soluções para que a Amazônia atinja patamares inéditos de desenvolvimento sustentável a partir do empreendedorismo consciente” (BASA, 2009), observa-se no plano a reestruturação e o enxugamento dos instrumentos econômico-financeiros do FNO e sua adequação para quatro programas: FNO-PRONAF; FNO-Amazônia Sustentável; FNO-Biodiversidade.

Outras abordagens defendem a perspectiva de que o FNO se transformou “[...] em um mecanismo legítimo de desenvolvimento sustentável” (COSTA, 2000c, p. 363). Essa mesma perspectiva é identificada em Homma (2008), porém, com ênfase no papel institucional do Banco da Amazônia como contribuição para o desenvolvimento sustentável da região amazônica, “uma política verde”, mas, ignora o papel do MSTR. De modo geral, essa convergência de avaliações positivas sobre o impacto do FNO no sistema de produção familiar, é bastante relevante. No entanto, há visões que se contrapõem a essas avaliações, isto é, esse sentido “sustentável” ou de “política verde” assumida pelos resultados do FNO com ampliação do crédito para a agricultura familiar, principalmente em relação aos projetos de manejo dos açazais. Segundo relatos obtidos nas entrevistas com gestores do projeto de desenvolvimento da agricultura familiar no Estado do Pará, o acesso ao FNO pela agricultura familiar assumiu envergadura a partir de 1994. Um fato considerado importante foi a criação da garantia mútua ou um aval solidário, assim foi possível transferir os recursos financeiros para o agricultor por meio das associações de produtores. Essa estratégia permitiu superar algumas exigências burocráticas, por exemplo, a apresentação de documento relativo a propriedade da terra, algo que dificultava o acesso ao crédito aos agricultores familiares.

Grosso modo, identifica-se nas entrevistas uma afirmativa sobre a aplicação dos recursos do FNO na agricultura familiar, em sua grande maioria, para projetos de pecuária. Todavia, essa tendência de avanço da pecuária prejudicaria os objetivos de uma “política verde” do próprio BASA. Assim, a saída foi exigir que os projetos de pecuária associassem projetos de cultura permanente, particularmente projeto de fruticultura. No entanto, estima-se que tivesse ocorrido um maior direcionamento dos recursos para projeto de pecuária, pelo menos algo próximo de 75%. Os demais 25% teriam sido empregados na fruticultura e o melhor desempenho seria na região do Baixo Tocantins, com o avanço do manejo de açazais e outras frutas como cupuaçu e banana. No entanto, mesmo os projetos de manejo de açazais não podem ser definidos como resultados favoráveis ao discurso ambientalista ou de “desenvolvimento sustentável” ou de uma “política verde” decorrente do FNO ou da atuação do BASA na Região Norte, conforme preconiza Homma (2008).

Há questões relacionadas à biodiversidade, ou seja, as características originárias do bioma amazônico que precisam ser destacadas. Nesse sentido, a proliferação dos açazais criou uma situação *sui generis* de monocultura. Porque, em meados dos anos de 1990, o avanço do cultivo de açaí, estimulado pelos projetos financiados pelo FNO, possuía um interesse estritamente econômico, com vistas à exploração de palmito. Mas, no final da década de 1990, ocorre uma mudança importante na demanda por açaí, pois, seu consumo

anteriormente restrito ao mercado local e regional, ganhou destaque como produto alimentício no mercado nacional e internacional. Isso altera o sistema de produção dos açazais, pois há um investimento nas ações de manejo florestal. No entanto, assim como a exploração desenfreada do palmito representava impacto ambiental, o manejo dos açazais também resultará na derrubada de espécies vegetais madeireiras e não madeireiras. Em outras palavras, nas duas situações, a lógica mercantil foi mais relevante do que qualquer visão de sustentabilidade ambiental.

Esse tem sido um dilema tanto para as organizações não governamentais ambientalistas como para os próprios dirigentes atuais do MSTR. Essas organizações assumem isso como uma perda significativa do ponto de vista ambiental e uma fragilidade do projeto alternativo de desenvolvimento da agricultura familiar, porque, apesar das discussões e da existência de uma política de formação centrada nos aspectos político-organizacionais e no debate sobre a questão ambiental, em termos gerais, não houve uma massificação das práticas agroextrativistas pelos agricultores familiares. No caso do Baixo Tocantins, a partir da pesquisa de campo, observa-se um número residual de famílias que se apropriaram desse conhecimento e desenvolveram sistemas produtivos agroextrativistas ambientalmente diversificados. Ou seja, mesmo que essa nova paisagem seja representativa da recuperação de áreas degradadas, no entanto, é uma cobertura vegetal homogênea sem a diversidade da floresta original. Isso tem ocasionado a proliferação de doenças endêmicas como a malária e muitos casos de doenças de chagas, pois essa floresta homogênea, e em alguns casos uma floresta exógena ou exótica, por exemplo, as plantações de coco-da-baía e as plantações de dendê, não se constituem em *habitat* natural tanto dos animais de caça como dos insetos e outros seres vivos típicos das áreas de trópico úmido.

Outro aspecto crítico a essa visão de avanço da política institucional do BASA é destacado da seguinte maneira por Sobrinho (2000). Segundo este autor, haveria dois níveis de pressão sobre o BASA para justificar sua mudança de postura. Primeiro, as mobilizações e reivindicações do MSTR. Segundo, a conjuntura política de 1994 não era tão favorável aos interesses econômicos e financeiros do BASA, inclusive com ameaça de ser privatizado. Por isso, a diretoria do BASA resolveu reduzir a exigência de garantia real para os agricultores. Essa medida ampliou consideravelmente o volume de crédito para a agricultura familiar na Amazônia. Entretanto, houve um descompasso entre o aumento do fluxo de crédito agrícola e a capacidade técnica instalada nos órgãos responsáveis pela elaboração de projeto para o FNO (SOBRINHO, 2000). Isso provocou uma grande contradição, no final dos anos de 1990, a

existência de recurso ocioso no BASA e a inexistência de projetos advindos da agricultura familiar para serem financiados.

Na verdade, outros fatores podem auxiliar no entendimento dessa situação, dentre eles fatores como: o endividamento das unidades produtivas familiares, ocasionado pela ausência de assistência técnica rural sistemática e de estudos de mercado, pois havia a padronização de projetos pela própria equipe técnica do BASA e, na maioria das vezes, não se considerava o sistema de produção da agricultura familiar; as mudanças ocorridas nas regras dos contratos de financiamento, normalmente sem grandes explicações e orientações para o agricultor. Conseqüentemente, tais descompassos oneravam os projetos dos mini e pequenos produtores, além de distorcer os objetivos do FNO voltado para o desenvolvimento regional (SOBRINHO, 2000).

Esse conjunto de fatores levou ao ressurgimento de uma nova crise no seio do MSTR, no final dos anos de 1990. Novamente, ocorre o esvaziamento da luta sindical. Aquele arranjo institucional criado na “fase de resistência” e ampliado no “ciclo do discurso afirmativo ou propositivo” apresentou sinais de esgotamento. Na década de 1990, as bandeiras de lutas estavam relacionadas à produção e comercialização dos produtos advindos dos segmentos da agricultura familiar. Posteriormente, incluíram de forma mais veemente a questão ambiental.

Sendo assim, a nova conjuntura política provocou o surgimento de novos atores sociais, portanto novas demandas emergiram no interior do próprio movimento social do campo. Isso iria requerer tanto das entidades representativas dos trabalhadores como das organizações não governamentais de apoio e assessoria uma nova institucionalidade e postura de mediação. No caso das organizações não governamentais, suas ações passaram a ter maior visibilidade e houve o fortalecimento de sua participação como protagonista na interlocução entre a sociedade civil e o Estado, ao longo do processo de democratização do país (MORAES, 2011).

Nos anos 2000, os desafios para o MSTR e as assessorias se tornaram ainda mais complexos, principalmente no que diz respeito ao acesso e orientação sobre o FNO-PRONAF (PÊSSOA, 2007). Embora, tenha ocorrido uma reestruturação no crédito rural destinado à agricultura familiar, principalmente a partir de 2004 com novas redefinições, ainda é comum em entrevistas e em eventos com os agricultores familiares ouvir queixas sobre as dificuldades que enfrentam nas instituições financeiras. Nesse sentido, em relação à Amazônia um dos principais desafios tem sido a capacidade de elaborar projetos, basicamente um tipo de projeto que consiga superar a armadilha de sistemas de produção especializados ou meramente produtivistas (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2005). Por exemplo, algo que preocupa

no Baixo Tocantins é a forte tendência de crédito para a agricultura familiar focada na monocultura do açaí ou na integração à produção do dendê.

Nos últimos anos, o aporte de recurso financeiro para o PRONAF consolidou sua posição no Brasil como uma das políticas públicas de maior capilaridade e importância no âmbito da soberania e segurança alimentar. Entre 1998 e 2009, o PRONAF mobilizou mais de R\$ 52 bilhões para a agricultura familiar no Brasil, sendo que a partir do ano agrícola de 2003\2004, no qual o volume de recurso destinado foi de R\$ 4.490.478.228,25, foram criadas as bases institucionais para o crescimento dos recursos para os anos agrícolas seguintes (LOPES; SOUZA, 2010). Segundo Pessoa (2007), entre 1998 e 2005 o volume de recurso executado pelo PRONAF na região Norte representou R\$ 2,367 bilhões com forte participação dos financiamentos nas linhas de PRONAF A e PRONAF D¹⁰⁸.

No caso do Estado Pará, entre 1998 e 2009, houve um aporte de recurso do PRONAF de R\$ 2.051.003.465,35 (LOPES; SOUZA, 2010). Independentemente, da análise de Lopes; Souza (2010) sobre a concentração de recursos do PRONAF na região Sul do Brasil, principalmente no Estado do Rio Grande do Sul, avalia-se o impacto do volume de recursos e as mudanças institucionais no PRONAF e no FNO como algo favorável aos agricultores familiares da Amazônia Legal, mais precisamente no Estado do Pará. Conforme indica Pessoa (2007), há gargalos que precisam ser superados como: inadimplências; fragilidade no acompanhamento pelos órgãos de assistência técnica; ausência de um planejamento integrado entre as instituições que atuam com o PRONAF. Por isso, ainda persistem desafios históricos e estruturais da luta pelo crédito agrícola no Brasil.

Por fim, os últimos dados referentes ao Plano Global de Aplicação dos Recursos 2009, previam investimento de R\$ 2.679.900.000 por meio do FNO na Amazônia Legal. No caso do Estado do Pará haveria a destinação de R\$ 805,4 milhões para a agricultura familiar (BASA, 2009). No conjunto de prioridades previstas no plano, destaca-se o apoio à agricultura familiar por meio do PRONAF e do Programa Nacional de Assistência Técnica Rural (PNATER). No entanto, a visão de oportunidade de negócio permeia o plano do BASA, principalmente assentado na abordagem dos arranjos produtivos locais. A dúvida é se a dimensão proposta no plano realmente consegue alcançar ou ser alcançado pelos agricultores familiares, isto é, cumprir as metas estabelecidas pelo próprio agente financeiro.

108 Há uma definição de linhas que caracterizam os beneficiários do PRONAF de acordo com o nível de renda. Anteriormente existiam os grupos A, B, C e D. Atualmente, são definidos os seguintes grupos: A – Assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA); A\C; B – Microcrédito produtivo rural; C; D; E. Além de linhas inovadoras: Mulher, Jovem, Floresta, Agroindústria, Cota-Parte, Convivência com o Semi-Árido, Agroecologia e ECO.

4.5 O ARRANJO INSTITUCIONAL DE APOIO À VALORIZAÇÃO DAS FRUTAS REGIONAIS

No início da década de 1990, houve desdobramentos dessa articulação entre MSTR, ONG, organismos governamentais no âmbito do Projeto de Afirmação da Agricultura Familiar do Estado do Pará. Isso resultou em um novo arranjo institucional em prol das experiências de agregação de valor a partir do projeto de desenvolvimento denominado: “A Valorização das Frutas Regionais pelas Organizações Camponesas: uma alternativa ecológica ao desenvolvimento rural amazônico” (DEHON; PASCAL; ROGEZ, s/d). Em 1993, elaborou-se a primeira versão do projeto de desenvolvimento¹⁰⁹, conjugado a um projeto de pesquisa intitulado “Ciência e Tecnologia dos Seres Vivos para os Países em Desenvolvimento”, porém, em 1994, somente o projeto de pesquisa foi aprovado. A aprovação do projeto de desenvolvimento ocorreu somente em 1997. Isso gerou um descompasso, pois, naquele momento, o projeto de pesquisa já estava em fase de finalização. Por fim, a concepção do projeto de desenvolvimento era estimular a produção artesanal com

109 O projeto original de 1993 previa como beneficiários os agricultores de subsistência localizados nas áreas de fronteira agrícola do Sudeste do Pará e na região norte do Estado do Tocantins, o Bico do Papagaio. A ideia de organizar dois projetos (projeto de pesquisa e o projeto de desenvolvimento) em uma única proposta advém da estratégia de criar uma base científica multidisciplinar por meio de estudo bioquímico, tecnologia de transformação, potencial de mercado, questões ambientais e sobre o desenvolvimento socioeconômico dos subespaços regionais priorizados pela pesquisa. Isso poderia viabilizar a implantação de sistemas de produção apropriados para as frutas regionais e de “pequenas empresas camponesas” ou “cozinhas”, pois percebiam que nas “[...] propriedades nutritivas elevadas de numerosos produtos permitem visualizar sua exploração ao nível micro industrial” (DEHON; PASCAL; ROGEZ, s/d, p. 15). Portanto, tratava-se de elaborar processo de secagem, extração de óleo e produção de sucos inicialmente de maneira artesanal com possibilidade de criar unidades produtivas agroindustriais. Outro item importante do projeto de pesquisa era a implantação das bases de um curso de graduação em engenharia de alimentos na UFPA. Naquele momento, os coordenadores do projeto definiram como prioritários os seguintes produtos naturais da floresta e algumas frutas cultivadas: babaçu, banana, manga, castanha do Brasil, cupuaçu, açaí, bacuri, carambola, jenipapo, maracujá e laranja. Na avaliação dos formuladores do projeto havia possibilidade de criar processos artesanais e industriais de baixa escala para o beneficiamento da maioria desses produtos advindos da agricultura familiar, assim, as atividades seriam “[...] baseadas nas pequenas e médias empresas e ações de pequeno e médio porte, de alta densidade científica e técnica, de alto valor agregado com uma boa flexibilidade e a possibilidade de realizar economia de escala (diversidade de oferta de produtos e serviços)” (DEHON; PASCAL; ROGEZ, s/d, p. 9). Apesar dessa preocupação em viabilizar escala econômica para as unidades agroindustriais previstas na proposta, o projeto era voltado para as mulheres agricultoras, pois havia uma avaliação de que essas mulheres possuíam maior interesse em desenvolver atividades não agrícolas. Porém, a orientação do projeto, ao privilegiar os processos tecnológicos, colocava-se em contradição com a própria avaliação socioeconômica das áreas de fronteira da Amazônia. Ao analisar a base documental do projeto de valorização das frutas regionais, observa-se a tendência dele se transformar em mais um pacote tecnológico, mesmo que em seus princípios houvessem questões relacionadas ao meio ambiente, à pobreza rural e outros. A impressão que se tem, é que havia um descompasso entre o projeto de pesquisa e o projeto de desenvolvimento. O primeiro com caráter social de combate a pobreza e o segundo com uma visão de mercado, provavelmente bastante distante das condições socioeconômicas dos trabalhadores rurais e de suas organizações produtivas. Além disso, não havia competência de gestão instalada nas organizações dos trabalhadores rurais e mesmo das ONG para assumirem projetos de médias e grandes dimensões tecnológicas. Na verdade, os interesses no projeto de pesquisa pareciam ser muito mais mercadológicos (eco negócios) e de apropriação de informação para atender interesse outros que não estavam claros naquele momento.

vista à construção de estratégias de combate à pobreza rural e de desenvolvimento ecológico, no entanto, preso a uma visão de conservação do patrimônio natural.

Ao mesmo tempo em que atendia uma demanda dos movimentos ecológicos internacionais por meio das organizações não governamentais e universidades estrangeiras, tentava atender as demandas do MSTR com o objetivo de promover sistemas de produção agrícola que assegurassem renda, segurança frente às oscilações de mercado, cuidados e proteção ao meio ambiente, ou seja, apoiar e fortalecer a agricultura familiar como mecanismo de melhoria das condições de vida das populações rurais. Em termos gerais, a proposta era bastante audaciosa e considerada pioneira na Amazônia brasileira e possuía dois fortes eixos de sustentação: o primeiro, diz respeito a diagnóstico positivo do potencial de mercado das frutas regionais, portanto, isso exigiria sistemas de produção com maior racionalidade e capazes de superar a característica de agricultura itinerante e com reduzido acesso a tecnologia. O segundo eixo era a sua capacidade de articulação regional ou de pelo menos duas mesorregiões do Estado do Pará (Sudeste do Pará e Nordeste do Pará) de forte atuação do MSTR e da FASE-Amazônia, conseqüentemente, com a existência de várias experiências associativistas e cooperativas, a maioria delas originadas a partir do acesso ao FNO ou da indução via cooperação internacional.

Oportunamente, pós-eco 92 a Amazônia estava em evidência como patrimônio natural da humanidade a ser preservado. De um lado, as agências multilaterais, as organizações não governamentais ambientalistas e organizações religiosas de âmbito nacional e internacional, voltadas para ações de apoio às comunidades rurais, perceberam a possibilidade de redefinir suas atuações no Brasil e consolidar seu tradicional papel de parceria com as entidades do movimento social do campo. De outro, essas mesmas organizações e instituições aproveitaram o apelo ecológico para atrair os eonegócios (PRESSLER, 2010). Por isso, tanto as organizações não governamentais como os órgãos governamentais atuantes no campo ambiental e de extensão rural passaram a exercitar novos processos formativos e buscar o domínio de novas técnicas agrícolas e de proteção ambiental.

Algumas dessas técnicas foram apropriadas pelos pesquisadores e extensionistas rurais, a partir da relação de aprendizagem com os agricultores familiares, como foi o caso do manejo florestal dos açazais. Normalmente, essa apropriação cria desconfiças na relação técnico\pesquisador e movimento social do campo. Nem sempre os papeis e funções e o reconhecimento das contribuições de cada segmento na parceria do projeto de desenvolvimento alternativo está plenamente definido, sempre há conflitos e disputas por hegemonia. Mas, há uma compreensão geral da importância do saber científico na legitimação

e difusão de novas técnicas e tecnologias. Enfim, a grande questão é evidenciar a preocupação com a apropriação do conhecimento tradicional ou do saber popular pelas instituições de pesquisa e pelas organizações governamentais e não governamentais, seja em prol do engrandecimento de suas ações institucionais e organizacionais, seja como facilitador do acesso aos recursos financeiros para pesquisa e projetos de desenvolvimento.

Este fato está intimamente relacionado à trajetória das organizações dos trabalhadores rurais no Estado do Pará, particularmente no Baixo Tocantins. É comum nos documentos elaborados pelas lideranças dos trabalhadores rurais, em suas explanações e entrevistas denunciarem situações de hierarquia e poder estabelecidas na relação entre movimentos social do campo e as organizações governamentais e não governamentais e *vice versa*. Em algumas situações, estabeleceram-se práticas não participativas e autoritárias, assim como disputa por recursos financeiros e prestígio pessoal. Normalmente, esse quadro situacional conflituoso é imputado aos organismos de assistência técnica rural, mas também faz parte do ambiente institucional da relação do movimento social do campo com os institutos de pesquisa, Universidades e ONG.

O grande desafio é o amadurecimento organizacional e institucional para evitar relações hierárquicas e reconhecer o papel do saber popular ou saber tradicional na construção de novas práticas produtivas ou garantir o reconhecimento das práticas produtivas e organizativas em desenvolvimento por estes atores sociais ao longo de suas vivências no mundo rural. Ora, nem sempre isso é tranquilo. Houve resultados de fracasso e de estagnação dos arranjos institucionais de apoio e fortalecimento à agricultura familiar ou ao movimento de economia popular (GUERRA, 1999b). Na verdade são processos de avanços e retrocessos, pois reside nas relações estabelecidas no interior dos arranjos institucionais um elevado grau de complexidade, muitas vezes definido pela natureza e diversidade das instituições e organizações presentes nessa relação de parceria e troca de saberes.

Não é fácil conduzir um processo tão complexo e resultante de uma construção social tão ampla. Dessa forma, observa-se nas iniciativas de assessoria e acompanhamento oferecidos pelas instituições de pesquisa e extensão universitária e pelas organizações não governamentais e alguns órgãos governamentais de assistência técnica rural a oportunidade de exercitar processos de inovação de gestão e tecnológica, altamente válidas em termos de conexões de saberes. Haverá sempre limites e desafios, contudo, o estabelecimento de sistemas avaliativos continuados poderá funcionar como facilitador do aprendizado de práticas democráticas e participativas em prol do desenvolvimento técnico-científico. As iniciativas lideradas pelo MSTR foram e continuam sendo fundamentais na consolidação do

seu papel de agente do desenvolvimento e para os avanços das políticas públicas de apoio e fortalecimento da agricultura familiar no Brasil.

4.5.1 O contexto do Projeto de Valorização das Frutas Regionais

Em 1991, iniciaram as primeiras mobilizações para a concepção do projeto de valorização das frutas regionais. Naquele ano, estudantes do curso de Mestrado (Economia, Biologia e Engenharia de Alimentos) da Universidade de Louvain da Bélgica vieram para o Brasil, neste caso para a Amazônia brasileira, no auge das discussões ambientalistas estimuladas na Europa, sob a influência do cantor Sting. Ao chegarem ao bioma amazônico identificaram dois paradoxos: o primeiro, dizia respeito às informações contidas na literatura que discutia a temática do meio ambiente e os estudos sobre a Amazônia na Europa, cujo conteúdo defendia a possibilidade de uma ação sustentável na floresta ou a existência de uma situação de equilíbrio ecológico na relação homem-natureza na sociedade amazônica. Entretanto, os estudantes se depararam com uma realidade totalmente diversa daquela difundida pelo discurso ambientalista das organizações não governamentais e das agências multilaterais, pois se destacavam na região amazônica os conflitos agrários, o desmatamento e outras formas de agressão ao meio ambiente e pobreza rural e urbana. O segundo paradoxo diz respeito à identificação de uma agricultura itinerante de subsistência com reduzida atividade de comercialização dos seus produtos, ou quando comercializavam os produtos eram na forma *in natura*, portanto, sem nenhum processo de transformação com o objetivo de agregar valor.

De imediato, houve impacto com essa realidade e a dificuldade de compreender aquela situação de degradação socioeconômica e ambiental em comparação ao potencial dos recursos naturais disponíveis e da diversidade de produtos advindos da agricultura familiar, ou seja, eles vivenciaram algo como o sentido proposto por Drummond (2002): “natureza rica, povos pobres?” Isso criou nos estudantes europeus uma expectativa em encontrar formas de alterar as condições de produção e de vida das populações agrícolas que faziam parte dos projetos apoiados pelas organizações não governamentais. Ou seja, uma ação de intervenção por meio de projetos de desenvolvimento, mas percebiam a importância de realizar estudos e pesquisas sobre o potencial econômico das frutas regionais. Inicialmente, as atividades do grupo de estudantes previam residirem no Brasil por um mês, mas esse tempo se estendeu. Dessa maneira, conseguiram conhecer a experiência desenvolvida no Sudeste do Pará pelo LASAT,

CAT, CEPASP e FASE-Amazônia, mais precisamente o escritório da FASE em Marabá (FASE-Marabá) e as ações regionais realizadas por meio das cantinas comunitárias em outros municípios como São João do Araguaia, Parauapebas, Eldorado dos Carajás, São Domingos do Araguaia; Jacundá, Itupiranga, Nova Ipixuna do Pará e Curionópolis. Além das ações FASE-Amazônia no Nordeste do Pará e na Região do Baixo Tocantins.

Em face do conhecimento preliminar obtido a partir das atividades de campo junto aos projetos da UFPA, da FASE-Amazônia e CEPASP, eles começaram as buscas por informações nas instituições de pesquisa, como a UFPA, técnicas na área de engenharia de alimentos e na farmacológica, sobretudo para desenvolver estudos e produtos sobre plantas medicinais. Não encontraram uma estrutura de pesquisa e extensão universitária capaz de atender suas demandas. Nem o setor privado possui qualquer investimento nesta área. Concluiu-se que não havia estudos e conhecimento sobre as matérias-primas regionais ou as frutas regionais. Em face da conjuntura, retornaram à Bélgica para finalização de seus estudos de pós-graduação.

Em 1993, retornaram ao Brasil e iniciaram novos contatos com a FASE-Amazônia e a UFPA para a constituição de uma estratégia para conseguir financiamento para projetos de pesquisa e de desenvolvimento voltados para estudos sobre os produtos regionais e a criação de tecnologia para agregação de valor. Naquele momento, não foi possível conseguir financiamento pela cooperação internacional com a integração pesquisa e extensão, dessa forma, desmembraram o projeto original em duas estruturas, uma para pesquisa e outra para as ações de extensão. Observa-se o início da fragilidade da proposta de intervenção, pois, à primeira vista, os dois projetos caminharam sem grandes integrações. Enquanto o projeto de pesquisa se direcionou para as fronteiras do conhecimento sobre as frutas regionais, principalmente os estudos sobre as propriedades e o potencial de mercado do açaí, do cupuaçu e da castanha do Brasil (GUIMARÃES *et al*, 1998a). O projeto de extensão pelas suas características de intervenção avançou na estruturação das cozinhas comunitárias para a produção artesanal de compotas, geléias e sucos.

A partir de 1994, com a aprovação do projeto de pesquisa pela cooperação internacional (União Européia: Universidade de Louvain, Instituto das Ciências do Engenheiro de Montpellier e a Escola Superior de Biotecnologia do Porto) e o apoio da UFPA, IDESP, EMBRAPA houve uma redefinição da equipe que conduziria os projetos, tanto na primeira fase com a pesquisa e na segunda fase com a extensão¹¹⁰. Assim sendo, assumiu a

110 Em 1994, uma versão do projeto de valorização das frutas regionais identificado na revisão documental apresenta alterações da área de abrangência do projeto de desenvolvimento (extensão). Manteve-se a região

coordenação das atividades de pesquisa o pesquisador Hervé Rogez. Em 1996, houve a aprovação do projeto de extensão com o apoio da ONG ADRAI e assumiu a coordenação a Sophie Pascal e a FASE-Amazônia¹¹¹. A defasagem criada entre a pesquisa e extensão influenciou nas definições estratégicas das organizações sociais envolvidas no projeto de

Sudeste do Pará, mas com a proposta de atuação nos dezesseis (16) municípios tendo como pólos os municípios de Marabá e Parauapebas. Houve a inclusão de duas novas microrregiões: o Nordeste do Pará com dezesseis (16) municípios tendo como pólo o município de Capanema; a Região do Baixo Tocantins com abrangência em sete (7) municípios com pólo em Abaetetuba. Dessa forma, a nova versão do projeto não considerou a participação do norte do Tocantins, a região do Bico do Papagaio, conforme previsto na primeira versão de 1993. Observa-se uma nova configuração do projeto, provavelmente decorrente de alterações nas articulações políticas com as representações dos trabalhadores rurais e pela avaliação de consolidação da atuação da FASE-Amazônia na microrregião de Cametá e do Baixo Tocantins, ambas na mesorregião Nordeste do Pará. Na nova versão do projeto é possível identificar uma estratégia de adequação da proposta às diretrizes ambientais do PPG-7, pois seria uma forma de facilitar a aprovação dos recursos.

111 Outra versão do projeto de 1996 apresenta alteração no título do projeto com uma compreensão um pouco mais apurada dos sistemas produtivos locais das microrregiões de interesse do projeto, pois percebem a existência de cultivos de frutas que não são nativas da região, mas que os agricultores familiares e os agricultores patronais receberam financiamento para cultivos, na primeira metade dos anos de 1990. Dessa forma, o novo título do projeto era: “A valorização de frutas cultivadas e nativas, por organizações camponesas do estado do Pará. Uma alternativa ecológica ao desenvolvimento rural amazônico”. Observem as alterações com vista a atender aos órgãos financiadores da cooperação internacional, cujo tema de interesse era a recuperação de áreas degradadas. Além disso, os objetivos do projeto ficavam cada vez mais claros, ou seu sentido mercantil, pois tinha como proposição “[...] a realização através de processos de transformações agro-alimentícias sobre frutos tropicais em conjunto com um estudo de mercado que visa estruturar a comercialização destes produtos, a ser uma importante alternativa para solucionar o problema da comercialização de frutos frescos na região” (PROJETO..., 1996, p. 5). Havia uma melhor definição do tripé de sustentação do projeto composto da transformação de frutos, comercialização e formação. Isso implicaria em dizer que as atividades de formação serviriam de canal para a sensibilização dos agricultores, particularmente as mulheres, e de difusão dos processos tecnológicos desenvolvidos a partir do projeto de pesquisa. Com isso, as premissas do projeto previam o intercâmbio entre os projetos de pesquisa e o projeto de desenvolvimento (extensão) e difusão do conhecimento científico e sua aplicação aos processos produtivos ao sistema de produção dos agricultores familiares. Identifica-se nessa versão do projeto a definição de metas físicas em relação ao número de beneficiários e abrangência do projeto. Assim, haveria a participação direta de 200 famílias em 20 comunidades nas microrregiões de interesse do projeto. Em termos gerais, havia três objetivos voltados para a constituição de uma rede de desenvolvimento rural: primeiro a importância em articular as várias experiências dos sistemas de produção familiar presente nas áreas de colonização antiga e nas áreas de fronteira; segundo, identificar metodologias de intervenção originadas das demandas das organizações camponesas; terceiro, criar condições para que as organizações camponesas adquiram importância política no Estado do Pará. Em síntese, o caráter arrojado da proposta previa “[...] reorientar as ações de extensão rural para estimular o crescimento duma agricultura viável do ponto de vista econômico, ecológico e social, sem expor novos segmentos da floresta ao processo destrutivo” (PROJETO..., 1996, p. 14). Nessa fase do projeto começavam a aparecer as organizações camponesas que seriam a base da articulação social como: a Cooperativa Camponesa Mista do Alto Guamá (COMAGRI), a Escola Agrícola Comunitária 25 de junho, a Escola Agrícola Comunitária Lamparinha, e o Cantinão Comunitários de Nova Timboteua (região de Capanema); o Centro Tipiti e a ADEMPA (Baixo Tocantins); e, a Associação das Cantinas Comunitárias de Parauapebas e Região (ASCCOPAR) (Parauapebas) e COOCAT, FATA e CAT (Marabá). O fortalecimento dessas organizações camponesas seria fundamental para quebrar o monopólio e a dependência aos atravessadores/intermediários, assim, “[...] o fortalecimento das organizações associativistas e cooperativistas constitui-se em questão central” (PROJETO..., 1996, p. 17). Essa linha de estímulo ao associativismo objetiva criar condições para a estruturação de uma rede de comercialização e o fomento ao “cooperativismo alternativo”, mas isso requer “[...] difusão de informações sobre o mercado, o conhecimento do seu funcionamento e da sua dinâmica [...]” (PROJETO..., 1996, p. 17). Esse caráter de inclusão produtiva das organizações camponesas se tornava um dos grandes dilemas de um projeto pautado em premissas ecológicas e de fortalecimento político dos agricultores familiares, mas ao mesmo tempo difundia práticas mercantis e produtivistas com vista à exportação dos produtos regionais.

valorização das frutas regionais. No entanto, no projeto original a visão central sobre o papel da agricultura familiar na relação com o meio ambiente era a seguinte:

A agricultura, em seu conjunto, tem sido considerada como o fator mais importante da degradação ambiental na Amazônia durante os últimos trinta anos. O encontro do Rio, em Junho de 1992, colocou em evidência a necessidade duma aproximação menos reducionista do desenvolvimento tendo outros critérios diferentes daqueles puramente econômicos. É necessário encontrar opções tecnológicas mais adaptadas às características ecológicas da Amazônia, sejam elas tecnologias de ponta ou tradicionais, intensivas em mão-de-obra ou em capital. A agricultura camponesa, em particular, nunca despertou verdadeiras preocupações em nenhum dos governos que se sucederam nos diversos regimes políticos que o país conheceu. A pesquisa agrônoma concentrou-se sobre culturas de exportação e sobre as empresas agropecuárias. Os organismos de extensão rural faziam o discurso do atendimento à pequena produção agrícola, mas seus recursos humanos e financeiros eram escassos, dispersos e, portanto, ineficazes (DEHON; PASCAL; ROGEZ, s/d, p.).

Observa-se no conteúdo central do projeto de valorização das frutas regionais uma crítica ao modelo da assistência técnica rural e a inexistência de pesquisa e de tecnologias aplicadas aos produtos oriundos da agricultura familiar nas instituições públicas de pesquisa, de ensino e de extensão rural. Partia-se de uma visão que “os sistemas integrados que permitem a viabilidade agrônoma e ecológica devem ser estimulados” (DEHON; PASCAL; ROGEZ, s/d, p. 2). Contraditoriamente, havia um volume de produção bastante diversificado de frutas regionais, principalmente após o estímulo do crédito agrícola para a unidade de produção familiar no início dos anos de 1990, mas não existiam estudos de mercado sobre o potencial de comercialização dessas frutas regionais. Segundo DEHON, PASCAL e ROGEZ (s/d, p. 2), haveria possibilidade de “[...] reorientar as ações de extensão rural para estimular o crescimento duma agricultura viável do ponto de vista econômico, ecológico e social, sem expor novos segmentos da floresta ao processo destrutivo”. Assim, esse sentido de ecodesenvolvimento influenciou na construção dos objetivos do projeto de pesquisa, cuja proposta inicial era estudar quatro (4) frutas regionais.

No entanto, os primeiros levantamentos identificaram o potencial de comercialização de pelos menos 16 frutas (estudo de mercado). Em 1995, tendo como base um relatório parcial de pesquisa, realizou-se um seminário com a participação das lideranças sindicais dos trabalhadores rurais e de representantes das ONG e das instituições de pesquisa integradas aos projetos. Segundo relato nas entrevistas de campo, um grupo de 35 a 40 pessoas decidiram eleger democraticamente as quatro frutas que receberiam investimento em estudo e tecnologia para serem incorporadas aos processos produtivos das cooperativas já existentes e das futuras unidades agroindustriais. Houve uma distribuição geográfica dos estudos e isso também

envolveria a articulação com o MSTR. Assim, definiu-se: o açaí seria prioridade no Baixo Tocantins; maracujá no Nordeste do Pará (Bragantina); castanha do Brasil ficaria no Sudeste do Pará (região de Marabá); e, cupuaçú seria pesquisado em todas essas regiões indicadas anteriormente.

Apesar das definições em torno das linhas de pesquisa e articulação com o MSTR, haveria uma compreensão dos pesquisadores sobre o caráter fortemente político das cooperativas de produção organizadas pelo MSTR, ONG e instituições como a UFPA, particularmente as experiências da COOCAT e da COMAGRI, pois não havia um motivo técnico para a criação das cooperativas. Isso implicava na ausência de estudos de mercados e estudos de viabilidade econômica e planejamento. Essa situação incomodava os pesquisadores e extensionistas envolvidos com os projetos, mas não havia força de intervenção, porque a articulação com as lideranças do MSTR era fator central para o desenvolvimento do projeto de valorização das frutas regionais.

Inicialmente, havia uma perspectiva de instalação de agroindústrias familiares à medida que eram consolidados os projetos de beneficiamento artesanal dos produtos advindos da polpa de frutas regionais como geléias e sucos concentrados. Identificou-se em Guimarães *et al* (1998b) a elaboração de um projeto técnico e um estudo de viabilidade econômica para instalação de duas unidades de beneficiamento de frutas no formato de micro indústria e organizada na forma de cooperativas para atender a demanda técnica do projeto de valorização das frutas regionais. Assim, pequenas indústrias seriam instaladas nos municípios de Abaetetuba e Capitão Poço e processariam as seguintes frutas: maracujá, açaí, mamão, laranja e acerola. Ou seja, “[...] em áreas tradicionalmente agrícolas e pouco industrializadas, com o fim de contribuir para um aumento de renda da população local” (GUIMARÃES *et al*, 1998b, p. 2).

Entretanto, entre 1997 e 2000, as ações desenvolvidas no projeto de desenvolvimento não conseguiram alcançar o objetivo de implantar agroindústrias de sucos. Dessa maneira, foram desenvolvidas as ações de extensão com prioridade para a produção artesanal como: organização da comercialização dos produtos agrícolas e sua transformação; atividades de despulpamento e congelamento de polpa de frutas; projeto de beneficiamento das frutas regionais; pesquisa aplicada. Essas ações foram concomitantes à realização de cursos, oficinas, participação em feiras, acompanhamento e orientação técnica sobre a produção e outras. A dimensão de escala do projeto era bastante reduzida e havia uma concepção de priorizar a participação de mulheres nas atividades de produção artesanal. Atualmente, poucas experiências associativistas e cooperativistas restaram dessa mobilização social e política. A

seguir serão apresentados alguns resultados desse arranjo institucional, por meio da configuração de um consórcio de fruticultores da agricultura familiar ou uma rede de desenvolvimento rural no território da cidadania do Baixo Tocantins.

4.5.2 O Consórcio da Fruticultura da Região do Baixo Tocantins

A mobilização em torno de um projeto de desenvolvimento alternativo da agricultura familiar na última década não parece ter o mesmo fôlego dos anos de 1990. O investimento político e financeiro, neste caso aqueles realizados pela cooperação internacional, foi bastante questionado em termos de resultados nos anos 2000. Existiram grandes esforços institucionais e do próprio movimento social do campo, no entanto, observa-se uma avaliação geral, das principais lideranças do MSTR, marcada por pontos negativos sobre as experiências associativistas, particularmente aqueles que concretizaram unidades de beneficiamento no formato de cooperativas de produção. Algumas experiências como a COMAGRI e mais recentemente o fracasso da Central Nova Amafrutas podem ser assimilados como elementos de reflexão se o movimento social dos trabalhadores está preparado para assumir projetos econômicos de grande porte ou como prepará-los para essa magnitude e complexidade organizativa e produtiva? Isso tudo se traduz não somente em relação aos investimentos em máquinas e equipamentos e no processo de formação e profissionalização da gestão, mas nos anseios e desejos dos indivíduos envolvidos com essas experiências.

Em geral, a mobilização do MSTR, das ONG e dos organismos governamentais tinha como objetivo a busca por tecnologias apropriadas, que permitissem valorizar a tecnologia tradicional e agregar valor aos produtos da agricultura familiar. No entanto, a capacidade de desenvolver essas experiências localmente tem sido bastante limitada, porque isso diz respeito à proposição de uma política científica e tecnológica de melhoramento das técnicas, adaptação e aprimoramento das tecnologias modernas ao meio ambiente e a humanização dessa tecnologia (DAGNINO, 2004). Essa proposição requer entender a tecnologia apropriada no interior de um ambiente de mobilização social constituída de participação comunitária, baixo custo dos produtos e serviços finais e do investimento. Portanto, ter um significado para as pessoas e comunidades, fortalecerem a relação de pertencimento. Fundamentalmente, a construção dessa tecnologia apropriada tem que levar em consideração o conhecimento popular e interagir com a realidade distinta de cada grupo social (DAGNINO, 2004).

No entanto, desenvolver inovação social para os empreendimentos comunitários não pode ser visto como uma função *strito sensu*, por exemplo, da Universidade. A dimensão dessa tarefa é muito maior do que a própria instituição universitária, pois é preciso considerar a dívida social existente há vários séculos neste país. Isso tudo requer o acesso aos direitos de universalização da escolarização, saúde, cultura, trabalho, renda etc. Saber que os grupos sociais envolvem mulheres chefes de família, jovens, homens negros, mulheres negras, pessoas com deficiência, pessoas com doenças mentais, pessoas que vivem em lixões, famílias com altas taxas de desnutrição infantil e mortalidade infantil, populações desprovidas de infraestrutura econômica e de infra-estrutura social.

Esse é o contexto socioeconômico das populações de baixa renda que atuam nas organizações associativistas estimuladas por ações governamentais e não governamentais no Brasil. No caso do Baixo Tocantins no Estado do Pará, apesar das dificuldades em construir organizações de cooperação e conseguir alcançar um nível de gestão e profissionalização capaz de demonstrar viabilidade econômica e social, pode-se identificar avanços nessa mobilização social e produtiva. Porém, conforme relato dos próprios atores sociais envolvidos diretamente com a gestão dessas organizações associativistas, as mudanças são lentas, mas acreditam que algo mudou. Eles não conseguem definir com precisão o grau de mudança, porque sabem que as situações de sucesso têm sido efêmeras, em outras palavras há muita dificuldade em consolidar economicamente os empreendimentos associativistas em uma estrutura de mercado monopolista. Na verdade, as organizações cooperativistas assumem muito mais o papel de organizadoras da produção e de articulação social. Elas oferecem essa estrutura para as empresas capitalistas que atuam no mercado de fruticultura e essências regionais. Esse tem sido um dos dilemas das experiências associativistas no Baixo Tocantins.

A trajetória de constituição do consórcio de fruticultura da agricultura familiar do Baixo Tocantins advém da participação das organizações sociais como a ADEMPA, o STR de Abaetetuba e o Centro de Formação Tipiti no projeto de valorização das frutas regionais, desde 1997. Em 1999, houve uma iniciativa dos agricultores de Abaetetuba filiados à ADEMPA em realizar uma ação de comercialização coletiva de açaí *in natura* no mercado do Ver-o-peso¹¹² na cidade de Belém do Pará. Eles transportaram aproximadamente 6.000 kg ou

112 O complexo do mercado do Ver-o-peso situado no centro antigo da cidade de Belém do Pará é considerado uma das maiores feiras livres da América Latina. Trata-se do ambiente para onde converge a maioria dos produtos regionais, e produtos do mercado nacional, oriundos das regiões de ilhas e estradas como frutas, pescado, essências, hortaliças e outros produtos alimentícios e não alimentícios que são comercializados diariamente.

435 rasas¹¹³ de açaí em um caminhão com refrigeração e armazenadas em vasilhas plásticas, chamadas de basquetas. Imediatamente, os atravessadores presentes na “pedra” do Ver-o-peso se interessaram pelo produto, devido à boa qualidade do fruto pagaram R\$ 5,00 por cada 14 kg. Naquele momento, uma cooperativa, a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA), fez uma proposta para os agricultores e negociou a compra do produto diretamente em Abaetetuba. Eles avaliaram que seria uma proposta viável, pois evitariam custos de transporte e menor tempo de envolvimento na comercialização. Essa iniciativa se tornou um marco histórico para os filiados da ADEMPA, porque inaugurou uma ação de trabalho coletivo entre esses trabalhadores. Isso criou as bases para a mobilização social e constituição do consórcio de fruticultores da agricultura familiar do Baixo Tocantins, a partir de 2002. Além disso, criou a oportunidade dos primeiros contatos com uma rede de comercialização que futuramente envolveria empresa local, nacional e internacional.

Ao longo de 2000-2001, os agricultores de Abaetetuba mantiveram a negociação com a CAMTA. Nesse ínterim, uma das agroindústrias previstas no projeto de valorização das frutas regionais será fundada em 2002, a COFRUTA. Esta unidade de beneficiamento se tornará uma das poucas agroindústrias sob o comando das lideranças do MSTR no Baixo Tocantins¹¹⁴. Apesar dos vários problemas técnicos de instalação, a COFRUTA permitiu a articulação de uma rede de cooperados e não cooperados voltados para a comercialização do açaí *in natura* e da polpa congelada. Em 2003, outro fato irá impulsionar a constituição do consórcio de fruticultores, a entrada no mercado de açaí da empresa estadunidense Sambazom Inc. (SOBRINHO, 2005). Era o auge da demanda pelo açaí em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte e havia uma demanda no mercado internacional, principalmente nos Estados Unidos. Assim, a Sambazom Inc. apresentou uma proposta de contrato de exclusividade para a COFRUTA. Enfim, a proposta foi aceita pela diretoria e apresentada aos cooperados com o apoio da FASE-AMAZÔNIA.

Em síntese, o contrato previa a comercialização de fruto de açaí *in natura* por um preço muito superior ao oferecido pela CAMTA e ao preço de mercado na feira de Abaetetuba e em

113 A rasa é uma espécie de utensílio artesanal feito a partir de fibras vegetais. Esse utensílio é usado para armazenar alimentos, frutos e outros. No caso da comercialização do açaí, a rasa é uma referência de mensuração da quantidade do produto no ato da venda. Nos últimos anos, houve uma padronização dessas medidas e há uma convenção de que cada rasa deverá representar 14 kg. Anteriormente, não havia essa padronização. Segundo relatos obtidos nas entrevistas da pesquisa de campo, a COFRUTA teria sido responsável pela introdução da prática de pesar a rasa do açaí na feira de Abaetetuba e definido essa padronização de 14 kg.

114 Houve outras experiências no Baixo Tocantins de instalação de agroindústrias familiares como: Cooperativa de Fruticultores de Igarapé-Miri (COPFRUT) no município de Igarapé-Miri com apoio do Programa Pobreza e Meio Ambiente (POEMA) da UFPA e da Fundação Banco do Brasil (FBB); pelo menos as três unidades das COOPED (COOPED-Abaetetuba, COOPED-Moju e COOPED-Baião). Infelizmente, essas unidades de beneficiamento estão abandonadas ou foram transferidas para empresas privadas.

outras cidades da região do Baixo Tocantins. Segundo informações obtidas na pesquisa de campo, o preço médio da rasa de açaí no mercado local não ultrapassava R\$ 5,00. Todavia, a Sambazom Inc. se dispôs a pagar R\$ 14,00 por rasa de 14 kg. Essa negociação impactou o preço local e regional. Houve a valorização do açaí, principalmente com o seu reconhecimento como produto orgânico, cuja certificação fora financiado pela empresa Sambazom Inc. Isso atraiu os agricultores para o fornecimento do açaí para a COFRUTA. Entre 2003 e 2004, o acordo foi mantido, porém a Sambazom Inc. passou a ter o interesse de instalar uma unidade de processamento do açaí na região do Baixo Tocantins ou na Região Metropolitana de Belém, mas não conseguiu apoio governamental e se transferiu para a cidade de Macapá no Amapá, onde implantou uma fábrica de processamento da polpa de açaí.

Dessa maneira, a demanda crescente pelo produto possibilitou a constituição de uma rede de comercialização regional que envolveria, além da COFRUTA, a CART de Cametá, a Associação Mutirão de Igarapé-Miri e a Cooperativa de Produtores de Barcarena (COOPEBAB) (SOBRINHO, 2005). As lideranças dessas organizações associativistas mobilizaram seus associados e aproveitaram essa “[...] oportunidade de negócio para a agricultura familiar” (SOBRINHO, 2005, p. 4). Ou seja, havia uma forte conotação mercadológica, inclusive sustentada por um discurso de mercado justo e mercado agroecológico. Todavia, isso não foi suficiente para manter a empresa Samabazom Inc. como intermediária dessa produção para o mercado internacional. Conseqüentemente, a saída da empresa estadunidense impactou negativamente o consórcio de fruticultores do Baixo Tocantins, pois eles haviam optado por uma relação de mercado de monopólio, portanto, deixaram de comercializar com os antigos parceiros e não investiram no mercado regional.

Dessa forma, as cooperativas do consórcio enfrentaram dificuldades na safra 2005, contudo os cooperados e outros agricultores familiares, anteriormente articulados pelo consórcio, passaram a comercializar diretamente com outras empresas e atravessadores, pois a demanda pelo produto *in natura* cresceu muito nessa primeira metade dos anos 2000. Entre 2006 e 2007, o consórcio de fruticultores realizou um novo contrato agora com a empresa Boothouse. Novamente, as condições de contrato com caráter de exclusividade. De um lado, consegue garantir preços elevados que valorizam o produto. De outro, mantém os cooperados reféns dos interesses de lucro da empresa. Ao longo da pesquisa de campo, foi possível observar vários contratos ou negociações realizados pelas empresas diretamente com os agricultores sem a mediação das cooperativas e o abandono das exigências de certificação orgânica, pois se tratava de um custo de transação para as empresas.

A Figura 8, a seguir, obtida a partir de Sobrinho (2005) é uma excelente representação da evolução das vendas de açaí no Baixo Tocantins. Segundo informações mais recentes o Estado do Pará exportou, em 2009, 11.350 toneladas de polpa de açaí. Isso correspondeu a US\$ 28 milhões e 88% desse volume de exportação atendeu o mercado consumidor dos Estados Unidos da América. Em 2010, a projeção seria de alcançar pelo menos US\$ 30 milhões.

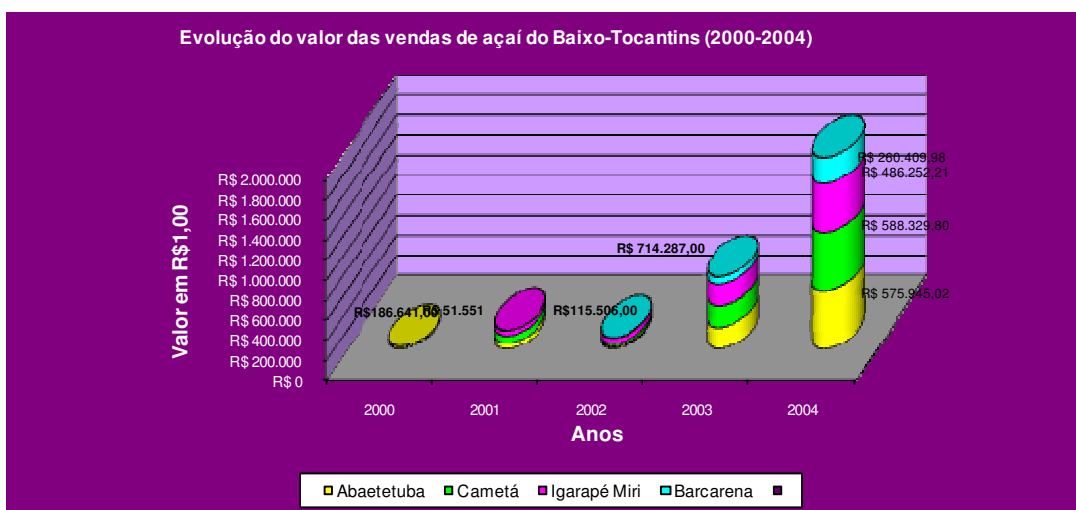


FIGURA 8: Gráfico de Evolução do valor das vendas de açaí no Baixo Tocantins (2000-2004) sob o controle do Consórcio de Fruticultura
Fonte: Sobrinho, 2005.

Sobrinho (2005) faz uma argumentação favorável aos resultados econômicos e cita alguns elementos de melhoria da renda das famílias vinculadas ao consórcio de fruticultura do Baixo Tocantins. Entretanto, mesmo os ganhos de renda obtidos são residuais, pois mantêm as famílias do Baixo Tocantins naquela condição de estagnação da renda, conforme se argumentou no capítulo três (3) deste trabalho. Outra questão importante observada ao longo da pesquisa de campo era o elevado grau de incerteza sobre o processo de comercialização das safras, principalmente nos anos de 2009 e 2010. Não havia segurança na diretoria das cooperativas sobre quais resultados seriam obtidos. Todos eles informavam que aguardavam alguma negociação com empresas para comercialização da produção dos cooperados. Havia em algumas cooperativas do consórcio dificuldades financeiras em decorrência da ausência de um comprador para o produto com maior qualidade. Em certo sentido, houve um avanço dos atravessadores financiados pelas *trades* que atuam no mercado regional e começava a haver queda nos preços oferecidos ao produtor. Identificou-se nos relatos da pesquisa de campo a ocorrência de preços da rasa abaixo de R\$ 10,00 na safra 2010.

Em suma, o papel do consórcio de fruticultura do Baixo Tocantins e a atuação das organizações não governamentais e governamentais no apoio à comercialização dos produtos originários dos agricultores familiares ou na valorização das frutas regionais, ainda é alvo de muitas controvérsias. A função das cooperativas de agricultores familiares como mediadoras das relações de mercado entre os produtores e as *trades*, sem os devidos cuidados, pode transformá-las em um intermediário ou um atravessador especial. Ora, aquele papel político do MSTR e das ONG, dos anos de 1990, é substituído por uma função de articulador comercial, alguns representantes das organizações sociais eram denominados de agitadores sociais do território produtivo. Nesse sentido, o grande desafio dessas organizações associativistas seria conseguir manter o controle da cadeia produtiva, ou seja, da origem do produto até o mercado consumidor final. Acredita-se que essa possibilidade se torna ainda mais difícil com a concepção de direcionar a produção para o mercado externo, sustentada em uma suposta ação de “mercado justo”. Na maioria das vezes, abandona-se o mercado local e regional e cria-se a expectativa de garantir ganhos com um produto de exportação. Essa visão ainda continua bastante presente nas ações de agências governamentais e não governamentais como alternativas para o desenvolvimento rural e o combate à pobreza rural. O exemplo do consórcio da fruticultura do açaí é importante no sentido de apresentar os limites das ações de oportunidade de negócio (econegócios), pois elas não conseguem atender os objetivos originários dos projetos de desenvolvimento: agregação de valor e incorporação de tecnologia aos produtos da agricultura familiar. Ou seja, mantém-se a tradição de comercializar o produto *in natura* e na seqüência há o avanço na consolidação de um sistema de monocultivo, face às demandas crescentes de mercado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sentido de panacéia da abordagem territorial tem gerado diversas interpretações sobre as dinâmicas territoriais como algo meramente normativo e descritivo, ou seja, uma análise instrumental do território. No entanto, é preciso compreender o território como resultante de relações sociais e *locus* de luta política e palco de dinâmicas multidimensionais e de multiescalas. Assim, como seu estudo requer visões de interdisciplinaridade. Assim, é possível evitar a armadilha do localismo. Isso cria melhores condições para compreensão das iniciativas de descentralização territorial. As teses localistas, muitas vezes, vulgarizaram a temática territorial, colocando-a em uma posição de modelos de comportamento e recomendações de estratégias para as ações governamentais no campo do desenvolvimento econômico e social. Dessa forma, emergem questões relacionadas a um possível mito da territorialização e da desterritorialização, assim orienta para um conceito de “des(re)territorialização”, portanto, a reconstrução constante das bases territoriais. Essa tem sido a dinâmica do território do Baixo Tocantins, representado pelo alto grau de experimentações do movimento social do campo e de outras instituições e organizações, com vista a apreender o sentido complexo de sua heterogeneidade e ruralidade.

A problemática reside muitas vezes na tentativa de criar consenso, em um campo permeado de conflitos e diferenças, algo capaz de ser representativo dos vários interesses ou do sentido multidimensional do território, portanto, trata-se de uma tarefa de alta complexidade e dificuldade. No entanto, o estabelecimento de arranjos sócio-produtivos locais, principalmente aqueles protagonizados pelos atores sociais coletivos da agricultura familiar não podem ser caracterizados como meras reproduções de iniciativas normativas. Isso seria simplificar demais a análise, por isso, insisto em compreendê-los no campo de resistências, contudo ao mesmo tempo tendo clareza de seus potenciais e limites. Nesses termos, pode-se por hipótese argumentar que as fragilidades e limitações não podem ser imputadas somente como de responsabilidade ou como uma características das organizações e práticas associativistas, mas como parte de um macro processo social altamente desigual e concentrador de renda, portanto limitador do desenvolvimento de potencialidades organizativas coletivas. Ou seja, normalmente não há condições institucionais que favoreçam essas organizações.

Com base nesta argumentação, é possível tratar alguns pontos de reflexões sobre a abordagem do desenvolvimento territorial, a partir do estudo da dinâmica sócio-produtiva do território do Baixo Tocantins e do arranjo institucional em prol da valorização das frutas

regionais e a tentativa de construção de um projeto de desenvolvimento para a agricultura familiar do Estado do Pará pelo movimento social dos trabalhadores rurais, conforme indicação a seguir:

- a) Primeiramente é importante destacar as fragilidades técnicas das estruturas governamentais, também presentes nas várias organizações não governamentais, que atuam no campo da assessoria e apoio às associações e cooperativas agrárias e urbanas instaladas no território rural do Baixo Tocantins. Em geral, observa-se a ausência de uma estrutura institucional e organizacional, cuja natureza seja voltada *strito sensu* ao atendimento das novas demandas das organizações sócio-produtivas. Apesar de existirem organismos governamentais tradicionais no âmbito da assistência técnica rural, normalmente estão desestruturados e desatualizados tecnicamente, portanto isso não condiz com as premissas contemporâneas da nova assistência técnica rural (ATER), ou seja, muito distantes das premissas inovadoras de gestão públicas ou de uma possível eficiência gerencial. No caso das ONG a característica marcante é a constante busca por recursos financeiros para manter a continuidade de seus projetos de desenvolvimento. Isto exige um grande esforço organizacional e o exercício de unidades das ações das várias assessorias que atuam no território rural, pois muitas vezes há sobreposição de atividades. Além disso, o corpo técnico das ONG são muito instáveis, com forte conteúdo de flexibilização do trabalho, e pouco preparados para atender demandas de pesquisa e gestão tecnológica;
- b) O segundo aspecto diz respeito ao predomínio da ausência de uma regulação voltada para a orientação das melhorias técnicas, sanitárias e socioambientais. Assim como, observam-se poucas iniciativas com o objetivo de promover projetos estruturantes, principalmente fundamentados no avanço social das áreas rurais e urbanas. Ou seja, é comum a inexistências de ações governamentais (ausência do Estado), principalmente da esfera municipal, salvo engano quando as gestões municipais possuíam alguma articulação política com o movimento social dos trabalhadores rurais. Mesmo este grau de articulação não garantiu sucesso nessas experiências de gestão municipais, cunhadas de “gestão popular”. Há muitos insucessos e poucos avanços na estruturação de políticas públicas locais, principalmente no âmbito da gestão socioambiental. A conjuntura política local, regional e nacional assegura a manutenção do velho receituário de ajustes e alianças com as oligarquias locais, portanto, seguramente, há pouca iniciativa inovadora de gestão pública;

- c) Terceiro, nota-se que a principal demanda das organizações associativista é na gestão administrativo-financeira e na gestão de tecnologia. Contudo, as unidades das instituições de Ensino Superior instalada na região do Baixo Tocantins pouco interagem com essas organizações. Em tese, isto ocorre devido à predominância histórica de cursos de licenciaturas e uma visão de oferta de vagas no nível superior dependente da demanda do mercado local de trabalho, sem construir uma perspectiva de formação educacional inovadora para além das fronteiras territoriais e do padrão institucional vigente. Conseqüentemente, os projetos de pesquisa e extensão, quando existem, são centrados nas ações de formação de professores e estudos sobre processos pedagógicos. Na maioria das vezes, as ações de gestão e tecnologia são desenvolvidas pelas unidades e subunidades originárias da cidade de Belém, ou mesmo pelas ONG, portanto, pouco se internaliza sobre o conhecimento técnico-científico gerado pelas experiências no âmbito do processo produtivo e de gestão das organizações associativistas nos campi do território rural. Há um movimento recente de introduzir formações de nível superior voltados para a gestão de tecnologia, contudo essas iniciativas ainda estão focadas no padrão industrial dos grandes projetos econômicos instalados na região e com reduzida conexão às experiências de organização da produção no âmbito da fruticultura e outras práticas produtivas desenvolvidas por outros agentes sócio-produtivos da região;
- d) Por fim, a avaliação dos resultados das ações de gestão territorial ainda é bastante incipiente. Os indicadores sobre a utilização dos diversos tipos de transferências financeiras governamentais são precários ou pouco conclusivos. Os planos de desenvolvimento territoriais não são representativos das necessidades de inovação institucional, mas observa-se um grande esforço no sentido de construir uma proposta de gestão compartilhada, democrática e participativa, ou seja, algo que possa servir de referência para as esferas governamentais e também para os organismos não governamentais. Entretanto, nem sempre os gestores municipais acenam com apoio concreto ou com interesse em contribuir e somar esforços às proposições apresentadas pelas lideranças comunitárias, sindicais e outras organizações da sociedade civil. Isso demanda estudos, pesquisas e a formação de uma estrutura governamental com competência na gestão e planejamento territorial. Predomina a visão municipalista na gestão pública local, ou seja, os interesses políticos de cada gestor municipal se sobressaem a qualquer possibilidade de construção de experiência de consórcios municipais e mesmo diálogos sobre a

gestão territorial. O movimento social dos trabalhadores rurais construiu alguns fóruns de discussão sobre o modelo de desenvolvimento regional, contudo na fase contemporânea não se percebe capilaridade dessas iniciativas na sociedade local;

Conclusivamente, observa-se nas primeiras experiências associativistas e cooperativistas as representações políticas do movimento dos trabalhadores rurais do Baixo Tocantins são induzidas a uma perspectiva de possível transformação nas relações sociais de produção. No entanto, à medida que as unidades produtivas avançam nas suas articulações com o mercado, há o predomínio da lógica mercantil na gestão do empreendimento coletivo. Em geral, os acordos firmados com as empresas capitalistas nem sempre são favoráveis aos agricultores familiares, não há dúvida que possibilitam novos mercados para os produtos regionais, contudo reafirmam-se como instrumentos da acumulação do capital monopolista. No sentido organizacional, percebe-se que ocorre a estruturação de um aparato mínimo de gestão, porque são necessários regimentos, normas e a definição de regras estatutárias capazes de regulamentar a maneira como cada associado ou cooperado precisa proceder no interior do empreendimento, nas suas relações externas produtivas, sociais e familiares, na utilização do patrimônio etc., tendo como diretriz os objetivos do estatuto e as leis vigentes (novo modelo de regulação). Em geral, isso exigiria a criação de mecanismos de gestão coletiva para auxiliar a diretoria do empreendimento como: comissões, comitês e conselhos de trabalho. Portanto, o objetivo desses mecanismos seria garantir, de maneira mais eficiente possível, a participação dos associados nas tomadas de decisões (descentralização e autogestão).

Porém, esse modelo de gestão se torna bastante complexo na formação de um novo campo de atuação dos agricultores familiares, anteriormente, circunscrito à produção e alguma inserção no mercado. As organizações associativistas parecem se apresentar como um desafio, pois criam possibilidades dos trabalhadores e trabalhadoras assumirem uma posição de direção dos processos de produção, gestão e comercialização. A questão é: Como fazer isso face às condições de baixa escolaridade e vulnerabilidade social presente no cotidiano das famílias rurais do Baixo Tocantins e de outras realidades rurais no Brasil? A priori, identificam-se obstáculos intransponíveis. No entanto, as experiências identificadas de organizações associativistas no Baixo Tocantins subvertem essa previsão apocalíptica e constituem suas unidades produtivas articuladas as estruturas comerciais de porte local, regional, nacional e internacional, por meio dos consórcios de comercialização ou de redes de desenvolvimento. Não tem sido fácil garantir algum grau de comando desse processo, porque

a força da empresa capitalista desestrutura as frágeis organizações sociais e seus laços de reciprocidade e solidariedade.

Os três subterritórios (agroextrativista, agroindustrial e minero-metalúrgico) apresentados neste trabalho são representativos da dinâmica territorial das últimas duas décadas no Baixo Tocantins. Não se trata de um modelo homogêneo ou uma tipologia estática, mas de um processo dinâmico, pois há uma transversalidade de modos de vida. Trata-se de uma estratégia de representar os espaços construídos e seu significado para o desenvolvimento territorial. Isso permite polemizar sobre a sensação de que as coisas mudaram, quando na verdade muito pouco mudou. Inclusive os trabalhadores rurais comungam dessa mesma observação. Contudo, ao comparar o estágio atual com as condições de vida do passado são identificadas alterações, principalmente a importância de uma maior participação da ação pública na oferta de alguns serviços essenciais como educação e crédito. Em termos conclusivos, a principal preocupação é com o grau de dependência das famílias às transferências governamentais, em face da manutenção de indicadores sociais tão desfavoráveis, se comparados com outros padrões de desenvolvimento do Estado-Nação brasileiro. No entanto, este continuará sendo o dilema da reprodução social em uma sociedade extremamente desigual.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz. Problemas da Amazônia brasileira. **Revista Estudos Avançado**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 7-35, 2005.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

_____. Agricultura familiar e uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v.11, n. 2, p. 73-78, 1997.

_____. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: ORTEGA, Antonio César; ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Orgs.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Alínea, 2007, p. 19-38.

ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter. Introdução. Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (Orgs.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006, p. 15-32.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes: formação do Brasil no atlântico sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. In: D'INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel da (Orgs.). **A Amazônia e a Crise da Modernização**: Belém: Instituto de Ciências Sociais Aplicadas; Museu Paraense Emílio Goeldi, 2009, p. 517-532.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MARIN, Rosa Acevedo. Campanhas de desterritorialização na Amazônia: o agronegócio e a reestruturação do mercado de terras. In: BOLLE, Willi; CASTRO, Edna; VEJMEKKA, Marcel (Orgs.). **Amazônia: região universal e teatro do mundo**. São Paulo: Globo, 2010, p. 141-183.

ALMEIDA, Luciano Leal. Agricultores e pesquisadores na fronteira amazônica: uma análise do centro agroambiental do Tocantins. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA DA REGIÃO NORTE, 2, Belém, 2010. **Anais...** Belém: Universidade Federal do Pará, 2010. Disponível em: <<http://www.sbsnorte2010.ufpa.br/site/anais/ARQUIVOS/GT13-374-262-20100830201642.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2011.

AMIN, Samir. **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ANDERSON, Scott Douglas; MARQUES, Fernando Luiz Tavares. Engenheiros movidos à maré no estuário do Amazonas: vestígios encontrados no município de Igarapé-Miri, Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 2, n. 8, p. 28-53, 1992.

ANDRADE, Lúcia Cristina. Gama *et al.* Adoção de novos paradigmas na organização e gestão de empreendimentos solidários: um estudo sobre o processo produtivo do açaí através das associações e cooperativas no território rural do Baixo Tocantins – Pará – Brasil. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46, 2008, Rio Branco. **Amazônia, mudanças globais e agronegócio**. Rio Branco: Universidade Federal do Acre, 2008. 1 CD.

ANDRADE, Lucia Cristina; FERRÃO, Euzalina da Silva; RODRIGUES, Ricardo Souza. A participação dos trabalhadores rurais no município de Igarapé-Miri, Pará, Brasil, no processo de redemocratização do Estado: a organização como ponto de partida. In: REUNIÃO EQUATORIAL DE ANTROPOLOGIA, 3, ENCONTRO DE ANTROPÓLOGOS NORTE DE NORDESTE, 11, 2009, Natal. **Direitos, Justiça e Diferença na América Latina**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009. 1 CD.

ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. **História social dos sistemas agrários do vale do Tocantins – Pará – Brasil (1669-1800) – rupturas e estabilidade**. 1994. Projeto de Tese (Doctorale Histoire et Civilisation) - École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, 1994.

_____. **Histoire sociale des systèmes agraires dans la vallée du Tocantins – Etat du Pará – Brésil: colonisation européenne dans la deuxième moitié du XVIII^e siècle et la première moitié du XIX^e siècle**. 1998. 558 f. Tese (Doctorale Histoire et Civilisation) École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, 1998.

_____. Aspectos conceituais do sistema agrário do vale do Tocantins colonial. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, DF, v. 17, n. 1, p.91-122, 2000.

AQUINO, Maria José da Silva. **A casa dos nossos gens: um estudo das ONGs ambientalistas na Amazônia**. 2003. 342 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

ARAÚJO, Maria Celina. **Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50**. Rio de Janeiro: ANPOCS, 1992.

ARAMBURU, Mikel. Aviamento, modernidade e pós-modernidade no interior amazônico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 25, p-14-32, 2001.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. São Paulo: Unesp/Contraponto, 1996.

_____. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.

AZAÏS, Christian. Território e trabalho: uma inscrição em temporalidades diferentes. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 7, n. 1, p. 31-56, 2004.

AZEVEDO, João Lúcio d'. **Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização**. Belém: SECULT, 1999.

BANCO DA AMAZÔNIA. Coordenadoria de Agricultura Familiar. **Programa PRONAF: (2001-2010)**. Belém, 2011. Excel for Windows 7.

_____. **Plano global de aplicação dos recursos para 2009**. Belém, 2009. Disponível em: <http://www.bancoamazonia.com.br/bancoamazonia2/institucional_obanco_planosdeaplicacao.o.asp>. Acesso em: 20 nov. 2010.

BANCO MUNDIAL. **Alcancando a los pobres rurales: novas estratégias de desenvolvimento rural**. Washington D. C, 2000.

_____. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2008: agricultura para o desenvolvimento**. Washington D. C, 2007.

BARBOSA, Maria José de Souza; SOUZA, Armando Lirio de. A incubação de empreendimentos comunitários de agricultores familiares na região do Baixo Tocantins do Estado do Pará. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2, 2004, Belo Horizonte. **(Re) Conhecer Diferenças, Construir Resultados**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2004. 1 CD.

BATISTA, Luciana Marinho. **Muito além dos seringais: elites, fortunas e hierarquia no Grão-Pará, c. 1850 – c. 1870**. 2004. 283 f. Dissertação (Mestrado em História Social) Faculdade de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

BECKER, Bertha K. Os eixos de integração e desenvolvimento e a Amazônia. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 6, p.29-42, 1999.

BERTUCCI, Ademar de Andrade; SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Vinte anos de economia popular solidária: trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS**. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

BIODIESEL traz expectativa de inclusão social no Norte e Nordeste. Carta Maior, [São Paulo], 8 abr. 2008. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=14960>. Acesso em: 06 maio 2011.

BOITO JR, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

BONNAL, Philippe. Territorialidade, sustentabilidade, e desenvolvimento: conseguiremos conviver com processos sociais diferenciados e contraditórios. **Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura**, n. 7, set., 2007. Disponível em: www.ufrj.br/cpda. Acesso em: 15 ago. 2008.

BLUME, Roni & SCHNEIDER, Sérgio. Do território ao desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o crescente uso do conceito território frente às dinâmicas socioeconômicas contemporâneas. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 41, 2003, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: SOBER. Disponível em: <http://www.cnpqgl.embrapa.br/sober/trab_desenv.html>. Acesso em: 20 set. 2008.

BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento**. Campinas: Unicamp, 2007a.

_____. Território com classes sociais, conflito, decisão e poder. In ORTEGA, Antonio César; ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Orgs.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Alínea, 2007b, p. 39-62.

BRANDÃO, Eduardo J. C. *et al.* Perspectiva para o desenvolvimento sustentável no arquipélago de Belém/PA: o caso das comunidades rurais do entorno do parque ambiental da Ilha do Mosqueiro. In ARAGON, Luis (Org). **Conservação e desenvolvimento no estuário e litoral amazônico**. Belém: UFPA/NAEA, 2003, p. 215-248.

BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR. SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. **I Plano quinquenal de desenvolvimento (1967-1971)**. Belém: SUDAM, 1967.

_____. MINISTÉRIO DO INTERIOR. SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. **Projeto de desenvolvimento do cooperativismo no Pará (PRODECO-PA)**. 1970, 25 p.

_____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **1ª Conferência nacional de desenvolvimento rural sustentável e solidário. Documento base: Por um Brasil rural com gente: sustentabilidade, inclusão, diversidade, igualdade e solidariedade**. Brasília-DF, 2007, 27 p. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/condraf/arquivos/view/etapapreparatestadual-5948826.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2009

_____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretária de Desenvolvimento Territorial. **Sistema de informação territorial**, 2009. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/sdt/programas/territoriosrurais/2635370>>. Acesso em: 05 jun. 2009.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Plano Amazônia sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/desenvolvimentoregional/publicacoes/pas.asp>>. Acesso em: 25 set. 2008.

_____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Sistema de gestão do programa Bolsa Família**, 2011. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/sistemagestaobolsafamilia>>. Acesso em: 04 maio 2011.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Sistema de informações sobre o orçamento público em saúde**, 2011. Disponível em: <<http://siops.datasus.gov.br/siops.php>>. Acesso em: 02 abr. 2011.

BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais**. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

_____. **Civilização material, economia e capitalismo: século XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, v. 2, Os jogos das trocas, 1996.

BRITO, Daniel Chaves de. Reforma do Estado e sustentabilidade: a questão das instituições desenvolvimentista da Amazônia. In: COELHO, Maria Célia Nunes *et al* (Orgs.). **Estado e**

políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional. Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 2001, p. 147-173.

_____. A SUDAM e a crise institucional do desenvolvimento na Amazônia. Belém: **Paper do NAEA**, Belém, n. 96, jul. 1998, 22 p.

BOISIER, Sergio. Desarrollo territorial y descentralización: el desarrollo en el lugar y en las manos de la gente. **Revista Eure**, Santiago do Chile, v. 30, n. 90, p. 27-40, 2004.

BUAINAIN, Antônio Márcio. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate.** Brasília: IICA, 2006. 136p. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, n. 5).

BURKE, Peter. **A escola dos annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia.** São Paulo: UNESP, 1997.

CAILLÉ, Alain. A dominância do mercado. In: LACOSTE, Yves (Org.) **Ler Braudel.** Campinas: Papyrus, 1989, p. 97-136.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; NEGRÃO, Marcília Regina Gama. Considerações sobre a pobreza no Brasil e suas manifestações nas cidades da Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 9, n.1, p. 95-118, 2006.

CARVALHO, David Ferreira. O Ciclo da Economia Brasileira e a Amazônia na dinâmica regional centro-periferia. **Paper do NAEA**, Belém, n. 120, 1999, 30 p.

CASTRO, Edna. Estado e políticas públicas na Amazônia em face da globalização e da integração de mercados. In: COELHO, Maria Célia Nunes *et al* (Orgs.). **Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão e desenvolvimento regional.** Belém: Cejup; UFPA-NAEA, 2001, p. 7-32.

_____. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: BOLLE, Willi; CASTRO, Edna; VEJMEKKA, Marcel (Orgs). **Amazônia: região universal e teatro do mundo.** São Paulo: Globo, 2010, p. 105-122.

CERTIFICAÇÕES. São Paulo: AGROPALMA, 2009. Disponível em: <<http://www.agropalma.com.br/certificacoes.asp>>. Acesso em: 4 maio 2011.

COSTA, Francisco de Assis. O desenvolvimento agrícola dos anos oitenta no estado do Pará e suas fontes de financiamentos. **Cadernos do NAEA**, Belém, n. 11, p. 127-145, 1993

_____. Diversidade estrutural e desenvolvimento sustentável: novos supostos de política e planejamento agrícola para a Amazônia. **Paper do NAEA**, Belém, n. 44, 1995, 44 p.

_____. Contexto, impactos e efeitos econômicos do FNO-Especial no Estado do Pará. In: TURA, Letícia; COSTA, Francisco de Assis (Orgs.). **Campesinato e Estado na Amazônia: impactos do FNO no Pará.** Brasília: Brasília Jurídica; FASE, 2000a, p. 225-269.

_____. **Formação agropecuária na Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável.** Belém: UFPA/NAEA, 2000b.

_____. Políticas públicas, camponeses e desenvolvimento regional sustentável: uma avaliação das possibilidades do FNO-Especial. In: TURA, Letícia; COSTA, Francisco de Assis (Orgs.). **Campeinato e Estado na Amazônia: impactos do FNO no Pará** Brasília: Brasília Jurídica; FASE, 2000c, p. 323-379.

_____. Contexto de atuação, impactos e efeitos do Fundo Constitucional do Norte na agropecuária paraense. **Paper do NAEA**, Belém, n. 146, 2000d, 25 p.

_____. Questão agrária e macropolíticas para a Amazônia. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 53, n. 19, p. 131-156, 2005.

COSTA, Gilson da Silva. **Desenvolvimento rural sustentável com base no paradigma da agroecologia**. Belém: NAEA/UFPA, 2006.

COSTA, José Marcelino Monteiro da. Amazônia: recursos naturais, tecnologia e desenvolvimento (contribuições para o debate). In: COSTA, José Marcelino Monteiro da (Org.). **Amazônia: desenvolvimento e ocupação**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979, p. 37-48.

_____. Impactos econômicos-territoriais no atual padrão da ocupação da Amazônia. In: COSTA, José Marcelino Monteiro da *et al* (Orgs.). **Amazônia: desenvolvimento ou retrocesso**. Belém: Cejup, 1992, p. 40-115.

CHARLE, Christophe. La micro-histoire sociale comme remède aux insuffisances de la macro-histoire sociale. In: CHARLE, Christophe. **Histoire sociale histoire globale?** Paris: Institut d' Histoire Moderne et Contemporaine; Fondation de la Maison des Sciences de L'homme, 1993, p. 47-57.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CUNHA, Alexandre Mendes *et al*. História econômica e regionalização: contribuição a um desafio teórico-metodológico. **Revista Estudos Econômicos**, São Paulo, n. 38, p. 493-524, 2008.

DAGNINO, Renato. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: LASSANCE Jr. Antonio *et al* (Orgs.). **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004, p. 15-64.

DENDÊ na Amazônia: novos projetos, alerta, permanente. NA AMAZÔNIA: NOVOS PROJETOS, ALERTA PERMANENTE. **Repórter Brasil Agência de Notícias**, [São Paulo], 04 de jun. de 2010. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=1752>>. Acesso em: 04 maio 2011.

DENDÊ no Pará: desmatamento e comunidade sobre pressão. **biodieselbr.com**, [São Paulo], 14 de jan. 2011. Disponível em: <<http://www.biodieselbr.com/noticias/bio/dende-para-desmatamento-comunidade-pressao-140110.htm>>. Acesso em: 04 maio 2011.

DEHON, Claire; PASCAL, Sophie; ROGEZ, Hervé. **A valorização das frutas regionais pelas organizações camponesas: uma alternativa ecológica para ao desenvolvimento rural amazônico.** [S.l.: s.n.], [s/d]. Digitalizado.

DIAS, Maria do Carmo. **Qualificação e Capacitação no Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): ressignificação do trabalho na agricultura familiar no Baixo Amazonas.** 2009. 244 f. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso: ou o progresso como ideologia.** São Paulo: UNESP, 2006.

DRUMONND, José Augusto. Natureza rica, povos pobres? – questões conceituais e analíticas sobre o papel dos recursos naturais na prosperidade contemporânea. **Revista Ambiente & Sociedade**, ano 5, n. 10, p. 1-24, 2002.

É COMO se fosse petróleo. Mas é dendê, diz técnico. **O Liberal**, Poder, Belém, 5 maio 2010, p. 2.

EGLER, Claudio A. G. **Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento: prováveis impactos ambientais.** Rio de Janeiro: CREA, 1999. Disponível em: <http://www.laget.igeo.ufrj.br/egler/pdf/eixos.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2008.

EM VILA palmares moradores reclamam da ausência de poder público. **O Globo**, Rio de Janeiro, 03 fev. 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/blogs/razaosocial/posts/2011/02/03/em-vila-palmares-moradores-reclamam-da-ausencia-do-poder-publico-360899.asp>. Acesso em: 04 maio 2011.

FALEIRO, Airton. Um Projeto de Cidadania. In: D'INCAO Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel da (Orgs.). **A Amazônia e a crise da modernização.** Belém: Instituto de Ciências Sociais Aplicada; Museu Paraense Emílio Goeldi, 2009, p. 533-544.

_____. Os movimentos sociais e o desenvolvimento regional no oeste paraense. In: SCALABRIN, Rosemeri; CORDEIRO, Georgina Kalife (Orgs.). **Educação Cidadã: a experiência do PRONERA na Transamazônica.** Belém: Nossa Gráfica, 2005, p. 211-223.

FAVARETO, Arilson da Silva. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão – do agrário ao territorial.** 2006. 220 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental). Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____. A abordagem territorial e as instituições do desenvolvimento rural ou “inovação por adição”. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 299-319.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Entrando nos Territórios do Território,** 2007. Disponível em: http://www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2008.pdf. Acesso em: 03 nov. 2010.

FERREIRA, Kenzo Jucá. Sustentabilidade e Participação Social antes Mega-Dams na Amazônia: o caso PPDJUS a Jusante da UHE Tucuruí e o Setor Elétrico Nacional. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM

AMBIENTE E SOCIEDADE, 4, 2008, Brasília. **Anais...** Brasília: ANPPAS, 2008.
Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/index.php?p=gt#gt1>>. Acesso em: 15 de maio. 2011.

FIORI, José Luís. **O poder Global: a nova geopolítica das nações**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FURTADO, Celso. **Um projeto para o Brasil**. Rio de Janeiro: Editora SAGA, 1968.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1974.

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

GAZOLLA, Márcio; SCHNEIDER, Sérgio. As duas “caras” do PRONAF: produtivismo ou fortalecimento da produção para autoconsumo? In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 43, 2005, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: SOBER, 2005, 21 p. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/2/376.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2010.

GODOY, Marcelo Magalhães. **Persistência do tradicional: o processo de Modernização da agroindústria canavieira do Brasil e a sobrevivência de formas produtivas não-capitalistas**. Belo Horizonte: UFMG, CEDEPLAR, 2007, 24 p. (Texto para Discussão, n. 309).

GOMES, Gustavo Maia; VERGOLINO, José Raimundo. **Trinta e cinco anos de crescimento econômico na Amazônia (1960-1995)**. Brasília: IPEA, 1997, 146 p. (Texto para Discussão, n. 533).

GONÇALVES, Márcia de Almeida. Entre o local e o nacional: uma reflexão sobre ética de pertencimento e identidades sociais. SEMINÁRIO PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA, 4, 2001, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2001. Disponível em: <http://historiadesaogoncalo.pro.br/txt_hsg_artigo_01.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2009.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. Sindicatos Patronais rurais versus Sindicatos de Trabalhadores Rurais no Estado do Pará. Novas estratégias de representação política. **Paper do NAEA**, Belém, 1999a, 16 p.

_____. **Chercheurs et Syndicalistes Pour un autre Developpement Rural**. 1999. 497 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Centre d'Etudes des Mouvements Sociaux, Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales, Paris, 1999b.

GUIMARÃES, *et al.* Análise do Setor de Frutas Frescas e Transformadas do Estado do Pará: os caso do açaí, castanha-do-Brasil e cupuaçú. **Paper do NAEA**, Belém, n. 91, 1998a, 52 p.

_____. Viabilidade financeira de unidades de beneficiamento de frutas, face às condições de financiamento existente na Amazônia. **Paper do NAEA**, Belém, n. 89, 1998b, 34 p.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: “do fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HADDAD, Paulo; REZENDE, Fernando. **Instrumentos econômicos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Coordenação da Amazônia, 2002.

HARRIS, Mark. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (Orgs.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006, p. 81-108.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. Edições Loyola: São Paulo, 1996.

HÉBETTE, Jean. Reprodução social e participação política na fronteira agrícola paraense: o caso da Transamazônica. In: HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; MANESCHY, Maria Cristina (Orgs.). **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará**. Belém: EDUFPA, 2002, p. 205-231.

_____. **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, v. 1, 2, 3 e 4, 2004a.

_____. O contexto do surgimento do programa centro agroambiental do Tocantins – CAT: a luta camponesa pela terra. In: HÉBETTE, Jean. **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004b, v. 4, p. 73-80.

_____. O centro agroambiental do Tocantins: propostas e desafios. In: HÉBETTE, Jean. **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004c, v. 4, p. 81-94.

HÉBETTE, Jean; MARIN, Rosa E. Acevedo. Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais: reflexões sobre a colonização em torno da rodovia Belém-Brasília. In: HÉBETTE, Jean. **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004a, v. 1, p. 41-73.

_____. Colonização e fronteira: articulações no nível econômico e no nível ideológico. In: HÉBETTE, Jean. **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004b, v. 1, p. 75-88.

HÉBETTE, Jean; MOREIRA, Edma Silva. A marcha do trabalhador do campo rumo à cidadania domínio da terra e estrutura social no Pará. In: HÉBETTE, Jean. **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004, v. 4, p. 25-41.

HERRERA, José Antonio. **Dinâmica e desenvolvimento da agricultura familiar: o caso de vila Amélia – Breves/PA**. 2003. 120 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e

Desenvolvimento Sustentável) – Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar, Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.

HOBBSAWM, Eric J. Deveriam os pobres se organizar? In: HOBBSAWM, Eric J. **Mundos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 399-416.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Extrativismo, Biodiversidade e Biopirataria na Amazônia**. Brasília –DF: EMBRAPA, 2008, 101 p. (Textos para Discussão, n. 27).

HURTIENNE, Thomas. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**. Belém, v. 8, n.1, p. 19-71, 2005.

_____. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. In COELHO, Maria Célia Nunes *et al* (Orgs.). **Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional**. Belém: Cejup; UFPA-NAEA, 2001, p. 177-283.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 1995/1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996, 100 p.

_____. **Censo agropecuário 2006: resultados preliminares**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006, 146 p.

_____. **IBGE cidades**, 2011a. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 05 fev. 2011.

_____. **Perfil dos estados brasileiro**, 2011b. Disponível em: www.Ibge.gov.br. Acesso em: 10 jun. 2011.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Plano integrado de cooperativismo do Estado do Pará (PICEP)**, Belém: INCRA. 1975, 20 p.

_____. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: INCRA, 2000.

KAGEYAMA, Angela A. **Desenvolvimento rural: conceito e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

LEROY, Jean-Pierre. **Uma chama na Amazônia**. Rio de Janeiro: Vozes/FASE, 1991.

LIMA, Eli Napoleão de. Extrativismo e produção de alimentos: Belém e o “núcleo subsidiário” do Marajó, 1850/1920. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 7, p.59-89, 1996.

LOPES, Otávio do Canto; SOUZA, Armando Lirio de; FERRÃO, Euzalina da Silva. Ribeirinhos do Mapuá. In: MOTA, Giovanna *et al*. **Caminhos e lugares da Amazônia: ciência, natureza e território**. Belém: GAPTA/UFPA, 2009, p. 225-236.

LOPES, Otávio do Canto; SOUZA, Armando Lirio de. Agricultura familiar na área de abrangência do zoneamento ecológico-econômico (ZEE) do Estado do Pará. 163-186. In: MENEZES; MOTEIRO; GALVÃO (Orgs.). **Zoneamento Ecológico-Econômico das Zonas**

Leste e Calha Norte do Estado do Pará. Belém: Núcleo de Gerenciamento do Programa Pará Rural, 2010, p. 45-83.

LOPES, Suzana. Tomar açaí faz bem para o coração. **Jornal Beira do Rio**, ano VI, n. 74, UFPA, 06 ago. 2009. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/beiradorio/novo/index.php/2009/9-edicao-74/92-tomar-acai-faz-bem-para-o-coracao>>. Acesso em: 06 ago. 2009.

MANESCHY, Maria Cristina; MAIA, Maria Lúcia Sá; CONCEIÇÃO, Maria de Fátima Carneiro da. Associações rurais e associativismo no nordeste amazônico: uma relação nem sempre correspondida. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 11, n.1, p. 85-108, 2008,

MARIN, Elizabeth Rosa Acevedo. Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v, 8, n. 1, p. 73-114, 2005.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta.** São Paulo: Hucitec, 1994.

MATHIS, Armin *et al.* Estruturas de poder, atores sociais e políticas territoriais no Tocantins. Introdução. In: MATHIS, Armin *et al.* (Orgs.). **Poder local e mudanças socioambientais.** Belém: NAEA/UFPA, 2007, p. 7-19.

MATHIS, Armin. Mineração na área de abrangência do zoneamento ecológico-econômico (ZEE) do Estado do Pará. In: MENEZES; MOTEIRO; GALVÃO (Orgs.). **Zoneamento Ecológico-Econômico das Zonas Leste e Calha Norte do Estado do Pará.** Belém: Núcleo de Gerenciamento do Programa Pará Rural, 2010, p. 187-220.

MARQUES, Gilberto. **Estado e Desenvolvimento na Amazônia: a inclusão da Amazônia na reprodução capitalista brasileira.** 2007. 316 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MARQUES, Rosa Maria. A importância do Bolsa Família nos municípios brasileiros. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**, Brasília, n.1, 40 p., 2005.

MARTINELLO, Pedro. **A Batalha da Borracha na Segunda Guerra Mundial.** Rio Branco: EDUFAC, 2004.

MENDES, Armando Dias. O anúncio de uma nova Amazônia. In: COSTA, José Marcelino Monteiro da (Org.). **Amazônia: Desenvolvimento e Ocupação.** Rio de Janeiro: IPEA\INPES, 1979, p.9-36.

MIOR, Luiz Carlos. Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, 1 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2007, 22 p. Disponível em: <<http://www.cidts.ufsc.br/?page=publication>>. Acesso em: 20 jan. 2009.

MITSCHEIN, Thomas A.; MIRANDA, Henrique R.; PARAENSE, Mariceli de C. Capitalismo de enclave e consciência camponesa no Baixo-Tocantins (Pará). In: HÉBETTE,

Jean (Org). **O Cerco Está se Fechando: o impacto do grande capital na Amazônia**. Petrópolis: Vozes; FASE; NAEA-UFPA, 1991, p. 227-247.

MONTEIRO, K. F. G; *et al.* O cultivo do dendê como alternativa de produção para a agricultura familiar e sua inserção na cadeia do biodiesel no Estado do Pará. In: CONGRESSO DA REDE BRASILEIRA DE TECNOLOGIA DO BIODIESEL, 1, 2006, Brasília. **Anais...** Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia. Brasília, 2006, p. 55-60. Disponível em: <<http://www.biodiesel.gov.br/docs/congresso2006/agricultura/CultivoDende.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2011.

MONTEIRO, Maurilio de Abreu; COELHO, Maria Célia Nunes. As políticas federais e reconfigurações espaciais na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 7, n.1, p. 91-122, 2004.

MONTEIRO, Raimunda. **Informação e redes de interação no novo ciclo de mobilização dos pequenos agricultores da transamazônica**. 1996. 204 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1996.

MORAES, Maura Rejane Lameira de Moraes. **Os impactos do neoliberalismo sobre as estratégias e ações das ONGS FASE e SDDH: Limite e Desafios**. 2011. 173 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

MOURÃO, Patrícia de Lucena. As práticas agroecológicas e as relações de gênero nas estratégias da agricultura familiar. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, p. 507-510, 2007.

NAKANO, Yoshiaki. A destruição da renda da terra e da taxa de lucro na agricultura. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol. 1, n. 3, p. 3-16, 1981.

NASCIMENTO, Humberto Miranda do. Questão agrária, território e meio ambiente no Brasil: da apropriação territorial à transição para uma agricultura sustentável. In: Encontro Nacional de Economia Política, 13, 2008, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: SEP, 2008, 25 p. Disponível em: http://www.sep.org.br/artigo/3_congresso/1272_c7be041f976b189b6d2a71ad1003ebfe.pdf. Acesso em: 03 jun. 2009.

_____. A questão ambiental na origem do problema agrário brasileiro e o caso da região Sul. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, n. 2 (33), p. 103-132, 2008.

_____. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados** (Dossiê sobre o Desenvolvimento Rural), São Paulo, v. 15, n° 43, p. 83-120, 2001.

_____. ‘Nunca cruzaremos este rio’ – a estranha associação entre o poder do atraso, a história lenta e a ‘sociologia militante’, e o ocaso da reforma agrária no Brasil. **Revista Redes**, v. 13, n. 2, p. 5-51, 2008.

NOGUERÓL, Luiz Paulo. **Instituições da América portuguesa: uma herança maldita**, 2008. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ppge/pcientifica/2008_06.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2008. (Texto para Discussão, n.6).

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista, o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo editorial. 2003.

OLIVEIRA, Umberlino Ariovaldo de. **Barbárie e modernidade – as transformações no campo e o agronegócio no Brasil**. São Paulo: USP, 2004.

ORTEGA, Antonio César; MENDONÇA, Nilton César. Estratégias de desenvolvimento territorial rural no Brasil: continuidade de rupturas. In: ORTEGA, Antonio César; ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Orgs.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. 1ª ed. Campinas: Alínea, 2007, p. 93-122.

ORTEGA, Antonio César. **Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural**. Campinas: Alínea; Uberlândia: Edufu, 2008.

PAULANI, Leda Maria. **Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PARÁ. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL. **Regiões de integração do Estado do Pará**. Disponível em: www.idesp.pa.br. Acesso em: 03 mar.2010a.

_____. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL. **Estatística Municipal – Município de Abaetetuba**. Belém: IDESP, 2010b.

_____. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL. **Estatística Municipal – Município de Barcarena**. Belém: IDESP, 2010c.

_____. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL. **Estatística Municipal – Município de Baião**. Belém: IDESP, 2010d.

_____. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL. **Estatística Municipal – Município de Cametá**. Belém: IDESP, 2010e.

_____. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL. **Estatística Municipal – Município de Igarapé-Miri**. Belém: IDESP, 2010f.

_____. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL. **Estatística Municipal – Município de Limoeiro do Ajuru**. Belém: IDESP, 2010g.

_____. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL. **Estatística Municipal – Município de Mocajuba**. Belém: IDESP, 2010h.

_____. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL. **Estatística Municipal – Município de Moju**. Belém: IDESP, 2010i.

_____. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL. **Estatística Municipal – Município de Oeiras do Pará**. Belém: IDESP, 2010j.

_____. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL. **Estatística Municipal – Município de Tailândia**. Belém: IDESP, 2010k.

_____. SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA. **Anuário estatístico de receitas do Estado do Pará**. Belém: SEFA, 2008.

_____. SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO. **Mapa da exclusão social do Pará**. Belém: SEPOF, 2007.

PÊSSOA, Elen Cristina da Silva. **Agricultura familiar no nordeste paraense: um estudo de caso do PRONAF na comunidade Santa Ana – PA Itabocal, Mãe do Rio (PA)**. 2007. 111 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

POLANYI, Karl (1944). **A grande transformação**. São Paulo: Campus, 2000.

POMPEU, José Danúsio Pinto. **Ascensão e queda da pimenta-do-reino no município de Cametá**. [S.l.: s.n.], 1998. Digitalizado.

PREÇO do açaí sobe 650% em 16 anos. **O Liberal**, Atualidades, Belém, 23 jul. 2010, p. 9.

PRESSLER, Neusa. Econegócios e cooperação internacional: novos discursos sobre a Amazônia. In: BOLLE, Willi; CASTRO, Edna; VEJMEKKA, Marcel (Orgs). **Amazônia: região universal e teatro do mundo**. São Paulo: Globo, 2010, p. 161-183.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Brasília: PNUD, 2011.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1965.

_____. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987a.

_____. **A revolução brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987b.

POCHMANN, Marcio. **Qual desenvolvimento: oportunidades e dificuldades do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2010.

PROGRAMA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS. **Relatório técnico-científico de conteúdo do primeiro semestre de 2005 das atividades de incubação nos empreendimentos solidários da área rural do Estado do Pará**. [S.l.: s.n.], 2005. Digitalizado.

PROGRAMA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS. **Projeto de Pesquisa Atualização Cadastral do Sistema Cooperativista do Estado do Pará**. [S.l.: s.n.], 2011. Digitalizado.

PROGRAMA planta êxodo e colhe miséria. **O Liberal**, Belém, 03 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.orm.com.br/oliberal/interna/default.asp?modulo=250&codigo=525135>>. Acesso em: 01 jun. 2011.

PROJETO DE VALORIZAÇÃO DE FRUTAS PELAS ORGANIZAÇÕES CAMPONESAS DO ESTADO DO PARÁ, [S.l.: s.n.], 1996. Digitalizado.

QUEM São os líderes do mercado paraense. **Revista Valor Econômico - Estados**, 10 abr. 2010.

REIS, Adebaro Alves dos. **Estratégias de desenvolvimento local sustentável da pequena produção familiar na várzea no município de Igarapé-Miri (Pa)**. 2008. 128 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

REQUIER-DESJARDINS, Denis. Agro-industria rural y sistemas agroalimentarios localizados: Cuáles puestas? In: X Aniversário de PRODAR, **Anais...** Quito, 1999. Disponível em: <<http://www.prodar.org/cd.htm>>. Acesso em 05 maio 2009.

RESPONSABILIDADE Socioambiental. São Paulo: AGROPALMA, 2009. Disponível em: <<http://www.agropalma.com.br/responsabilidade-socioambiental.asp>>. Acesso em: 15 jul. 2009.

RESPONSABILIDADE sócio-ambiental. Barcarena: ALBRAS, 2010. Disponível em: <<http://www.albras.net/responsabilidadeSocial.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2010.

RESPONSABILIDADE social. Barcarena: ALUNORTE, 2011. Disponível em: <<http://www.alunorte.net/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=58&sid=21>>. Acesso em: 01 jan. 2011.

REZNIK, Luís. **Qual o lugar da história local?** In: TALLER INTERNACIONAL DE HISTORIA REGIONAL Y LOCAL, 5, 2002, Havana. **Anais...** Havana, 2002, 5 p. Disponível em: < http://www.historiadesaogoncalo.pro.br/hp_hsg_lista_artigos.htm >. Acesso em: 05 agos. 2009.

ROCHA, Gilberto de Miranda. Aspectos demográficos do Estado do Pará: crescimento, distribuição da população e migração. In: MENEZES; MOTEIRO; GALVÃO (Orgs.). **Zoneamento Ecológico-Econômico das Zonas Leste e Calha Norte do Estado do Pará**. Belém: Núcleo de Gerenciamento do Programa Pará Rural, 2010, p. 45-83.

ROGEZ, Hervé. **Açaí: preparo, composição e melhoramento da conservação**. Belém: EDUFPA, 2000.

ROSA, Helena. **História oral e micro-história: aproximações, limites e possibilidades**. In: ENCONTRO REGIONAL SUL DE HISTÓRIA ORAL, 4, 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br>. Acesso em: 05 agos. 2009.

SÁ, Maria Elvira Rocha de; BARBOSA, Maria José de Souza. Infraestrutura e serviços coletivos básicos na área de abrangência do zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Estado do Pará. In: MENEZES; MOTEIRO; GALVÃO (Orgs.). **Zoneamento Ecológico-Econômico das Zonas Leste e Calha Norte do Estado do Pará**. Belém: Núcleo de Gerenciamento do Programa Pará Rural, 2010, p. 279-298.

SANTOS, J. Vicente Tavares dos. A vivência camponesa da insuficiência econômico-social. **Revista Debate e Crítica**, São Paulo, n. 6, p. 171-176, 1975.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.

SCHAAN, Denise Pahl. **De tesos e igaçabas, de índios e portugueses: arqueologia e história da Ilha de Marajó**, 2002. Disponível em: <<http://www.marajoara.com/artigos.html>>. Acesso em: 10 jul. 2008.

SCHEJTMAN, Alexander y BERDEGUÉ, Julio A. **Desarrollo territorial rural**. Centro Latino Americano para o Desarrollo Rural, 2004, 54 p. (Caderno Debates y Temas Rurales, n. 1). Disponível em: <<http://www.rimisp.org/getdoc.php?docid=870>>. Acesso em: 03 set. 2008.

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 88-125.

SILVA, Aldemir Cruz. **Política e meio ambiente: a cidade de Cametá**. 1999. 94 f. Monografia (Especialização em Planejamento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1999.

SILVA, José Graziano da. (coord.) **Estrutura Agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1996.

_____. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1999, (Série Pesquisas 1).

_____. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Revista Estudos Avançados** (Dossiê sobre o Desenvolvimento Rural), São Paulo, v. 15, nº 43, p. 31-36, 2001.

SOBRE NÓS. Barcarena: IMERYS RIO CAPIM CAULIM, 2009. Disponível em: <<http://www.imerysnopara.com.br/sobre-nos/sobre-nos.html>>. Acesso em: 15 jul. 2009.

SOBRINHO, Mário Vasconcelos. **Partnership for Rural Development: The Relationship between Local Organisations and Government in Two Areas of North-East Pará, Amazonia, Brazil**. 2007. 266 f. Tese (PhD in Development Studies) - Centre for Development Studies (CDS), School of Environment and Society, University of Wales Swansea (UWS), Swansea, 2007.

SOBRINHO, Sebastião Aluizio Solyno. Capacidade de Pagamento e Viabilidade Técnica do FNO-Especial para o Desenvolvimento da Produção Familiar Rural no Estado do Pará. In: TURA, Letícia; COSTA, Francisco de Assis (Orgs.). **Campeinato e Estado na Amazônia**. Brasília: Brasília Jurídica: FASE, 2000, p. 177-224.

_____. A Certificação do Açaí na Região do Baixo Tocantins: uma experiência de valorização da produção familiar agroextrativista na Amazônia. **Revista Agriculturas**, São Paulo, v. 2, n.3. 2005, p. 23-26.

SOUSA, Raimundo Valdomiro. **Modalidade do crédito, organizações coletivas e reprodução camponesa na história de Cametá**. 2000. 222 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2000.

_____. **Campeinato na Amazônia: da subordinação à luta pelo poder**. Belém: NAEA, 2002.

SOUZA, Armando Lirio de; FILIPPI, Eduardo Ernesto. Controvérsias do desenvolvimento territorial: alguns aspectos da ruralidade na Amazônia brasileira. **Revista Conexões**, Belém, vol. 1, n.1, p. 91-116, 2008.

_____. O Programa Amazônia Sustentável: novas e velhas estratégias de inserção continental. **Revista Amazônia Ciência e Desenvolvimento**, Belém, v. 6, n. 11, 2010.

SOUZA, Armando Lirio de. A questão agrária como obstáculo ao desenvolvimento em Caio Prado Junior e Celso Furtado. **Revista de Economia Política e História Econômica**, São Paulo, ano 7, n. 19, p. 33-57, 2009.

SOUZA, Armando Lirio de; CHELALA, Fauze. Relatório sintético – identificação preliminar dos empreendimentos comunitários na região nordeste do Estado do Pará. [S.l.: s.n.], 2002. Digitalizado.

SOUZA, Armando Lirio de; BARBOSA, Maria José de Souza; REIS, Adebaro Alves dos. Incubadoras universitárias: inovação social e desenvolvimento. In: BOCA YUVA, Pedro Claudio Cunca; VARANDA, Ana Paula de Moura (Orgs.). **Tecnologia social, economia solidária e políticas públicas**. Rio de Janeiro: FASE; IPPUR-UFRJ, 1ª Edição, 2009, p. 260-287.

SORJ, Bernardo. **Estado e Classe Sociais na Agricultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

SUÁREZ, Sofia Monsalve *et ali*. **Os agrocombustíveis no Brasil**. Alemanha: Fian Internacional, 2008. Disponível em:

<http://www.observatoriodoagronegocio.com.br/page41/files/InfFianAgrocfinal.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2010.

SUMPSI, José Maria. Desenvolvimento rural com enfoque territorial: diferenças y semejanzas de las experiências de la Unión Europea y América Latina. In: ORTEGA, Antonio César; ALMEIDA FILHO, Niemeyer. **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Alínea, 2007, p. 63-91.

TRINDADE JR, Saint-Clair Cordeiro da. Marabá; novos agentes econômicos e novas centralidade urbano-regionais no Sudeste paraense. In: TRINDADE JR et ali (Orgs.). **Pequenas e médias cidades na Amazônia**. Belém: FASE/ICSA-UFGA; Observatório Comova, 2009, p. 333-359.

TURA, Letícia. Notas Introdutórias sobre os fundos constitucionais de financiamento e sua configuração na Região Norte. In: TURA, Letícia; COSTA, Francisco de Assis (Orgs.). **Campesinato e Estado na Amazônia: impacto do FNO no Pará**. Brasília: Brasília Jurídica: FASE, 2000a, p.29-45.

_____. Atores sociais e o suporte institucional dos projetos do FNO-Especial. In: TURA, Letícia; COSTA, Francisco de Assis (Orgs.). **Campesinato e Estado na Amazônia: impacto do FNO no Pará**. Brasília: Brasília Jurídica: FASE, 2000a, p.271-321.

VALE apresenta novo projeto Carajás. **O Liberal**, Belém, 5 dez. 2010. Disponível em: <<http://www.orm.com.br/oliberal/interna/default.asp?modulo=247&codigo=493158>>. Acesso em: 02 fev. 2011.

VALE produzirá dendê no Pará a partir de 2013. **biodieselbr.com**, 27 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.biodieselbr.com/noticias/em-foco/vale-produzira-biodiesel-para-2013-270411.htm>>. Acesso em: 04 maio 2011.

VASCONCELOS, Teodulo Augusto Campelo de. A economia solidária na construção social do desenvolvimento territorial. In: ORTEGA, Antonio César; ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Orgs.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. 1ª ed. Campinas: Alínea, 2007, p. 261-288.

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. Fundamentos do agrorreformismo. In: STEDILE, João Pedro. **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994, p. 68-93.

_____. Nova visão de desenvolvimento rural. **Jornal Valor Econômico**, São Paulo, 29 jul. 2003. Disponível em: <<http://www.econ.fea.usp.br/zeeli/artigos>>. Acesso em: 05 jul. 2009.

VIANNA, Alexander Martins. A “micro-história” Barthiana como uma nova modalidade de história social. **Revista Espaço Acadêmico**, São Paulo, n. 61, ano VI, jun. 2006. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/061/61vianna.htm>>. Acesso em: 05 agos. 2009

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WILKINSON, Jonh. A Agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América Latina. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA E CARIBENHA DE ECONOMIA AGRÍCOLA. Lima. 2003. **Anais...** Lima, 2003, p-62-87. Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/esa/art/200310-062-087.pdf>. Acesso em 05 ago. 2010.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA
(LIDERANÇA/ASSOCIADO/COOPERADO)

Este roteiro de entrevista é parte integrante da Tese de Doutorado intitulada **“TRABALHO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA AMAZÔNIA ORIENTAL: a experiência da rede de desenvolvimento rural do Baixo Tocantins (PA)**, do Programa de Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para o qual solicito vossa colaboração em respondê-lo.

1) Origem/Identidade/Trabalho/Produção (Passado/Presente)

Qual a tua origem? (migração/trajetória familiar)

Qual a tua trajetória do trabalho?

Você ou alguém da família realiza alguma outra atividade para gerar renda que não seja na Agricultura?

2) Organização Econômica, Social e Territorial (Passado/Presente)

Como se inseriu na organização Associativista/Cooperativista? Como era antes? Como é hoje?

O entende sobre associativismo/cooperativismo? Você acha que existe uma cultura associativista/cooperativista na comunidade? (Explorar bastante essa questão no sentido da construção de um projeto coletivo/comunitário/cooperativo). Quais seriam as práticas associativista/cooperativistas?

O que motivou tua participação no movimento social local? Quais foram as principais discussões/questões/lutas/reivindicações que estimularam tua participação? Alguma organização/instituição influenciou tua participação no movimento social/associativista/cooperativista?

Quais os principais resultados/ganhos na melhoria das condições de vida? Como era antes como é agora?

Como você avalia a ação da associação/cooperativa?

Qual teu entendimento sobre o consórcio de fruticultores do açaí do Baixo Tocantins?

Qual a trajetória do território/lugar? Como era antes (paisagem)? Como é atualmente?

Quais as principais mudanças econômicas, sociais, culturais e ambientais? Quais as atividades produtivas que predominavam? Como surgiu a importância pelo açaí? Você considera o cultivo/extratativismo de açaí com uma monocultura? Isso provoca algum problema em termos da produção de outros alimentos? Como você concilia o cultivo/extração do açaí com outros cultivos e extrativismo?

Há fronteira bem definida sobre o espaço de produção de cada agricultor ou ocorrem conflitos/disputa por áreas?

Alguma entidade já apoiou as atividades produtivas e de sociais da comunidade (principais parcerias)? Já houve financiamento para algum projeto social ou produtivo? Tens conhecimento sobre alguma experiência de projeto social ou produtivo em alguma comunidade ou no município? Quando e quais? O que aconteceu? Quais foram os resultados e impacto na comunidade associação/cooperativa e seus objetivos?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA
(ASSESSORIA DE APOIO TÉCNICO)

Este roteiro de entrevista é parte integrante da Tese de Doutorado intitulada **“TRABALHO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA AMAZÔNIA ORIENTAL: a experiência da rede de desenvolvimento rural do Baixo Tocantins (PA)”**, do Programa de Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para o qual solicito vossa colaboração em respondê-lo.

- 1) Identificar a instituição/organização
- 2) Quais os motivos de apoio/assessoria? Quando começou? Quando finalizou?
- 3) Quem financiou a ação da ONG?
- 4) Qual a importância da fruticultura do Açaí e da Agricultura familiar?
- 5) Há potencial de mercado?
- 6) Como avalia os resultados da parceria?
- 7) Quais são as principais dificuldades para garantir a consolidação das práticas cooperativista na região do Baixo Tocantins?
- 8) Há uma gestão compartilhada dos bens coletivos? Foram criadas áreas comuns de produção nas áreas rurais? Há uma estrutura de chefes informais de família responsáveis pela gerencia dos bens coletivos?

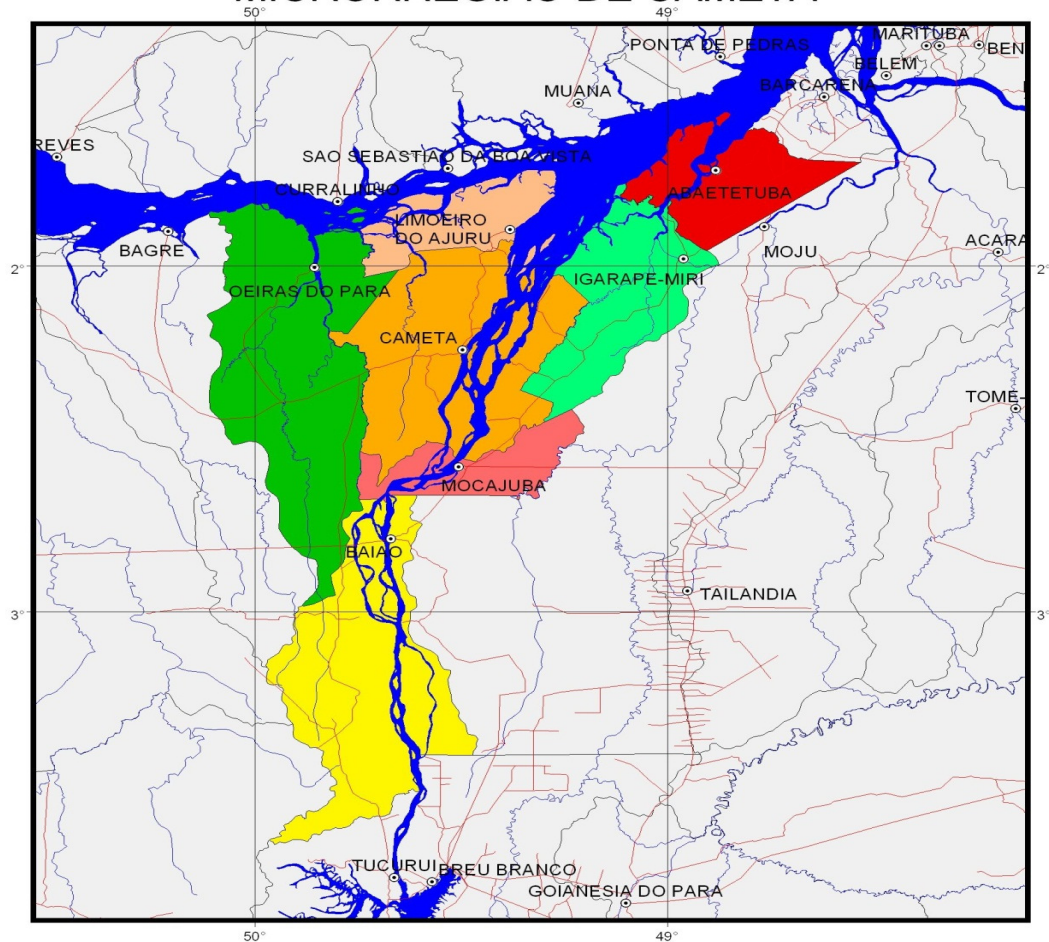
**ANEXO A – TABELA SÍNTESE DE INDICADORES
SOCIOECONÔMICOS DOS TERRITÓRIOS RURAIS DO BRASIL –
REGIÃO NORTE POR TERRITÓRIO RURAL INSTALADO - 2007**

Estado/ Território Rural	Número de Municípios	População Total	Densidade Populacional	% População Rural	IDH Territorial	Número de Bolsa Família	% Relação Bolsa Família/ População total
Acre							
Alto Acre e Capixaba	13	48.693	3,17	46,4	0,670	5.410	44,4
Baixo Acre	6	313.171	0,74	20,7	0,740	27.464	35,1
Vale do Juruá	3	86.629	5,45	45,3	0,660	9.594	44,3
	22	448.493	-	-	-	42.468	37,9
Amapá							
Centro Oeste	4	21.906	0,82	43,0	0,710	1.902	34,7
Dos Lagos	3	16.528	0,79	37,2	0,690	1.600	38,7
Extremo Norte	2	19.616	0,53	33,15	0,720	1.619	33,0
Sul do Amapá	3	49.061	1,05	19,19	0,700	4.536	37,0
	12	107.111	-	-	-	9.657	36,1
Amazonas							
Alto Juruá	4	73.113	1,41	51,43	0,520	5.662	31,0
Alto Rio Negro	3	64.705	0,22	62,06	0,620	3.535	21,85
Baixo Amazonas	7	204.134	1,90	44,80	0,680	21.603	42,3
Entorno de Manaus	13	1.678.179	18,46	9,75	0,760	107.881	25,7
Madeira	57.078	130.436	0,59	49,59	0,590	13.148	40,3
Médio Juruá	3	38.411	0,54	40,04	0,560	4.185	43,6
	35	2.188.978	-	-	-	156.014	28,5
Pará							
Baixo Amazonas	11	567.424	2,33	42,48	0,710	53.169	37,5
Baixo Tocantins	9	470.069	17,29	53,45	0,690	44.721	38,1
BR-163	7	211.336	1,07	53,76	0,690	17.431	33,0
Marajó	16	379.203	3,63	61,16	0,630	37.553	39,6
Nordeste Paraense	15	446.856	8,39	53,09	0,650	46.472	41,6
Sudeste Paraense	7	362.969	9,70	33,60	0,690	26.975	29,7
Sul do Pará	9	197.474	3,23	33,53	0,71	16.737	33,9
Transamazônica	8	226.370	1,00	52,94	0,700	20.090	35,5
	82	2.861.701	-	-	-	263.148	36,8
Rondônia							
Central (Ji-Paraná)	13	331.747	10,62	43,69	0,720	21.766	26,3
Madeira Mamoré	5	407.413	5,07	19,73	0,750	27.291	26,8
Rio Machado	7	157.339	8,20	37,99	0,740	12.122	30,8
Vale do Jamarí (Ariquemes)	9	174.963	5,44	42,79	0,720	12.940	29,6
	34	1.071.462	-	-	-	74.119	27,7
Roraima							
Sul de Roraima	4	33.487	0,65	50,75	0,690	3.478	41,5
Terra Indígena Raposa Terra do Sol	4	28.256	0,90	72,45	0,640	2.840	40,2
	8	61.743	-	-	-	6.318	40,9
Tocantins							
APA Cantão	9	36.319	1,37	47,07	0,680	3.649	40,2
Bico do Papagaio	25	174.224	10,99	36,29	0,620	20.204	46,4
Jalapão	8	26.664	0,78	52,35	0,640	3.130	47,0
Médio Araguaia	8	35.131	3,65	46,96	0,670	3.871	44,1
Sudeste	13	75.348	2,86	36,25	0,660	7.904	42,0
	63	347.686	-	-	-	38.758	44,6
Total Território Região Norte	256	7.087.174	-	-	-	590.482	33,3

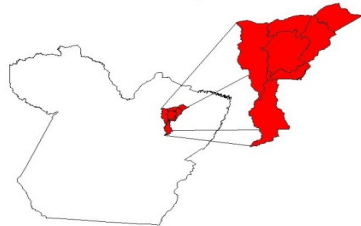
Fonte: MDA, 2007.

ANEXO B – MAPA

MICRORREGIÃO DE CAMETÁ



LOCALIZAÇÃO



LEGENDA

- Sedes
- Rodovias
- Rios

MICRORREGIÃO DE CAMETÁ

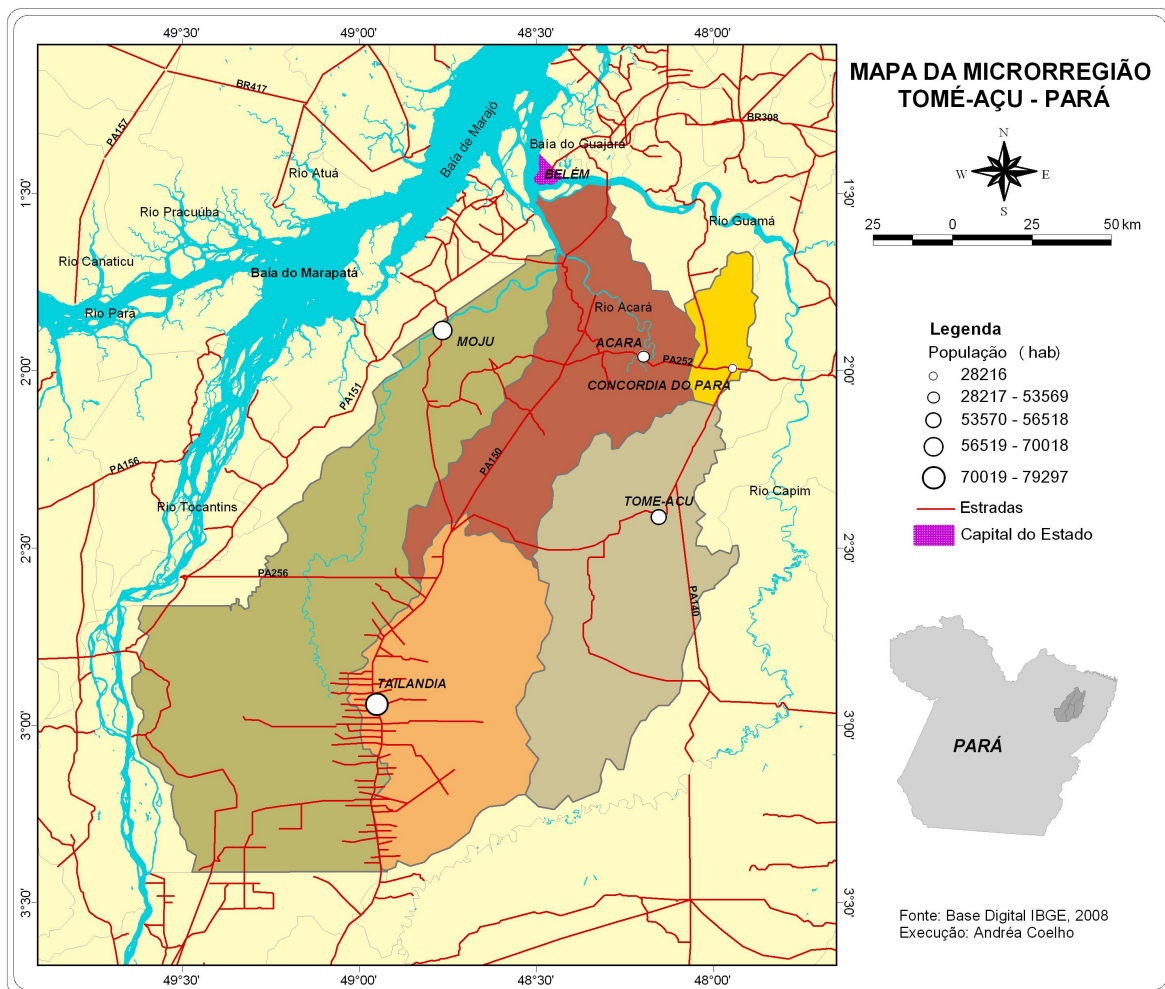
- ABAETETUBA
- BAIÃO
- CAMETÁ
- IGARAPÉ-MIRI
- LIMOEIRO DO AJURU
- MOCAJUBA
- OEIRAS DO PARÁ



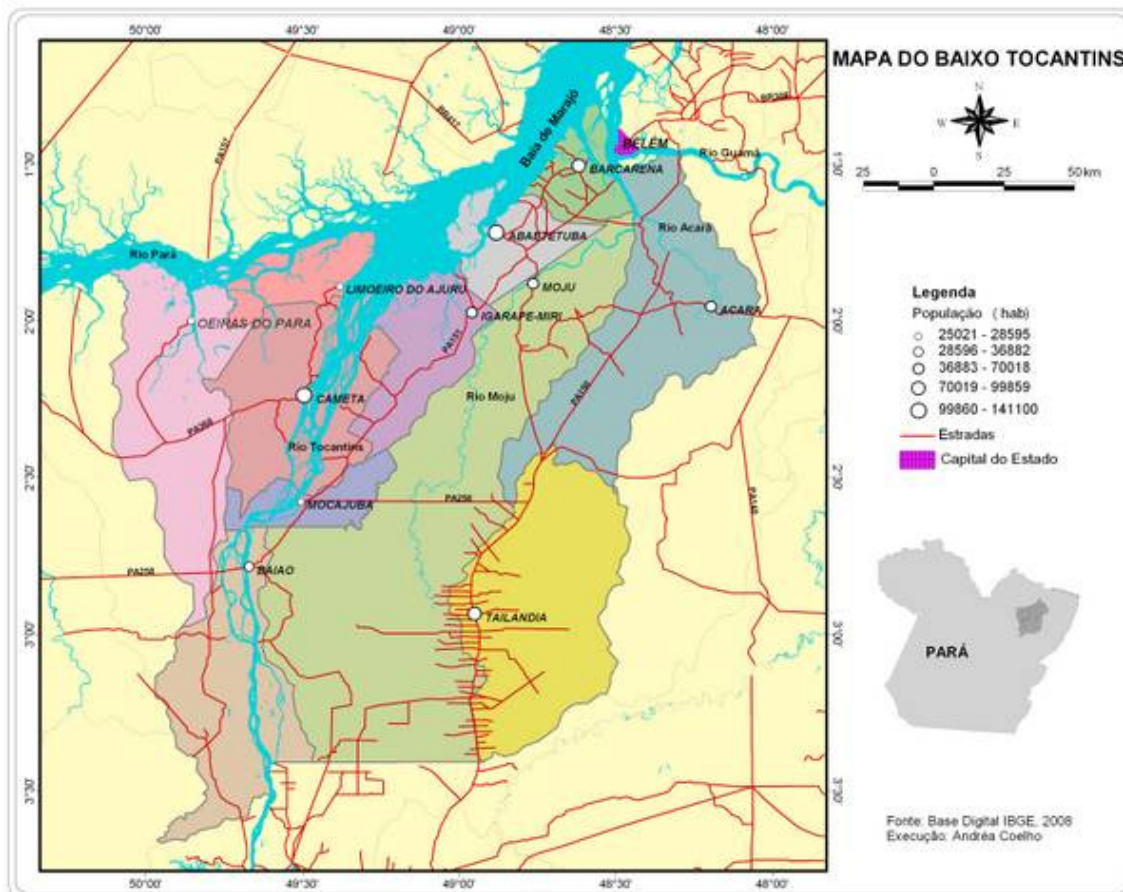
ESCALA
20 0 20 40 km

PROJEÇÃO GEOGRÁFICA
Base cartográfica IBGE/2005
Elaboração: PEIXOTO, E.J.

ANEXO C – MAPA



ANEXO D - MAPA



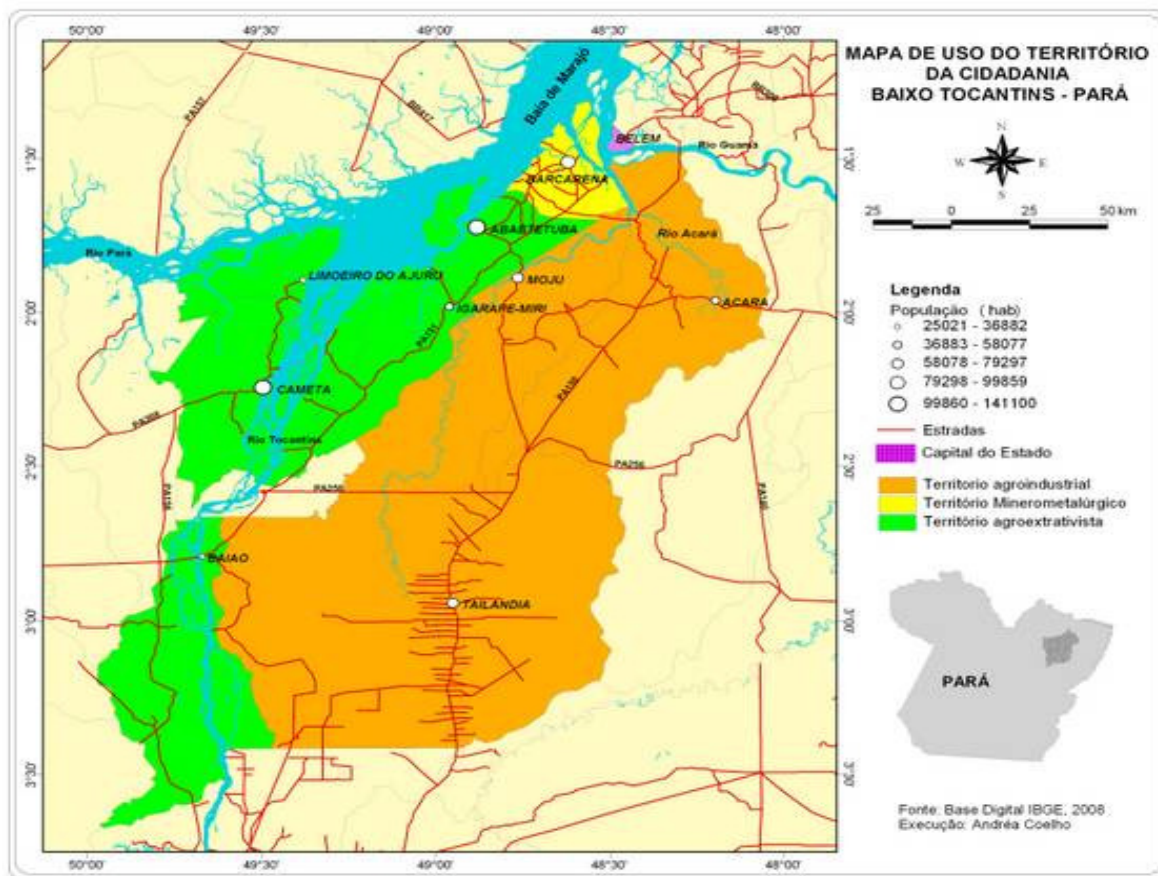
ANEXO E – QUADRO RECURSOS TRANSFERIDOS DE PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL PARA O TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO BAIXO TOCANTINS 2009-2010 (EM R\$ 1 MIL)

Programa	Ano		Observação
	2009	2010	
1) Programas de Assistência Social			
Bolsa Família	67.019	89.336	56.903 famílias atendidas em 2009; Realizado financeiro: 120,11% -65.510 famílias atendidas em (2010);
Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social à Pessoa Idosa	21.211	25.656	Realizado financeiro: 106,64% (2009); Realizado financeiro: 720,66% (2010)
Centro de Referências Especializadas de Assistência Social (CREAS)	461	359	Realizado financeiro: 106,81% (2009); Realizado financeiro: 64,09% - 400 pessoas atendidas (2010);
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)	814,5	523	2.516 adolescentes atendidos (2009); Realizado financeiro: 65,37% - 3.726 adolescente atendidos (2010)
Programa Bolsa Família – Índice de Gestão Descentralizada.	971	1.263	Realizado financeiro: 445,35% (2009); Abrange 9 municípios; Realizado financeiro: 125,07% (2010)
Assistência a Pessoas com Deficiência	29.164	34.670	Atendeu 5.431 – Realizado financeiro: 102,28% (2009); Atendeu 5.883 pessoas (2010); Realizado financeiro: 479,96% (2010)
Total	119.640,5	151.807	
2) Atenção à Saúde			
Programa de Atenção Integral à Família	1.706	1.069	Realizado financeiro: 100% - 79.000 famílias atendidas (2009); Realizado financeiro: 47,6% -104.000 famílias atendidas (2010);
Agentes Comunitários de Saúde (ACS)	10.954	12.353	Financeiro realizado: 82,69% - 1.515 ACS (2009); Financeiro realizado: 89,29% - 1.550 ACS (2010);
Atenção Básica à Saúde da Família	5.335,2	6.320	Financeiro Realizado: 76,07% - 66 equipes (2009); Financeiro Realizado: 81,59% - 75 equipes (2010)
Implantação de Sistema Público de Esgotamento Sanitário	896,3	1.560	Financeiro Realizado: 99,59% (2009). Financeiro Realizado: 15% (2010)
Total	18.891,5	21.302	
3) Apoio à Agricultura Familiar			
Luz para Todos	5.981	0	Financeiro realizado: 10,89% (2009)
Crédito Pronaf	15.184	3.333	Realizado Financeiro: 75,79% (2009); Financeiro Realizado: 16,15% (2010)
Programa de Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar (PAA)	32,9	44,6	Realizado Financeiro: 2,88% (2009); Realizado financeiro: 9,48% (2010)
Apoio a Empreendimentos Cooperativos e Associativos	0,0	108,7	Realizado financeiro: 50% (2010)
Total	21.197,9	3.486,3	
4) Educação			
Brasil Alfabetizado	0,0	1.108,2	Realizado financeiro: 100% - 18.103 alfabetizados (2010);
Expansão da Escola Técnicas	3.838	901,5	Financeiro Realizado: 255,89% - 466 vagas criadas (2009); Realizado financeiro: 100% - 1.525 vagas criadas (2010);
Construção de Escola do Campo (áreas indígenas)	0,0	0,0	Em 2009, estava previsto R\$ 4.140.000;
Total	3.838	2.009,7	

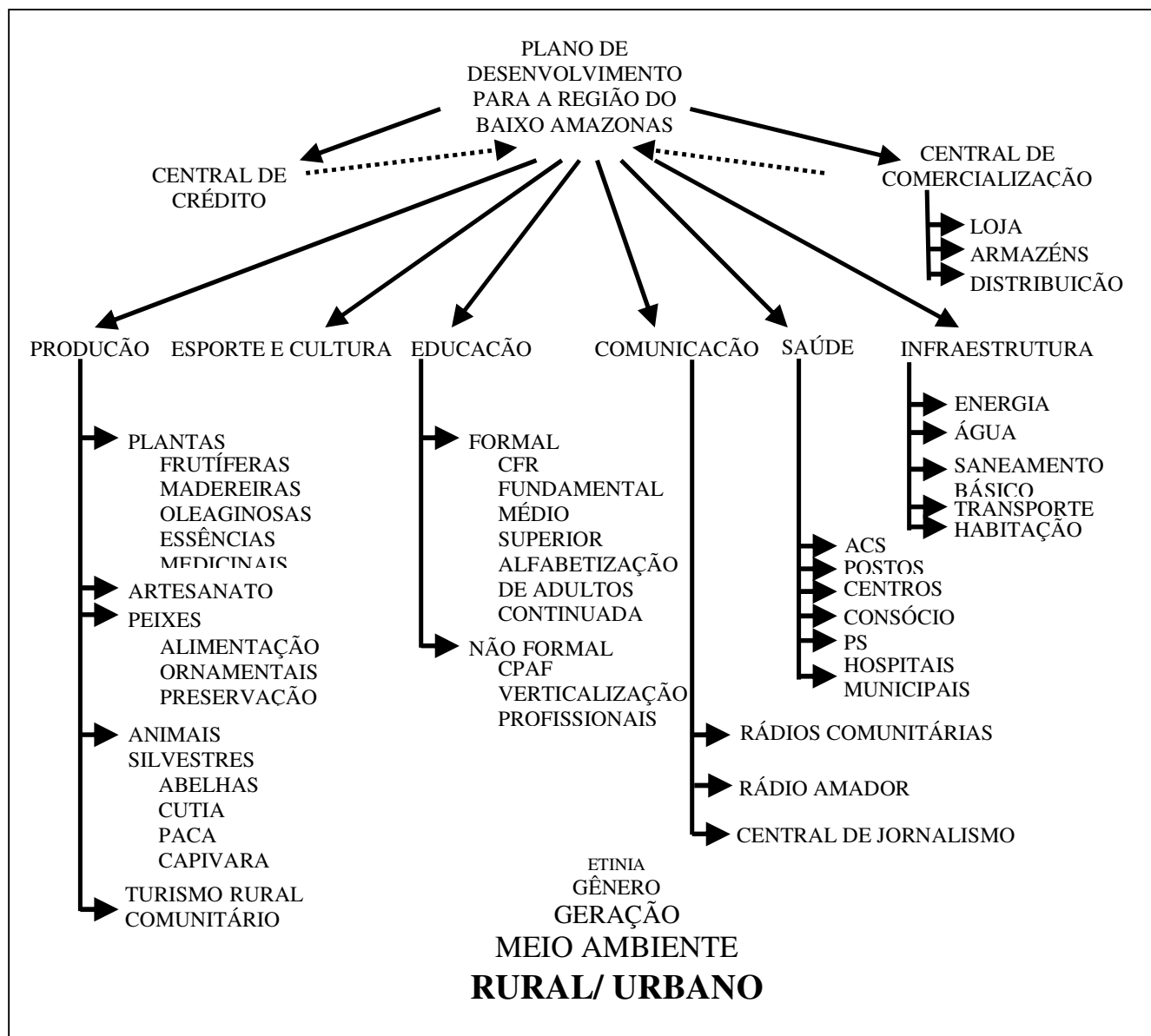
Quadro Recursos Transferidos de Programas do Governo Federal para o Território da Cidadania do Baixo Tocantins 2009-2010 (Em R\$ 1 mil)

Fonte: MDA, 2011.

ANEXO F - MAPA



ANEXO G – PLANO DE DESENVOLVIMENTO PARA A REGIÃO DO BAIXO AMAZONAS (PROJETO TUCUMÃ)



Plano de Desenvolvimento para a Região do Baixo Amazonas (**PROJETO TUCUMÃ**)¹¹⁵

Fonte: Dias, 2009.

Nota: Plano Alternativo de Desenvolvimento do Baixo Amazonas (1996) e Parceiros do Plano: CEFT-BAM (75 entidades), CEAPAC (17 associações), AOMT-BAM (38 associações), Casa Familiar Rural do Baixo Amazonas (CFR-BAM) e Movimento de Pescadores do Baixo Amazonas (MOPEBAM). A discussão de um Plano de Desenvolvimento para o Baixo Amazonas teve início em 1996, na presidência de Pedro Aquino Santana, sendo uma iniciativa do CEFT-BAM, que contou com a participação da AOMT-BAM, FETAGRI-BAM, CFR, Movimento dos Pescadores do Baixo Amazonas (MOPEBAM), CEAPAC, STTR e GDA- Colônias de Pescadores) e apresentava os seguintes eixos de atuação: organização, formação, crédito e produção. Apenas em 2004, com as discussões do Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e Solidário, as propostas do Projeto Tucumã voltaram a ser discutidas e incluídas nas propostas do Conselho de Desenvolvimento Territorial (CODETER).

¹¹⁵ O Plano recebeu a denominação de Projeto Tucumã em alusão a uma planta nativa (Tucumã), utilizada na dieta alimentar dos povos da região e dos animais silvestres, sendo a semente usada em adereços artesanais, o que, segundo explicam, simboliza compromisso com as questões sociais e com natureza de modo geral.

**ANEXO H – QUADRO ARRANJO INSTITUCIONAL DE APOIO AO
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR
NO ESTADO DO PARÁ (1970-2010)**

Território\Mesorregião	Organização do Movimento Social Rural	Organização Governamental	Organização Não Governamental
Região da Transamazônica	STR Uruará, Medicilândia, Altamira, Rurópolis, Pacajá, Brasil Novo, Vitória do Xingu e Placas; MPST – Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica; Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade de Altamira; FETAGRI – Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura do Pará MDTX Casa Familiar Rural FVPP – Fundação Viver, Preservar e Produzir; COPETRA – Cooperativa Agro-Leiteira da Transamazônica Ltda; COPERTRAN – Cooperativa Mista de Produtores Rurais da Transamazônica Ltda; COOPEMA – Cooperativa Mista dos Agricultores de Medicilândia; COPEAME – Cooperativa Extrativista Agrícola de Medicilândia; COOPERSAME – Cooperativa Mista Regional dos Agricultores de Medicilândia;	UFPA – Universidade Federal do Pará; LAET – Laboratório Agroecológico da Transamazônica; Núcleo de Altos Estudos Amazônicos; CPATU-EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária;	Igreja Católica GRET – Groupe de Recherches et d'Enchages Technologiques (França) CIRAD – Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa para o Desenvolvimento FASE (Marabá) Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional;
Região de Marabá	STR Marabá (1993), Itupiranga, Jacundá, São João do Araguaia; CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros; FATA – Fundação Agrária do Tocantins-Araguaia; COOCAT – Cooperativa Agrícola do Araguaia-Tocantins; EFA – Escola Familiar Agrícola;	UFPA CAT – Centro Agropecuário do Tocantins LASAT – Laboratório Sócio-agronômico do Tocantins; IDESP – Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará CPATU-EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural; UEPA – Universidade Estadual do Pará; SAGRI – Secretaria de Agricultura do Estado do Pará; FCAP (UFRA) Universidade Rural da Amazônia; CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa; FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos MMA – Ministério do Meio Ambiente; Universidade das Antilhas e Guiana; ODA – Oversea Development Agency (Inglaterra)	Igreja Católica (MEB, CBE, CPT); FASE (Marabá) CEPASP – Centro de Educação, Pesquisa e de Assessoria Sindical e Popular; SDDH – Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos; OXFAM – Organização Canadense Fundação Ford (EUA) WWF – Word Wildrife Foudation (EUA) Christian AID (Organização Católica Britânica) CCFD – Comitê Católico Contra a Fome e pelo Desenvolvimento (França) GRET IAF – Inter American Fondation (EUA) DAC/UAG (Guadalupe) INRA (Guiana) IICT (Portugal)
Baixo Tocantins	STR Abaetetuba, Cametá, Igarapé-Miri (1988), Baião, Moju e Oeiras do Pará (1980); FETAGRI CUT – Central Única dos Trabalhadores ADEMPA (1992) – Associação de Desenvolvimento de Mini e Pequenos Produtores de Abaetetuba Centro TIPITI (1992) COFRUTA (2002) – Cooperativa de	UFPA (Engenharia de Alimentos; Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários – PITCPES); MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi;	Igreja Católica (Prelazia de Cametá; CBE's) FASE (Abaetetuba) MANITese (Itália) PPG-7 IDEAS MIRITI APACC

	<p>Fruticultores de Abaetetuba Mutirão (1990) – Igarapé Miri MOPEPA - Movimento de Pescadores do Estado do Pará; MONAPE – Movimento Nacional dos Trabalhadores da Pesca MODERT (1993) – Movimento em Defesa da Região Tocantina; MONAB – Movimento Nacional do Atingidos por Barragens ASMIM – Associação de Mulheres de Igarapé Miri CODEMI (2005) – Cooperativas de Desenvolvimento de Igarapé-Miri CAICB – Centro Agrícola Integrado das Comunidades de Barcarena CART – Cooperativa Agrícola Resistencia do Tocantins; Associação de Mini e Pequenos Produtores da Terra-Firme; Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá;</p>		
Bragantina\Guajarina	<p>STR Bragança (1988) COOMAR</p>		<p>Igreja Católica (Diocese de Bragança; CBE's; MEB; Escola de Formação Agrícola e Cristã - EFAC) Escola de Cáritas FASE SVI – Serviço Voluntário Internacional (Itália) CUT – Guajarina FETAGRI</p>
Baixo Amazonas	<p>STR Santarém (1972) Centro de Educação e Formação dos Trabalhadores do Baixo Amazonas (CEFT-BAM) (1996) Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (FOQS) Associação dos Produtores de Santarém (APRUSAN) Colônia de Pescadores de Santarém – Z-20 (1995) APUSSAN AOMT-BAM (1986) FETAGRI FUNDO DEMA GTA (1998) Grupo Conquista de Ervas Medicinais (GCEM) Casa Familiar Rural do Baixo Amazonas (CFR-BAM) Movimento de Pescadores do Baixo Amazonas (MOPEBAM – Colônias de Pescadores) AOMMT-BAM - Associação da Organização do Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Baixo Amazonas</p>	<p>EMATER IBAMA/MMA UFPA; UFRA; PETROBRÁS; MMA; EMATER; BANCO MUNDIAL BNDES MDA MTE SAGRI EMATER</p>	<p>Igreja Católica FASE Centro de Apoio aos Projetos de Ação Comunitária (CEAPAC) - 1985 Cooperazione Italiana GTZ ISCOS MAIS Movimento pelo Autodesenvolvimento, Intercâmbio e Solidariedade (Itália) CUT; DED IPAM PSA Konrad. NÚCLEO OIKOS; Regione Lazio Terre des Hommes PETROBRÁS; FORD FOUNDATION; WIR HELFEN. FOQS FAMCOS; Ordem Franciscana e Diocesana. Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais (CERIS), OXFAM (Ambassadeurs van het zelfdoen). MISEREOR; Katholische Zentrallstelle für Entwicklungshilfe. e. V. USAID; PPG7. ISCOS (Istituto Sindacale per La Cooperazione allo Sviluppo). MAIS (Movimento per l'autosviluppo l'Intercambio e La Solidariedade); Ministério de Relações Exteriores da Itália.</p>

			Ministério Italiano (Comunidade Europeia) Comissão Pastoral da Terra (CPT) FAOR - Fórum da Amazônia Oriental GDA - Grupo de Defesa da Amazônia PSA - Projeto Saúde e Alegria
Marajó	STR de Gurupá		FASE Gurupá Igreja Católica

Quadro Arranjo Institucional de Apoio ao Projeto de Desenvolvimento da Agricultura Familiar no Estado do Pará (1970-2010)

Fonte: Monteiro (1996); Dias (2009).